CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA NO DISTRITO DE BRAGA

EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Braga

Ficha Técnica

Título: Caracterização demográfica e socioeconómica no distrito de Braga
Autor: Regina Alves
Colaboração: Isabel Amorim
Edição: EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Braga
Rua Ana Teixeira da Silva, 34-1º Esq. – Real
4700-251 Braga
Telefone: 253 331 001 | Fax: 253 331 002
E-mail: braga@eapn.pt
Site: www.eapn.pt
Data de Edição: Junho 2015

EAPN PORTUGAL
REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
NÚCLEO DISTRITAL BRAGA

Índice Geral

Índice de tabelas viii
Índice de gráficos xiii
Índice de figuras xiv
Índice de siglas e abreviaturas xv
Introdução 1
PARTE I – CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA DO DISTRITO DE BRAGA 9
1. Breve caracterização territorial do distrito de Braga 9
2. Breve caracterização da atividade económica e empresarial 14
2.1. Empresas não Financeiras 14
2.2. Sociedades não financeiras 17
2.3. A destacar a nível distrital: 18
3. Caracterização dos equipamentos de resposta social 19
3.1. A destacar a nível distrital 22
4. Tendências demográficas 23
4.1. Densidade populacional e população residente 23
4.2. Outros indicadores das mudanças demográficas 29
4.2.1. Índice de envelhecimento e índice de longevidade 29
4.2.2. Taxa bruta de natalidade e índice sintético de fecundidade 32
4.2.3. Índices de dependência 39
4.2.4. Taxa de mortalidade e taxa de mortalidade infantil 40
4.2.5. Taxa de nupcialidade e taxa de divorcialidade 46
4.3. Dinâmica migratória 49
4.3.1. Emigração 51
4.3.2. Imigração 52

4.4. Estruturas familiares 55
4.5. A destacar a nível distrital 58
5. Mercado de trabalho e emprego 60
5.1. População ativa e população inativa 60
5.2. População empregada 63
5.2.1. Tempo de trabalho da população empregada 66
5.2.2. Greves laborais 66
5.2.3. Acidentes de Trabalho 67
5.4. População desempregada 69
5.4. Medidas e Programas de apoio à inserção socioprofissional 76
5.5. A destacar a nível distrital 79
6. Rendimentos e prestações sociais 81
6.1. Remunerações dos trabalhadores por conta de outrem 81
6.2. Subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego 84
6.3. Rendimento social de inserção 87
6.4. Outras prestações sociais: pensões, abonos e complementos 90
6.4.1. Pensões 90
6.4.2. Complemento solidário para idosos 94
6.4.3. Abono de família 95
6.4.4. Subsídio mensal vitalício, bonificação por deficiência, subsídio por assistência à 3ª pessoa e subsídio de doença 96
6.4.5. Beneficiários da ADSE 98
6.5. A destacar a nível distrital 99
7. Educação e formação 101
7.1. Analfabetismo e escolarização 101
7.2. Alunos matriculados segundo níveis de ensino 104
7.2.1. Estudantes estrangeiros em Portugal 107
7.3. Níveis de Escolaridade 108

7.4. Taxas de sucesso escolar e taxas de retenção/desistência e de abandono escolar 110
7.5. Docentes 114
7.6. Estabelecimentos de ensino e bibliotecas escolares 115
7.8. Despesa pública com a educação 118
7.8.1. Ação social escolar 120
7.8.2. Bolseiros do ensino superior 121
7.9. A destacar a nível distrital 123
8. Condições na saúde 124
8.1. Estabelecimentos de saúde 124
8.2. Recursos humanos 125
8.3. Consultas médicas, urgências e internamentos 127
8.4. Morbilidade, consumos e acidentes de viação 129
8.4.1. Morbilidade 129
8.4.2. Consumo de drogas, álcool e tabaco 130
8.4.3. Acidentes de viação e atropelamentos 134
8.5. Despesas públicas com a saúde 135
8.6. A destacar a nível distrital 137
9. Habitação 139
9.1. Tipologia dos Edifícios 139
9.2. Alojamentos Coletivos 141
9.3. Características dos alojamentos familiares 143
9.4. Lotação dos alojamentos familiares 147
9.5. Habitação social 151
9.6. A destacar a nível distrital 153
10. Condições de segurança e ambientais 155
10.1. Criminalidade 155
10.2. Processos e Condenações 158

10.3. Água, saneamento e resíduos urbanos 161
10.4. Despesas públicas em ambiente 164
10.5. A destacar a nível distrital 165
11. Poder de compra e consumos das famílias 167
11.1. Poder de Compra das Famílias 167
11.2. Consumos domésticos 168
11.2.1. Consumo de Energia 168
11.2.2. Consumo de água 170
11.2.3. Consumo de gás natural 171
11.3. Consumo de Combustíveis 172
11.4. Compra automóvel 173
11.5. Consumo de eventos culturais 174
11.5.1. Consumo de cinema 174
11.5.2. Consumo de espetáculos ao vivo 175
11.6. Movimentações ATM 176
11.7. Créditos concedidos e depósitos realizados 179
11.8. Endividamento das Famílias e Insolvências de Pessoas Singulares ... 179
11.9. Ajuda alimentar 186
11.10. A destacar a nível distrital 188
PARTE II – CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS E DOS INDIVÍDUOS: INDICADORES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL 190
1. Portugal no contexto da União Europeia 190
1.1. Indicador de pobreza de acordo com Europa 2020: Risco de Pobreza ou Exclusão 190
1.1.1. Risco de pobreza e intensidade de pobreza 192
1.1.2 Taxa de Privação material 196
1.1.3. Intensidade laboral muito reduzida 199

1.3. Distribuição do rendimento (S80/S20 e S90/S10) e o índice de Gini 200
2. Incidência da pobreza e exclusão no distrito de Braga 202
Considerações Finais 231
Referências bibliográficas 241

Índice de tabelas

Tabela 1 - Superfície (km²) e Nº de freguesias por concelho, em 2013 ... 11
Tabela 2 – Capacidade das respostas sociais, em 2013 ... 20
Tabela 3 - Densidade populacional ... 23
Tabela 4 - População residente em função do sexo, em 2013 ... 25
Tabela 5 - População residente em função do grupo etário, em 2013 ... 26
Tabela 6 – População residente com algum tipo de dificuldade, em 2011 ... 27
Tabela 7 – Índice de Envelhecimento e índice de longevidade ... 30
Tabela 8 – Taxa bruta de natalidade e índice sintético de fecundidade, em 2013 ... 33
Tabela 9 – Nados-vivos de mães residentes em função do grupo etário da mãe, em 2013 ... 35
Tabela 10 – Evolução da proporção de nascimentos pré-termo e da proporção de crianças com baixo peso à nascença (média anual por triénio) ... 37
Tabela 11 – Índice de dependência total, índice de dependência de jovens e índice de dependência de idosos, em 2013 ... 40
Tabela 12 – Taxa bruta de mortalidade e taxa de mortalidade infantil, em 2013 ... 41
Tabela 13 – Taxa de mortalidade infantil, neonatal, neonatal precoce, pós-natal, fetal tardia e perinatal (média anual por triénios) ... 43
Tabela 14 – Número de óbitos em função do grupo etário, em 2013 ... 44
Tabela 15 – Taxa bruta de nupcialidade e taxa bruta de divorcialidade ... 47
Tabela 16 – Número de casamentos celebrados entre pessoas de sexo oposto em função da forma de celebração ... 48
Tabela 17 - População residente em uniões de facto ... 49
Tabela 18 – Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório ... 50

Tabela 19 – População estrangeira com estatuto legal de residente por sexo, em 2013 53
Tabela 20 – População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades, em 2013 54
Tabela 21 – Dimensão média das famílias 56
Tabela 22 – Número de indivíduos por famílias clássicas 57
Tabela 23 – Número de famílias unipessoais com 65 ou mais anos..... 58
Tabela 24 – Taxa de atividade por sexo..... 60
Tabela 25 – População inativa em função da condição perante o trabalho, em 2011 62
Tabela 26 – População empregada em função da situação na profissão, em 2011 64
Tabela 27 – População residente no distrito de Braga c/ pelo menos uma dificuldade com 15 ou mais anos em função da atividade económica 65
Tabela 28 – Acidentes de trabalho no território nacional, em 2011 68
Tabela 29 – Taxa de desemprego em função do sexo 69
Tabela 30 – Taxa de desemprego em função da idade dos desempregados, em 2011..... 70
Tabela 31 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) em função do nível de escolaridade, em 2013 .. 73
Tabela 32 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) em função do tempo de inscrição, em 2013 74
Tabela 33 – Número de abrangidos pelas medidas de apoio à inserção socioprofissional, em Agosto de 2014 78
Tabela 34 – Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem em função do sector de atividade económica, em 2012 82
Tabela 35 – Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social em função do sexo..... 85

Tabela 36 - Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social em função do sexo 87
Tabela 37 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social em função do sexo 88
Tabela 38 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social em função do grupo etário 89
Tabela 39 – Pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações 91
Tabela 40 – Pensionistas de sobrevivência, de invalidez, de velhice da Segurança Social 92
Tabela 41 – Beneficiários e descendentes ou equiparados de abono de família para crianças e jovens da Segurança Social 95
Tabela 42 – Beneficiários do subsídio mensal vitalício, da bonificação por deficiência, do subsídio por assistência à 3ª pessoa e do subsídio por doença 97
Tabela 43 - Taxa de analfabetismo segundo os Censos em função do sexo, em 2011 102
Tabela 44 - Alunos matriculados no ensino superior universitário e politécnico em função do sexo, em 2013 106
Tabela 45 - População residente com 15 e mais anos segundo os Censos em função do nível de escolaridade completo mais elevado 109
Tabela 46 – Taxas de abandono escolar, saída antecipada e saída precoce 112
Tabela 47 – Taxas de retenção e desistência em função dos níveis de ensino 113
Tabela 48 - Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico, secundário e profissional no distrito de Braga 115
Tabela 49 - Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico, secundário e superior em função do subsistema de ensino, em 2012 116

Tabela 50 - Despesas da Ação Social Escolar no ensino não superior, em função do subsistema de ensino 119
Tabela 51 - Despesas com bolsas de ação social do ensino superior em função do subsistema de ensino 119
Tabela 52 – Número de médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos ... 126
Tabela 53 - Proporção de inscritos (%) por diagnóstico ativo, dezembro 2013 132
Tabela 54 – Número de acidentes de viação com vítimas e feridos e óbitos em acidentes de viação 134
Tabela 55 - Alojamentos coletivos por tipo segundo os Censos 142
Tabela 56 - Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação e alojamentos familiares não clássicos por tipo, segundo os Censos 144
Tabela 57 - Alojamentos familiares clássicos arrendados por escalões de renda segundo os Censos 145
Tabela 58 - Alojamentos familiares ocupados, como residencial habitual, segundo a inexistência de instalações 146
Tabela 59 – Residentes nos alojamentos por tipo segundo os Censos..... 149
Tabela 60 – Lotação dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual..... 150
Tabela 61 – Taxa de criminalidade, taxa de crimes contra a integridade física e taxa de condução com alcoolemia superior a 1.2 g/L 157
Tabela 62 – Percentagem de população servida por sistemas públicos de abastecimento de água, sistemas de drenagem de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais (ETAR) 162
Tabela 63 – Poder de compra per capita e percentagem do poder de compra em 2011..... 168
Tabela 64 – Compras, levantamentos e pagamentos por habitante e por valor processado, em 2013 177

Tabela 65 – Percentagem dos indivíduos sobreendividados em função dos seus rendimentos e despesas, a nível distrital 183
Tabela 66 – Número de processos especiais de falência e de insolvência decretadas de pessoas singulares, findos nos tribunais de 1ª instância 186
Tabela 67 – População em risco de pobreza e exclusão social em função do grupo etário..... 191
Tabela 68 – Taxa de risco de pobreza antes e após transferências sociais 193
Tabela 69 – Taxa de risco de pobreza após transferências sociais dos agregados domésticos com crianças dependentes 194
Tabela 70 – Taxa de intensidade da pobreza em função do grupo etário .. 195
Tabela 71 – Despesas das famílias por tipo 199
Tabela 72 – Indicadores acerca dos rendimentos e meios de vida 207
Tabela 73 – Indicadores acerca do mercado de trabalho 212
Tabela 74 – Indicadores acerca da educação 216
Tabela 75 – Indicadores acerca da saúde 218
Tabela 76 – Indicadores acerca da habitação 221
Tabela 77 – Indicadores acerca da justiça e segurança..... 227
Tabela 78 – Indicadores acerca da demografia 229

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Beneficiários da ação social do ensino não superior público por tipo de benefício 121

Gráfico 2 – Taxa de Privação Material Severa 196

Índice de figuras

Figura 1 – Concelhos do Distrito de Braga.....10

Índice de siglas e abreviaturas

ACEA – Associação Automóvel Europeia

ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde

ADSE – Direcção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas

Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga

ANRS – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

ATM – Caixas Automáticas Multibanco

AVC – Acidentes Vasculares Cerebrais

BAB – Banco Alimentar de Braga

BP – Banco de Portugal

CASFIG – Coordenação de âmbito social e financeiro das habitações sociais de Guimarães

CGA – Caixa Geral de Aposentações

CSI – Complemento Solidário para Idosos

CTE – Centros de Emprego

CTEF – Centros de Emprego e Formação Profissional

DDO – Doenças de Declaração Obrigatória

DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

DGEEC – Direcção-Geral de Estatística da Educação e Ciência

DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia

DGO – Direcção-Geral do Orçamento

DGPGF – Direcção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

DGS – Direção-Geral de Saúde

EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza

ETAR – Estação de tratamento de águas residuais

EUROSTAT – Serviço de Estatística da União Europeia

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos

fm – Fetos mortos

GAS- Gabinete de Apoio ao Sobreendividado

GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos

GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento

GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo

Gj – Gigajoules

GNR – Guarda Nacional Republicana

IBE – Índice de Bem-estar

ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IES – Instituições de Ensino Superior

II – Instituto de Informática

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde

INSA – Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge

INSAAR – Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de água e águas residuais

IpC – Indicador de Poder de Compra

ISF – Índice Sintético de Fecundidade

ISS – Instituto da Segurança Social, I.P.

Km² – quilómetros quadrados

kWh – quilowatt por hora

MAI – Ministério da Administração Interna

MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

MEC – Ministério da Educação e Ciência

MEE – Ministério da Economia

MF – Ministério das Finanças

MJ – Ministério da Justiça

MS – Ministério da Saúde

MSSS – Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Nm^3 – metro cúbico normal

nv – Nados vivos

OMS – Organização Mundial de Saúde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PJ – Polícia Judiciária

PPS – Purchasing Power Standard

PSP – Polícia de Segurança Pública

PT – Portugal

RAMON – Reference And Management Of Nomenclatures

RBE – Rede de Bibliotecas Escolares

REM – Rede Europeia das Migrações

RSI – Rendimento Social de Inserção

SEF – Serviços de Estrangeiros sem Fronteiras

SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços

SICAD – Serviço de intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências

SIM – Sistema Integrado de Metainformação

SMA – Subsídio Municipal de Arrendamento

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SSI – Sistema de Segurança Interna

UE – União Europeia (28 países)

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

Introdução

A melhoria das condições de vida, especialmente dos grupos sociais considerados desfavorecidos e, por isso, mais suscetíveis a situações de pobreza e exclusão social é uma preocupação em todas as sociedades e de todos os organismos nacionais e internacionais. O contexto de crise económico-financeiro pelo qual o nosso país tem passado nos últimos anos encontra-se refletido em diversos setores sociais, levando ao contínuo aumento do desemprego e à diminuição do poder de compra de muitos agregados familiares. Por isso, são inúmeros os estudos e as políticas públicas que visam debater e encontrar estratégias para combater os problemas relacionados com a pobreza e a exclusão social, embora, de acordo com os dados e relatórios estatísticos continuem a persistir situações de desigualdade, precariedade e exclusão social, principalmente naquilo que se refere ao acesso ao mercado de trabalho, à educação, à habitação ou à saúde. A nível europeu, em 2012, 24.8% da população (aproximadamente 124.5 milhões de indivíduos) (25.3% em Portugal) encontrava-se em risco de pobreza e/ou exclusão social, de acordo com o indicador compósito adotado pela Estratégia 2020. As crianças e os idosos continuam a ser os grupos mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social, tendo a taxa de risco de pobreza ou exclusão social para as crianças aumentado substancialmente (UE28: 28.1% e Portugal: 27.8%) e a taxa de risco de pobreza e exclusão social na população idosa diminuído ligeiramente (UE28: 19.3% e Portugal: 22.5%), em 2012.

Os fenómenos da pobreza e da exclusão social referem-se a realidades complexas e multifacetadas, e ao serem suscetíveis de múltiplas perceções, o seu estudo deve considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, o influenciam, de forma direta ou indireta. Pois, embora

se possa considerar numa primeira instância que o exercício de uma atividade profissional ou os benefícios associados às prestações sociais permitam diminuir os riscos associados à pobreza e à exclusão social, nem todos os indivíduos que se encontram inseridos no mercado de trabalho ou que beneficiam de apoios sociais são imunes a situações de pobreza. Isto também devido à existência de empregos e remunerações precárias e pelos rendimentos obtidos através das prestações sociais terem diminuído, factos que não acompanham o aumento dos custos de vida e das despesas das famílias.

Os sistemas estatísticos português e europeu, nos últimos anos, disponibilizam dados estatísticos acerca da pobreza e da exclusão social a nível nacional e europeu, no entanto, dada a impossibilidade de os obtermos a nível distrital, pretendeu-se com este relatório identificar e analisar indicadores estatísticos que permitissem compreender as condições de vida da população residente no distrito de Braga. Ou seja, procurou-se que a informação disponibilizada neste relatório fosse pertinente para a caraterização das áreas consideradas e que permitissem comparar os indicadores analisados no distrito de Braga com outros territórios e em diferentes anos.

Ao longo do presente relatório, sempre que possível, foram enunciados os dados estatísticos mais recentes, apesar do hiato continuamente existente que faz com que os dados mais recentes distem cerca de dois anos relativamente ao momento em que são disponibilizados e/ou publicados. Para além de que vários dos indicadores apresentados ao longo deste relatório tiveram por base o recurso aos dados estatísticos dos últimos dois Recenseamentos Gerais da População – Censos 2001 e 2011 – que ocorrem de 10 em 10 anos. Procedeu-se ainda à comparação dos dados estatísticos a nível nacional e, sempre que pertinente, a sua comparação a nível europeu (numa referência à União Europeia

(UE) composta pelos 28 países (UE28)[1]. No mesmo sentido, procurou-se que os indicadores apresentados fossem disponibilizados a nível distrital e concelhio e cujas atualizações fossem regulares. No entanto, grande parte dos relatórios e estudos e bases de dados nacionais e europeias não apresentam indicadores a nível distrital e/ou concelhio, sendo a sua representatividade a nível nacional ou eventualmente, a NUT II. Por exemplo, o Inquérito às condições de vida e rendimento (ICOR) do INE apenas fornece dados a nível regional o que impede que se perceba a situação do distrito de Braga para os indicadores que compõem este inquérito.

Os dados estatísticos analisados neste relatório foram recolhidos com o recurso a bases de dados de vários Organismos Oficiais, no entanto, de forma alguma os indicadores aqui tratados constituem uma base exclusiva de informação estatística para a elaboração de linhas de ação de desenvolvimento local. Para que tal seja totalmente viável, os dados analisados neste relatório deverão ser enriquecidos e aprofundados com o recurso a outros instrumentos de investigação a nível distrital e/ou concelhio.

Este relatório divide-se em duas partes: "Caracterização demográfica e socioeconómica do distrito de Braga" e "Caracterização das condições de vida das famílias e dos indivíduos: indicadores sobre a pobreza e exclusão", e cada uma encontra-se dividida em vários pontos e subpontos, de modo a aprofundar a análise das dimensões abordadas.

A primeira parte - Caracterização demográfica e socioeconómica do distrito de Braga – encontra-se dividida em onze pontos. O primeiro ponto refere-se a uma caracterização territorial do distrito de Braga onde se apresenta a sua localização geográfica, a sua delimitação territorial, as principais características

[1] Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Suécia.

morfológicas do distrito, assim como o número de monumentos, museus, cinemas e galerias de arte.

O segundo ponto - Caracterização da atividade económica e empresarial - apresenta o tecido económico da região de Braga, ou seja, enumerou-se o número de empresas de cada ramo de atividade e as principais sociedades não financeiras com sede no distrito.

No ponto 3 – Caracterização dos equipamentos de resposta social – enumerou-se o número de e os equipamentos de resposta social, fazendo referencia ao número e à capacidade de utentes desses equipamentos sociais.

O ponto 4 – Tendências demográficas – visa analisar o perfil demográfico da população residente no distrito de Braga, identificando-se a sua densidade populacional e o número de indivíduos a residir neste distrito em função do sexo e do grupo etário. Aprofundou-se esta análise através de outros indicadores passíveis de mostrarem as mudanças demográficas ocorridas nos últimos anos, tais como: o índice de envelhecimento e de longevidade; a taxa de natalidade e o índice sintético de fecundidade; a taxa de nupcialidade e a taxa de divorcialidade; a taxa bruta de mortalidade e a taxa de mortalidade infantil. Neste ponto analisou-se ainda as principais tendências migratórias e procedeu-se à caracterização das estruturas familiares com o intuito de compreender as mudanças familiares ocorridas nos últimos anos.

Ao nível do Mercado de trabalho e emprego – ponto 5 – pretendeu-se analisar a percentagem de população ativa e inativa e de população empregada e desempregada. Para a população empregada considerou-se importante realizar uma leitura do seu tempo de trabalho, do número de greves realizadas e de acidentes de trabalho. Para além disso, abordaram-se as principais medidas e programas de apoio à inserção socioprofissional e as taxas de desemprego, por constituírem uma dimensão importante na abordagem à pobreza monetária.

O ponto 6 – Rendimentos e prestações sociais – encontra-se estritamente relacionado com o ponto anterior, analisando-se a média de rendimentos auferidos pelos trabalhadores por conta de outrem, assim como, os rendimentos provenientes de prestações sociais: subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego, rendimento social de inserção e outras prestações sociais essenciais no combate a situações de pobreza e exclusão social.

No ponto 7 – Educação e Formação – quis-se compreender o fenómeno do analfabetismo e os níveis de escolaridade da população residente no distrito de Braga, pelo facto dos indivíduos com baixos níveis de escolaridade serem, por norma, um grupo mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão. No mesmo sentido, identificou-se o número de alunos matriculados por níveis de ensino, o número de alunos estrangeiros a frequentar o sistema de ensino em Portugal e as taxas de sucesso escolar. Também se identificou o número e a distribuição territorial dos estabelecimentos de ensino e das bibliotecas, assim como, os recursos humanos afetos ao sistema de ensino. A respeito da população mais jovem as principais preocupações encontram-se relacionadas com as taxas de retenção/desistência, de abandono escolar e de abandono precoce de educação e formação. No que concerne às despesas públicas com a educação, registou-se a evolução do número de bolseiros do ensino superior e a variação no recurso a apoios na ação social escolar. Por último, identificaram-se as despesas das famílias com educação.

As condições de saúde, muitas vezes, não estão apenas relacionadas às carências económicas, mas ao acesso aos estabelecimentos ou ao número de recursos humanos nesta área, colocou-se neste ponto (Ponto 8), o levantamento realizado no que concerne ao número de estabelecimentos de saúde e recursos humanos afetos a esta área e o número de serviços prestados por estes estabelecimentos. Para além disso, analisaram-se as principais doenças da população residente no distrito, bem como, os consumos de álcool e drogas.

Ao nível da habitação – ponto 9 – caracterizou-se os edifícios do distrito de Braga e procedeu-se a uma análise da tipologia, características e condições dos alojamentos, por estes últimos constituírem uma dimensão caracterizadora do nível de vida dos indivíduos. Por se estimar que em Portugal, pelo menos 20% da população não tenha condições de acesso à habitação sem apoio público, neste relatório tornou-se imprescindível a análise das condições de habitação da população residente no distrito de Braga, assim como a evolução no recurso à habitação social.

No ponto 10 – Condições de segurança e ambientais – apresentou-se a taxa de criminalidade da região em análise e o número de processos e condenações registados no distrito de Braga, por um lado e, por outro lado, analisou-se a percentagem de população residente no distrito com acesso a água canalizada, a saneamento e à recolha de resíduos urbanos.

Por último, o ponto 11 referente ao Poder de Compra e Consumos das famílias engloba indicadores que de algum modo não podem ser inseridos em nenhum dos pontos anteriores, mas que contribuem para a caracterização das condições e estilos de vida da população em análise. Por isso, identificou-se o poder de compra das famílias, o tipo de consumos domésticos realizados, a evolução no consumo de combustíveis e na compra de automóveis, as movimentações realizadas em ATM e o tipo de créditos e depósitos realizados, assim como, o número de famílias em situação de sobreendividamento e com insolvências e a evolução no recurso a ajudas alimentares.

A segunda parte do relatório - Caracterização das condições de vida das famílias e dos indivíduos: indicadores sobre a pobreza e exclusão – encontra-se dividida em dois pontos: Portugal no contexto da União Europeia; Incidência da Pobreza e Exclusão no distrito de Braga.

No primeiro ponto pretendeu-se contextualizar a situação nacional ao nível da pobreza e da exclusão em comparação aos restantes país da UE28, pelos

dados estatísticos sobre a pobreza e exclusão apenas serem produzidos ao nível nacional. Por isso, encontra-se neste ponto do relatório as taxas de risco e intensidade de pobreza nacionais, a taxa de privação material e a intensidade laboral muito reduzida, que permitem realizar uma leitura mais verdadeira das condições de vida dos agregados familiares. Para além disso, neste ponto também se analisou a distribuição do rendimento (S80/S20 e S90/S10) e o índice de Gini.

No ponto 2 e considerando a pobreza e a exclusão social fenómenos multidimensionais, selecionaram-se alguns indicadores analisados e discutidos na primeira parte do relatório, procurando-se entender a multidimensionalidade da pobreza e da exclusão para além de uma mera análise económica. Construindo um conjunto alargado de indicadores que permitissem uma aproximação à informação pretendida, baseado no Referencial Estratégico do Observatório de Luta contra a Pobreza de Lisboa (OLCPL). A este respeito importa reforçar a ideia de que a pobreza e exclusão social se encontram ligadas a aspetos monetários e não monetários, de modo que há fatores que se não são a sua causa estão fortemente correlacionados. Por isso, uma vez mais, destaca-se que se pretendeu que os outros indicadores selecionados neste ponto fossem aqueles que refletissem uma maior relação de causa-efeito nas situações de pobreza e exclusão social, embora esta seleção possa constituir uma visão redutora da pobreza e da exclusão, na primeira parte do relatório será possível identificar outros indicadores cuja influência se pode fazer sentir num peso mais reduzido.

Nas considerações finais apresenta-se um sumário de todo o relatório, assim como se destacam alguns grupos sociais considerados numa situação socioeconomicamente mais vulneráveis. Nas referências bibliográficas apresenta-se todos os documentos citados ao longo do relatório, essenciais para a

elaboração do mesmo, assim como, todas as páginas *web* das bases de dados dos Organismos Oficiais consultadas.

PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA DO DISTRITO DE BRAGA

1. Breve caracterização territorial do distrito de Braga

O distrito de Braga, pertencente à província do Minho, encontra-se integrado na região Norte com uma área territorial de 2 707 quilómetros quadrados (km²) (15.º maior distrito português), correspondente a cerca de 35% da área total do País. A sua altitude varia entre 281 metros (concelho de Esposende) e os 1 527 metros (concelho de Terras de Bouro), correspondente à altitude máxima de toda a região Norte.

Segundo a divisão atual do país, no território deste distrito existem duas subregiões: o Cávado (Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde) e o Ave (Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto[2], Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela). O distrito de Braga encontra-se administrativamente dividido em 14 concelhos (Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vila Verde, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela), dos quais 7 são cidades (Barcelos, Braga, Esposende, Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vizela).

[2] O concelho de Mondim de Basto pertence ao distrito de Vila Real.

Figura 1 – *Concelhos do Distrito de Braga*

Fonte: Município de Braga, 2008

Atendendo à figura 1, os concelhos do distrito situados mais a Este são aqueles de cariz mais rural (Terras de Bouro, Vieira do Minho, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto), enquanto aqueles que geograficamente se situam mais a Oeste correspondem a concelhos mais urbanos (Esposende, Barcelos, Braga, Guimarães, Vizela e Vila Nova de Famalicão). Os restantes concelhos são caracterizados como semiurbanos (Vila Verde, Amares, Póvoa de Lanhoso e Fafe).

O distrito de Braga conta com duas áreas protegidas nos concelhos de Esposende e Terras de Bouro, uma orla costeira no concelho de Esposende, cujas águas eram de excelente qualidade, em 2013, e duas albufeiras de águas públicas em Terras de Bouro e Vieira do Minho.

Através da análise da tabela 1, concluiu-se que o concelho de Barcelos era aquele que se destaca por possuir um maior número de freguesias (61 freguesias) e a maior área territorial (379 km^2). Por sua vez, o concelho de Vizela caracterizou-se pelo número reduzido de freguesias (5 freguesias) e a menor área territorial (25 km^2). Da mesma análise verificou-se que, seguindo-

se a Barcelos, os concelhos com maior número de freguesias eram Guimarães (48 freguesias), Braga (37 freguesias) e Vila Nova de Famalicão (34 freguesias). No que concerne à área territorial, seguem-se Terras de Bouro (227 km^2), Cabeceiras de Basto (242 km^2) e Guimarães (241 km^2) como sendo aqueles que detinham uma maior superfície.

Tabela 1 - Superfície (km^2) e Nº de freguesias por concelho, em 2013

Territórios	Superfície (km^2)	Nº de freguesias
Amares	82	16
Barcelos	379	61
Braga	183	37
Esposende	95	9
Terras de Bouro	277	14
Vila Verde	229	33
Fafe	219	25
Guimarães	241	48
Póvoa de Lanhoso	135	22
Vieira do Minho	216	16
Vila Nova de Famalicão	202	34
Vizela	25	5
Cabeceiras de Basto	242	12
Celorico de Basto	181	15

Fonte: PORDATA com base no INE

Segundo o Recenseamento Geral da Agricultura do Instituto Nacional de Estatística (INE) (2011), o concelho de Barcelos, em 2009, possuía a maior superfície agrícola do distrito (109.85 km^2), seguindo-se o concelho de Terras de Bouro (67.86 km^2). Enquanto, o concelho de Vizela era aquele que registava uma menor superfície agrícola (4.23 km^2). Do total de superfícies agrícolas do distrito encontrava-se em utilização 604.51 km^2 e a maioria destas tinham entre 1 a 5 hectares de superfície (232.49 km^2).

Os incêndios florestais nesta região do Norte de Portugal diminuíram entre 2009 e 2013, passando de 3 042 para 2 064 incêndios florestais. O concelho

de Celorico de Basto foi aquele que registou o maior número de incêndios florestais (271 incêndios florestais) e o concelho de Esposende registou o menor número de incêndios florestais do distrito (16 incêndios florestais), em 2013. Neste mesmo ano, os incêndios florestais corresponderam a 4 082 hectares de povoamentos florestais ardidos (3 003 hectares em 2009) e a 7 943 hectares de matos ardidos (8 651 hectares em 2009). O concelho de Fafe foi aquele que registou o maior número de hectares de povoamentos florestais ardidos (817 hectares) e o concelho de Cabeceiras de Basto foi aquele que registou o maior número de hectares de matos ardidos (1 740 hectares).

No distrito de Braga, em 2012, existiam 216 bens imóveis culturais, dos quais 155 correspondiam a monumentos. Em termos de categoria de proteção, estes bens imóveis caracterizam-se por monumentos nacionais (59 bens imóveis), por imóveis de interesse público (143 bens imóveis) e por imóveis de interesse municipal (14 bens imóveis). Note-se que Braga é o concelho com o maior número de bens imóveis (55 bens imóveis), seguindo-se o concelho de Guimarães (50 bens imóveis). Para além disso, existem, no distrito de Braga, 22 museus e 33 galerias de arte ou outros espaços de exposições temporárias. O concelho de Guimarães apresentou o maior número de museus (6 museus) e o concelho de Braga o maior número de galerias (8 galerias).

No distrito de Braga, existem 35 salas de cinema (16 salas no concelho de Braga, 12 salas no concelho de Guimarães, 3 salas no concelho de Vizela, 2 salas no concelho de Barcelos, 1 sala no concelho de Esposende e 1 sala no concelho de Vila Nova de Famalicão).

O total das despesas correntes das Câmaras Municipais do distrito de Braga em atividades culturais e de desporto foi, em 2012, de 61 764 milhares de euros (€) (39 822.9 milhares de euros em 2009). Em despesas

correntes, esse valor situou-se nos 35 385.7 milhares de euros, dos quais 2 668.2 milhares de euros referentes ao património, 2 536.2 milhares de euros a publicações e leitura, 805.4 milhares de euros a música, 501.7 milhares de euros a artes cénicas, 4 675.7 milhares de euros a atividades socioculturais, 1 406.3 milhares de euros a recintos culturais e 14 657 milhares de euros a jogos e desporto. Entre 2011 e 2012, ao contrário do que se constatou a nível nacional (732 767.5 milhares de euros em 2009 e 443 261.8 milhares de euros em 2012) e na região Norte (187 808.4 milhares de euros em 2009 e 147 245.8 milhares de euros em 2012), as Câmaras Municipais do distrito de Braga aumentaram as despesas correntes em cultura e desporto. Em termos concelhios, a análise das despesas municipais correntes em atividades culturais e de desporto concluiu que o concelho de Braga foi aquele onde se registou o maior aumento deste tipo de despesas (7 189.8 milhares de euros, em 2009 e 14 029.2 milhares de euros, em 2012) e o concelho de Cabeceiras de Basto aquele que menos despesas apresentou (83.7 milhares de euros, em 2012).

2. Breve caracterização da atividade económica e empresarial

2.1. Empresas não Financeiras[3]

No distrito de Braga, em 2012, existiam 76 439 empresas não financeiras, o que representa cerca de 22% das empresas não financeiras existentes na região Norte. A densidade de empresas no distrito de Braga era, em 2012, 32.6 empresas por km^2, o que reflete um valor superior ao nacional (12.1 empresas por km^2) e da região Norte (16.7 empresas por km^2). O concelho de Braga foi aquele que apresentou o maior número de empresas por km^2 (103.7 empresas por km^2), seguindo-se o concelho de Vizela (73 empresas por km^2).

A maioria das empresas sediadas no distrito eram empresas individuais (67.7% no distrito de Braga, 67.6% no território nacional e 67% na região Norte) e que cada uma tinha, em média, 3.2 pessoas ao serviço, o que corresponde a um valor idêntico ao nacional e da região Norte (3.4 pessoas ao serviço em cada empresa, em média).

Segundo o INE, a principal atividade económica desenvolvida, no distrito de Braga, era o comércio por grosso e a retalho, correspondendo a cerca de ¼ das empresas sitas no distrito. As empresas dedicadas às indústrias transformadoras foram aquelas que apareceram em segundo lugar (9 836 empresas, 12.9%), seguindo-se as empresas ligadas à área da construção (7 182 empresas, 9.4%), as empresas com atividades administrativas e dos serviços de apoio (6 752 empresas, 8.8%), as empresas com atividades de

[3] Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais (metainformação - INE).

consultadoria, científicas, técnicas e similares (6 695 empresas, 8.8%), as empresas ligadas ao alojamento, restauração e similares (5 954 empresas, 7.8%) e as empresas que se dedicam a atividades de saúde humana e apoio social (5 411 empresas, 7.1%). As restantes atividades económicas apresentam um menor número de empresas na região, como é o caso, das empresas ligadas à educação (4 490 empresas, 5.9%), as empresas com outras atividades de serviços (que não se encaixam nos setores de atividade apresentados) (3 630 empresas, 4.7%), as empresas com atividades imobiliárias (2 049 empresas, 2.7%), as empresas que desenvolvem atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas (1 120 empresas, 1.5%), as empresas de transporte e armazenagem (1 046 empresas, 1.4%), as empresas com atividades de informação e comunicação (695 empresas, 0.9%) e, por último, as empresas com representação de 0.1% no total das empresas (não representadas em todos os concelhos): empresas ligadas à captação, tratamento e distribuição de água (101 empresas), as empresas de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (82 empresas), as empresas de indústrias extrativas (73 empresas) e as empresas ligadas à pesca (46 empresas).

Em 2012, as empresas anteriormente mencionadas empregavam 275 075 indivíduos no distrito de Braga. As empresas ligadas à indústria transformadora eram aquelas que empregavam mais indivíduos (107 554 indivíduos, 39.1%), seguindo-se as empresas de comércio por grosso e a retalho (51 566 empresas, 18.8%) e as empresas da área da construção (35 135 empresas, 12.7%).

Em termos de dimensão das empresas do distrito de Braga, a grande maioria das empresas (71 990 empresas, 94.2%) tinham menos de 10 indivíduos ao serviço, seguindo-se as empresas com 10 a 19 indivíduos afetos ao serviço (2 505 empresas, 3.3%), as empresas com 20 a 49 trabalhadores (1 137 empresas, 1.7%), as empresas com 50 a 249 indivíduos ao serviço

(574 empresas, 0.8%) e, por último, as empresas com 250 ou mais trabalhadores (53 empresas).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB)[4] das empresas não financeiras foi, em 2012, de 4 594 840 milhares de euros, sendo cerca de 45% relativo às empresas de indústria transformadora (2 066 338 milhares de euros), 16.3% referente às empresas de comércio por grosso e a retalho (747 121 milhares de euros) e 12.5% relativo às empresas dedicadas à construção (573 375 milhares de euros).

O volume de negócios[5] das empresas sitas no distrito de Braga foi, em 2012, 18 991 986 milhares de euros. Da mesma forma, que no VAB, as empresas com maior volume de negócios foram aquelas ligadas às indústrias transformadoras (7 747 880 milhares de euros, 40.8% do total de volume de negócios do distrito). A nível nacional e na região Norte, as empresas ligadas ao comércio por grosso e a retalho foram as que apresentaram um maior volume de negócios, em 2012.

Segundo os dados disponibilizados pelo Serviço de Estatística da União Europeia (Eurostat), a nível nacional, aumentou a taxa de mortalidade das empresas independentemente do setor de atividade económica das mesmas, entre 2008 e 2012. Neste último ano, a taxa de mortalidade das empresas[6]: de indústria extrativas era 16.9% (10.2% em 2008); de indústria transformadora era 17.9% (11.0% em 2008), de comércio por grosso e a retalho era 21.4% (12.6% em 2008), de construção era 24.4% (14.7% em 2008) e de alojamento e restauração era 24.8% (13.1% em 2008).

[4] Valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo (SIM – INE).

[5] O volume de negócios é o montante obtido por uma empresa com a venda de bens e a prestação de serviços, excluindo impostos (metainformação- PORDATA).

[6] Os valores apresentados são provisórios.

Recorrendo à mesma fonte estatística, percebeu-se uma evolução desfavorável da taxa de natalidade das empresas de todos os setores de atividade, entre 2008 e 2012. Assim, neste último ano, a taxa de natalidade das empresas ligadas às indústrias extrativas foi de 3.7% (7.7% em 2008), de 7.7% para as empresas ligadas às indústrias transformadoras (8.9% em 2008), de 7.7% naquelas ligadas à construção (12.0% em 2008), de 9.8% nas empresas de comércio por grosso e a retalho (10.8% em 2011) e, por último, as empresas ligadas ao alojamento e restauração praticamente mantiveram a mesma taxa de natalidade (12.8% em 2008 e 12.7% em 2012).

2.2. Sociedades não financeiras[7]

Em 2012, existiam, no distrito de Braga, 27 113 sociedades não financeiras, principalmente nas áreas do comércio por grosso e a retalho (7 300 sociedades, 26.3%), das indústrias transformadoras (5 820 sociedades, 21.5%) e da construção (3 836 sociedades, 14.1%). À imagem das empresas não financeiras, as sociedades não financeiras tinham, na sua maioria, menos de 10 trabalhadores (83.9%).

Segundo a informação disponibilizada pela Direção Geral de Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça (MJ), no distrito de Braga, em 2013, foram constituídas 2 902 sociedades, o que representa mais 750 sociedades constituídas do que em 2009. A maioria destas sociedades pertenciam à área dos serviços (2 003 sociedades) e as restantes na área da indústria, construção e energia (899 sociedades). Por sua vez, em 2013, foram dissolvidas 1 048 sociedades (1 646 sociedades dissolvidas em 2009), a maioria pertencente à

[7] O setor das sociedades não financeiras agrupa as unidades institucionais cujas operações de repartição e financeiras são separadas das dos seus proprietários e cuja função principal consiste em produzir bens e serviços não financeiros mercantis. A maior parte da produção destas unidades é produção mercantil (metainformação – INE).

área dos serviços (736 sociedades) e as restantes à área da indústria, construção e energia (312 sociedades).

Os dados estatísticos apresentados anteriormente são indicativos de que, a nível distrital, em 2013, foram constituídas 2.8 sociedades por cada sociedade dissolvida. Enquanto, em 2009, o número de sociedades constituídas por cada sociedade dissolvida era menor (1.5 sociedades constituídas por cada sociedade dissolvida).

2.3. A destacar a nível distrital

- 22% das empresas não financeiras existentes na região Norte encontravam-se sediadas no distrito de Braga.
- Existe uma maior densidade empresarial em relação a Portugal e à região Norte.
- 67.7% das empresas referem-se a empresas em nome individual.
- Em média, cada empresa tinha 3.2 pessoas ao serviço.
- 94.2% das empresas não financeiras e 83.9% das sociedades não financeiras tinham menos de 10 indivíduos ao serviço.
- ¼ das empresas destinavam-se ao comércio por grosso e a retalho
- Registaram-se 275 075 empregados nas empresas não financeiras.
- Aumentou a taxa de mortalidade das empresas e diminuiu a taxa de natalidade das empresas, entre 2008 e 2012.
- Aumentou o número de sociedades constituídas e diminuiu o número de sociedades dissolvidas, entre 2009 e 2013. Ou seja, aumentou o número de sociedades constituídas por número de sociedades dissolvidas.

3. Caracterização dos equipamentos de resposta social

Segundo o Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), o número de equipamentos de resposta social aumentaram entre 2010 e 2013, independentemente do tipo de resposta social. Deste modo, existem atualmente no distrito 208 creches (192 em 2010), 27 centros de atividades ocupacionais (22 em 2010), 22 lares residenciais (15 em 2010), 118 centros de dia (105 em 2010), 151 estruturas residenciais para idosos (124 em 2010) e 202 equipamentos sociais de serviço de apoio ao domicílio (191 em 2010). Em consequência do aumento dos equipamentos de resposta social, aumentou a capacidade total de utentes aos quais se tornou possível dar resposta. Assim, em 2013, a capacidade total das creches era de 9 999 utentes (8 982 utentes em 2010), dos centros de atividades ocupacionais de 939 utentes (729 utentes em 2010), dos lares residenciais de 362 utentes (232 utentes em 2010), dos centros de dia de 2 676 utentes (2 269 utentes em 2010), das estruturas residenciais para idosos de 5 344 utentes (4 115 utentes em 2010) e o serviço de apoio domiciliário (idosos) tinha uma capacidade total de resposta para 6 390 (5 514 utentes em 2010). Apesar do aumento da capacidade total dos equipamentos de resposta social enunciado anteriormente, os equipamentos de resposta social registaram um total de utentes inferior à sua capacidade total. Ou seja, as creches davam, em 2013, resposta a 8 530 utentes, os centros de atividades ocupacionais acolhiam 842 utentes, nos lares residenciais encontravam-se 295 utentes, os centros de dia recebiam 2 241 utentes, nas estruturas residenciais para idosos estavam 4 789 utentes e o serviço de apoio a domicílio apoiava 5 575 utentes. (Tabela 2).

Tabela 2 – Capacidade das respostas sociais, em 2013

Concelhos	Creche	Centro de Atividades Ocupacionais	Lar Residencial	Centro de Dia	Estrutura Residencial (Idosos)	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)
Amares	103	0	0	65	116	113
Barcelos	1 133	70	10	370	539	597
Braga	2 406	254	80	579	1 135	848
Cabeceiras de Basto	160	36	24	34	178	305
Celorico de Basto	136	30	12	0	198	283
Esposende	560	30	0	171	148	154
Fafe	649	80	20	121	355	491
Guimarães	1 974	128	47	521	1 046	716
Póvoa de Lanhoso	189	38	87	77	147	423
Terras de Bouro	94	0	0	20	95	172
Vieira do Minho	45	0	0	41	149	370
Vila Nova de Famalicão	1 924	179	48	593	651	1 297
Vila Verde	424	54	16	24	478	513
Vizela	202	40	18	60	109	108
Total do Distrito	**9 999**	**939**	**362**	**2 676**	**5 344**	**6 390**

Fonte: GEP, Carta Social

Para além dos equipamentos de resposta social enunciados na tabela anterior, no distrito de Braga, era possível encontrar outros ligados à infância e à juventude, à população adulta e à família e comunidade. Relativamente à infância e juventude, para além das creches, existiam 12 centros de acolhimento temporário de crianças e jovens (com 156 utentes e capacidade total para 186 utentes); 171 centros de atividades de tempos livres (com 9 204 e capacidade total para 11 974 utentes); 1 centro de apoio à família e aconselhamento parental (com 100 utentes e capacidade para 100 utentes); 5 centros de intervenção precoce (com 551 utentes e capacidade para o mesmo número), 2 lares e apoio (com 13 utentes e capacidade para 14 utentes) e 21 lares de infância e juventude (com 479 utentes e capacidade para 620 utentes).

No que concerne aos equipamentos de resposta social para a população adulta, além dos centros de atividades ocupacionais, dos lares residenciais, dos centros de dia, das estruturas residenciais para idosos e do serviço de apoio domiciliário para idosos, identificaram-se outras 24 respostas para a população com idades mais elevadas (18 centros de convívio (com 568 utentes e capacidade para 764 utentes), 1 centros de noite (com 12 utentes e capacidade para o mesmo número), 2 fóruns socioprofissionais (com 40 utentes e capacidade para 43 utentes), 3 residências autónomas (com 5 utentes e capacidade para 15 utentes)) e 7 respostas para a população com deficiência (3 centros de atendimento/aconselhamento na deficiência (com 376 utentes e capacidade para 384 utentes) e 4 equipamentos de serviço de apoio ao domicílio (deficiência) (com 69 utentes e capacidade para 101 utentes)).

Os outros equipamentos direcionados para responder às necessidades das famílias e da comunidade são: 1 equipamento de ajuda alimentar a carenciados (com 432 utentes e capacidade para 684 utentes); 1 apartamento de reinserção social (com 20 utentes e capacidade para 29 utentes); 17 equipamentos que prestam atendimento e aconselhamento social (com 20 312 utentes e capacidade para 20 682 utentes); 1 equipamento de atendimento e aconselhamento psicossocial (8 utentes e capacidade para 40 utentes); 7 centros comunitários (com 3 714 utentes e capacidade para 3 637 utentes); 1 centro de alojamento temporário e 1 comunidade de inserção (com 47 utentes e 42 utentes, com capacidade completa, respetivamente); 2 centros de férias e lazer (com 2 068 utentes e capacidade para 2 314 utentes); uma equipa de intervenção direta (com 53 utentes e capacidade para 61 utentes); 10 refetórios/cantinas sociais (com 564 utentes e capacidade para 685 utentes); 1 residência para pessoas com VIH/SIDA e um equipamento com serviço de apoio a pessoas com VIH/SIDA (com 3 utentes com capacidade para 5 utentes e com 8 utentes com capacidade para 9 utentes, respetivamente).

Por último, existiam, no distrito, em 2013, 3 equipamentos sociais de apoio em regime ambulatório (com 623 utentes e capacidade para 603). Note-se que os centros comunitários e os equipamentos de apoio em regime ambulatório eram os únicos do distrito cujo número de utentes assistido era superior à sua capacidade total.

3.1. A destacar a nível distrital

- A maioria dos equipamentos de resposta social destina-se à população adulta.
- Os centros comunitários e os equipamentos de apoio em regime ambulatório assistiam, em 2013, um número de utentes superior à sua capacidade total.

4. Tendências demográficas

4.1. Densidade populacional e população residente

De acordo com os dados estatísticos do INE, verificou-se um decréscimo no número médio de indivíduos por km^2 em todos os concelhos do distrito de Braga, tal como aconteceu na região Norte e no território nacional. Contudo, a maioria dos concelhos do distrito (Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Vila Verde, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela) possui uma densidade populacional[8] largamente superior à verificada para Portugal e para a região Norte (Tabela 3).

Tabela 3 - Densidade populacional

Territórios	N.º médio de indivíduos por Km²	
Anos	2009	2013
Portugal	114.6	113.4
Norte	174.3	171.7
Amares	231.1	227.4
Barcelos	320.2	316.2
Braga	979.9	992.3
Esposende	359.8	359.2
Terras de Bouro	27.0	25.0
Vila Verde	210.0	209.2
Fafe	233.9	228.7
Guimarães	660.7	650.6
Póvoa de Lanhoso	166.9	162.4
Vieira do Minho	61.1	58.4
Vila Nova de Famalicão	663.0	663.9
Vizela	959.8	965.9
Cabeceiras de Basto	70.3	68.0
Celorico de Basto	111.9	109.8
Total do Distrito	361.1	359.8

Fonte: INE

[8] Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado) (SIM - INE).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em Portugal, em 2013, 62% da população vivia em áreas urbanas. O que coincide, com os dados apresentados anteriormente, verificando-se uma menor densidade populacional nos concelhos de cariz mais rural (Terras de Bouro, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto).

O distrito de Braga evidenciou, entre 2009 e 2013, uma perda progressiva da sua população residente[9] (850 402 habitantes, em 2009 e 844 865 habitantes, em 2013), tendo-se registado uma diminuição populacional em todos os concelhos. O distrito de Braga registava um total de 8% da população residente em Portugal e 23.1% da população residente na região Norte. O concelho de Braga era aquele com maior representatividade populacional do distrito (181 797 habitantes), seguindo-se o concelho de Guimarães (156 762 habitantes) e o concelho de Vila Nova de Famalicão (133 843 habitantes). Para além disso, ainda foi possível afirmar que 52% da população do distrito de Braga era do sexo feminino (405 876 homens e 438 991 mulheres) (Tabela 4).

[9] Pessoas que, independentemente de no momento de observação – zero horas do dia de referência – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres (SIM - INE).

Tabela 4 – População residente em função do sexo, em 2013

Territórios	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Portugal	10 457 295	4 976 859	5 480 437
Norte	3 655 215	1 743 703	1 911 512
Amares	18 635	9 013	9 622
Barcelos	119 824	57 791	62 033
Braga	181 979	86 648	95 331
Esposende	34 268	16 285	17 983
Terras de Bouro	6 929	3 316	3 613
Vila Verde	47 838	22 956	24 882
Fafe	50 097	23 607	26 491
Guimarães	156 762	75 850	80 912
Póvoa de Lanhoso	21 867	10 392	11 475
Vieira do Minho	12 651	6 080	6 571
Vila Nova de Famalicão	133 843	64 647	69 196
Vizela	23 856	11 660	12 196
Cabeceiras de Basto	16 442	7 992	8 451
Celorico de Basto	19 874	9 639	10 235
Total do Distrito	844 865	405 876	438 991

Fonte: INE

A análise da população residente segundo os diferentes grupos etários permitiu verificar uma diminuição do grupo etário mais jovem (de 143 143 habitantes para 128 760 habitantes) em função de um aumento do grupo etário que compreende idades mais elevadas (114 525 habitantes para 126 215 habitantes), entre 2009 e 2013. Por isso, nos concelhos de Amares, Terras de Bouro, Vila Verde, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, a população com idade igual ou superior a 65 anos apresentou-se num número mais elevado do que a população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. O mesmo é verificável em relação a Portugal e à região Norte, onde o número de habitantes com idades superiores a 65 anos é superior ao número de habitantes com idades inferiores a 14 anos (Tabela 5).

Tabela 5 – População residente em função do grupo etário, em 2013

Territórios	Grupos etários		
	0-14	15-64	65+
Portugal	1 536 028	6 870 043	2 051 225
Norte	528 248	2 482 408	644 560
Amares	2 868	12 700	3 068
Barcelos	18 376	84 200	17 249
Braga	28 878	128 376	24 725
Esposende	5 538	23 719	5 011
Terras de Bouro	836	4 385	1 708
Vila Verde	7 657	31 874	8 307
Fafe	7 283	34 549	8 265
Guimarães	23 066	111 407	22 290
Póvoa de Lanhoso	3 295	14 793	3 779
Vieira do Minho	1 653	8 189	2 810
Vila Nova de Famalicão	20 263	94 290	19 290
Vizela	3 676	17 339	2 841
Cabeceiras de Basto	2 531	10 870	3 042
Celorico de Basto	2 840	13 204	3 830
Total do Distrito	128 760	589 895	126 215

Fonte: INE

Face aos dados expostos foi possível concluir que o distrito de Braga apresentava uma população mais jovem em comparação com os dados estatísticos da região Norte e do território nacional. Ou seja, a população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos representa 15.2% dos habitantes do distrito (Norte: 14.5% e Portugal: 14.7%). Para além de que a população com idades iguais ou superiores a 65 anos representa 14.9% da população do distrito de Braga (Norte: 17.6% e Portugal: 19.6). Apesar de se considerar que a população do distrito de Braga é mais jovem em comparação com os dados estatísticos nacionais, registou-se um aumento bastante significativo na faixa etária dos mais de 65 anos, já que em 2001, esta população representava 11.8% dos habitantes do distrito de Braga.

O escalão etário dos "15-64 anos" também acompanhou a evolução do grupo etário com idades mais elevadas, pois enquanto, em 2001, representava

68.9% da população residente no distrito, em 2013, representava 69.8% dessa mesma população, refletindo um envelhecimento da própria população ativa. Note-se que, em 2012, residiam, no distrito de Braga, 59 057 indivíduos com 75 ou mais anos (22 360 indivíduos do sexo masculino e 36 697 indivíduos do sexo feminino), correspondendo a 47.5% da população com 65 ou mais anos (cf. índice de longevidade).

A tabela 6 mostra que, em 2011, residiam no distrito de Braga, 34 638 indivíduos com elevado grau de dificuldade, ou seja, 1 813 indivíduos revelaram que não conseguiam ver, 1 770 indivíduos referiram que não conseguiam ouvir, 7 738 indivíduos não conseguiam andar ou subir degraus, 7 010 indivíduos referiram ter falta de memória ou concentração, 11 106 indivíduos não conseguiam tomar banho ou vestir-se sozinhos e 5 194 indivíduos referiram não conseguir compreender os outros ou fazer-se compreender. A maioria dos indivíduos que revelaram ter este tipo de dificuldades pertencia ao sexo feminino (21 034 indivíduos, 60.7%). De referir que 21.7% da população com elevado grau de dificuldades pertencente à região Norte, reside no distrito de Braga.

Tabela 6 – População residente com algum tipo de dificuldade, em 2011

Zona geográfica Grau de dificuldade sentido	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
Portugal						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	892860	506342	875129	552937	323451	331860
Não consegue efetuar a ação	27659	26860	104871	102440	148106	68029
Norte						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	298273	169197	300836	189270	110465	115724
Não consegue efetuar a ação	8642	8409	34554	33496	51457	23399
Amares						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	1206	786	1483	802	539	508
Não consegue efetuar a ação	47	49	225	172	320	127
Barcelos						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	9251	4828	9843	5975	3305	3717

Não consegue efetuar a ação	292	297	1122	1056	1573	768
Braga						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	10913	6189	11283	7227	4101	4424
Não consegue efetuar a ação	354	398	1478	1546	2041	1077
Esposende						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	2401	1366	2601	1564	949	958
Não consegue efetuar a ação	86	66	320	314	463	206
Terras de Bouro						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	699	453	967	469	348	312
Não consegue efetuar a ação	21	24	115	73	173	58
Vila Verde						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	4089	2350	4500	2622	1489	1730
Não consegue efetuar a ação	122	103	652	519	897	396
Fafe						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	3795	2339	4261	2410	1597	1593
Não consegue efetuar a ação	134	102	492	390	724	302
Guimarães						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	10172	5731	10315	6568	3783	4172
Não consegue efetuar a ação	282	275	1136	1054	1606	784
Póvoa de Lanhoso						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	1578	986	2037	1132	738	744
Não consegue efetuar a ação	66	52	266	213	359	189
Vieira do Minho						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	1234	799	1417	699	531	484
Não consegue efetuar a ação	53	54	172	108	213	93
Vila Nova de Famalicão						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	9700	5185	9557	6238	3470	3921
Não consegue efetuar a ação	237	220	1128	1053	1723	772
Vizela						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	1772	897	1569	1000	531	611
Não consegue efetuar a ação	38	52	159	159	277	122
Cabeceiras de Basto						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	1657	1012	1656	1009	595	621
Não consegue efetuar a ação	32	44	222	169	360	137
Celorico de Basto						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	1969	1169	2174	1140	783	762
Não consegue efetuar a ação	49	41	251	184	377	163
Total do Distrito						
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	60436	34090	63663	38855	22759	24557
Não consegue efetuar a ação	1813	1777	7738	7010	11106	5194

Fonte: INE - XV Recenseamento Geral da População

4.2. Outros indicadores das mudanças demográficas

4.2.1. Índice de envelhecimento e índice de longevidade

Face ao exposto anteriormente, foi imperativo verificar o índice de envelhecimento[10] populacional dos concelhos em análise, visto que na maioria dos concelhos aumentou a população da faixa etária com 65 ou mais anos. O concelho de Vizela era o menos envelhecido do distrito de Braga (77 idosos por cada 100 jovens com menos de 15 anos) e Terras de Bouro o mais envelhecido (204 idosos por cada 100 jovens). Para além disso, o índice de envelhecimento dos concelhos do distrito de Braga (à exceção de Terras de Bouro – 204.2%; Vieira do Minho – 170.0%; Cabeceiras de Basto – 129.2% e Celorico de Basto – 134.9%) era mais baixo do que o índice de envelhecimento nacional e na região Norte (115 idosos por cada 100 jovens com menos de 15 anos, no distrito de Braga, 133 idosos por cada 100 jovens com menos de 15 anos, a nível nacional, e 122 idosos por cada 100 jovens com menos de 15 anos a residir na região Norte). A este respeito importa salientar que o índice de envelhecimento aumentou em todos os concelhos em análise (Tabela 7).

[10] Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (SIM - INE).

Tabela 7 – Índice de Envelhecimento e índice de longevidade

Territórios	Índice de envelhecimento %		Índice de longevidade %	
Anos	2009	2013	2009	2013
Portugal	117.8	133.5	46.9	48.9
Norte	102.2	122.0	46.1	48.0
Amares	88.7	107.0	49.1	50.6
Barcelos	73.8	93.9	44.6	46.6
Braga	70.5	85.6	45.7	46.1
Esposende	76.8	90.5	45.2	46.4
Terras de Bouro	169.1	204.2	52.7	55.9
Vila Verde	92.8	108.5	48.2	51.8
Fafe	93.6	113.5	45.8	48.0
Guimarães	76.6	96.6	42.7	44.6
Póvoa de Lanhoso	93.1	114.7	49.0	53.1
Vieira do Minho	141.2	170.0	49.5	54.8
Vila Nova de Famalicão	75.8	95.2	42.7	44.9
Vizela	60.5	77.3	40.4	42.1
Cabeceiras de Basto	106.8	120.2	53.1	57.0
Celorico de Basto	115.1	134.9	52.9	56.9
Total do Distrito	95.3	115.2	47.3	49.9

Fonte: INE

A nível europeu, Portugal encontrava-se entre os países mais envelhecidos, embora fosse a Alemanha a ocupar a primeira posição, registando, em 2012, cerca de 157 idosos por cada 100 jovens com menos de 15 anos (PORDATA com base no Eurostat).

O índice de longevidade[11] no distrito, que relaciona a população com 75 ou mais anos com o total da população idosa com 65 ou mais anos, era, em 2013, 49.9% face a 47.3%, em 2009. Isto é indicativo de que, tanto em 2009 como em 2013, o índice de longevidade do distrito era superior ao da região Norte (46.1 % em 2009 e 48% em 2013), assim como ao nacional

[11] Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (SIM – INE).

(46.9% em 2009 e 48.9% em 2013), tendo-se registado um aumento deste índice a nível distrital, nacional e na região Norte.

Em termos concelhios, nos concelhos de Braga, Esposende e Fafe, o índice de envelhecimento registou uma diminuição, enquanto nos restantes concelhos a proporção da população mais idosa face à população idosa aumentou (à exceção do concelho de Vila Nova de Famalicão que permaneceu igual). Para além disso, em Amares, Terras de Bouro, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, o índice de longevidade ultrapassou os 50, o que significa que a maior parte da sua população idosa tinha 75 ou mais anos.

Em 2012, a esperança média de vida à nascença[12] no território nacional era de 80.6 anos, registando-se para os homens uma esperança média de vida à nascença de 77.3 anos e para as mulheres 83.6 anos. Numa comparação a nível europeu, a esperança média de vida à nascença em Portugal era superior à média europeia (UE28 – 80.3 anos: homens – 77.5 anos e mulheres – 83.1 anos) e inferior à espanhola. A Espanha foi o país onde a esperança média de vida à nascença apresentou os valores mais elevados (82.5 anos: homens – 79.5 anos e mulheres – 85.5 anos, em 2012). Os valores registados para a esperança média de vida aos 65 anos[13] mostraram valores similares tanto para Portugal como para o território europeu (16.9 anos). A França foi o país que apresentou a maior esperança média de vida aos 65 anos (21.4 anos). No entanto, em Portugal, os anos de vida saudável aos 65 anos eram inferiores aos da União Europeia, em ambos os sexos

[12] Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência (SIM - INE).

[13] Número médio de anos que um indivíduo, ao atingir os 65 anos, pode esperar ainda viver, se submetido, até ao final da sua vida, às taxas de mortalidade observadas no momento de referência (RAMON – Eurostat).

(UE28: homens – 8.4 anos e mulheres – 8.5 anos; Portugal: homens 6.6 anos e mulheres 6 anos) (PORDATA com base no Eurostat).

4.2.2. Taxa bruta de natalidade e índice sintético de fecundidade

No seguimento do exposto anteriormente, interessou analisar outros indicadores populacionais que permitissem verificar as mudanças demográficas dos últimos anos, como é o caso da taxa bruta de natalidade[14] e do índice sintético de fecundidade[15] (ISF) (Tabela 8), pela diminuição do número de jovens ser um dos indicadores do fenómeno do envelhecimento (já analisado anteriormente), refletido na redução continuada do número de nascimentos.

Em 2013, a taxa de natalidade do distrito (7.1‰ e 8.6‰ em 2009) era inferior à taxa de natalidade no território português (7.9 nados vivos por mil habitantes e 9.4 nados vivos por mil habitantes em 2009). À exceção do concelho de Braga (8.3‰) e do concelho de Esposende (8.6‰), todos os outros concelhos do distrito de Braga têm uma taxa de natalidade inferior à nacional. No mesmo sentido, o índice sintético de fecundidade do distrito (1.04 indivíduos e 1.17 indivíduos em 2009) era inferior ao nacional (1.21 indivíduos e 1.35 indivíduos em 2009) (Tabela 8).

[14] Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10^3) habitantes) (SIM - INE).

[15] Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil) (SIM - INE).

Tabela 8 – Taxa bruta de natalidade e índice sintético de fecundidade, em 2013

Territórios	Taxa bruta de natalidade ‰	Índice Sintético de Fecundidade
Portugal	7.9	1.21
Norte	7.3	1.09
Amares	6.8	0.97
Barcelos	6.8	0.97
Braga	8.3	1.06
Esposende	8.6	1.16
Terras de Bouro	6.2	1.07
Vila Verde	7.3	1.05
Fafe	7.1	1.06
Guimarães	7.2	1.03
Póvoa de Lanhoso	6.4	0.94
Vieira do Minho	7.0	1.19
Vila Nova de Famalicão	7.4	1.03
Vizela	7.4	1.01
Cabeceiras de Basto	7.4	1.11
Celorico de Basto	5.8	0.90
Total do Distrito	7.1	1.04

Fonte: INE

O concelho de Celorico de Basto apresentou a menor taxa de natalidade (5.8 ‰) e o menor ISF (0.90 indivíduos). Por sua vez, o concelho com o maior ISF foi o de Vieira do Minho (1.19 indivíduos) e o concelho de Esposende aquele com a maior taxa de natalidade.

De acordo com o Inquérito à Fecundidade do INE (2014a), o número de filhos que as pessoas tencionam ter é superior ao que na realidade acabam por ter. Por outras palavras, "pela conjunção do número de filhos tidos com o número de filhos que ainda tencionam ter, obtém-se a fecundidade final esperada, uma medida global de fecundidade comparável entre gerações. A fecundidade final esperada corresponde, em média, a 1,78 filhos, valor ligeiramente mais alto entre as mulheres (1,80 filhos) do que entre os homens (1,76 filhos)" (p. 7).

A comparação da taxa bruta de natalidade nacional a nível europeu concluiu que Portugal foi o segundo país com a taxa de natalidade mais baixa (8.5‰), em 2012, sendo a mais baixa a alemã (8.4‰). A taxa bruta de natalidade da União Europeia (UE28) foi de 10.4‰, tendo sido a Irlanda a registar a taxa bruta de natalidade mais elevada (15.7‰), seguindo-se a França (12.6‰). Ao analisar os dados estatísticos relativos ao índice sintético de fecundidade, Portugal foi o país da zona UE28 com o índice mais baixo (1.28 filhos), em 2012. O índice sintético de fecundidade na Europa (UE28) era de 1.58 filhos, para o qual contribui, principalmente, a França (2.01 filhos) e a Irlanda (2.01 filhos) com os índices sintéticos de fecundidade mais elevados (PORDATA com base no Eurostat).

Tal como foi possível depreender da tabela 9, em Portugal, em 2013, registaram-se 82 787 nados-vivos[16] (26 672 na região Norte e 6 243 no distrito de Braga). No distrito de Braga, registaram-se 128 nados-vivos cujas mães tinham idades inferiores ou igual a 19 anos, representando 2.1% dos nados-vivos do distrito de Braga (inferior ao do território português – 3.5%).

[16] É a expulsão ou extração completa, relativamente ao corpo materno e independentemente da duração da gravidez, do produto da fecundação que, após esta separação, respire ou manifeste quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contração efetiva de qualquer músculo sujeito à ação da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado, quer não, e quer a placenta esteja ou não retida (SIM - INE).

Tabela 9 – Nados-vivos de mães residentes em função do grupo etário da mãe, em 2013

Territórios	Grupos etários							
	Total	10-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45+
Portugal	82 787	2 861	9 254	20 050	28 833	17 908	3 680	201
Norte	26 672	756	2 886	6 703	9 597	5 595	1 072	63
Amares	127	5	10	26	48	30	8	0
Barcelos	815	16	91	211	295	174	28	0
Braga	1 505	31	97	302	628	391	54	2
Esposende	296	3	27	69	116	69	12	0
Terras de Bouro	43	2	2	10	21	8	0	0
Vila Verde	348	9	36	115	104	69	14	1
Fafe	357	6	36	100	136	70	9	0
Guimarães	1 126	20	91	302	442	231	38	2
Póvoa de Lanhoso	140	3	11	28	61	27	9	1
Vieira do Minho	89	2	8	30	31	16	2	0
Vila Nova de Famalicão	984	19	80	244	379	225	34	3
Vizela	176	4	20	56	59	34	3	0
Cabeceiras de Basto	121	3	12	44	37	25	0	0
Celorico de Basto	116	5	14	38	36	18	5	0
Total do Distrito	6 243	128	535	1 575	2 393	1 387	216	9

Fonte: INE

No mesmo sentido, analisou-se a evolução da proporção de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos e com idade igual ou superior a 35 anos, numa média anual por triénio. De um modo geral, esta análise conclui a diminuição do número de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos e um aumento dos nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, entre 2007-2009 e 2010-2012. Os concelhos referentes ao Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Baixo Tâmega[17] foram aqueles que revelaram uma maior proporção de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos (3.9%), sendo superior à nacional (3.7%) e à da região Norte (3.4%), entre 2010 e 2012. Em contrapartida, o concelho de Braga registou uma maior proporção de nascimentos em mulheres com idade igual ou

[17] Engloba os concelhos de Celorico de Basto, Amarante, Marco de Canaveses, Baião, Cinfães e Resende.

superior a 35 anos (25.1%) em comparação aos restantes ACES, ao território nacional (23.7%) e à região Norte (22.2%), no mesmo triénio.

No distrito de Braga, 33.8% dos nados-vivos nasceram de mães com um nível de escolaridade superior, seguindo-se os nados-vivos cujas mães completaram o ensino secundário (28.6% dos nados-vivos do distrito). Através das informações estatísticas disponíveis no Inquérito à Fecundidade do INE (2014a), evidenciou-se um maior número de filhos na população menos qualificada e um maior número médio de filhos desejados entre as mulheres e os homens mais qualificados.

Atendendo à nacionalidade das mães residentes no distrito de Braga, 2.8% de nados-vivos foram registados por mães com nacionalidade estrangeira, valor inferior ao nacional (8.9% de nados-vivos). Face a isto, o Inquérito à Fecundidade do INE (2014a) realçou a importância da imigração na fecundidade, pois "as mulheres e os homens nascidos fora de Portugal desejam e esperam vir a ter, em média, um maior número de filhos do que pessoas nascidas em Portugal. São, aliás, os homens naturais de países estrangeiros aqueles que desejam ter um número médio de filhos mais elevado – 2,58 filhos" (p. 7).

A propósito, segundo o INE, entre 2009 e 2012, a nível distrital, diminuiu o número de partos nos hospitais oficiais, de 7 059 partos para 6 375 partos (2 803 partos realizados no hospital de Braga, 2 165 partos no hospital de Guimarães e 1 407 partos no hospital de Vila Nova de Famalicão). Para além disso, realizaram-se 640 interrupções voluntárias da gravidez (291 interrupções em Braga e 349 interrupções em Guimarães), representando 15.1% das interrupções voluntárias da gravidez realizadas na região Norte, em 2012. Os dados estatísticos relativos às interrupções voluntárias da gravidez revelaram, entre 2009 e 2012, uma diminuição do número de casos a nível nacional (17 932 interrupções em 2009 e 15 751 interrupções em 2012) e um aumento na região Norte (3 825 interrupções em 2009 e 4 231 interrupções em 2012).

A proporção de nascimentos pré-termo[18] e a proporção de crianças com baixo peso à nascença[19] evidenciou uma descida no primeiro caso e um aumento no segundo caso. Ou seja, os dados disponibilizados pelos ACES referentes ao distrito de Braga mostram, entre 2007-2009 e 2010-2012, uma descida do número de nascimentos pré-termo em todo o território em análise e um aumento do número de nascimentos de crianças com baixo peso (Tabela 10).

Tabela 10 – Evolução da proporção de nascimentos pré-termo e da proporção de crianças com baixo peso à nascença (média anual por triénio)

Territórios	Proporção de nascimentos pré-termo %		Proporção de crianças com baixo peso à nascença %	
	2007-2009	2010-2012	2007-2009	2010-2012
Continente	9.0	7.7	7.9	8.4
Norte	9.0	7.5	7.7	8.4
ACES Gerês/Cabreira[20]	8.7	6.3	6.9	7.1
ACES Baixo Tâmega	9.5	7.9	7.7	7.8
ACES Barcelos/Esposende	7.1	6.2	6.4	8.2
ACES Braga	8.8	7.2	6.8	7.9
ACES Famalicão	9.8	6.8	7.3	7.5
ACES Alto Ave	9.3	9.1	8.2	9.0

Fonte: ARS NORTE (2014)

Mais especificamente, no ACES do Alto Ave[21] observou-se o maior número de nascimentos prematuros (9.1%) e o maior número de crianças com baixo peso à nascença (9.0%), no triénio 2010-2012. Para além disso, aumentou

[18] Refere-se ao número de nados-vivos de gestação com menos de 37 semanas em função do número total de nados vivos numa determinada área geográfica e num determinado período de tempo (expressa em %).

[19] Refere-se ao número de nados vivos com peso ao nascer inferior a 2 500 gramas em função do número total de nados vivos numa determinada área geográfica e num determinado período de tempo (expressa em %).

[20] Engloba os concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Amares e Vila Verde.

[21] Engloba os concelhos de Guimarães, Vizela, Fafe, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto.

a proporção de nascimentos pré-termo e de crianças com baixo peso à nascença em todos os ACES que pertencem aos concelhos do distrito de Braga.

Em Portugal, a idade média de maternidade, em 2012, era 30.2 anos, valor próximo do europeu (UE28 – 30.1 anos), tendo aumentado, ao longo dos últimos anos, em todos os países que compõem a Europa dos 28. Por conseguinte, a idade média para o nascimento do primeiro filho também tem aumentado, pois, enquanto, em 2001, esta idade se situava nos 26.8 anos, em 2013, as mulheres tinham o primeiro filho por volta dos 30 anos (29.7 anos). A proximidade da idade média da maternidade e da idade média para o nascimento do primeiro filho deve-se ao reduzido índice sintético de fecundidade (analisado anteriormente).

De acordo com o Inquérito à Fecundidade (2014),

> "as qualificações têm impacto ao nível do adiamento da maternidade e da paternidade: tanto mulheres como homens mais qualificados têm o primeiro filho mais tarde – 29.9 anos para mulheres com ensino superior, que compara com 23.9 anos para mulheres com escolaridade até ao ensino básico; 31.5 anos para homens com ensino superior, que compara com 27.3 anos para homens com escolaridade até ao ensino básico" (p. 9).

O mesmo estudo referem ainda que os inquiridos que

> "ainda não foram pais admitem ter o primeiro filho com uma idade máxima mais elevada do que pessoas menos qualificadas – as mulheres mais qualificadas admitem ter o primeiro filho com 33.1 anos, que compara com 29.4 anos entre as mulheres menos qualificadas, e os homens com ensino superior admitem ter o primeiro filho, no máximo, com 35.4 anos, que contrasta com 32.4 anos entre os homens menos qualificados" (p. 9).

4.2.3. Índices de dependência

Após a análise dos índices de envelhecimento e de longevidade, por um lado, e da taxa bruta de natalidade e do ISF, por outro lado, procedeu-se à análise dos índices de dependência: índice de dependência total[22], índice de dependência de jovens[23] e índice de dependência de idosos[24].

Face ao índice de dependência total, a proporção de população jovem e idosa face à população ativa era 46.6, valor inferior ao nacional e da região Norte. Para este valor contribui o índice de dependência de jovens e o índice de dependência de idosos que em ambos os casos são inferiores aos registados a nível nacional. Por sua vez, o índice de dependência de jovens na região Norte era inferior ao distrital (21.3% e 21.8%, respetivamente) (Tabela 11).

A nível distrital, entre 2009 e 2013, o índice de dependência de idosos aumentou (23.3% em 2009 e 24.8% em 2013) e o índice de dependência de jovens diminuiu (24.5% em 2009 e 21.8% em 2013), o que reflete o aumento do índice de envelhecimento e a diminuição da taxa de natalidade.

[22] Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (SIM – INE).

[23] Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (SIM – INE).

[24] Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (SIM – INE).

Tabela 11 – Índice de dependência total, índice de dependência de jovens e índice de dependência de idosos, em 2013

Territórios	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos
Portugal	52.2	22.4	29.9
Norte	47.2	21.3	26.0
Amares	46.7	22.6	24.2
Barcelos	42.3	21.8	20.5
Braga	41.8	22.5	19.3
Esposende	44.5	23.3	21.1
Terras de Bouro	58.0	19.1	38.9
Vila Verde	50.1	24.0	26.1
Fafe	45.0	21.1	23.9
Guimarães	40.7	20.7	20.0
Póvoa de Lanhoso	47.8	22.3	25.5
Vieira do Minho	54.5	20.2	34.3
Vila Nova de Famalicão	41.9	21.5	20.5
Vizela	37.6	21.2	16.4
Cabeceiras de Basto	51.3	23.3	28.0
Celorico de Basto	50.5	21.5	29.0
Total do Distrito	46.6	21.8	24.8

Fonte: INE

4.2.4. Taxa de mortalidade e taxa de mortalidade infantil

Em 2013, a taxa de mortalidade[25] do distrito de Braga (9.0‰ e 8.7‰ em 2009) era inferior à taxa de mortalidade em Portugal (10.2‰ e 9.9‰ em 2009). Apesar dos concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto (15.7‰, 11.9‰, 12.7‰ e 11.2‰, respetivamente) terem uma taxa de mortalidade superior à do território português.

A taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, a nível distrital, foi de 2.8‰, em 2012, sendo inferior à mesma taxa registada a nível nacional (3.1‰) e superior à da região Norte (2.6‰). Da mesma forma, a taxa de

[25] Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (SIM – INE)

mortalidade por tumores malignos foi de 2.1‰, sendo inferior à nacional (2.4‰) e da região Norte (2.2‰).

A informação estatística relativa à taxa de mortalidade infantil[26], no distrito de Braga, em 2013, apresentava um valor inferior à do território nacional (2.9‰ em 2009 e 2013) e na região Norte (2.8‰ em 2009 e 2013) (no distrito foi de 1.2‰ e 2.0‰ em 2009). Em termos concelhios, Barcelos, Esposende, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (3.7‰, 3.4‰, 3.6‰ e 4.3‰, respetivamente) apresentaram uma taxa de mortalidade infantil significativamente superior à nacional e da região Norte (Tabela 12).

Tabela 12 – Taxa bruta de mortalidade e taxa de mortalidade infantil, em 2013

Territórios	Taxa bruta de mortalidade ‰	Taxa de mortalidade infantil ‰
Portugal	10.2	2.9
Norte	9.0	2.8
Amares	9.0	0.0
Barcelos	6.9	3.7
Braga	6.6	1.3
Esposende	6.6	3.4
Terras de Bouro	15.7	0.0
Vila Verde	8.7	0.0
Fafe	8.9	0.0
Guimarães	7.1	3.6
Póvoa de Lanhoso	8.6	4.3
Vieira do Minho	11.9	0.0
Vila Nova de Famalicão	7.0	1.0
Vizela	5.7	0.0
Cabeceiras de Basto	12.7	0.0
Celorico de Basto	11.2	0.0
Total do Distrito	9.0	1.2

Fonte: PORDATA com base no INE

[26] Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (SIM – INE).

Os dados expostos anteriormente mostraram uma estagnação da taxa de mortalidade infantil, a nível distrital e uma taxa de mortalidade infantil superior às restantes em determinados concelhos do distrito. Por isso, a tabela que se segue pretendeu aprofundar esta questão analisando-se outras taxas de mortalidade, ditas infantis, como é o caso da taxa de mortalidade neonatal[27], neonatal precoce[28], pós-natal[29], fetal tardia[30] e perinatal[31] em função dos ACES que integram os concelhos do distrito de Braga.

Da tabela 13 inferiu-se que através o concelho de Braga registou, entre 2007-2009 e 2010-2012, um aumento de todas as taxas de mortalidade em análise, para além disso, apresentou valores mais elevados em algumas taxas do que nas restantes regiões analisadas.

[27] Refere-se ao número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade em função dos nados vivos (expressa em ‰).

[28] Refere-se ao número de óbitos de crianças com menos de 7 dias de idade em função dos nados vivos (expressa em ‰).

[29] Refere-se ao número de óbitos com mais de 28 dias e menos de um ano de idade em função do número de nados vivos (expressa em ‰).

[30] Refere-se ao número de fetos mortos com mais de 28 semanas em função do número de nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas numa determinada área e num determinado tempo (expressa em ‰).

[31] Refere-se ao número de fetos mortos com 28 ou mais semanas de gestação e o número de óbitos de nados vivos com menos de 7 dias de idade em função do número de nados vivos e fetos mortos de 28 ou mais semanas numa determinada área e num determinado tempo (expressa em ‰).

Tabela 13 – Taxa de mortalidade infantil, neonatal, neonatal precoce, pós-natal, fetal tardia e perinatal (média anual por triénios)

Territórios	ACES Gerês/ Cabreira		ACES Baixo Tâmega		ACES Barcelos/ Esposende		ACES Braga		ACES Famalicão		ACES Alto Ave	
	2007 – 2009	2010 – 2012	2007 – 2009	2010 – 2012	2007 – 2009	2010 – 2012	2007 – 2009	2010 – 2012	2007 – 2009	2010 – 2012	2007 – 2009	2010 – 2012
Taxa de mortalidade infantil	2.2	1.1	3.2	1.8	3.0	3.7	2.4	3.0	1.7	1.2	2.7	2.8
Taxa de mortalidade neonatal	1.4	0.8	1.9	0.9	1.6	2.2	1.1	1.3	1.1	0.6	2.1	2.2
Taxa de mortalidade neonatal precoce	0.7	0.4	1.1	0.7	1.2	1.5	0.6	0.8	0.8	0.6	1.2	1.1
Taxa de mortalidade pós-natal	0.7	0.4	1.3	0.9	1.4	1.5	1.3	1.7	0.6	0.6	0.6	0.6
Taxa de mortalidade fetal tardia	0.7	0.8	2.1	1.3	2.3	1.7	1.8	1.9	2.8	1.4	0.6	0.6
Taxa de mortalidade perinatal	1.4	1.1	3.1	2.0	3.5	3.2	2.4	2.7	3.6	2.0	1.8	1.7

Legenda: nv – nados vivos; fm – fetos mortos

Fonte: ARS NORTE (2014)

No mesmo sentido, nos concelhos de Barcelos e Esposende aumentou a taxa de mortalidade infantil, a taxa de mortalidade neonatal, a taxa de mortalidade neonatal precoce e a taxa de mortalidade pós-natal e nos concelhos referentes ao ACES do Alto Ave aumentou a taxa de mortalidade infantil e a taxa de mortalidade neonatal.

Os dados estatísticos relativos à taxa de mortalidade, em Portugal, eram ligeiramente superiores aos europeus. Em 2012, a UE28 apresentou uma taxa bruta de mortalidade de 9.9‰ (em Portugal, 10.2‰), com a Bulgária a apresentar a taxa de bruta de mortalidade mais elevada (14.4‰). No que concerne à taxa de mortalidade infantil, o território nacional apresentou, em

2012, valores ligeiramente inferiores aos da União Europeia (Portugal: 3.4‰ e UE28: 3.8‰), enquanto a Roménia apresentou os valores mais elevados (9.0‰) (PORDATA com base no Eurostat).

Face ao exposto acerca da taxa bruta de mortalidade e da taxa de mortalidade infantil, tornou-se essencial realizar uma melhor análise concelhia. Assim, no distrito de Braga, em 2013, registaram-se 6 380 óbitos, dos quais 50.2% (3 203 óbitos) do sexo feminino. A nível nacional, registaram-se mais óbitos do sexo masculino (54 169 óbitos, 50.8%) em comparação com os óbitos do sexo feminino (52 373 óbitos, 49.2%).

Tabela 14 – Número de óbitos em função do grupo etário, em 2013

Territórios	Grupos etários						
	Total	<01	01-09	10-29	30-49	50-69	70+
Portugal	106 543	244	118	656	4 353	18 679	82 474
Norte	32 981	75	37	198	1 501	6 009	25 158
Amares	168	0	1	1	4	20	142
Barcelos	832	3	3	6	40	147	633
Braga	1 209	2	1	12	58	237	898
Esposende	225	1	0	3	11	37	173
Terras de Bouro	109	0	0	1	4	15	89
Vila Verde	416	0	0	3	16	58	339
Fafe	446	0	1	6	22	74	343
Guimarães	1 119	4	2	8	63	214	828
Póvoa de Lanhoso	189	2	0	0	8	25	154
Vieira do Minho	151	0	0	0	3	16	132
Vila Nova de Famalicão	942	1	3	5	49	193	691
Vizela	136	0	0	4	8	26	98
Cabeceiras de Basto	208	0	0	2	8	29	169
Celorico de Basto	222	0	0	0	4	22	196
Total do Distrito	6 372	13	11	51	298	1 113	4 885

Fonte: INE

Através da tabela 14, foi possível observar que o concelho de Braga registou o maior número de óbitos (1 209 óbitos), seguindo-se o concelho de Guimarães (1 119 óbitos). Tendo em conta o grupo etário, a maioria dos óbitos no distrito de Braga tinham 70 ou mais anos (4 885 óbitos, representando

76.7% dos óbitos do distrito e 5.9% dos óbitos do mesmo grupo etário a nível nacional). No distrito em análise, os óbitos no primeiro ano de vida, representaram 5.3% dos óbitos do mesmo grupo etário a nível nacional, ou seja, 13 óbitos com menos de um ano no distrito de Braga e 244 óbitos com menos de um ano no território português.

As principais causas de morte no distrito de Braga foram as doenças (94.4%) e as causas externas (5.6%), como os envenenamentos, os suicídios, os acidentes e as lesões, a mesma tendência foi registada a nível do território nacional e na região Norte. A grande parte dos óbitos por doenças referem-se a doenças do aparelho circulatório (35.3%), seguindo-se os tumores malignos (30.5%), as doenças do aparelho respiratório (17%), as doenças do aparelho digestivo (6.3%) e, por último, os diabetes (5.3%).

Relativamente às causas externas de morte, a nível nacional, registaram-se, pelo menos, 1 066 suicídios, dos quais 221 ocorrem na região Norte e 43 no distrito de Braga. Note-se que o número de casos de suicídio tem aumentado ligeiramente ao longo dos últimos anos, quer seja no território nacional, na região Norte ou a nível distrital. Segundo a DGS (2013), a taxa de mortalidade por suicídio, no último ano, foi "maior nos homens em todas as regiões de Portugal Continental e 4 a 6 vezes superior quando comparada com as taxas de suicídio das mulheres" (p. 15). Face às taxas de mortalidade por suicídio da UE, Portugal registou uma das taxas mais baixas, em 2011 (7.7 por 100 000 e UE28: 10.2 por 100 000). No entanto, para a faixa etária dos indivíduos com 65 ou mais anos, "a taxa de suicídio em Portugal era superior à média europeia para ambos os sexos, influenciada pela taxa de suicídio nos homens (36.1 por 100 000), muito superior à média europeia (29 por 100 000)" (p. 15).

4.2.5. Taxa de nupcialidade e taxa de divorcialidade

Atendendo à tabela 15, em 2013, foi possível afirmar que a taxa de nupcialidade[32] do distrito (3.5‰) foi superior à de Portugal (3.1‰) e da região Norte (3.3‰). O concelho da Póvoa de Lanhoso foi aquele com o maior número de casamentos (4.1‰) e Terras de Bouro aquele com o menor número de casamentos (1.4‰) (valor bastante inferior ao distrital). Por sua vez, a taxa bruta de divorcialidade[33] do distrito (1.8‰) foi inferior ao nacional (2.2‰) e da região Norte (2.2‰), sendo que apenas o concelho de Braga possuía uma taxa bruta de divorcialidade (2.4‰) superior à do próprio distrito, da região Norte e do país. Em comparação a 2009, observou-se que a taxa de divorcialidade aumentou ligeiramente a nível distrital e diminuiu a nível nacional e na região Norte e a taxa bruta de nupcialidade diminuiu em todas as zonas em análise.

[32] Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (SIM – INE).

[33] Número de divórcios observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (SIM – INE).

Tabela 15 – Taxa bruta de nupcialidade e taxa bruta de divorcialidade

Territórios	Taxa bruta de divorcialidade ‰		Taxa bruta de nupcialidade ‰	
Anos	2009	2013	2009	2013
Portugal	2.5	2.2	3.8	3.1
Norte	2.4	2.2	4.2	3.3
Amares	1.4	1.8	5.6	3.8
Barcelos	1.7	1.6	4.2	3.5
Braga	2.3	2.4	4.3	3.9
Esposende	2.2	2.0	5.2	3.8
Terras de Bouro	0.8	1.4	3.2	1.4
Vila Verde	1.4	1.6	5.2	3.8
Fafe	2.4	1.9	4.9	4.0
Guimarães	2.2	2.0	4.0	3.6
Póvoa de Lanhoso	1.1	1.8	6.0	4.1
Vieira do Minho	1.2	1.9	4.0	3.7
Vila Nova de Famalicão	2.4	2.2	4.3	3.0
Vizela	1.8	1.9	3.6	3.8
Cabeceiras de Basto	1.1	1.5	4.9	3.8
Celorico de Basto	1.4	1.5	3.9	3.2
Total do Distrito	1.7	1.8	4.5	3.5

Fonte: INE

Tal como enunciado anteriormente, em Portugal, diminuiu o número de casamentos[34] nos últimos anos, esta diminuição foi tanto para casamentos civis como para casamentos católicos. Na tabela 16, observou-se que para os concelhos de Vila Verde e de Celorico de Basto aumentou o número de casamentos.

[34] Contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família, mediante uma comunhão de vida. O casamento pode celebrar-se entre pessoas de sexo diferente ou, a partir de 2010, do mesmo sexo (SIM – INE).

Tabela 16 – Número de casamentos celebrados entre pessoas de sexo oposto em função da forma de celebração

Territórios	Forma de celebração do casamento							
	Total		Civil		Católica		Outra	
Anos	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013
Portugal	40 391	31 693	22 860	19 920	17 451	11 576	80	197
Norte	15 436	12 139	6 999	6 257	8 435	5 818	2	64
Amares	106	70	54	37	52	33	0	0
Barcelos	515	418	196	164	319	252	0	2
Braga	778	699	307	310	471	380	0	9
Esposende	179	130	74	71	105	59	0	0
Terras de Bouro	24	10	10	10	14	0	0	0
Vila Verde	251	181	100	109	151	72	0	0
Fafe	249	200	104	103	145	96	0	1
Guimarães	643	558	227	216	416	339	0	3
Póvoa de Lanhoso	133	90	76	58	57	32	0	0
Vieira do Minho	53	47	26	31	27	16	0	0
Vila Nova de Famalicão	572	396	216	177	354	217	2	2
Vizela	85	91	45	42	40	48	0	1
Cabeceiras de Basto	83	63	33	33	50	30	0	0
Celorico de Basto	80	63	32	23	48	40	0	0
Total do Distrito	3 751	3 016	1 500	1 384	2 249	1 614	2	18

Fonte: INE

Em 2013, cerca de 95% dos casamentos celebrados, no distrito de Braga, ambos os cônjuges tinham nacionalidade portuguesa. A restante percentagem referia-se a casamentos nos quais um dos cônjuges era português e o outro estrangeiro (4.5%) ou os dois cônjuges eram estrangeiros (0.1%). Por sua vez, no território português, em cerca de 15% dos casamentos celebrados um dos cônjuges tinha nacionalidade estrangeira.

Apesar da diminuição no número de casamentos verificada anteriormente, no distrito de Braga, o número de pessoas que vivia em união de facto

aumentou de 11 985 indivíduos, em 2001, para 29 864 indivíduos, em 2011. Pelos dados da tabela 17 conclui-se que o aumento no número de pessoas que vivem em união de facto ao nível do território nacional, da região Norte e de todos os concelhos do distrito de Braga.

Tabela 17 - População residente em uniões de facto

Territórios	População residente com 15 e mais anos Casados sem registo / População em uniões de facto	
Anos	2001	2011
Portugal	381 120	729 832
Norte	76 426	172 692
Amares	263	546
Barcelos	1 373	3 248
Braga	3 257	8 890
Esposende	506	1 174
Terras de Bouro	81	162
Vila Verde	591	1 298
Fafe	830	1 667
Guimarães	2 157	5 566
Póvoa de Lanhoso	290	514
Vieira do Minho	266	274
Vila Nova de Famalicão	1 739	4 913
Vizela	219	808
Cabeceiras de Basto	228	418
Celorico de Basto	185	386
Total do Distrito	11 985	29 864

Fonte: INE - XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

4.3. Dinâmica migratória

Ao longo de vários anos, Portugal foi um país com uma emigração expressiva e caraterizado por uma imigração residual. No entanto, nos últimos anos, esta tendência tem vindo a ser alterada, passando "por diferentes vagas migratórias de entrada e saída de migrantes, consolidando-se como país de imigração e voltando a ser um país de emigração (que afinal nunca deixara de ser)" (REM, 2010, p. 10). Assim, a tendência para um decréscimo

populacional relaciona-se não só com a diminuição da taxa de natalidade, mas também fortemente aos fluxos migratórios[35], registados no território português.

Tabela 18 – Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório

Territórios	Saldo total		Saldo natural		Saldo migratório	
Anos	2009	2013	2009	2013	2009	2013
UE28	1 196 551	1 741 642	221 144	76 453	871 315	1 665 189
Portugal	10 465	-59 988	-4 943	-23 756	15 408	-36 232
Norte	-6 574	-22 039	1 031	-6 309	-7 605	-15 730
Amares	10	-149	21	-41	-11	-108
Barcelos	-418	-521	285	-17	-703	-504
Braga	1 394	-263	698	296	696	-559
Esposende	26	-36	77	71	-51	-107
Terras de Bouro	-136	-143	-62	-66	-74	-77
Vila Verde	72	-127	87	-68	-15	-59
Fafe	-282	-304	32	-89	-314	-215
Guimarães	-511	-904	340	7	-851	-911
Póvoa de Lanhoso	-152	-45	-7	-49	-145	4
Vieira do Minho	-216	-136	-93	-62	-123	-74
Vila Nova de Famalicão	291	-263	271	42	20	-305
Vizela	53	10	70	40	-17	-30
Cabeceiras de Basto	-177	-156	-54	-87	-123	-69
Celorico de Basto	-57	-157	-27	-106	-30	-51
Total do Distrito	-103	-3 194	1 638	-129	-1 741	-3 065

Fonte: PORDATA com base no INE

A nível distrital verificou-se um saldo negativo dos fluxos migratórios, na maioria dos concelhos. As exceções são o concelho de Vizela, que possuía um saldo total positivo (10 habitantes), refletindo-se assim num aumento do saldo natural[36] (40 habitantes) e numa ligeira diminuição do saldo migratório. E, o

[35] Diferença entre a imigração (entrada) e a emigração (saída) numa determinada região durante o ano (por conseguinte, o saldo migratório é negativo quando o número de emigrantes excede o número de imigrantes). Como a maioria dos países não possui valores exatos sobre imigração e emigração, o saldo migratório é geralmente calculado com base na diferença entre a variação populacional e o crescimento natural entre dois períodos (*saldo migratório ajustado*) (RAMON – Eurostat).

[36] Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo (SIM – INE).

concelho de Esposende, que embora não tivesse um saldo total positivo, registou um saldo natural positivo (71 habitantes), devido ao registo de um menor número de óbitos do que nados-vivos (Tabela 18).

No que concerne ao saldo migratório, em todos os concelhos do distrito de Braga foi possível observar o aumento da negatividade do saldo migratório, isto quer dizer que o número de emigrantes excedeu o número de imigrantes, no ano de 2013. Por sua vez, o concelho da Póvoa de Lanhoso foi o único concelho do distrito de Braga que recebeu mais residentes do que perdeu, tendo um saldo migratório positivo.

4.3.1. Emigração

Em 2012, estimou-se que 121 418 habitantes saíram de Portugal (100 978 habitantes, em 2011), quer a título permanente[37] (51 958 habitantes, 34 540 do sexo masculino e 17 418 do sexo feminino), quer a título temporário[38] (69 460 habitantes, 53 453 do sexo masculino e 16 007 do sexo feminino). De referir que a maioria dos emigrantes permanentes (49 458 habitantes) e dos emigrantes temporários (67 468 habitantes) são de nacionalidade portuguesa. Note-se que, a maioria do total de emigrantes (76 197 habitantes) destinaram-se a país da União Europeia. Quanto à distribuição por sexo, a maioria dos emigrantes (permanentes e temporários) eram do sexo masculino (87 993 habitantes), equivalente a 72.5% do total de emigrantes. Atendendo à idade do total de emigrantes, concluiu-se que, em 2012, cerca de 56% dos emigrantes tinha até 29 anos, dados que contribuem para a regressão demográfica e para o envelhecimento da população portuguesa.

[37] Sair de Portugal para residir no estrangeiro, por um período igual ou superior a 1 ano (SIM – INE).

[38] Sair de Portugal para residir no estrangeiro, por um período superior a 3 meses e inferior a 1 ano (SIM – INE).

4.3.2. Imigração

Segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2013, "consolidou-se a tendência de decréscimo do número de estrangeiros residentes em Portugal" (SEF, 2013, p. 10), totalizando 398 268 estrangeiros com estatuto legal de residente. Assim, segundo os dados do INE, em 2013, residiam no distrito de Braga 9 124 estrangeiros com estatuto legal de residente (4 326 do sexo masculino e 4798 do sexo feminino), representando um decréscimo de 6% face ao ano de 2009 (9 729 residentes estrangeiros) e 2.3% do total de estrangeiros residentes em Portugal.

O concelho de Braga era aquele onde residia um maior número de imigrantes (4 435 estrangeiros) e o concelho de Terras de Bouro o que recebeu o menor número de estrangeiros com estatuto legal de residente (33 estrangeiros), seguindo-se o concelho de Celorico de Basto (49 estrangeiros) (Tabela 19).

Tabela 19 – População estrangeira com estatuto legal de residente por sexo, em 2013

Territórios	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Portugal	398 268	194 309	203 959
Norte	44 179	20 946	23 233
Amares	108	52	56
Barcelos	732	378	354
Braga	4 435	2 110	2 325
Esposende	337	174	163
Terras de Bouro	33	13	20
Vila Verde	259	105	154
Fafe	200	89	111
Guimarães	1 271	595	676
Póvoa de Lanhoso	160	76	84
Vieira do Minho	106	47	59
Vila Nova de Famalicão	1 200	550	650
Vizela	139	64	75
Cabeceiras de Basto	95	49	46
Celorico de Basto	49	24	25
Total do Distrito	9 124	4 326	4 798

Fonte: INE

A tabela 20 permitiu analisar os países de origem dos estrangeiros residentes no distrito de Braga. As nacionalidades com maior expressão, no distrito de Braga, foram a brasileira (2 967 estrangeiros) e a ucraniana (1 534 estrangeiros).

Tabela 20 – População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades, em 2013

Territórios	Nacionalidades														
	Reino Unido	Ucrânia	Roménia	Moldávia	Outros países europeus	Angola	Cabo-Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Outros países africanos	Brasil	Outros países americanos	China	Outros países asiáticos
Portugal	16 471	41 074	34 204	9 968	57 275	19 967	42 011	17 574	2 825	10 169	8 299	91 238	9 058	18 445	19 360
Norte	698	5 999	2 118	440	8 471	1 491	1 918	505	365	421	934	13 322	1 751	3 825	1 881
Amares	1	14	3	7	28	5	1	0	0	3	0	20	15	8	3
Barcelos	12	166	35	10	114	13	34	6	4	3	24	210	48	48	5
Braga	47	683	284	31	558	191	271	55	75	51	93	1 525	141	237	190
Esposende	10	47	3	9	93	5	2	3	1	0	7	96	15	31	14
Terras de Bouro	3	4	2	0	10	0	0	0	0	0	0	4	1	8	0
Vila Verde	7	45	13	1	54	7	4	0	6	0	3	73	18	23	5
Fafe	3	16	8	1	37	5	5	0	0	0	8	75	5	35	1
Guimarães	13	157	102	2	186	33	51	37	5	6	32	417	43	90	96
Póvoa de Lanhoso	2	12	37	0	30	2	1	0	3	0	3	42	2	24	2
Vieira do Minho	1	16	2	3	35	0	0	0	0	0	2	29	6	11	1
Vila Nova de Famalicão	9	363	27	20	159	29	12	3	11	10	16	376	41	98	26
Vizela	1	2	16	0	17	0	3	0	0	0	2	70	1	21	6
Cabeceiras de Basto	1	5	7	4	38	0	0	0	0	0	0	19	1	19	1
Celorico de Basto	0	4	0	0	17	2	1	0	0	0	1	11	3	6	4
Total do Distrito	110	1 534	539	88	1 376	292	385	104	105	73	191	2 967	340	659	354

Fonte: INE

Face à idade dos estrangeiros a residir em Portugal, segundo o último momento censitário (2011), "o número de jovens estrangeiros residentes em Portugal era de 106 474, o que representava cerca de 5,9% do total de jovens entre os 15 e os 29 anos" (INE, 2014, p.8).

4.4. Estruturas familiares

Em termos de estruturas familiares, apesar da perda populacional no distrito de Braga, analisada anteriormente, aumentou o número de famílias e diminuiu a dimensão média das mesmas. Assim, entre os anos 2001 e 2011, o número de famílias neste distrito aumentou ligeiramente de 251 365 para 286 197 famílias, embora a sua dimensão tenha vindo a diminuir, tanto a nível do distrito de Braga como em todos os concelhos do mesmo (Tabela 21). Mesmo assim, a dimensão média das famílias no distrito de Braga (em 2001, 3.3 indivíduos e 3.0 indivíduos, em 2011) foi superior à dimensão média das famílias na região Norte, a nível nacional e ao nível da União Europeia (UE28) (2.7 indivíduos, 2.6 indivíduos e 2.4 indivíduos, respetivamente).

Tabela 21 – Dimensão média das famílias

Territórios	Dimensão média das famílias	
Anos	2001	2011
UE28	–	2.4
Portugal	2.8	2.6
Norte	3.0	2.7
Amares	3.4	3.1
Barcelos	3.5	3.1
Braga	3.2	2.8
Esposende	3.5	3.1
Terras de Bouro	3.2	2.9
Vila Verde	3.4	3.1
Fafe	3.1	2.8
Guimarães	3.3	2.9
Póvoa de Lanhoso	3.3	3.0
Vieira do Minho	3.2	2.9
Vila Nova de Famalicão	3.2	3.0
Vizela	3.3	3.0
Cabeceiras de Basto	3.3	3.0
Celorico de Basto	3.3	2.9
Total do Distrito	3.3	3.0

Fonte: INE – XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e PORDATA com base no Eurostat

No total das famílias residentes no distrito de Braga, tal como demonstra a tabela 22, entre 2001 e 2011, aumentou o número de famílias com 1, 2 e 3 a 5 elementos e assistiu-se a uma diminuição do número de famílias com 6 ou mais pessoas. Em termos percentuais, no distrito de Braga, a maioria das famílias (56.9%) eram compostas por 3 a 5 elementos, seguindo as famílias compostas por 2 elementos (26.3%), as famílias unipessoais (13.7%) e, por último, as famílias com 5 ou mais elementos (3.1%). De facto, estes dados apontam para uma tendência na diminuição do número de elementos que compõem os agregados familiares.

Tabela 22 – Número de indivíduos por famílias clássicas

Territórios	Famílias clássicas por número de indivíduos							
	1		2		3-5		6+	
Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	631 762	866 827	1 036 312	1 277 558	1 863 461	1 818 875	119 222	80 466
Norte	159 894	228 923	303 346	390 608	695 193	679 076	52 198	32 285
Amares	550	780	1 217	1 565	3 278	3 568	444	259
Barcelos	2 760	4 099	6 487	9 060	22 291	23 096	3 093	1 797
Braga	6 248	10 905	10 688	17 057	31 927	34 678	2 310	1 346
Esposende	877	1 503	1 829	2 775	5 825	6 245	951	564
Terras de Bouro	418	468	683	708	1 290	1 187	233	129
Vila Verde	1 514	2 042	2 949	3 986	7 942	8 773	1 290	756
Fafe	1 798	2 622	3 932	5 040	10 123	9 625	817	435
Guimarães	3 843	6 791	9 942	14 467	31 986	31 402	2 443	1 242
Póvoa de Lanhoso	761	1 035	1 553	1 994	3 981	4 034	546	278
Vieira do Minho	686	772	1 134	1 327	2 475	2 183	339	200
Vila Nova de Famalicão	3 188	5 375	8 654	11 939	26 025	26 594	1 676	1 230
Vizela	425	781	1 310	1 962	4 767	4 929	281	193
Cabeceiras de Basto	743	919	1 287	1 469	2 918	3 012	488	222
Celorico de Basto	859	1 117	1 401	1 820	3 307	3 546	583	296
Total do Distrito	24 670	39 209	53 066	75 169	158 135	162 872	15 494	8947

Fonte: INE – XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

A região Norte do país registou um crescente aumento de famílias unipessoais (pessoas que vivem sós), representando, em 2011, cerca de 17% do total de famílias portuguesas. Atendendo ao distrito de Braga, em 2011, as famílias unipessoais representavam 14% do total de famílias residentes em Portugal, sendo que cerca de 46% destas famílias era composta por um elemento com 65 ou mais anos (Tabela 23). A nível europeu, as famílias unipessoais com mais de 65 anos representam cerca de 40% do total das famílias unipessoais, valor este inferior ao distrital e ao nacional (46.9% de famílias unipessoais com mais de 65 anos no total de famílias unipessoais). A

este respeito importa referir que o número de famílias unipessoais com 65 ou mais anos aumentou em cerca de 5000 famílias, entre 2001 e 2011.

Tabela 23 – Número de famílias unipessoais com 65 ou mais anos

Territórios	Famílias clássicas unipessoais			
	Total		65+	
Anos	2001	2011	2001	2011
UE28	–	66 622.7	–	26 659.3
Portugal	631 762	866 827	321 054	406 942
Norte	159 894	228 923	84 003	109 884
Amares	550	780	348	417
Barcelos	2 760	4 099	1 505	2 082
Braga	6 248	10 905	2 221	3 610
Esposende	877	1 503	451	695
Terras de Bouro	418	468	279	306
Vila Verde	1 514	2 042	955	1 255
Fafe	1 798	2 622	1 104	1 480
Guimarães	3 843	6 791	1 990	3 017
Póvoa de Lanhoso	761	1 035	504	588
Vieira do Minho	686	772	426	481
Vila Nova de Famalicão	3 188	5 375	1 613	2 531
Vizela	425	781	234	398
Cabeceiras de Basto	743	919	523	597
Celorico de Basto	859	1 117	607	678
Total do Distrito	24 670	39 209	12 760	18 135

Fonte: INE – XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e PORDATA com base no Eurostat

4.5. A destacar a nível distrital

- Decréscimo da densidade populacional e da população residente.
- 15.2% da população com idades entre os 0 e os 14 anos, 69.8% da população com idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos e 14.9% da população com 65 ou mais anos.
- 21.7% da população com elevado grau de dificuldade pertencente à região Norte reside no distrito.
- Aumentou o índice de envelhecimento e o índice de longevidade, entre 2009 e 2013.

- A taxa de natalidade e o ISF do distrito eram inferiores à nacional e da região Norte.
- 2.1% de nados-vivos cujas mães tinham idades inferiores ou iguais a 19 anos.
- 33.8% de nados-vivos cujas mães completaram o ensino superior.
- 2.8% de nados-vivos cujas mães tinham nacionalidade estrangeira.
- 640 interrupções voluntárias da gravidez, o que representa 15.1% das interrupções realizadas na região Norte.
- Aumentou o índice total de dependência e o índice de dependência de idosos e diminuiu o índice de dependência de jovens, entre 2009 e 2013.
- Diminuiu a taxa bruta de mortalidade e a taxa de mortalidade infantil foi inferior à nacional e da região Norte, entre 2009 e 2013.
- 76.7% do total de óbitos com 70 ou mais anos.
- 94.4% das causas de morte foram por doença e 43 óbitos foram mortes por suicídio.
- Diminuiu a taxa bruta de divorcialidade e a taxa bruta de nupcialidade.
- Aumentou a população casada sem registo ou em união de facto.
- O saldo migratório foi negativo, apesar da diminuição da negatividade do mesmo.
- O saldo natural foi negativo, ou seja, registaram-se mais óbitos do que nados-vivos.
- O saldo total foi negativo, registando-se um aumento dessa negatividade, ou seja, o distrito perdeu população.
- Maior expressão dos imigrantes de nacionalidade brasileira e ucraniana.
- Diminuiu a dimensão média das famílias e o número de famílias com 6 ou mais pessoas.
- Aumentaram as famílias unipessoais e 46% destas correspondem a pessoas com 65 ou mais anos.
- 23.3% das famílias unipessoais residentes no distrito de Braga vive isolada.

5. Mercado de trabalho e emprego

5.1. População ativa e população inativa

Os indicadores socioprofissionais do último momento censitário registaram uma taxa de atividade[39] para o distrito de Braga de 55.2%, inferior ao do território nacional (55.9%) e da região Norte (56.1%). Estes dados comparados com os do ano 2001 desceram em cerca de 2 pontos percentuais (p. p.). Atendendo à distribuição por sexo da taxa de atividade, o sexo masculino registou uma taxa de atividade (61.9%, em 2011) superior à do sexo feminino (49.0%, em 2011) (Tabela 24).

Tabela 24 – Taxa de atividade por sexo

Territórios	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	%		%		%	
Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011
UE28	–	57.3	–	64.6	–	50.5
Portugal	57.4	55.9	66.0	61.4	49.4	51.0
Norte	58.3	56.1	67.9	62.4	49.6	50.4
Amares	53.3	53.8	65.1	62.0	42.2	46.4
Barcelos	63.2	59.5	71.5	65.7	55.5	53.8
Braga	63.8	62.2	70.9	66.6	57.5	58.3
Esposende	61.3	59.5	70.3	65.9	53.1	53.9
Terras de Bouro	42.9	42.7	56.0	50.1	30.7	36.1
Vila Verde	51.9	53.2	65.3	62.2	39.7	45.2
Fafe	58.4	54.5	66.8	60.4	50.9	49.4
Guimarães	66.9	60.9	73.0	64.8	61.2	57.2
Trofa	65.6	61.6	74.2	67.9	57.5	55.8
Vieira do Minho	43.9	42.5	56.4	50.8	32.0	35.0
Vila Nova de Famalicão	65.2	61.1	71.9	66.0	58.9	56.7
Vizela	69.7	64.2	75.1	68.2	64.5	60.4
Cabeceiras de Basto	48.5	48.3	61.2	57.7	36.5	39.6
Celorico de Basto	48.8	48.3	62.5	58.5	36.3	38.8
Total do Distrito	57.4	55.2	67.2	61.9	48.3	49.0

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Eurostat

[39] Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população com 15 e mais anos (SIM – INE).

O concelho de Vizela foi aquele que registou taxas de atividades mais elevadas, quer seja na totalidade dos dois sexos (64.2%), quer para o sexo masculino (68.2%) ou para o sexo feminino (60.4%). Por sua vez, os concelhos de Vieira do Minho e Terras de Bouro registaram menores taxas de atividade (42.4% e 42.7%, respetivamente). Em termos de grupo etário, observou-se que 65.7% do total de população ativa[40] do distrito de Braga não tinha, em 2011, mais do que 44 anos (15-24 anos: 10.1%; 25-34 anos: 26.4%; 35-44 anos: 29.2%).

A comparação destes dados a nível europeu indicou que a taxa de atividade a nível distrital, na região Norte e no território nacional era inferior à taxa de atividade a nível europeu, tanto para o sexo feminino como para o sexo masculino.

De acordo com o último momento censitário, no distrito de Braga, existia uma taxa de inatividade[41] na ordem dos 38.4% (292.944 inativos[42]), sendo nos homens de 32.3% e nas mulheres de 44.1%. Valores estes superiores à taxa de inatividade registada a nível nacional (3 966 482 inativos, 37.6%) e na região Norte (1 376 384 inativos, 37.3%), na mesma data.

Os concelhos do distrito de Braga que registaram, em 2011, as maiores taxas de inatividade foram Terras de Bouro (3 612 inativos no concelho, 49.8%) e Vieira do Minho (6 452 inativos no concelho, 49.6%), enquanto a menor taxa de inatividade foi no concelho de Vizela (7 078 inativos no concelho, 29.8%).

[40] Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados) (SIM – INE).

[41] Taxa que permite definir a relação entre a população inativa em idade ativa (com 15 ou mais anos de idade) e a população total em idade ativa (SIM – INE).

[42] População que, independentemente da sua idade, no período de referência não podia ser considerada economicamente ativa, isto é, não estava empregada, nem desempregada (SIM – INE).

Tabela 25 – População inativa em função da condição perante o trabalho, em 2011

Territórios	Condição perante o trabalho					
	Total	Estudantes	Domésticos	Reformados	Incapacitados	Outros inativos
Portugal	3 966 482	660 496	419 726	2 339 094	141 256	405 910
Norte	1 376 384	241 482	165 158	768 566	54 335	146 843
Amares	7 273	1 406	1 105	3 708	299	755
Barcelos	40 655	8 591	4 409	21 420	1 840	4 395
Braga	57 416	14 066	4 231	31 057	1 926	6 136
Esposende	11 576	2 416	1 563	6 049	442	1 106
Terras de Bouro	3 612	473	495	2 054	174	416
Vila Verde	18 650	3 234	2 906	10 008	737	1 765
Fafe	19 470	3 287	1 521	11 551	735	2 376
Guimarães	52 221	10 884	2 575	30 695	1 656	6 411
Póvoa de Lanhoso	8 903	1 437	1 394	4 648	430	994
Vieira do Minho	6 452	931	1 021	3 555	291	654
Vila Nova de Famalicão	43 599	9 158	2 672	25 622	1 630	4 517
Vizela	7 078	1 630	355	4 004	232	857
Cabeceiras de Basto	7 229	1 260	1 171	3 777	308	713
Celorico de Basto	8 810	1 332	1 546	4 612	367	953
Total do Distrito	292 944	60 105	26 964	162 760	11 067	32 048

Fonte: XV Recenseamentos Gerais da População

A nível distrital, a maioria dos inativos eram reformados (162 760 reformados, 55.6%), situação idêntica em todos os concelhos do distrito de Braga, nos quais os reformados representavam mais de 50% da população inativa (Tabela 25).

5.2. População empregada

Em 2011, a população que se encontrava inserida no mercado de trabalho[43] (361 116 empregados), no distrito de Braga, exercia funções, principalmente, no terceiro sector (53.4%), seguindo-se o sector secundário (44.6%) e, por último, o sector primário (2.0%). Os concelhos de Terras de Bouro e Cabeceiras de Basto foram aqueles que possuíam uma maior percentagem de empregados no sector primário (7.6% e 7.3%, respetivamente). Quanto à distribuição da população empregada em função do sexo, na mesma data, 52.9% era do sexo masculino, existindo, desta forma, um certo equilíbrio de género na população empregada do distrito de Braga. No que concerne a idade da população empregada, o grupo etário dos 35 aos 44 anos foi aquele que registou maior expressão no mercado de trabalho do distrito de Braga, no mesmo sentido, foi possível afirmar que a maioria da população empregada (66.5%) tinha até 44 anos, em 2011.

Tal como nos mostra a tabela 26, a maioria da população empregada no distrito de Braga, em 2011, era trabalhador por conta de outrem (296 324 indivíduos), seguindo-se os trabalhadores por conta própria como empregadores (37 328 trabalhadores) e os trabalhadores por conta própria como isolados (21 963 trabalhadores).

[43] Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência (SIM – INE).

Tabela 26 - População empregada em função da situação na profissão, em 2011

Territórios	Situação na profissão principal					
	Trabalhador por conta própria como empregador	Trabalhador por conta própria como isolado	Trabalhador familiar não remunerado	Trabalhador por conta de outrem	Membro ativo de cooperativa	Outra
Portugal	459 123	286 090	24 130	3 540 336	2 157	49 351
Norte	156 436	99 550	9 663	1 220 150	805	15 279
Amares	711	529	51	5 943	1	44
Barcelos	6 402	3 619	454	41 539	37	461
Braga	8 351	4 519	273	67 762	35	1 031
Esposende	1 985	1 234	223	11 479	7	172
Terras de Bouro	244	209	62	1 698	1	21
Vila Verde	2 099	1 605	197	14 397	13	193
Fafe	2 040	1 271	94	16 308	11	156
Guimarães	6 694	3 229	218	58 928	34	512
Póvoa de Lanhoso	808	587	51	6 656	5	63
Vieira do Minho	404	382	60	3 110	2	31
Vila Nova de Famalicão	5 500	3 224	182	49 010	27	425
Vizela	880	462	31	9 425	3	62
Cabeceiras de Basto	618	528	91	4 446	5	54
Celorico de Basto	592	565	71	5 623	3	36
Total do Distrito	37 328	21 963	2 058	296 324	184	3 261

Fonte: XV Recenseamentos Gerais da População

A maioria dos vínculos contratuais dos trabalhadores por conta de outrem era a título permanente/sem termo (173 305 trabalhadores, 77.7%), seguindo-se os trabalhadores por conta de outrem com contrato a termo/a prazo (45 392 trabalhadores, 20.3%), em 2011. Entre 2009 e 2011, verificou-se uma diminuição de cerca de 13 mil contratos de trabalho (-13 858 contratos) a termo/a prazo (-7 112 contratos) e contratos permanentes/sem termo (-6 746 contratos). No entanto, nesta mesma época, observou-se que os contratos de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária diminuíram de 1 003 contratos em 2009 para 144 contratos em 2011. Da mesma forma que os contratos de trabalho a termo para cedência temporária aumentaram de 793 contratos em 2009 para 1 546 contratos em 2011.

A maioria da população residente no distrito de Braga com pelo menos uma dificuldade de grau elevado com 15 ou mais anos encontrava-se inativa (30 891 indivíduos, cerca de 92% do total de pessoas com pelo menos uma dificuldade). Para além disso, a maioria destes inativos referem-se a reformados, aposentados ou na reserva (25 363 indivíduos), seguindo-se os incapacitados permanentes para o trabalho (4 242 indivíduos). A este respeito importa referir que 353 estudantes residentes no distrito de Braga apresentam pelo menos uma dificuldade de grau elevado (Tabela 27)

Tabela 27 - População residente no distrito de Braga c/ pelo menos uma dificuldade com 15 ou mais anos em função da atividade económica

Tipo de População	Total de pessoas c/ pelo menos uma dificuldade	Não consegue ver	Não consegue ouvir	Não consegue andar ou subir degraus	Tem falta de memória ou concentração	Não consegue tomar banho ou vestir-se sozinho	Não consegue compreender os outros ou fazer-se compreender
População ativa	2 438	292	425	269	830	244	378
Empregados	1 997	243	353	225	666	210	300
Desempregados	441	49	72	44	164	34	78
População Ativa	30 981	1470	1298	7320	5805	10393	4605
Estudantes	353	31	45	57	103	63	54
Domésticos	215	22	27	20	84	19	43
Reformados, aposentados ou na reserva	25 363	1175	991	6288	4449	8954	3506
Incapacitados permanentes para o trabalho	4 242	201	161	839	968	1214	859
Outros casos	718	41	74	116	201	143	143

Fonte: INE - XV Recenseamento Geral da População

Pelos dados da tabela anterior, a sua maioria encontrava-se empregada, ou seja, 81.9% da população ativa com pelo menos uma dificuldade elevada encontra-se empregada e a restante percentagem refere-se a indivíduos desempregados (441 indivíduos).

5.2.1. Tempo de trabalho da população empregada

A nível nacional, a população empregada trabalhou, em 2012, em média, 34.8 horas por semana. Os trabalhadores por conta de outrem trabalharam, em média, 34.9 horas e os trabalhadores por conta própria como isolados trabalharam 31.1 horas, em média, por semana. Para além disso, os trabalhadores por conta própria como empregadores foram aqueles que registaram um maior número de horas de trabalho semanal: 44.6 horas, em média.

Atendendo aos trabalhadores por conta de outrem, a maioria exercia funções a tempo completo (214 460 trabalhadores, 96.1%) e os restantes (8 636 trabalhadores, 3.9%) exerciam funções a tempo parcial. Atendendo ao setor de atividade, em 2012, os trabalhadores por conta de outrem do setor da "Banca e Seguros" foram aqueles que trabalharam um maior número de horas semanais (37.2 horas) e aqueles que pertenciam ao setor da "Administração Pública, Educação e Saúde" foram os que menos horas trabalharam (32.6 horas semanais).

5.2.2. Greves laborais

Em 2012, realizaram-se no território nacional 127 greves, representando 113 000 dias de trabalho perdidos e participaram nestas greves cerca de 92 300 trabalhadores. Os trabalhadores que realizaram mais greves pertenciam maioritariamente ao setor terciário (67 900 trabalhadores) e dentro deste setor, especialmente, os que exerciam funções na área dos transportes, armazenagem e comunicações. Nas greves do setor secundário participaram 24 100 trabalhadores, na sua maioria, os trabalhadores das indústrias transformadoras (21 900 trabalhadores). E, por último, participaram em greves 300 trabalhadores do setor primário.

Em suma, entre os anos 2011 e 2012, aumentou o número médio de trabalhadores que realizaram greves (663.8 trabalhadores, em 2011 e 727.0 trabalhadores, em 2012). Assim, cada trabalhador perdeu, em média, 1.2 dias de trabalho por se encontrar em greve.

5.2.3. Acidentes de Trabalho

Entre 2009 e 2011, no território nacional observou-se um declínio no número de acidentes de trabalho, assim como no número de acidentes de trabalho mortais. Deste modo, em 2009, registou-se um total de 217 393 acidentes de trabalho, dos quais 217 foram acidentes de trabalho mortais, passando para 209 183 acidentes de trabalho (196 acidentes de trabalho mortais), em 2011.

Segundo os dados estatísticos disponíveis, em 2011, a maioria dos acidentes de trabalho ocorreram no setor terciário (104 572 acidentes de trabalho), seguindo-se o setor secundário (97 548 acidentes de trabalho) e, por último, o setor primário (7 000 acidentes de trabalho). Em contrapartida, os acidentes de trabalho mortais registaram-se em maior número no setor secundário (Tabela 28).

Tabela 28 - Acidentes de trabalho no território nacional, em 2011

Sectores de atividade económica	Acidentes de trabalho	
	Total	Mortais
Primário	7 000	29
Secundário	97 548	95
Indústrias extrativas	1 137	6
Indústrias transformadoras	54 611	30
Construção	38 572	57
Terciário	104 572	72
Comércio por grosso e retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	33 856	24
Transportes e armazenagem	12 846	23
Alojamento e restauração	11 860	5

Fonte: PORDATA com base no Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)/ Ministério da Economia (MEE)

Da comparação dos dados estatísticos do território nacional com os dados estatísticos europeus acerca da incidência de acidentes de trabalho, conclui-se que Portugal é o quarto país (atendendo aos países para os quais existem dados estatísticos disponíveis) com o maior número de acidentes de trabalho. Em 2011, a Alemanha registou o maior número de acidentes de trabalho (886 849 acidentes de trabalho, dos quais 507 foram fatais), seguindo-se a Itália (405 888 acidentes de trabalho, dos quais 621 foram fatais) e, em terceiro lugar, o Reino Unido (245 496 acidentes de trabalho, dos quais 194 foram fatais). No que concerne aos acidentes de trabalho fatais, a Polónia regista a terceira posição a nível europeu, tendo registado, em 2011, 404 acidentes de trabalho fatais (PORDATA com base no Eurostat).

5.4. População desempregada

O distrito de Braga, em 2011, registou uma taxa de desemprego[44] de 14.3%, superior à do território português à mesma data (13.2%). Analisando os dados do desemprego, em função dos concelhos do distrito de Braga, o concelho de Terras de Bouro foi aquele onde esta taxa foi mais elevada (17.1%), seguindo-se o concelho de Vieira do Minho e o de Celorico de Basto (16.3%). Por seu turno, Esposende foi o concelho que registou a menor taxa de desemprego (11.3%). Importa observar o aumento exponencial da taxa de desemprego entre 2001 e 2011, independentemente da zona geográfica (Tabela 29).

Tabela 29 – Taxa de desemprego em função do sexo

Territórios	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	%		%		%	
Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	6.8	13.2	5.2	12.6	8.7	13.8
Norte	6.7	14.5	5.2	13.0	8.6	16.1
Amares	6.8	14.1	4.5	11.6	10.2	17.2
Barcelos	4.3	12.1	4.3	10.9	4.3	13.4
Braga	6.9	13.2	5.6	11.7	8.4	14.6
Esposende	4.9	11.3	3.9	9.1	6.0	13.6
Terras de Bouro	1.3	17.1	6.6	12.4	19.2	23.0
Vila Verde	5.4	12.9	4.0	10.5	7.6	15.8
Fafe	6.5	14.8	6.2	14.1	6.9	15.6
Guimarães	5.3	14.3	4.9	13.4	5.7	15.1
Póvoa de Lanhoso	4.5	13.2	3.4	12.1	6.2	14.5
Vieira do Minho	9.2	16.3	5.5	14.0	15.6	19.4
Vila Nova de Famalicão	5.2	14.9	4.6	13.0	6.0	17.0
Vizela	4.9	14.3	4.7	13.7	5.2	15.0
Cabeceiras de Basto	4.9	15.0	3.7	10.6	6.9	21.0
Celorico de Basto	6.6	16.3	4.1	13.5	10.5	20.1
Total do Distrito	6.2	14.3	4.7	12.2	8.5	16.8

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

[44] Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa (SIM – INE).

No que concerne ao sexo dos indivíduos em situação de desemprego, observou-se que a taxa de desemprego era superior nos indivíduos do sexo feminino (16.8%) em comparação com os do sexo masculino (12.2%), não existindo nenhum concelho em que o contrário se tenha verificado. Do mesmo modo, analisou-se a taxa de desemprego em função da idade dos desempregados[45], verificando-se que cerca de ¼ dos desempregados tinham idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, em 2011 (Tabela 30). Para além disso, é preocupante a taxa de desemprego dos indivíduos com mais de 45 anos, atingindo 32.1% da população desempregada no distrito de Braga.

Tabela 30 – Taxa de desemprego em função da idade dos desempregados, em 2011

Territórios	Grupos etários						
	Total	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+
Portugal	3.2	27.9	12.4	10.8	12.0	13.8	0.4
Norte	14.5	26.2	12.7	11.8	14.2	17.2	0.3
Amares	14.1	25.9	12.9	13.1	11.6	15.3	0.0
Barcelos	12.1	20.0	9.3	9.4	12.8	17.9	0.5
Braga	13.2	26.6	12.5	10.8	11.8	15.3	0.3
Esposende	11.3	21.7	9.8	9.0	10.4	14.5	0.6
Terras de Bouro	17.1	32.2	20.3	12.7	14.5	13.5	0.0
Vila Verde	12.9	22.1	11.7	10.9	12.4	13.2	0.0
Fafe	14.8	24.0	11.9	11.1	14.8	24.6	0.0
Guimarães	14.3	20.7	10.4	11.1	16.4	23.0	0.0
Póvoa de Lanhoso	13.2	24.0	12.0	10.1	12.2	16.3	0.0
Vieira do Minho	16.3	30.7	15.9	13.7	13.6	17.6	2.2
Vila Nova de Famalicão	14.9	21.9	10.5	11.0	16.7	28.7	0.0
Vizela	14.3	15.4	9.8	10.0	19.1	29.1	0.0
Cabeceiras de Basto	15.0	28.9	14.8	13.0	13.0	10.9	4.3
Celorico de Basto	16.3	28.2	13.9	14.4	14.9	15.5	0.0
Total do Distrito	14.3	24.5	12.6	11.5	13.9	18.2	0.6

Fonte: XV Recenseamentos Gerais da População

[45] Indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não (SIM – INE).

De acordo com os dados estatísticos do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) (2009, 2013), a média anual dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego e de Formação Profissional (CTEF) ou nos Centros de Emprego (CTE)[46] sofreu um aumento na ordem dos 26.5%, entre 2009 e 2013 (49 835.8 desempregados em 2009 e 63 024.2 desempregados em 2013), a nível distrital. A maior expressão do desemprego encontrou-se naqueles que se encontravam à procura de um novo emprego (46 013.1 desempregados em 2009 e 56 554.1 desempregados em 2012) em comparação com os desempregados à procura do primeiro emprego (3 822.5 desempregados em 2009 e 6 470.3 desempregados em 2013). A propósito, verificou-se um aumento de cerca de 69% dos desempregados à procura do primeiro emprego e de cerca de 22.9% para os desempregados à procura de um novo emprego.

No distrito, em 2009, registavam-se 8.5 desempregados em cada 100 indivíduos residentes com 15 a 64 anos, enquanto, em 2013, esse valor aumentou para 11.0%, ou seja, registaram-se 11 desempregados por cada 100 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Em termos concelhios, os concelhos com mais desempregados inscritos nos CTEF e nos CTE no total da sua população residente com 15 a 64 anos foram, em 2013, os concelhos de Cabeceiras de Basto (13.7%) e Celorico de Basto (13.5%) e aqueles que registaram o menor número de desempregados foram os concelhos de Barcelos e Esposende (7.7% em cada concelho). Note-se que o concelho de Vizela foi o único do distrito que registou uma descida no número de desempregados inscritos nos CTEF e nos CTE, entre

[46] Candidato inscrito num Centro de Emprego que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade de trabalho (IEFP).

2009 e 2013, em função da população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos residente no concelho (10.8% em 2009 e 10.4% em 2013).

No que concerne às idades dos desempregados inscritos nos CTEF e nos CTE, entre 2009 e 2013, aumentou o número de desempregados com idades mais baixas e diminuiu o número de desempregados com idades iguais ou superiores a 45 anos. Desta forma, em 2013, 13.0% dos desempregados tinha idades inferiores a 25 anos (12.7% em 2009), 20.1% idades entre os 25 e os 34 anos (19.8% em 2009), 21.1% idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos (20.2% em 2009), 24.1% idades entre os 45 e os 54 anos (25.7% em 2009) e, 21.6% 55 ou mais anos (21.7% em 2009).

Os dados estatísticos relativos ao nível de escolaridade da população desempregada indicaram que a maioria da população desempregada (66.7%) possuía um nível de escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico (4.3% sem escolaridade, 27.8% com o 1º ciclo do ensino básico, 16.1% com o 2º ciclo do ensino básico e 18.5% com o 3º ciclo do ensino básico), 19.9% possuía o nível secundário e cerca de 13.3% tinha o ensino médio e/ou superior completo (Tabela 31).

Tabela 31 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) em função do nível de escolaridade, em 2013

Territórios	Sem nível de escolaridade	Básico / 1º ciclo	Básico / 2º ciclo	Básico / 3º ciclo	Secundário	Superior
Norte	14 143.8	76 290.9	50 480.1	56 911.2	61 518.5	37 008.8
Amares	101.3	361.1	245.5	301.8	324.8	197.8
Barcelos	208.6	1 802.6	1 119.6	1 145.3	1 366.3	872.5
Braga	662.8	3 061.9	1 955.4	2 838.8	3 331.1	2 604.8
Esposende	38.3	330.8	293.2	387.0	443.8	327.5
Terras de Bouro	13.8	105.1	95.8	129.3	114.2	41.8
Vila Verde	139.8	713.2	539.6	591.5	628.0	352.0
Fafe	178.1	1 295.8	714.8	650.6	660.7	539.3
Guimarães	505.3	4 732.4	2 011.0	2 300.6	2 237.8	1 500.4
Póvoa de Lanhoso	62.6	492.2	237.4	252.4	269.3	154.1
Vieira do Minho	38.3	299.1	201.9	170.8	165.4	98.2
Vila Nova de Famalicão	473.6	2.830.8	1 876.5	1 951.1	2 045.9	1 213.8
Vizela	107.4	689.4	286.5	266.8	268.8	189.0
Cabeceiras de Basto	75.3	312.0	245.0	349.7	331.1	175.2
Celorico de Basto	84.6	520.9	331.7	353.6	345.0	146.2
Total do Distrito	2 689.8	17 547.3	10.153.9	11 689.3	12 532.2	8 412.6

Fonte: IEFP (2013)

A propósito dos dados estatísticos acerca do nível de escolaridade dos desempregados inscritos nos CTEF e nos CTE, importa referir que, entre 2009 e 2013, aumentaram os desempregados com habilitações iguais ou superiores ao 3º ciclo do ensino básico e diminuíram os desempregados com o 1º e o 2º ciclo do ensino básico. Desta forma, por um lado, em 2009, 62.7% dos desempregados não tinham completado mais do que o 2º ciclo do ensino básico (4.3% de desempregados sem escolaridade, 39.1% de desempregados com o 1º ciclo do ensino básico e 19.3% de desempregados com o 2º ciclo do ensino básico), enquanto, em 2013, essa percentagem era de 48.2% (4.3% de desempregados sem escolaridade, 27.8% de desempregados com o 1º ciclo do ensino básico e 16.1% de desempregados com o 2º ciclo do ensino básico). E, por outro lado, em 2009, 37.3% dos desempregados tinham uma escolaridade

igual ou superior ao 3º ciclo do ensino básico (16.7% de desempregados com o 3º ciclo do ensino básico, 13.7% de desempregados com o ensino secundário e 6.9% de desempregados com o ensino superior), e, em 2013, essa percentagem foi de 51.7% (18.5% de desempregados com o 3º ciclo do ensino básico, 19.9% de desempregados com o ensino secundário e 13.3% de desempregados com o ensino superior).

A análise dos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional incidiu, ainda, na análise do tempo de inscrição nos CTEF e nos CTE. Assim, no que concerne ao tempo de inscrição, os dados estatísticos permitiram verificar um número elevado de desempregados de longa duração, ou seja, desempregados inscritos há pelo menos um ano nos centros de emprego e de formação profissional sem, durante esse tempo, conseguirem inserir-se no mercado de trabalho.

Tabela 32 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) em função do tempo de inscrição, em 2013

Territórios	Tempo de inscrição	
	Menos 1 ano	1 ano ou mais
Portugal	389 536.0	318 271.0
Norte	147 806.7	148 546.7
Amares	832.2	699.9
Barcelos	3 532.3	2 982.6
Braga	7 920.7	6 534.2
Esposende	1 044.1	776.3
Terras de Bouro	320.9	178.9
Vila Verde	1 646.7	1 317.3
Fafe	1 896.0	2 143.2
Guimarães	5 897.1	7 390.4
Póvoa de Lanhoso	808.3	659.6
Vieira do Minho	548.5	425.2
Vila Nova de Famalicão	5 100.6	5 291.1
Vizela	781.7	1 026.3
Cabeceiras de Basto	714.1	774.2
Celorico de Basto	891.8	890.2
Total do Distrito	31 935.0	31 089.4

Fonte: IEFP (2013)

Como se depreende da tabela 32, no distrito de Braga, em 2013, existia um equilíbrio entre os desempregados inscritos há menos de um ano (desempregados de curta duração[47]) e os denominados de desempregados de longa duração[48]. Importa assim, referir que face a 2009, aumentaram os desempregados de longa duração. Nesse mesmo ano, a maioria dos desempregados encontrava-se inscrita nos CTEF e nos CTE há menos de um ano (61.5%, 30 637 desempregados) e aqueles que estavam inscritos há mais de um ano representavam 38.5% do total de desempregados.

O aumento do número de desempregados e, consequentemente, do número de inscritos nos centros de emprego e formação profissional levou a que a partir de 2010 se registasse a situação laboral do cônjuge daqueles que se encontravam inscritos nos CTEF ou CTE. Assim, "o número de casais em que ambos os cônjuges estão registados como desempregados foi, no final de setembro de 2014, de 11 739 casais desempregados, [o que representa] -5.1% (menos 635 casais) que no mês homólogo e -1.7% (menos 200 casais) que no mês anterior" (IEFP, 2014b, p. 2).

Analisando a média anual das ofertas de emprego disponíveis nos centros de emprego e formação profissional[49] no distrito de Braga, verificou-se um ligeiro aumento dessas ofertas independentemente do setor de atividade, entre 2009 e 2013. O setor secundário foi aquele onde existiu um maior número de

[47] Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há menos de 12 meses. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (até 12 meses) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego (SIM – INE)

[48] Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego (SIM – INE).

[49] Registo de um ou mais posto de trabalho, para a mesma profissão, comunicados por uma entidade empregadora para serem preenchidos por candidatos inscritos nos Centros de Emprego (IEFP).

ofertas de emprego (488 ofertas em 2009 e 776 ofertas em 2013), seguindo-se o setor terciário (517 ofertas em 2009 e 641 ofertas em 2013) e, por último, o setor primário (5 ofertas em 2009 e 7 ofertas em 2013). No entanto, no que concerne às ofertas de emprego na região Norte, observou-se que o setor terciário foi aquele para o qual surgiram mais ofertas de emprego nos anos em análise. Na mesma situação se encontravam os concelhos de Braga, Vieira do Minho e Terras de Bouro, nos quais as ofertas de emprego no setor terciário foram superior às ofertas para o setor secundário.

5.4. Medidas e Programas de apoio à inserção socioprofissional

As medidas e os programas de apoio à inserção socioprofissional do IEFP permitem, ainda que a curto prazo, apoiar indivíduos em situação de desemprego. Desta forma, para a região do distrito de Braga, analisou-se o CTEF de Braga[50] e os CTE de Barcelos[51], do Alto Tâmega[52], do Médio Ave[53] e do Baixo Ave[54]. Atendendo à tabela 33, em Agosto de 2014, encontravam-se abrangidos por programas e medidas do IEFP 15 393 indivíduos através de programas de emprego. A grande parte dos indivíduos estavam abrangidos pela medida do Estágio-Emprego (6 703 indivíduos) e pelo programa de inserção profissional – trabalho socialmente necessário (4 851 indivíduos).

Em termos de formação profissional, o CTEF de Braga e o CTE do Médio Ave foram os únicos do distrito a fornecer qualificação profissional. O programa

[50] Engloba os concelhos de Amares, Braga, Vila Verde e Terras de Bouro.

[51] Engloba os concelhos de Barcelos e Esposende.

[52] Engloba os concelhos de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Felgueiras, Marco de Canavezes e Resende.

[53] Engloba os concelhos de Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela.

[54] Engloba os concelhos de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa.

do CTE do Médio Ave referia-se exclusivamente à qualificação de adultos em gestão direta – 96 indivíduos. Embora no CTEF de Braga, a maioria dos abrangidos (9 333 indivíduos, 82.1%) encontrava-se abrangida pela qualificação de adultos, a qualificação de jovens também foi expressiva a este nível, abrangendo 2 041 indivíduos. As medidas de reabilitação profissional referiram-se, essencialmente, a pessoas com deficiência ou incapacidade, num total de 37 indivíduos abrangidos por estas medidas, nas zonas em análise.

Tabela 33 – Número de abrangidos pelas medidas de apoio à inserção socioprofissional, em Agosto de 2014

Programas e Medidas	CTEF Braga	CTE Barcelos	CTE Alto Tâmega	CTE Médio Ave	Baixo Ave
Emprego	**4 077**	**2 342**	**2 880**	**2 876**	**3 218**
Inserção Profissional	1 900	1 001	1 208	1 327	1 267
Estágio-Emprego	1 900	1 001	1 208	1 327	1 267
Apoios à contratação (ajustamentos e colocações)	892	670	309	762	1 051
Estímulo	576	460	208	555	610
Apoio à contratação via reembolso da TSU	315	210	101	207	437
Apoio à contratação via reembolso da TSU – *Startups*	1	0	0	0	4
Apoios à criação de Emprego e Empresas	15	25	25	67	23
Apoios à criação do próprio emprego – PAECPE	8	20	25	11	20
Linha de apoio à criação de empresas e emprego PAECPE	7	5	0	56	3
Inserção Profissional – Trabalho Socialmente Necessário	1 270	646	1 338	720	877
CEI e CEI +	821	562	1 000	562	834
CEI (contrato emprego inserção)	695	442	695	425	676
CEI +	126	120	305	137	158
CEI Património	414	53	300	151	24
Empresas de Inserção	35	31	38	7	19
Empresas de Inserção – Profissionalização	35	31	38	7	19
Outras medidas					
Empresas de inserção-formação	0	0	0	0	13
Gabinetes de Inserção Profissional – GIP	14	6	8	15	15
Formação Profissional	**11374**	**0**	**0**	**96**	**0**
Qualificação de jovens	2041	0	0	0	0
Cursos de Aprendizagem-Gestão direta	189	0	0	0	0
Cursos de Aprendizagem-Entidades externas	1812	0	0	0	0
Cursos de educação e formação para jovens	40	0	0	0	0
Cursos de especialização tecnológica	0	0	0	0	0
Qualificação de adultos	9333	0	0	96	0
Cheque formação	0	0	0	0	0
Cursos de Educação e formação para adultos	1690	0	0	0	0
Programa Português para todos	26	0	0	0	0
Formação modular – ativos empregados	768	0	0	0	0
Vida ativa – emprego qualificado – Gestão direta	6486	0	0	96	0
Vida ativa – emprego qualificado – Entidades externas	101	0	0	0	0
Formação para a inclusão	262	0	0	0	0

Reabilitação Profissional	**9**	**6**	**7**	**20**	**5**
Apoio à inserção e colocação	9	6	7	11	5
Sistema de atribuição de produtos de apoio (SAPA)	1	3	0	1	0
Estágio de inserção para pessoas com deficiência e incapacidade	0	1	0	7	1
Contrato Emprego-inserção para pessoas com deficiência e incapacidade	8	2	7	3	4
Emprego Protegido	0	0	0	9	0
Contrato de Emprego Apoiado em Entidades Empregadoras - Enclaves				9	0

Fonte: IEFP (2014a)

5.5. A destacar a nível distrital

- 55.2% da população residente no distrito referia-se a população ativa, sendo a maioria do sexo masculino (61.9%) e com idade até aos 44 anos (65.7%).
- 38.4% da população residente no distrito encontrava-se em situação de inatividade.
- 55.6% da população inativa refere-se a reformados.
- 53.4% da população empregada exercia funções no setor terciário, sendo a maioria do sexo masculino (52.9%) e não tinha mais do que 44 anos (66.5%).
- 82.1% da população empregada era trabalhador por conta de outrem.
- Diminuição em cerca de 11 mil contratos de trabalho, sendo quase na totalidade contratos a título permanente/sem termo.
- Aumentaram os contratos a título temporário.
- Cerca de 92% da população com pelo menos uma dificuldade de grau elevado com 15 ou mais anos encontrava-se inativa, sendo a sua maioria referente a reformados.
- 81.9% da população ativa com pelo menos uma dificuldade de grau elevado encontrava-se empregada.
- Os trabalhadores por conta própria como empregadores foram aqueles que mais horas de trabalhado registaram: 44.6 horas semanais, em média.
- Os trabalhadores do setor "Banca e Seguros" foram aqueles que mais horas trabalharam enquanto os trabalhadores da "Administração Pública, Educação e

Saúde" os que menos horas trabalharam semanalmente (37.2 horas e 32.6 horas semanais, respetivamente).

- 96.1% dos trabalhadores por conta de outrem exerciam funções a tempo completo.
- Aumentou o número de greves entre 2011 e 2012, tal como o número médio de trabalhadores por greve.
- Diminuiu o número de acidentes de trabalho, tal como o número de acidentes de trabalho mortais.
- A maioria dos acidentes de trabalho ocorreu no 3º setor, no entanto, a maioria dos acidentes de trabalho mortais inseriram-se no setor secundário.
- 14.3% da população residente no distrito de Braga encontrava-se em situação de desemprego.
- A taxa de desemprego foi superior nas mulheres (16.8%), enquanto nos homens foi de 12.2%.
- ¼ dos desempregados tinham idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos.
- 32.1% da população desempregada referia-se a indivíduos com mais de 45 anos.
- A maioria dos desempregados inscritos nos CTEF e CTE encontrava-se à procura de um novo emprego (89.7%).
- 66.7% da população desempregada não tinha completado mais do que o 3º ciclo do ensino básico e 13.3% dos desempregados possuíam o ensino médio e/ou superior completo.
- Evidenciou-se um equilíbrio entre a percentagem de desempregados de longa duração e a percentagem de desempregados de curta duração.

6. Rendimentos e prestações sociais

6.1. Remunerações dos trabalhadores por conta de outrem

Tal como analisado anteriormente (Parte I – ponto 4.2), no distrito de Braga, a maioria da população empregada era trabalhador por conta de outrem (82.1% em 2012). Estes trabalhadores tinham um salário médio de 690€/mensais, inferior à média dos salários da região Norte (808€/mensais) e à média nacional (914€/mensais), mesmo se tendo verificado um ligeiro aumento (cerca de 49€/mensais) relativamente ao ano de 2009, a nível distrital.

Tal como acontece a nível nacional e na região Norte, no distrito em análise, os homens auferiam um salário superior ao das mulheres, 739€/mensais e 633€/mensais, respetivamente, em 2012. Esta diferença salarial podia ser quase de 300 €/mensais, por exemplo, no caso do concelho de Terras de Bouro. O concelho do distrito de Braga no qual os trabalhadores por conta de outrem auferem, em média, melhores salários foi o concelho de Braga, cuja média salarial ronda os 831€/mensais. Enquanto, o concelho que registou salários mensais mais baixos foi o concelho de Vizela (622€/mensais, em média).

Tabela 34 – Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem em função do sector de atividade económica, em 2012

Territórios	Sectores de atividade económica					
	Total	Agricultura, produção animal, caça, sivicultura e pesca	Indústria, construção, energia e água	Indústrias transformadoras	Construção	Comércio e Serviços
Portugal	914.1	708.2	848.4	835.8	808.3	951.3
Norte	808.5	708.0	752.7	739.4	745.6	855.4
Amares	682.6	633.0	720.7	654.7	781.2	658.8
Barcelos	677.7	533.6	642.2	630.1	675.7	756.0
Braga	831.9	570.3	818.1	803.0	827.5	842.3
Esposende	679.1	525.7	657.1	693.1	582.8	711.8
Terras de Bouro	748.4	546.7	1 163.8	511.6	589.1	632.1
Vila Verde	681.3	533.3	652.3	566.2	730.5	715.3
Fafe	626.4	582.8	595.8	596.8	571.4	673.6
Guimarães	706.3	543.0	668.7	657.9	705.4	775.2
Póvoa de Lanhoso	644.8	540.7	607.8	587.3	647.5	685.3
Vieira do Minho	710.9	618.0	776.8	510.5	822.6	658.1
Vila Nova de Famalicão	772.6	564.2	758.1	745.1	834.6	798.3
Vizela	622.4	539.1	597.2	595.0	643.9	687.3
Cabeceiras de Basto	635.1	553.0	554.3	510.2	545.8	695.2
Celorico de Basto	648.8	534.7	576.0	547.3	576.7	726.7
Total do Distrito	690.6	558.4	699.2	614.9	681.1	715.4

Fonte: PORDATA com base no GEE/MEE – Quadros de Pessoal

Atendendo à tabela 34, os trabalhadores do setor terciário (Comércio e Serviços), em 2012, auferiram melhores salários (715€/mensais), ao contrário dos trabalhadores das áreas da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca, cuja remuneração média foi a mais baixa do distrito (558€/mensais). No entanto, independentemente da área de atividade, as remunerações médias auferidas no distrito de Braga (690.6€/mensais) foram sempre inferiores à média das remunerações auferidas pelos trabalhadores da região Norte (808.5€/mensais) e a nível nacional (914.1€/mensais).

A diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração média no distrito de Braga foi negativa, isto quer dizer que, em média, os trabalhadores

por conta de outrem auferiam um salário mensal ligeiramente superior ao salário mínimo nacional (cerca de mais de 200 €/mensais).

Em termos de rendimento médio equivalente por nível de escolaridade percebeu-se, em primeiro lugar que, independentemente do nível de escolaridade, o rendimento médio equivalente diminuiu a nível nacional e aumentou a nível europeu, nos últimos anos. Em segundo lugar, o rendimento médio equivalente era diretamente proporcional ao nível de escolaridade. Isto quer dizer que, o rendimento médio equivalente da população com escolaridade até ao ensino básico era de 8 580€ (UE28: 14 037€), da população com escolaridade do ensino secundário ao ensino pós-secundário era de 11 185€ (UE28: 16 872€) e da população com ensino superior era de 17 793€ (UE28: 24 621€), em 2013. E, em terceiro lugar, os rendimentos médios equivalentes a nível europeu eram bastante superiores aos nacionais.

A nível nacional, o rendimento médio equivalente em função do tipo de agregado doméstico tem diminuído entre 2010 e 2013, passando de 10 546€ para 9 897€. Analisando os agregados domésticos de forma separada, aumentou o rendimento médio equivalente dos agregados domésticos compostos por: um adulto com pelo menos uma criança (7 944€ em 2010 e 7 931€ em 2013), com crianças dependentes (10 013€ em 2010 e 9 002€ em 2013) e sem crianças dependentes (11 171€ em 2010 e 10 860€ em 2013). Tendo diminuído o rendimento médio equivalente dos agregados domésticos compostos por: um adulto (9 195€ em 2010 e 9 327€ em 2013) e dois adultos pelo menos um com 65 ou mais anos (10 046€ em 2010 e 10 882€ em 2013). A nível europeu (UE28), o rendimento médio equivalente é quase o dobro do nacional, independentemente do tipo de agregado doméstico.

6.2. Subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego

Tal como abordado anteriormente (Parte I – ponto 4.4), a taxa de desemprego no distrito de Braga foi superior à do território nacional, em 2011. Para além disso, a nível nacional, a taxa de desemprego atingiu, em 2013, os 16.2% de desempregados. Embora por si só uma situação de desemprego não traduza uma condição de pobreza material, também pelo facto de existir o direito a uma retribuição económica (por exemplo, o subsídio de desemprego), embora seja apenas por um período de tempo e um valor monetário inferior ao salário mensal anteriormente auferido (65% do rendimento de referência, num máximo de 1 048.05€ e uma duração mínima de 5 meses e máxima de 26 meses, no caso do subsídio de desemprego).

O aumento do número de desempregados deveria acompanhar o aumento do número de beneficiários das prestações de desemprego. No entanto, cada vez menos desempregados são abrangidos por esta prestação social dado o número de desempregados de longa duração, o que se relacionada diretamente com a duração temporal da prestação social (aumento do desemprego de longa duração). Entre 2012 e 2013, diminuiu o número de beneficiários do subsídio de desemprego, quer a nível nacional (331 357 beneficiários, em 2012 e 309 081 beneficiários, em 2013), quer a nível distrital (30 809 beneficiários, em 2012 e 27 002 beneficiários, em 2013). Atendendo ao rácio entre o número de beneficiários do subsídio de desemprego e a população residente, a nível distrital, 6.9% da população residente no distrito era beneficiária do subsídio de desemprego e, a nível nacional, 6.1% da população residente no território português recebia, em 2012, subsídio de desemprego.

Em termos de distribuição por sexo, o número de homens a usufruir do subsídio de desemprego (13 781 homens), em 2013, foi superior ao número

de mulheres na mesma situação (13 221 mulheres), no caso específico do distrito de Braga (Tabela 35).

Tabela 35 – Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social em função do sexo

Territórios	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Portugal	331 357	309 081	177 205	162 747	154 152	146 334
Norte	125 174	114 081	67 117	61 101	58 057	52 980
Amares	620	582	371	341	249	241
Barcelos	3 636	3 058	1 852	1 671	1 784	1 387
Braga	6 566	6 160	3 368	3 060	3 198	3 100
Esposende	987	800	480	426	507	374
Terras de Bouro	164	153	84	81	80	72
Vila Verde	1 326	1 184	775	680	551	504
Fafe	1 658	1 469	893	752	765	717
Guimarães	7 399	6 339	3 513	3 049	3 886	3 290
Póvoa de Lanhoso	681	572	391	322	290	250
Vieira do Minho	271	294	151	174	120	120
Vila Nova de Famalicão	5 713	4 905	2 754	2 408	2 959	2 497
Vizela	1 148	842	458	395	690	447
Cabeceiras de Basto	244	272	143	170	101	102
Celorico de Basto	396	372	282	252	114	120
Total do Distrito	30 809	27 002	15 515	13 781	15 294	13 221

Fonte: PORDATA com base no Instituto de Informática (II) / Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS)

Em 2013, o concelho de Terras de Bouro foi aquele que registou o menor número de beneficiários de subsídio de desemprego (153 beneficiários – 81 homens e 72 mulheres). Pelo contrário, o concelho de Braga tinha mais beneficiários desta prestação social em comparação aos restantes concelhos do distrito (6 160 beneficiários – 3 060 homens e 3 100 mulheres). Por conseguinte e atendendo à média anual de inscritos nos CTEF e nos CTE (63 024.2 desempregados anuais, em média, no distrito), apenas 31 262 destes eram beneficiários de uma prestação de desemprego da Segurança Social (27

002 de subsídio de desemprego e 4 260 de subsídio social de desemprego), o que corresponde a 49.6% da média anual de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional. A mesma situação foi verificada para todo o território português, sendo que por 100 inscritos nos centros de emprego e formação profissional, 48 indivíduos eram beneficiários de alguma prestação social de desemprego. Para além disso, os dados estatísticos nacionais referem que, em 2013, estavam inscritos nos centros de emprego e formação profissional 13 187 casais desempregados, ou seja, mais 83.4% do total de casais desempregados no ano transato.

No que concerne ao subsídio social de desemprego, nos últimos anos, registou-se uma diminuição no número de beneficiários desta prestação social. Assim, em 2013, em Portugal, 67 836 indivíduos recebiam subsídio social de desemprego (34 421 homens e 33 415 mulheres). Do mesmo modo, a nível distrital, em 2013, identificaram-se 4 260 beneficiários de subsídio social de desemprego (1 996 homens e 2 264 mulheres), o que corresponde a uma diminuição de 13.5% (Tabela 36).

Tabela 36 – Beneficiários do subsídio social de desemprego da Segurança Social em função do sexo

Territórios	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Portugal	68 866	67 836	34 812	34 421	34 054	33 415
Norte	27 079	26 513	13 636	13 386	13 439	13 127
Amares	114	90	46	58	68	32
Barcelos	609	459	295	227	314	232
Braga	882	907	425	404	457	503
Esposende	169	136	73	59	96	77
Terras de Bouro	53	65	17	24	36	41
Vila Verde	247	197	99	85	148	112
Fafe	306	245	141	119	165	126
Guimarães	1 162	955	501	427	661	528
Póvoa de Lanhoso	88	112	41	53	47	59
Vieira do Minho	70	52	38	24	32	28
Vila Nova de Famalicão	880	753	381	364	499	389
Vizela	197	150	84	73	113	77
Cabeceiras de Basto	75	64	45	31	30	33
Celorico de Basto	73	75	49	48	24	27
Total do Distrito	4 925	4 260	2 235	1 996	2 690	2 264

Fonte: PORDATA com base no II/MSSS

O concelho de Guimarães foi aquele que registou o maior número de beneficiários de subsídio social de desemprego (955 beneficiários: 427 homens e 528 mulheres) e o concelho de Vieira do Minho registou um menor número de beneficiários desta prestação social (52 beneficiários: 24 homens e 28 mulheres). A nível nacional, em cada 100 indivíduos inscritos nos centros de emprego e formação profissional, cerca de 10 indivíduos eram beneficiários do subsídio social de desemprego.

6.3. Rendimento social de inserção

Em 2013, cerca de 3% da população residente em Portugal encontrava-se a beneficiar do Rendimento Social de Inserção (RSI) (4.0%, em 2012).

Isto é indicativo de uma diminuição no número de beneficiários deste rendimento, de 420 022 beneficiários, em 2012, para 360 372 beneficiários (175 140 beneficiários do sexo masculino e 185 232 beneficiários do sexo feminino), em 2013, tal como se observa na tabela 37.

Tabela 37 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social em função do sexo

Territórios	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Portugal	420 022	360 372	201 987	175 140	218 035	185 232
Norte	168 541	139 228	80 209	66 559	88 332	72 669
Amares	518	325	249	161	269	164
Barcelos	1 882	1 239	917	643	965	596
Braga	5 875	4 418	2 873	2 127	3 002	2 291
Esposende	327	239	145	113	182	126
Terras de Bouro	82	57	46	33	36	24
Vila Verde	292	276	134	132	158	144
Fafe	1 809	1 268	857	603	952	665
Guimarães	2 823	2 006	1 411	991	1 412	1 015
Póvoa de Lanhoso	458	440	207	209	251	231
Vieira do Minho	582	379	274	199	308	180
Vila Nova de Famalicão	3 451	2 699	1 639	1 316	1 812	1 383
Vizela	333	242	152	118	181	124
Cabeceiras de Basto	1 001	804	476	386	525	418
Celorico de Basto	1 217	958	568	461	649	497
Total do Distrito	20 650	15 350	9 948	7 492	10 702	7 858

Fonte: PORDATA com base no II/MSSS

No que concerne ao distrito de Braga, em 2013, 15 350 indivíduos recebiam RSI, distribuído por um maior número de mulheres (7 858 beneficiários do sexo feminino) do que de homens (7 492 beneficiários do sexo masculino), o que corresponde a 2.4% do total da população residente no distrito (percentagem inferior à nacional).

A distribuição do rendimento social de inserção em função dos grupos etários concluiu que, em 2013, a nível nacional, 46% dos beneficiários deste rendimento tinham idades inferiores a 25 anos e, a nível distrital, o mesmo grupo etário representa 43.2% do total dos beneficiários. Seguindo-se o grupo etário dos 40 aos 54 anos (4 188 beneficiários), o grupo etário com idades compreendidas entre os 25 anos e os 39 anos (2 539 beneficiários) e, por último, o grupo etário com idade igual ou superior a 55 anos (1 990 beneficiários), no caso dos beneficiários pertencentes ao distrito de Braga (Tabela 38).

Tabela 38 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social em função do grupo etário

Territórios	Grupo etário									
	Total		<25		25-39		40-54		55+	
Anos	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Portugal	420 022	360 372	199 525	165 799	83 724	70 472	94 352	84 345	42 421	39 756
Norte	168 541	139 228	75 676	60 477	32 167	25 673	42 085	36 172	18 613	16 906
Amares	518	325	241	147	108	54	113	79	56	45
Barcelos	1 882	1 239	786	469	302	180	509	359	285	231
Braga	5 875	4 418	2 689	1 924	1 253	864	1 406	1 157	527	473
Esposende	327	239	138	89	46	29	86	71	57	50
Terras de Bouro	82	57	31	21	14	8	21	18	16	10
Vila Verde	292	276	153	152	54	45	60	59	25	20
Fafe	1 809	1 268	808	540	281	175	482	363	238	190
Guimarães	2 823	2 006	1.291	874	468	326	802	578	262	228
Póvoa de Lanhoso	458	440	202	185	72	62	108	132	76	61
Vieira do Minho	582	379	222	138	95	58	172	123	93	60
Vila Nova de Famalicão	3 451	2 699	1 663	1 259	625	467	849	672	314	301
Vizela	333	242	155	99	55	44	89	71	34	28
Cabeceiras de Basto	1 001	804	487	366	157	117	244	209	113	112
Celorico de Basto	1 217	958	509	370	153	110	359	297	196	181
Total do Distrito	20 650	15 350	9 375	6 633	3 683	2 539	5 300	4 188	2 292	1 990

Fonte: PORDATA com base no II/MSSS

Em 2013, existiam menos famílias e menos indivíduos a beneficiar do RSI e o valor recebido foi inferior ao dos anos transatos, porque o valor deste rendimento baixou (178.15€/mensais em 2013 e 189.52€ em 2012, para o primeiro titular). Por isso, em 2013, estimou-se uma despesa da Segurança Social com este rendimento na ordem dos 303.9 milhões de euros, inferior ao valor de 2012 (387.9 milhões de euros), a nível nacional.

6.4. Outras prestações sociais: pensões, abonos e complementos

6.4.1. Pensões

Em 2012, existiam em todo o território nacional um total de 3 584 902 pensionistas, 2 981 635 dos quais pertencentes à Segurança Social e os restantes (603 267 pensionistas) à Caixa Geral de Aposentações. No que concerne ao distrito de Braga, contabilizou-se um total de 233 336 pensionistas (209 303 pensionistas da Segurança Social e 24 033 pensionistas da Caixa Geral de Aposentações), o que representa 6.5% do total de pensionistas do território nacional (Tabela 39).

Tabela 39 – Pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

Territórios	Pensões					
	Total		Segurança Social		Caixa Geral de Aposentações	
Anos	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Portugal	3 584 902	3 615 416	2 981 635	3 001 520	603 267	613 896
Norte	1 110 787	1 125 339	967 595	978 628	143 192	146 711
Amares	5 035	5 147	4 561	4 637	474	510
Barcelos	31 323	32 019	28 735	29 358	2 588	2 661
Braga	47 360	48 526	38 114	38 965	9 246	9 561
Esposende	8 474	8 674	7 520	7 693	954	981
Terras de Bouro	2 973	2 921	2 593	2 545	380	376
Vila Verde	13 414	13 542	12 390	12 487	1 024	1 055
Fafe	15 342	15 643	14 029	14 286	1 313	1 357
Guimarães	44 718	45 589	41 414	42 163	3 304	3 426
Póvoa de Lanhoso	5 943	6 024	5 519	5 596	424	428
Vieira do Minho	4 863	4 923	4 276	4 338	587	585
Vila Nova de Famalicão	37 395	38 126	34 972	35 637	2 423	2 489
Vizela	5 305	5 571	5 010	5 265	295	306
Cabeceiras de Basto	5 202	5 228	4 609	4 620	593	608
Celorico de Basto	5 989	6 006	5 561	5 556	428	450
Total do Distrito	233 336	237 939	209 303	213 146	24 033	24 793

Fonte: PORDATA com base na Caixa Geral de Aposentações (CGA)/MF

Atendendo às pensões apoiadas pela Segurança Social, aumentou o número de pensionistas, quer dos beneficiários das pensões de velhice, quer dos beneficiários das pensões de sobrevivência. Por isso, a nível nacional, não se verificou apenas o aumento do número de beneficiários das pensões de invalidez, como se atribuíram menos 5 593 pensões de invalidez em 2012 em comparação a 2011 (Tabela 40).

Tabela 40 – Pensionistas de sobrevivência, de invalidez, de velhice da Segurança Social

Territórios	Pensões							
	Total		Velhice		Invalidez		Sobrevivência	
Anos	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Portugal	2 981 635	3 001 520	1 991 191	2 018 828	277 104	266 880	713 340	715 812
Norte	967 595	978 628	636 362	649 208	101 128	98 192	230 105	231 228
Amares	4 561	4 637	2 884	2 963	588	579	1 089	1 095
Barcelos	28 735	29 358	17 929	18 507	4 153	4 115	6 653	6 736
Braga	38 114	38 965	25 084	25 937	4 749	4 698	8 281	8 330
Esposende	7 520	7 693	4 762	4 944	929	919	1 829	1 830
Terras de Bouro	2 593	2 545	1 658	1 653	289	260	646	632
Vila Verde	12 390	12 487	7 932	8 012	1 655	1 630	2 803	2 845
Fafe	14 029	14 286	8 739	8 982	2 060	2 042	3 230	3 262
Guimarães	41 414	42 163	27 766	28 503	4 495	4 485	9 153	9 175
Póvoa de Lanhoso	5 519	5 596	3 417	3 481	735	722	1 367	1 393
Vieira do Minho	4 276	4 338	2 660	2 720	534	521	1 082	1 097
Vila Nova de Famalicão	34 972	35 637	23 222	23 886	3 810	3 755	7 940	7 996
Vizela	5 010	5 265	3 400	3 587	587	616	1 023	1 062
Cabeceiras de Basto	4 609	4 620	2 870	2 885	558	561	1 181	1 174
Celorico de Basto	5 561	5 556	3 573	3 543	661	673	1 327	1 340
Total do Distrito	209 303	213 146	135 896	139 603	25 803	25 576	47 604	47 967

Fonte: PORDATA com base no ISS/MSSS

No distrito de Braga, em 2013, registaram-se 139 603 beneficiários de pensões de velhice (mais 3 707 pensionistas do que em 2012), 25 576 beneficiários de pensões de invalidez (menos 227 pensionistas do que em 2012) e 47 967 beneficiários de pensões de sobrevivência (mais 363 pensionistas do que em 2012).

A este respeito importa referir que, de acordo com o Relatório de Contas da Segurança Social, em 2012, o distrito de Braga foi aquele que apresentou um menor peso relativo do número de pensionistas de velhice face à população residente total (16.1%), o que refletiu um peso relativo inferior ao valor médio de Portugal Continental (18.4%).

No que concerne às prestações sociais atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações, em 2012, registaram-se, a nível nacional, 462 446 reformados e aposentados e 140 821 pensionistas. No distrito de Braga, observou-se 18 875 reformados e aposentados e 5 158 pensionistas (cerca de 70% das pensões de sobrevivência apoiadas pela Caixa Geral de Aposentações era inferior a 500€/mensais).

No âmbito do regime geral da Segurança Social, a nível nacional e no que concerne aos valores atribuídos aos beneficiários das pensões de velhice, 85.3% receberam uma pensão até 1 000€/mensais, sendo que 28.7% destes receberam, em 2012, uma pensão não superior a 250€/mensais. Nesse mesmo ano, registaram-se 947 beneficiários de pensões de velhice cujo valor da pensão foi superior a 5 000€/mensais. Relativamente às pensões de invalidez, 185 877 pensionistas receberam menos do que 1 000€/mensais, o que representa 67% do total de beneficiários de pensões de invalidez. Face ao exposto, importa clarificar que 1 494 185 pensionistas auferiram pensões de velhice ou invalidez inferiores ao salário mínimo nacional, o que representa 79% do total de pensionistas (78.3% dos beneficiários de pensões de velhice e 85% dos beneficiários de pensões de invalidez).

Em 2012, o valor mínimo mensal das pensões do regime geral da Segurança Social para as pensões de velhice e invalidez fixou-se nos 254€/mensais e para as pensões de sobrevivência nos 152.4€/mensais. De referir que, nos anos seguintes, os valores mínimos mensais destas pensões sofreram ligeiros aumentos, ou seja, em 2014, o valor mínimo da pensão de velhice e invalidez foi de 259.4€/mensais e da pensão de sobrevivência de 155.6€/mensais. Por sua vez, as pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações, em 2012, foram de 237.4€/mensais e 118.7€/mensais para as pensões de aposentação, reforma e invalidez, e pensões de sobrevivência, preço de sangue e outras, respetivamente.

Nesse mesmo ano (2012), a Segurança Social gastou 12 339.3 milhões de euros com o pagamento de pensões, dos quais 9 454.7 milhões de euros correspondentes a pensões de velhice (de todos os regimes), 1 076.3 milhões de euros referem-se a pensões de invalidez e 1 798.3 milhões de euros a pensões de sobrevivência. Face aos dados apresentados, o valor da pensão média anual da Segurança Social é: no caso da pensão de velhice 4 748.3€/anuais; no caso da pensão de invalidez 3 884.1€/anuais e no caso da pensão de sobrevivência 2 521.0€/anuais. No que concerne à Caixa Geral de Aposentações, esta despesa, em 2012, registou-se na ordem dos 7 196.7 milhões de euros.

Face às pensões por reforma antecipada, importa referir que, em 2012, identificaram-se 175 088 pensionistas, número superior a 2011 (170 002 pensionistas) e inferior a 2013 (155 581 pensionistas).

6.4.2. Complemento solidário para idosos

Em 2012, 425 mil pessoas requereram o Complemento Solidário para Idosos (CSI), no entanto, este foi atribuído a pouco mais de metade (55.5% do total de requerentes: 244 927 idosos). Estes dados são indicativos de que o número de beneficiários desta prestação social representa 11.5% do universo de pessoas idosas com mais de 65 anos, sendo as mulheres as principais beneficiárias deste complemento. As despesas com esta prestação têm aumentado exponencialmente devido ao aumento do número de beneficiários, isto representa um gasto na ordem de 272 milhões de euros gastos, em 2012 (valor médio mensal pago aos beneficiários: 109.4€/mensais).

6.4.3. Abono de família

Relativamente ao abono de família, diminuiu o número mensal de titulares ao longo dos últimos anos, ou seja, em 2012, observaram-se 1 300 550 titulares de abono de família e, em 2011, 1 389 920 titulares de abono de família. No distrito de Braga também foi notória essa diminuição, visto que cerca de 5 000 crianças e jovens, em 2013, deixaram de receber abono de família comparativamente a 2012 (130 772 crianças e jovens a receberem abono de família em 2012 e 125 861 crianças e jovens em 2013). Relativamente ao número de beneficiários, este também diminuiu de 86 345 beneficiários, em 2012, para 83 382 beneficiários, em 2013, o que equivale a cerca de 1,5 descendentes ou equiparados por beneficiário (Tabela 41).

Tabela 41 – Beneficiários e descendentes ou equiparados de abono de família para crianças e jovens da Segurança Social

Territórios	Beneficiários		Descendentes ou equiparados	
Anos	2012	2013	2012	2013
Portugal	856 818	858 451	1 300 550	1 294 132
Norte	347 591	341 378	510 134	497 919
Amares	2 005	1 910	3 100	2 943
Barcelos	13 292	12 701	20 560	19 595
Braga	15 766	15 620	24 258	23 937
Esposende	3 526	3 361	5 491	5 242
Terras de Bouro	671	633	1 017	963
Vila Verde	5 251	5 116	8 114	7 885
Fafe	5 342	5 128	7 827	7 457
Guimarães	16 629	16 000	24 499	23 476
Póvoa de Lanhoso	2 252	2 187	3 458	3 328
Vieira do Minho	1 182	1 107	1 812	1 711
Vila Nova de Famalicão	13 567	13 028	20 183	19 370
Vizela	2 967	2 817	4 300	4 058
Cabeceiras de Basto	1 847	1 783	2 942	2 798
Celorico de Basto	2 048	1 991	3 211	3 098
Total do Distrito	86 345	83 382	130 772	125 861

Fonte: PORDATA com base no II/MSSS

Esta diminuição pode ficar a dever-se a vários motivos quer seja pelas alterações legislativas, pela subida da emigração e descida da imigração e da diminuição da taxa de natalidade. Face ao exposto, as despesas a preços correntes com abonos de famílias têm vindo a diminuir, situando-se, em 2012, em 663 859 milhares de euros.

6.4.4. Subsídio mensal vitalício, bonificação por deficiência, subsídio por assistência à 3ª pessoa e subsídio de doença

A partir da tabela 42 verificou-se que, no que concerne ao subsídio mensal vitalício, o número de beneficiários sofreu uma ligeira diminuição entre 2012 e 2013 (1 666 beneficiários em 2012 e 1 190 beneficiários, em 2013), o que representa cerca de 24% do total de subsídios mensais vitalícios da região Norte. Face à bonificação por deficiência, registaram-se, em 2013, mais 175 beneficiários de bonificação por deficiência em comparação a 2012 (6 686 beneficiários em 2012 e 6 861 beneficiários em 2013).

Tabela 42 – Beneficiários do subsídio mensal vitalício, da bonificação por deficiência, do subsídio por assistência à 3ª pessoa e do subsídio por doença

Territórios	Subsídio mensal vitalício		Bonificação por deficiência		Subsídio por assistência à 3ª pessoa		Subsídio por doença	
Anos	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Portugal	13 187	13 324	81 990	82 047	13 145	13 100	495 705	475 590
Norte	4 852	4 922	39 096	39 955	5 070	5 047	197 017	187 280
Amares	25	23	122	118	25	23	761	711
Barcelos	187	191	797	797	155	152	7 251	6 823
Braga	219	225	992	1 057	207	211	9 732	8 795
Esposende	44	45	266	266	44	41	1 613	1 474
Terras de Bouro	13	14	44	47	8	9	278	277
Vila Verde	85	83	285	295	69	71	2 283	2 087
Fafe	60	60	563	502	70	64	3 025	2 798
Guimarães	223	225	1 443	1 510	246	240	10 652	10 601
Póvoa de Lanhoso	45	49	130	127	38	38	975	876
Vieira do Minho	22	24	80	79	21	21	425	398
Vila Nova de Famalicão	172	174	1 362	1 439	178	184	8 613	8 492
Vizela	25	28	202	214	40	39	1 857	1 800
Cabeceiras de Basto	25	28	181	162	14	15	717	685
Celorico de Basto	21	21	219	248	23	22	792	711
Total do Distrito	1 166	1 190	6 686	6 861	1 138	1 130	48 974	46 528

Fonte: PORDATA com base no II/MSSS

Relativamente ao subsídio por assistência à 3ª pessoa existiram menos 8 beneficiários deste subsídio (1 138 beneficiários em 2012 e 1 130 beneficiários em 2013). Esta ligeira diminuição também foi verificada em relação ao número de beneficiários do território nacional e da região Norte. A mesma tabela permitiu ainda concluir a existência de uma diminuição no número de beneficiários do subsídio de doença, tanto a nível distrital como na região Norte e no território nacional. A nível distrital beneficiaram 46 528 indivíduos de subsídio de doença (28 809 beneficiários do sexo feminino e 27 601 beneficiários do sexo masculino), em 2013. Estes dados refletem a diminuição das despesas da

Segurança Social com os subsídios de doença, pelas alterações registadas nas percentagens subsidiadas. Ou seja, para as baixas médicas de duração inferior (até 30 dias), o montante é subsidiado em 55% do rendimento de referência e para as baixas médicas até 90 dias é de 60% do rendimento de referência (65% do rendimento de referência na lei anterior).

6.4.5. Beneficiários da ADSE

Segundo os dados estatísticos disponibilizados pela Direcção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE) (2013), entre 2010 e 2013 diminuíram os beneficiários da ADSE de 1 356 828 indivíduos para 1 290 816 indivíduos (titulares/ativo: 523 234 indivíduos, titulares/aposentados: 331 582 indivíduos, familiares: 436 000 indivíduos). Este registo levou a uma diminuição da despesa total dos cuidados de saúde da ADSE, passando de 566 109.5 milhões de euros para 484 468.6 milhões de euros e, consequentemente, a diminuição do valor médio da despesa da ADSE por beneficiário (419.4€ em 2010 e 375.3€ em 2013), também por não se registar um aumento no valor das compartições nos últimos anos. No que concerne ao distrito de Braga, constatou-se essa mesma diminuição, passando de 79 202 beneficiários em 2010 para 75 407 beneficiários em 2013. Assim, entre 2012 e 2013, registou-se uma diminuição de 2.4% de beneficiários da ADSE no distrito de Braga. A grande parte dos beneficiários tinha entre 0 e 19 anos (20 761 beneficiários), seguindo-se os beneficiários com idades entre os 50 e os 59 anos (13 689 beneficiários) e aqueles com idades entre os 40 e os 49 anos (11 484 beneficiários). E, a maioria dos beneficiários eram, em 2013, do sexo feminino (44 932 beneficiários e 30 475 beneficiários do sexo masculino).

6.5. A destacar a nível distrital

- O salário médio distrital era inferior ao auferido a nível nacional e na região Norte.
- Os salários auferidos pelos homens eram superiores aos auferidos pelas mulheres, podendo chegar a uma diferença de quase 300€/mensais.
- Os trabalhadores do setor terciário auferiram melhores salários e os do setor primário auferem os piores salários.
- Diminuiu o número de beneficiários das prestações sociais de desemprego: subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego.
- 6.9% da população residente no distrito era beneficiária do subsídio de desemprego, sendo a maioria do sexo masculino.
- Apenas 49.6% da média anual de desempregados inscritos nos CTEF e CTE eram beneficiários de uma prestação social de desemprego.
- 2.4% do total da população residente no distrito era beneficiária do RSI, sendo a sua maioria mulheres e 43.2% com idades inferiores a 25 anos.
- 6.5% do total de pensionistas do território nacional residia no distrito de Braga.
- Aumentou o número de beneficiários de pensões de velhice e de pensões de sobrevivência e diminuiu ligeiramente o número de beneficiários de pensões de invalidez.
- 79% do total de pensionistas recebiam pensões inferiores ao salário mínimo nacional.
- 55.5% do total de requerentes do complemento solidário para idosos usufruíram desta prestação, em 2012.
- 11% do total de pessoas com 65 ou mais anos beneficiam do complemento solidário para idosos, sendo a maioria mulheres.
- Diminuiu o número de beneficiários e o número de crianças e jovens que recebiam abono de família.
- Ligeira diminuição do número de beneficiários de subsídio mensal vitalício, do subsídio por assistência à 3ª pessoa e do subsídio de doença e um ligeiro aumento do número de beneficiários da bonificação por deficiência.

- Diminuição de 2.4% no número de beneficiários da ADSE, sendo que grande parte dos beneficiários tinham idades compreendidas entre os 0 e os 19 anos.

7. Educação e formação

7.1. Analfabetismo e escolarização

A taxa de analfabetismo[55] nacional tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, sendo, em 2011, de 5.2% (9% em 2001). Esta mesma tendência foi verificada ao nível distrital, embora esta ainda seja superior à taxa de analfabetismo nacional (6.5% em 2011 e 10.6% em 2001, no distrito). As taxas de analfabetismo dos concelhos mais rurais do distrito são largamente superiores às dos concelhos mais urbanos. Assim, os concelhos do distrito de Braga onde se registaram maiores índices de analfabetismo foram: Cabeceiras de Basto (10.1%); Celorico de Basto (10.0%); Terras de Bouro (9.4%); Vieira do Minho (8.4%); Póvoa de Lanhoso (7.6%); Vila Verde (7.3%); Fafe (6.2%) e Amares (6.1%). Os restantes concelhos registaram, em 2011, uma taxa de analfabetismo inferior à nacional (Tabela 43).

[55] Relação entre a população com 10 ou mais anos que não sabe ler e escrever e a população com 10 ou mais anos. (Analfabeto: Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa (SIM – INE).

Tabela 43 - Taxa de analfabetismo segundo os Censos em função do sexo, em 2011

Territórios	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
	%	%	%
Portugal	5.2	3.5	6.8
Norte	5.0	3.2	6.6
Amares	6.1	3.9	8.3
Barcelos	4.6	2.6	6.4
Braga	3.4	1.9	4.7
Esposende	4.3	2.1	6.2
Terras de Bouro	9.4	6.2	12.2
Vila Verde	7.3	4.5	9.9
Fafe	6.2	4.1	8.0
Guimarães	4.4	3.0	5.7
Póvoa de Lanhoso	7.6	5.6	9.4
Vieira do Minho	8.4	6.1	10.4
Vila Nova de Famalicão	4.0	2.3	5.6
Vizela	5.0	3.4	6.5
Cabeceiras de Basto	10.1	7.0	13.1
Celorico de Basto	10.0	6.6	13.2
Total do Distrito	6.5	4.2	8.5

Fonte: XV Recenseamentos Gerais da População

Em 2011, registaram-se, no distrito de Braga, 37 432 indivíduos com 15 ou mais anos que não sabiam ler nem escrever (11 172 homens analfabetos e 26 260 mulheres analfabetas). A análise da taxa de analfabetismo em função do sexo da população do distrito de Braga mostrou que o número de mulheres analfabetas era largamente superior ao número de homens na mesma situação, pelo que no distrito de Braga, cerca de 9 em cada 100 mulheres eram analfabetas.

A taxa bruta de pré-escolarização do distrito de Braga era, no ano letivo 2012/2013, 96.5%, ou seja, superior à nacional (90.6%) e à da região Norte (94.9%). O concelho de Terras de Bouro foi aquele que registou a maior taxa de pré-escolarização (110.1%) e o concelho de Celorico de Basto registou a menor taxa de pré-escolarização (88.0%).

Segundo a Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e Ciência (MEC) (2014), a duração média da pré-escolarização[56] no território nacional tem vindo a aumentar, assim, em 2012, as crianças permaneciam cerca de 2.68 anos no ensino pré-escolar (2.56 anos em 2011 e 2.27 anos em 2001). Para além disso, também os anos de escolaridade esperados[57] têm vindo a aumentar (em 2002: 16.8 anos e em 2012: 18.1 anos). Isto quer dizer que uma criança de 5 anos pode esperar frequentar o sistema de ensino nos próximos 18 anos.

A taxa de escolarização[58] no ensino básico era no distrito de 105.8%, ou seja, inferior à registada, na mesma data, no território nacional (112.6%) e na região Norte (110.6%). Note-se que o concelho de Braga foi aquele que registou a taxa de escolarização para este nível de ensino mais elevada (114.8%) e o concelho de Amares o que registou a taxa mais baixa (94.1%).

No que concerne ao ensino secundário, a taxa de escolarização a nível distrital (95.0%) era inferior à nacional (121.0%) e da região Norte (118.1%). De referir que o concelho de Braga apresentou a taxa mais elevada do distrito (180.3%) e o concelho de Terras de Bouro a taxa mais baixa (71.0%).

Relativamente ao ensino superior, a taxa de escolarização foi, em 2012, de 21.5%, registando valores inferiores à nacional (32.2%) e da região Norte (28.7%). Note-se que a taxa de escolarização no Ensino Superior foi mais elevada no concelho de Braga.

[56] Número médio de anos de permanência em educação pré-escolar. Esta duração média é obtida pela adição das taxas de pré-escolarização para as diferentes idades (DGEEC).

[57] Número de anos que uma criança de 5 anos pode esperar estar envolvida no sistema educativo se submetida, ao longo da sua vida, às taxas de escolarização observadas no momento de referência (DGEEC).

[58] Esta taxa refere-se à relação entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (DGEEC).

Face ao exposto anteriormente, importou analisar a taxa real de escolarização[59] que mostrou a existência de uma ligeira diminuição no Ensino Básico – 2º Ciclo e no Ensino Básico – 3º Ciclo, entre 2011 e 2013. O que significa que, em 2011, 95.4% da população residente com idades compreendidas entre os 10 e os 11 anos encontrava-se matriculada num determinado ciclo de estudos, enquanto, em 2013, essa percentagem diminui para os 91.9%, e, que, em 2011, 92.1% da população residente com 12 a 14 anos encontrava-se matriculada num estabelecimento de ensino, enquanto, em 2013, apenas 87.5% da população residente com essas idades frequentava o sistema de ensino.

Relativamente à Educação Pré-escolar e ao Ensino Secundário registou-se, em 2013, uma maior percentagem da população residente com 3 a 5 anos e com 15 e 17 anos, respetivamente, que frequentava o sistema de ensino em comparação ao ano de 2011 (Educação Pré-escolar: 85.7% em 2011 e 88.5% em 2013 e Ensino Secundário: 72.5% em 2011 e 73.6% em 2013). De referir que a taxa real de escolarização no Ensino Básico – 1º Ciclo manteve-se, entre 2011 e 2013, nos 100%, ou seja, toda a população residente com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos frequentava o sistema de ensino.

7.2. Alunos matriculados segundo níveis de ensino

Segundo os dados estatísticos da DGEEC, ao longo dos últimos anos, no distrito de Braga, diminuiu o número de alunos matriculados no ensino não superior. Assim, no ano letivo 2012/2013, 148 368 alunos estavam matriculados no ensino não superior (público e privado), o que corresponde a menos 10 791 alunos matriculados no ano letivo transato e menos 18 159 alunos

[59] Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários. Educação Pré-Escolar 3-5 anos; Ensino Básico – 1.º Ciclo 6-9 anos; Ensino Básico – 2.º Ciclo 10-11 anos; Ensino Básico – 3.º Ciclo 12-14 anos; Ensino Secundário 15-17 anos; Ensino Superior 18-22 anos (DGEEC).

matriculados do que em 2010/2011. A diminuição do número de alunos foi transversal a todos os ciclos de ensino não superior e independente do sistema de ensino público ou privado (na educação pré-escolar diminuiu 3.4%; no 1ºciclo do ensino básico diminuiu 3.8%; no 2º ciclo do ensino básico diminuiu 8.4%; no 3º ciclo do ensino básico diminuiu 12.5% e no ensino secundário diminuiu 4.7% face ao ano letivo transato). Importa registar uma maior diminuição do número de alunos matriculados entre os dois últimos anos letivos no ensino privado do que no ensino público, à exceção da educação pré-escolar.

No que concerne o ensino público e privado, a maioria dos alunos matriculados, em 2012/2013, frequentava o ensino público (115 459 alunos matriculados). De referir que os alunos matriculados no ensino privado encontram-se distribuídos pelos diferentes níveis de ensino não superior, com especial incidência na educação pré-escolar.

No ano letivo 2011/2012, o número de alunos matriculados do sexo masculino era superior ao do sexo feminino (77 988 mulheres e 81 187 homens), sendo que apenas no ensino secundário o número de alunas matriculadas era superior ao número de alunos matriculados (18 626 alunas matriculadas e 17 472 alunos matriculados).

Em 2013, encontravam-se matriculados no ensino superior 24 474 alunos, o que representa um decréscimo de 1 095 alunos face ao ano anterior (21 256 alunos matriculados no ensino público e 3 218 alunos matriculados no ensino privado). A maioria destes alunos pertencia ao sexo feminino (12 884 mulheres e 11 590 homens) (Tabela 44).

Tabela 44 – Alunos matriculados no ensino superior universitário e politécnico em função do sexo, em 2013

Territórios	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
Tipo de Ensino	Universitário	Politécnico	Universitário	Politécnico	Universitário	Politécnico
Portugal	245 752	125 248	117 382	56 363	128 370	68 885
Norte	76 898	42 452	36 096	19 425	40 802	23 027
Amares	–	–	–	–	–	–
Barcelos	–	3 262	–	1 598	.	1 664
Braga	18 575	417	8 964	85	9 611	332
Esposende	–	–	–	–	–	–
Terras de Bouro	–	–	–	–	–	–
Vila Verde	–	–	–	–	–	–
Fafe	–	394	–	198	–	196
Guimarães	–	73	–	36	–	37
Póvoa de Lanhoso	–	308	–	80	–	228
Vieira do Minho	–	–	–	–	–	–
Vila Nova de Famalicão	664	781	458	171	206	610
Vizela	–	–	–	–	–	–
Cabeceiras de Basto	–	–	–	–	–	–
Celorico de Basto	–	–	–	–	–	–
Total do Distrito	19 239	5 235	9 422	2 168	9 817	3 067

Fonte: DGEEC

Os concelhos de Barcelos, Braga, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão são aqueles onde os estudantes universitários mais se fazem representar pela existência de Instituições de Ensino Superior (IES) nesses concelhos, tal como se analisa na Parte I – ponto 6.6 (Tabela 49).

O número de alunos matriculados no Ensino Superior privado tem vindo a diminuir em comparação ao número de alunos matriculados no Ensino Superior público. Assim, em 2013, cerca de 22 alunos encontravam-se matriculados em IES privadas em cada 100 alunos matriculados em IES públicas (em 2012 e em 2011, existiam cerca de 25 alunos e cerca de 29 alunos matriculados em IES privadas por cada 100 alunos matriculados em IES públicas, respetivamente).

No que concerne aos diplomados do ensino superior público, em 2012, existiam cerca de 17 novos diplomados por cada 100 alunos matriculados. A informação recolhida indicou que para o território nacional e para a região Norte se registaram valores superiores, ou seja, nestes territórios existiram cerca de 20 diplomados por cada 100 matriculados (território nacional:19.9%; região Norte: 19.7%). No ensino superior privado identificou-se cerca de 24 diplomados em cada 100 matriculados, revelando valores inferiores aos da região Norte (cerca de 27 diplomados por cada 100 alunos matriculados) e para o território nacional (cerca de 25 diplomados por cada 100 alunos matriculados).

O concelho do distrito que regista um maior número de diplomados por cada 100 matriculados foi o concelho da Póvoa de Lanhoso (cerca de 38 diplomados em cada 100 matriculados). De referir que o número de diplomados em cada 100 matriculados tem vindo, em geral, a aumentar nos últimos anos. Assim, em 2012, cerca de 25 alunos em cada 100 matriculados saíram diplomados do ensino superior, enquanto do ensino politécnico saíram cerca de 24 diplomados nesse mesmo ano.

Em 2012, registaram-se 5 357 diplomados no Ensino Superior, tendo a maioria terminado a licenciatura (3 324 alunos), seguindo-se os alunos que terminaram o mestrado (1 222 alunos), 612 alunos terminaram o mestrado integrado e 102 alunos terminaram o doutoramento. Para além disso, 12 alunos terminaram uma "Especialização" na IES do concelho de Vila Nova de Famalicão. Note-se que 59.1% destes diplomados pertencem ao sexo feminino.

7.2.1. Estudantes estrangeiros em Portugal

A organização do Ensino Superior segundo os princípios de Bolonha facilitou a admissão de estudantes estrangeiros nas IES portuguesas, para além da existência de regimes especiais para estudantes dos Países Africanos de Língua

Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor Leste. Assim, ao longo dos últimos anos, as IES receberam um vasto conjunto de estudantes provenientes de África (por exemplo, Angola e Cabo Verde), do Brasil (principalmente a partir de 2011) e, mais recentemente, de países da Europa de Leste (por exemplo, Moldávia, Rússia e Ucrânia) e da China.

Os dados estatísticos nacionais permitiram concluir que

> "entre 2006 e 2011, os estudantes internacionais (nacionalidade extra UE-27) representavam cerca de 4% do total de estudantes inscritos no ensino superior; em termos absolutos, observou-se que o número tem vindo a aumentar, registando-se aproximadamente quinze mil estudantes internacionais em 2006 e mais de dezassete mil em 2011. Para o mesmo período, os estudantes de nacionalidade intra UE-27 raramente ultrapassam 1% da totalidade dos estudantes matriculados, não obstante o número ter quase duplicado ao longo dos anos em apreço" (SEF, 2012, p. 44).

7.3. Níveis de Escolaridade

Neste ponto analisa-se o nível de escolaridade da população residente no distrito de Braga, concluindo-se que: 9.7% da população do distrito não tem escolaridade; 28.8% da população completou o 1º Ciclo do Ensino Básico; 16.6% da população tem o 2º Ciclo do Ensino Básico completo; 13.8% da população completou o Ensino Secundário; 0.8% da população completou o Ensino Médio e 10.8% da população completou o Ensino Superior (Tabela 45).

Tabela 45 – População residente com 15 e mais anos segundo os Censos em função do nível de escolaridade completo mais elevado

Territórios	Nível de escolaridade							
	Total	Sem nível de escolaridade	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Médio	Superior
Portugal	8 989 849	934 129	2 444 206	1 152 362	1 714 586	1 411 801	88 023	1 244 742
Norte	3 132 449	321 809	929 545	463 451	578 115	437 916	26 221	375 392
Amares	15 750	1 847	4 714	2 380	3 007	2 316	156	1 330
Barcelos	100 389	9 333	30 188	20 688	20 058	12 261	688	7 173
Braga	151 827	10 441	33 911	19 775	30 771	26 282	1 435	29 212
Esposende	28 599	2 736	7 707	5 321	5 449	3 881	256	3 249
Terras de Bouro	6 308	1 019	2 218	827	1 121	769	41	313
Vila Verde	39 890	5 661	12 106	6 404	7 512	5 100	279	2 828
Fafe	42 815	4 981	14 080	7 845	7 224	4 792	233	3 660
Guimarães	133 412	12 043	41 867	21 501	27 000	17 593	939	12 469
Póvoa de Lanhoso	18 316	2 692	5 901	3 109	3 191	2 092	110	1 221
Vieira do Minho	11 219	1 804	3 706	1 863	1 739	1 334	72	701
Vila Nova de Famalicão	112 215	9 573	32 200	20 163	22 038	15 972	1 024	11 245
Vizela	19 758	1 947	6 784	3 446	3 906	2 355	121	1 199
Cabeceiras de Basto	13 987	2 282	4 048	2 399	2 554	1 620	102	982
Celorico de Basto	17 037	2 727	5 673	2 672	2 951	1 947	114	953
Total do Distrito	711 522	69 086	205 103	118 393	138 521	98 314	5 570	76 535

Fonte: XV Recenseamentos Gerais da População

Os níveis de escolaridade mais elevados (Ensino Secundário, Ensino Médio e Ensino Superior) apresentaram valores inferiores à média nacional, isto é, 15.7%, 1.0% e 13.8% da população residente em Portugal completou o Ensino Secundário, o Ensino Médio e o Ensino Superior, respetivamente. Apesar disso, a nível distrital registaram-se melhores níveis de escolaridade no que nos anos transatos

A comparação da escolaridade da população residente no território nacional a nível europeu mostrou que a população portuguesa revela baixos níveis de escolaridade. Assim, a análise dos dados estatísticos relativos à população entre os 25 e os 64 anos que completou pelo menos o ensino secundário coloca Portugal na última posição da União Europeia. Isto quer dizer que, em Portugal,

apenas 40% da população com idades compreendidas entre os 25 anos e os 64 anos completou pelo menos o ensino secundário, em 2013. Nesse mesmo ano, a média europeia se situava nos 75.2% de população com 25 e 64 anos que possuía o Ensino Secundário completo. Apesar disso, as políticas educativas dos últimos anos têm surtido algum efeito, visto que, em 2001, apenas 20.2% da população residente em Portugal com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos tinham pelo menos o ensino secundário completo.

7.4. Taxas de sucesso escolar e taxas de retenção/desistência e de abandono escolar

Segundo a DGEEC, no ano letivo 2011/2012, a taxa de transição/conclusão no ensino secundário foi, a nível distrital, de 82.8%, ou seja, superior à nacional (79.9%) e semelhante à da região Norte (83%). Note-se que a taxa de transição/conclusão no ensino secundário nos cursos vocacionais foi superior à mesma taxa nos cursos gerais/científico-humanístico (78.5% e 89.1%, respetivamente). De referir que o concelho de Barcelos foi aquele que apresentou a taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário mais elevada do distrito (87.9%).

A observação da tabela 46 permitiu analisar a taxa de abandono escolar[60], a taxa de saída antecipada[61] e a taxa de saída precoce[62] do sistema de ensino. Por isso, antes de qualquer outra observação importa referir a diminuição de

[60] Total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos que não concluíram o 3.º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário (DGEEC).

[61] Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3.º ciclo do ensino básico e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário (DGEEC).

[62] Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário (DGEEC).

todas as taxas em análise, entre 2001 e 2011, a nível distrital, nacional e na região Norte. Por exemplo, face à taxa de abandono escolar, a nível distrital, em 2001, 3.9 indivíduos com 10 a 15 anos em cada 100 indivíduos com as mesmas idades não concluíram o 3º ciclo do ensino básico, enquanto, em 2011, essa taxa era de 1.4%.

Em termos concelhios, os concelhos de Amares e Vila Verde apresentaram uma taxa de abandono escolar (1.7% em cada concelho) superior à nacional (1.6%), da região Norte (1.5%) e do seu próprio distrito (1.4%).

No que concerne a taxa de saída antecipada, a média a nível distrital (8.7%) era inferior à taxa do território português e do Norte do país (9.1% e 9.5%, respetivamente). No entanto, nos concelhos de Fafe, Vizela, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto (11.7%, 10.3%,10.9% e 11.5%, respetivamente), esta taxa foi bastante superior à dos restantes concelhos. Por sua vez, no concelho de Braga apenas 3.4 indivíduos com 18 ou 24 anos em cada 100 indivíduos com a mesma idade não concluíram o 3º ciclo do ensino básico e não se encontravam a frequentar a escola (média mais baixa a nível distrital).

Tal como enunciado anteriormente, a taxa de saída precoce diminuiu em todo o território em análise, entre 2001 e 2011. Assim, se a nível distrital, em 2001, 60.2 indivíduos com idades entre os 18 e os 24 anos em cada 100 indivíduos da mesma faixa etária não concluíram o ensino secundário nem se encontravam a frequentar a escola, em 2011, encontravam-se nessa situação 30.3 indivíduos (o que equivale a uma redução de cerca de 50%). Apesar disso, em Portugal e na região Norte, as taxas de saída precoce (27.1% e 28.9%, respetivamente) eram inferiores à distrital.

Tabela 46 – Taxas de abandono escolar, saída antecipada e saída precoce

Territórios	Abandono Escolar		Saída Antecipada		Saída Precoce	
Anos	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	2.8	1.6	24.6	9.1	44.8	27.1
Norte	3.5	1.5	32.1	9.5	51.2	28.9
Amares	4.0	1.7	38.6	7.9	58.0	25.2
Barcelos	3.0	1.2	43.9	7.7	64.6	31.6
Braga	1.4	1.3	20.9	5.4	41.3	19.4
Esposende	3.1	1.4	39.3	7.5	60.4	27.9
Terras de Bouro	4.1	1.1	40.6	6.4	60.6	25.5
Vila Verde	4.4	1.7	46.3	8.7	65.5	30.5
Fafe	3.9	1.9	44.7	11.7	63.6	34.7
Guimarães	3.7	1.3	39.0	8.3	58.8	31.2
Póvoa de Lanhoso	4.3	1.5	46.3	9.4	66.1	33.2
Vieira do Minho	5.6	0.9	36.9	9.4	55.4	26.9
Vila Nova de Famalicão	2.0	1.3	32.3	6.8	53.1	25.8
Vizela	4.0	1.2	46.1	10.3	64.3	39.3
Cabeceiras de Basto	4.6	1.4	43.1	10.9	64.5	34.8
Celorico de Basto	5.8	1.2	48.2	11.5	66.4	38.3
Total do Distrito	3.9	1.4	40.4	8.7	60.2	30.3

Fonte: XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

A análise concelhia concluiu que o concelho de Vizela (39.3%) e de Celorico de Basto (38.3%) eram aqueles onde se registaram as taxas mais elevadas, embora Cabeceiras de Basto (34.8%), Póvoa de Lanhoso (38.2%), Guimarães (31.2%), Barcelos (31.6%) e Vila Verde (30.5%) também apresentassem taxas de saída precoce superiores à taxa média do distrito.

Segundo os dados da DGEEC (2014), no ano letivo 2012/2013, a taxa de retenção/desistência no ensino básico foi de 8.9% a nível distrital, 10.4% a nível nacional e 9.2% na região Norte do país, registando-se um aumento em todas as regiões face ao ano letivo transato. Por sua vez, esta taxa no ensino secundário diminuiu em comparação com o ano letivo transato (15.5% no distrito, 19.0% no território nacional e 16.2% na região Norte). Note-se que para todos os níveis de ensino básico, as taxas de retenção e desistência do distrito de Braga foram inferiores à nacional e da região Norte (Tabela 47).

Tabela 47 – Taxas de retenção e desistência em função dos níveis de ensino

Território / Ano Letivo / Níveis de Ensino	A nível distrital		Na região Norte		A nível Nacional	
	2011/12	2012/13	2011/12	2012/13	2011/12	2012/13
Ensino básico	7.3	8.9	8.1	9.2	9.7	10.4
1.º Ciclo do ensino básico	2.6	3.6	3.3	4.0	4.4	4.9
2.º Ciclo do ensino básico	7.9	10.0	9.4	10.6	11.2	12.5
3.º Ciclo do ensino básico	12.7	14.0	13.2	14.3	15.6	15.9
Ensino secundário	17.2	15.5	17.0	16.2	20.1	19.0

Fonte: DGEEC (2014)

O concelho da Póvoa de Lanhoso registou a maior taxa de retenção e desistência (16.1%), seguindo-se o concelho de Celorico de Basto (15.6%) e os concelhos de Esposende e Barcelos registaram a menor taxa (9.3%).

Segundo a informação estatística disponibilizada pelo INE, em 2013, a taxa de abandono precoce de educação e formação[63], a nível nacional, foi de 19.2% (20.8% em 2012 e 23.2% em 2011) e na região Norte de 19.8% (21.3% em 2012 e 23.0% em 2011). Ainda assim, segundo os dados estatísticos do Eurostat, Portugal encontra-se em 3º lugar a nível europeu (UE28: 11.9% em 2013 e 12.7% em 2012), ou seja, é o terceiro país com a taxa mais elevada de abandono precoce de educação e formação (Espanha: 24.9% em 2012 e 23.5% em 2013 e Malta: 22.6% em 2012 e 20.9% em 2013). Note-se que se verifica uma tendência de diminuição (ainda que lenta) desta taxa em todos os países da UE28.

Em Portugal, a distribuição em função do sexo mostrou que a percentagem de rapazes a abandonar o sistema de ensino foi superior à percentagem de raparigas na mesma situação (em 2013, 23.4% dos rapazes e 14.3% das raparigas abandonou o seu estabelecimento de ensino).

[63] População residente com idade entre 18 e 24 anos que não completou o ensino secundário e que não se encontra inscrita em educação ou formação, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário (DGEEC).

7.5. Docentes

Da observação da tabela 48, no ano letivo 2012/2013, 13 057 docentes (10 737 docentes do setor público e 2 320 docentes do setor privado) lecionavam nos ensinos pré-escolar, básico, secundário e profissional, registando-se uma diminuição de 1 319 docentes em exercício nestes níveis de ensino face ao ano letivo transato.

A maioria dos docentes do setor público exercia funções no Ensino Básico – 3º Ciclo e no Ensino Secundário (6 171 docentes), seguindo-se o Ensino Básico -1º Ciclo (2 286 docentes), o Ensino Básico – 2º Ciclo (2 019 docentes), a Educação Pré-escolar (1 306 docentes), os docentes das escolas profissionais (741 docentes) e, por último, 434 docentes da Educação Especial. Saliente-se que a distribuição dos docentes quer do setor privado, quer do setor público, se encontrava estritamente relacionada com o número de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino.

O pessoal docente em exercício de funções nestes níveis de ensino pertencem, na sua maioria, ao sexo feminino (3 359 docentes do sexo masculino e 9 715 docentes do sexo feminino).

Tabela 48 - Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico, secundário e profissional no distrito de Braga

Natureza / Nível de educação/ensino		Ano letivo			
		2009/10	2010/11	2011/12	2012/13
	Total do distrito	16 010	15 504	14 376	13 057
Público	Educação pré-escolar	907	883	826	794
	Ensino básico - 1.º ciclo	2 688	2 528	2 261	2 236
	Ensino básico - 2.º ciclo	2 482	2 402	2 160	1 804
	Ensinos básico (3.º ciclo) e secundário	6 721	6 584	6 120	5 432
	Educação especial	391	403	440	431
	Escolas profissionais	44	52	43	40
Privado	Educação pré-escolar	552	541	520	512
	Ensino básico - 1.º ciclo	131	143	144	150
	Ensino básico - 2.º ciclo	315	258	244	215
	Ensinos básico (3.º ciclo) e secundário	982	895	799	739
	Educação especial	6	4	2	3
	Escolas profissionais	791	811	817	701

Fonte: DGEEC (2014).

Entre 2012 e 2013 diminuiu o número de docentes a exercer funções no Ensino Superior (-37 docentes em 2013 do que em 2012). Assim, no último ano, encontravam-se afetos ao Ensino Superior 1 949 docentes (1 060 docentes do sexo masculino e 889 docentes do sexo feminino).

7.6. Estabelecimentos de ensino e bibliotecas escolares

Em 2012, no distrito de Braga, existiam 1 347 estabelecimentos de ensino (1 086 públicos e 261 privados), destacando-se os estabelecimentos de Educação Pré-escolar (590 estabelecimentos: 440 públicos e 150 privados) e os estabelecimentos de Ensino Básico – 1º Ciclo (480 estabelecimentos: 456 públicos e 24 privados) (Tabela 49).

No que concerne as IES, existiam, em 2012, 4 IES públicas em Braga e Barcelos (cada concelho com duas IES) e 9 IES privadas nos concelhos

de Braga (3 IES), Fafe (2 IES), Vila Nova de Famalicão (2 IES), Guimarães (1 IES) e Póvoa de Lanhoso (1 IES).

Tabela 49 - Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico, secundário e superior em função do subsistema de ensino, em 2012

Territórios	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico - 1º Ciclo		Ensino Básico - 2º Ciclo		Ensino Básico - 3º Ciclo		Ensino Secundário		Ensino Superior	
Subsistema de ensino	**Púb**	**Pri**	**Púb**	**Pri**	**Púb**	**Pri**	**Púb**	**Pri**	**Púb**	**Pri**	**Púb**	**Pri**
Norte	1 743	719	1 728	139	295	79	387	129	189	140	44	57
Amares	15	1	13	0	1	0	2	1	1	1	0	0
Barcelos	82	13	81	1	8	2	11	4	5	4	2	0
Braga	67	40	73	12	13	7	16	8	6	8	2	3
Esposende	16	7	24	0	4	0	5	1	1	1	0	0
Terras de Bouro	5	3	4	0	2	0	2	0	2	0	0	0
Vila Verde	50	2	34	0	5	0	6	1	1	1	0	0
Fafe	25	10	27	1	5	1	6	2	1	1	0	2
Guimarães	60	33	75	2	14	3	14	5	4	4	0	1
Póvoa de Lanhoso	16	3	18	0	2	0	3	1	1	1	0	1
Vieira do Minho	10	1	13	0	1	0	1	0	1	0	0	0
Vila Nova de Famalicão	48	34	63	7	8	3	11	6	3	7	0	2
Vizela	10	1	11	1	2	2	2	2	2	0	0	0
Cabeceiras de Basto	22	1	9	0	2	0	2	0	1	1	0	0
Celorico de Basto	14	1	11	0	3	0	4	0	2	0	0	0
Total do Distrito	440	150	456	24	70	18	85	31	31	29	4	9

Legenda: Púb – Público; Priv - Privado

Fonte: DGEEC (2014)

À exceção do Ensino Básico – 1º Ciclo, entre 2012 e 2013, diminuiu o número de alunos por estabelecimento de ensino. Assim, em 2013, os estabelecimentos de Educação Pré-escolar, registavam, em média, 40.6 alunos matriculados (41.3 alunos em 2012), os do Ensino Básico – 2º Ciclo 212.7

alunos, em média (226.1 alunos em 2012); 269.1 alunos, em média, encontravam-se matriculados nos estabelecimentos do Ensino Básico – 3º Ciclo (289.1 alunos em 2012) e os estabelecimentos do Ensino Secundário tinham, em média, 417.3 alunos (434.3 alunos em 2012). Tal como referido anteriormente, o número médio de alunos do Ensino Básico – 1º Ciclo por estabelecimento de ensino aumentou de 71.0 alunos, em 2012, para 92.7 alunos, em 2013.

Independentemente do nível de ensino e quer se trate do ensino privado ou do ensino público, a grande maioria dos computadores disponíveis encontravam-se ligados à internet. No que concerne ao ensino privado, entre 2011 e 2012, registou-se uma ligeira diminuição no número de computadores com ligação à internet (5 508 computadores em 2011 e 5 428 computadores em 2012). No ano de 2012, os computadores com ligação à internet encontravam-se distribuídos da seguinte forma em função do nível de ensino: 2 162 computadores no 1º ciclo do Ensino Básico; 433 computadores no 2º ciclo do Ensino Básico; 921 computadores no 3º ciclo do Ensino Básico e 1 912 computadores no Ensino Secundário.

Relativamente ao ensino público, existiam, em 2012, 27 131 computadores com ligação à internet, menos 24 746 computadores do que em 2011. O 1º ciclo do Ensino Básico foi o nível de ensino co maior quebra no número de computadores (35 632 computadores em 2011 e 19 933 computadores em 2012), seguindo-se o Ensino Secundário (4 803 computadores em 2011 e 4 311 computadores em 2012). No 2º ciclo e no 3º ciclo do Ensino Básico aumentou ligeiramente o número de computadores com ligação à internet disponíveis (1º ciclo do Ensino Básico: 4 442 computadores em 2011 e 4 641 computadores em 2012; 2º ciclo do Ensino Básico: 7 000 computadores em 2011 e 7 246 computadores em 2012).

Os dados estatísticos expostos anteriormente mostraram que, no ensino privado, em 2012, existiam, em média, 1.3 alunos no 1º ciclo do Ensino Básico, 10.4 alunos no 2º ciclo do Ensino Básico, 5.6 alunos no 3º ciclo do Ensino Básico e 4.5 alunos no Ensino Secundário por cada computador disponível com ligação à internet. No ensino público, entre 2011 e 2012, o número médio de alunos por computador com ligação à internet manteve-se praticamente o mesmo. Assim, no ano letivo 2011/2012, existiam cerca de 4 alunos por cada computador com ligação à internet (3.5 alunos no 1º ciclo do Ensino Básico, 4.9 alunos no 2º ciclo do Ensino Básico, 4.8 alunos no 3º ciclo do Ensino Básico e 7.8 alunos no Ensino Secundário), no ano letivo 2011/2012.

Segundo a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), em 2013, existiam 2 423 bibliotecas escolares (2387 pertencentes ao ensino público e 36 pertencentes ao ensino privado). No que concerne às bibliotecas escolares do ensino público estas diminuíram ligeiramente em comparação a 2011 (2 454 bibliotecas escolares).

7.8. Despesa pública com a educação

Através da análise da tabela 50, de 2008 para 2009, as despesas da ação social escolar no ensino não superior aumentaram mais do dobro. No entanto, nos anos seguintes (2010 e 2011) essa mesma despesa diminuiu exponencialmente, atingindo, em 2011, cerca de 173 milhões de euros (cerca de 169 milhões de euros de despesa no ensino público e cerca de 4 milhões de euros no ensino privado).

Tabela 50 - Despesas da Ação Social Escolar no ensino não superior, em função do subsistema de ensino

Anos	Subsistema de ensino		
	Total	Público	Privado
2008	156 198 472	150 551 131	5 647 341
2009	345 657 445	340 417 277	5 240 168
2010	177 559 471	172 873 085	4 686 386
2011	173 502 195	169 153 021	4 349 174

Fonte: PORDATA com base na Direcção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira (DGPGF)/MEC

As despesas com as bolsas de ação social do ensino superior sofreram um ligeiro aumento em 2010 em comparação a 2008 e a 2009 e uma ligeira diminuição em 2011, fixando-se em cerca de 130 milhões de euros, em 2011 (Tabela 51).

Tabela 51 - Despesas com bolsas de ação social do ensino superior em função do subsistema de ensino

Anos	Subsistema de ensino		
	Total	Público	Privado
2008	124 043 315.7	99 526 252.0	24 517 063.7
2009	126 551 100.0	106 357 926.0	20 193 174.0
2010	163 287 567.0	135 844 914.0	27 442 653.0
2011	130 657 929.0	112 976 764.0	17 681 165.0

Fonte: PORDATA com base na DGES/MEC

Os investimentos na RBE registaram uma quebra de cerca de 60% entre 2011 e 2013 (cerca de um milhão e meio de euros em 2011 e 625 milhares de euros em 2013).

Segundo a DGO do MF, a totalidade das despesas do Estado em educação diminuiu ligeiramente entre 2010 e 2013 (8 559.2 milhões de euros em 2010 e 7 108.4 milhões de euros em 2013). Apesar de se ter verificado um ligeiro aumento dessa despesa quando comparados os últimos dois anos, ou seja, em 2012, a despesa do Estado em Educação totalizou os 6 622.4 milhões de euros. No mesmo sentido, as despesas do Estado em Educação *per capita*

diminuíram entre 2010 e 2013 (809.5€ *per capita* e 679.8€ *per capita*, respetivamente).

Importa realçar ainda que a percentagem de despesa pública em Educação destinada às ajudas financeiras aos alunos sofreu uma ligeira diminuição entre 2009 e 2011, de 5.9% para 5%. O que indica que apenas 5% da despesa pública em Educação se destina à ajuda financeira aos alunos.

7.8.1. Ação social escolar

A nível nacional têm aumentado o número de beneficiários da ação social escolar no ensino não superior público, no que concerne o número de beneficiários de leite escolar, de refeições subsidiadas e de apoio socioeconómico. Já os beneficiários de transportes escolares, alojamento e bolsas de mérito diminuíram nos últimos anos.

A observação do gráfico 1 permitiu analisar essa evolução nos últimos 10 anos, verificando-se a partir de 2008 a existência de um aumento exponencial de beneficiários de apoio socioeconómico. Assim, em 2011, registaram-se 499 872 alunos beneficiários de leite escolar (497 386 alunos em 2010), 259 881 alunos beneficiários de refeições subsidiadas (247 906 alunos em 2010) e 341 747 alunos beneficiários de apoio socioeconómico (328 556 alunos em 2010).

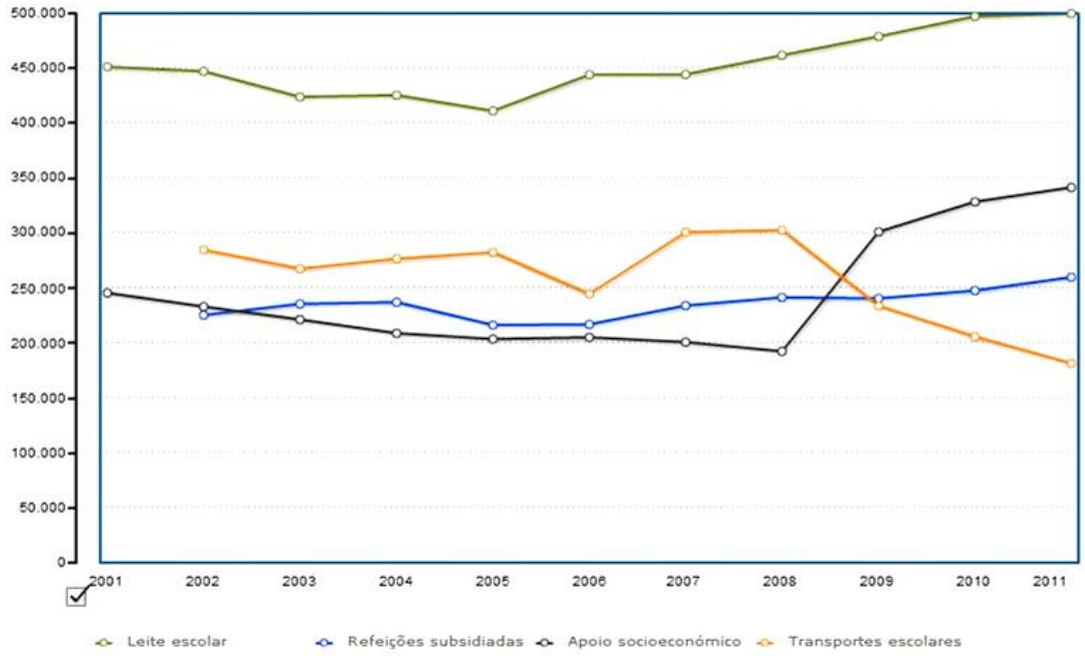

Gráfico 1 – Beneficiários da ação social do ensino não superior público por tipo de benefício
Fonte: PORDATA com base na DGPGF/MEC

O número de acidentes participados ao Seguro Escolar aumentou entre 2008 e 2011 (57 348 acidentes participados em 2008 e 97 952 acidentes participados em 2011).

7.8.2. Bolseiros do ensino superior

Em 2011, registaram-se 67 850 bolseiros no Ensino Superior (58 089 do ensino público e 9 761 do ensino privado). O que representa uma diminuição de cerca de 7 mil bolseiros em comparação com o ano 2010 (74 935 bolseiros: 62 304 bolseiros do ensino público e 12 631 bolseiros do ensino privado). Isto é indicativo que, em 2011, por cada 100 alunos matriculados no ensino superior, 17.1 alunos eram bolseiros (18.9 alunos bolseiros em cada 100 matriculados no ensino superior público e 11.1 alunos bolseiros em cada 100 matriculados no ensino privado). Enquanto, em cada 100 alunos matriculados, 19.5 eram bolseiros (21.2 alunos bolseiros em cada 100

matriculados no ensino superior público e 14.1 alunos bolseiros em cada 100 matriculados no ensino privado), em 2010.

No mesmo sentido, os dados estatísticos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) refletem, ao longo dos últimos anos, por um lado, uma diminuição no número de bolsas de doutoramento concedidas e, por outro lado, um aumento de bolsas em execução. Note-se, por isso, que, em 2012, foram concedidas menos 716 bolsas em comparação a 2008 (1 962 bolsas concedidas em 2008 e 1246 bolsas concedidas em 2012). No que concerne as áreas científicas das bolsas de doutoramento concedidas, diminuiu o número de bolsas concedidas em todas as áreas. Desta forma, foram atribuídas 102 bolsas nas ciências exatas (menos 8 do que em 2011), 174 bolsas nas ciências naturais (menos 37 do que em 2011), 353 bolsas em ciências de engenharia e tecnologia (menos 24 do que em 2011), 200 bolsas em ciências da saúde (menos 29 do que em 2011), 68 bolsas em ciências agrárias (menos 2 bolsas do que em 2011), 206 bolsas em ciências sociais (menos 154 do que em 2011) e 143 bolsas em humanidades (menos 130 bolsas do que em 2011).

7.9. A destacar a nível distrital

- Diminuiu a taxa de analfabetismo: 10.6% em 2001 e 6.5% em 2011
- A taxa de analfabetismo distrital era superior à nacional e à da região Norte.
- Os concelhos de cariz mais rurais revelaram uma maior taxa de analfabetismo.
- 70.2% dos analfabetos referiam-se a indivíduos do sexo feminino, em 2011.
- A taxa bruta de pré-escolarização foi de 96.5%.
- As taxas de escolarização do distrito foram inferiores à nacional e da região Norte, independentemente o nível de ensino.
- Diminuiu o número de alunos matriculados no ensino não superior, registando-se uma diminuição mais significativa no ensino privado.
- Observou-se uma menor proporção de diplomados face ao número de matriculados no distrito de Braga em comparação ao território nacional e à região Norte.
- A taxa de transição/conclusão no ensino secundário foi superior à nacional e da região Norte.
- 10.8% da população residente no distrito completou o ensino superior, percentagem inferior à nacional e da região Norte.
- As taxas de retenção/desistência no ensino básico e no ensino secundário foram mais baixas do que a nacional e da região Norte.
- Diminuiu a taxa de abandono escolar e as taxas de saída precoce e de saída antecipada.
- As taxas de abandono escolar, de saída antecipada e de saída precoce registaram 3.9%, 8.7% e 30.3%, respetivamente.
- Diminuiu o número de docentes ao serviço em todos os níveis de ensino e o número de alunos por estabelecimento de ensino, à exceção do 1º ciclo do Ensino Básico.
- A maioria dos computadores disponíveis nos estabelecimentos de ensino encontravam-se ligados à internet. No entanto, diminuiu o número de computadores com ligação à internet no 1º ciclo do ensino básico e no ensino secundário e aumento dos mesmos no 2º e 3º ciclo do ensino básico, no ensino público.

8. Condições na saúde

8.1. Estabelecimentos de saúde

Segundo os dados do INE, no distrito de Braga, existiam 19 centros de saúde, todos sem internamento, e 50 extensões desses centros de saúde, distribuídos, principalmente, pelos concelhos de Braga (12 extensões), Vila Nova de Famalicão (9 extensões), Vila Verde e Guimarães (7 extensões cada), em 2012. E, ainda 5 hospitais oficiais (nenhum especializado) e 13 hospitais de natureza privada (4 hospitais em Braga, 3 hospitais em Barcelos, 2 hospitais em Esposende, 1 hospital em Amares, assim como, na Póvoa de Lanhoso e em Vila Verde).

Os hospitais oficiais com maior lotação[64] encontravam-se nos concelhos de Braga (622 camas), Guimarães (426 camas), Vila Nova de Famalicão (183 camas), Barcelos (124 camas) e Fafe (56 camas), perfazendo uma lotação de 1 411 camas nos hospitais públicos do distrito de Braga. A nível europeu, existiam, nos hospitais, 2 701 653 camas, 35 671 das quais correspondentes aos hospitais portugueses. Estes dados indicam a existência de 535.2 camas por 100 mil habitantes, a nível europeu e a 337.9 camas por 100 mil habitantes, a nível nacional. Os países com um maior número de camas disponíveis nos hospitais eram a Alemanha e a França (672 573 camas e 415 209 camas, respetivamente) e a Alemanha e a Lituânia apresentaram o maior número de camas nos hospitais por 100 mil habitantes (829.9 e 744.7 camas por 100 mil habitantes, respetivamente).

[64] Número de camas (incluindo berços de neonatologia e de pediatria) disponíveis e apetrechadas para internamento imediato de doentes, discriminadas por especialidade/valências num estabelecimento de saúde. (Excluem-se as camas do berçário, da Urgência, do recobro e dos hospitais de dia, nomeadamente da hemodiálise. Este valor resulta da média aritmética do número de camas contadas no último dia de cada trimestre do ano) (SIM – INE).

As salas de operação existentes nos hospitais eram 35 salas, distribuídas da seguinte forma: 17 salas de operação em Braga, 9 salas de operação em Guimarães, 5 salas de operação em Vila Nova de Famalicão, 2 salas de operação em Fafe e 2 salas de operação em Barcelos.

No distrito de Braga, em 2013, existiam 183 farmácias ou postos farmacêuticos móveis, representando, desta forma, 4 315.6 habitantes por cada farmácia ou posto farmacêutico móvel existente.

Em 2013, no distrito de Braga, segundo o INE, registaram-se 12 camas de internamento de psiquiatria de adultos no setor público, a sua totalidade destinada a doentes agudos (< 30 dias). E, 934 camas de internamento no setor social (364 camas na Casa de Saúde do Bom Jesus, 361 camas na Casa de Saúde de S. João de Deus e 209 camas na Casa de Saúde de S. José) e 80 lugares em unidades residenciais de reabilitação psicossocial (21 camas na Casa de Saúde do Bom Jesus, 52 camas na Casa de Saúde de S. João de Deus e 7 camas na Casa de Saúde de S. José).

8.2. Recursos humanos

No distrito de Braga, aumentou o número de médicos (2 153 médicos em 2011 e 2 266 médicos em 2012), de médicos dentistas (563 dentistas em 2011 e 584 dentistas em 2012) e de enfermeiros (4 192 enfermeiros em 2011 e 4 278 enfermeiros em 2012). E diminuiu o número de farmacêuticos (587 farmacêuticos em 2011 e 580 farmacêuticos em 2012) (Tabela 52).

Tabela 52 – Número de médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos

Territórios	Médicos		Dentistas		Enfermeiros		Farmacêuticos	
Anos	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Portugal	42 796	43 863	7 366	7 725	64 478	65 404	11 887	10 980
Norte	14 193	14 439	2 866	3 036	22 447	22 690	3 352	3 181
Amares	25	29	7	9	68	75	11	5
Barcelos	178	188	60	64	504	508	104	90
Braga	985	1 015	195	193	1 356	1 378	137	162
Esposende	80	88	27	27	96	101	28	42
Terras de Bouro	3	3	3	3	22	23	5	2
Vila Verde	48	47	6	7	135	144	23	14
Fafe	75	89	29	32	260	249	32	28
Guimarães	391	413	119	126	888	905	94	99
Póvoa de Lanhoso	26	28	7	7	59	60	13	6
Vieira do Minho	12	12	5	4	45	47	7	8
Vila Nova de Famalicão	255	276	79	85	607	623	103	94
Vizela	39	38	10	10	45	51	11	14
Cabeceiras de Basto	23	25	8	8	53	58	10	10
Celorico de Basto	13	15	8	9	54	56	9	6
Total do Distrito	2 153	2 266	563	584	4 192	4 278	587	580

Fonte: PORDATA com base no INE

Relativamente à área de especialidade, no último ano em análise, 49.1% dos médicos (1 112 médicos) não tinham especialidade, seguindo-se os especialistas em medicina geral e familiar (15.5%, 352 médicos), os pediatras (3.3%, 75 médicos), os especialistas em ginecologia e obstetrícia (2.9%, 66 médicos), aqueles com especialidade em cirurgia geral (2.9%, 66 médicos), os ortopedistas (2.1%, 48 médicos), os especialistas em psiquiatria (1.5%, 33 médicos), os oftalmologistas (1.2%, 27 médicos) e, por último, aqueles com especialidade em estomatologia (0.5%, 12 médicos). De referir que a maioria dos médicos (51.5%, 1 168 médicos) pertenciam ao sexo feminino.

Face ao exposto conclui-se a existência de, em média, 795 habitantes por cada médico, o que representa um média distrital superior à do território nacional (239.7 habitantes por médico) e da região Norte (254.6 habitantes por médico). O concelho de Braga registou 179.5 habitantes por médico, média bastante inferior às dos restantes concelhos e do distrito. Por sua vez, o concelho de Terras de Bouro registou 2 356.8 habitantes por médico, seguindo-se Celorico de Basto com um médico para 1 334.6 habitantes, em média.

No que concerne ao número de habitantes por farmacêutico, a nível distrital, aumentou o número de habitantes por cada farmacêutico, entre 2011 e 2012, passando de 1 651.9 habitantes para 2 197.5 habitantes por farmacêutico.

Nos centros de saúde existiam 2 217 indivíduos ao serviço nos centros de saúde (564 médicos, 723 enfermeiros e 930 indivíduos com outras funções) e 5 048 indivíduos ao serviço nos hospitais (1 047 médicos, 1 587 enfermeiros e 2 414 indivíduos com outras pessoas).

Face aos dados expostos anteriormente, nos centros de saúde do distrito, registaram-se, em 2012, em média, uma pessoa ao serviço para 362.4 habitantes, média superior à de 2011 (341.7 habitantes por cada pessoa ao serviço). Mais especificamente existia um médico para 1 548.4 habitantes e um enfermeiro para 1 164.8 habitantes. A nível nacional, em 2011, existiam 76.8 dentistas por 100 mil habitantes, num total de 8 108 dentistas e 633.3 enfermeiros por cada 100 mil habitantes.

8.3. Consultas médicas, urgências e internamentos

Entre 2011 e 2012 diminuíram as consultas médicas nos centros de saúde passando de 2 013 821 para 1 955 313 consultas, o que equivale a 2.6 consultas médicas por habitante em 2011 e a 2.5 consultas médicas por habitante em 2012. O concelho de Fafe registou o maior número de consultas

médicas por habitante (3.8 consultas médicas por habitante em 2012). Atendendo às consultas médicas por especialidade médica, registaram-se 1 511 672 consultas de medicina geral e familiar, 307 749 consultas de pediatria, 82 534 consultas de planeamento familiar, 50 174 consultas de saúde materna, 2 330 consultas de estomatologia e medicina dentária e 619 consultas de ginecologia. Note-se que não se registaram consultas de oftalmologia, otorrinolaringologia e pneumologia nos centros de saúde do distrito de Braga. Para além disso, os centros de saúde dos concelhos de Braga, Celorico de Basto e Cabeceiras de Bastos foram os únicos do distrito onde se registaram urgências (29 590 urgências, 25 598 urgências e 32 571 urgências, respetivamente), no ano de 2011.

Nos hospitais, as consultas externas, entre 2011 e 2012, registaram um aumento no número de consultas de ginecologia (de 59 889 consultas para 63 954 consultas), de oftalmologia (de 43 728 consultas para 49 930 consultas), de ortopedia (de 62 667 consultas para 71 190 consultas), de otorrinolaringologia (de 38 699 consultas para 39 157 consultas), de pediatria médica (de 40 368 consultas para 45 595 consultas), de psiquiatria (de 37 190 consultas para 39 704 consultas). E uma diminuição no número de consultas externas de cirurgia geral (de 77 470 consultas para 73 309) e de medicina interna (de 47 591 consultas para 47 494 consultas), dados relativos ao Serviço Nacional de Saúde.

Os registos das urgências nos hospitais diminuíram, registando-se menos 20 980 urgências no ano de 2012 em comparação a 2011 (à exceção do hospital de Vila Nova de Famalicão: 93 941 urgências, em 2011 e 96 366 urgências, em 2012).

No concelho de Braga registaram-se 155.9 internamentos por mil habitantes, seguindo-se o concelho de Guimarães (121.5 internamentos por mil habitantes). Constata-se que o número de internamentos nestes dois concelhos foram

superiores aos registados a nível nacional (112‰) e na região Norte (108.8‰).

Entre 2012 e 2013, no setor social, diminuiu a taxa de ocupação (304 038 internamentos em 2012 e 302 542 internamentos em 2013). Assim, à exceção da Casa de Saúde de S. José (94% em 2012 e 97% em 2013), as restantes unidades residenciais do setor social diminuíram ligeiramente a sua taxa de ocupação. Quanto aos internamentos para a reabilitação psicossocial verificou-se uma estagnação do número de doentes internados (70 doentes), tendo ficando, em média, internados 293.3 dias, em 2013.

8.4. Morbilidade, consumos e acidentes de viação

8.4.1. Morbilidade

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), ocorreram, em 2013, 286 casos de Acidentes Vasculares Cerebrais (AVC), mais do que nos últimos anos (264 casos em 2012, 255 casos em 2011 e 246 casos em 2010). O distrito de Braga, em 2013, foi o 3º com maior número de casos de acidentes deste tipo, precedido pelos distritos do Porto e de Lisboa (742 casos e 518 casos, respetivamente), o que indica que no distrito de Braga, ocorreram 33.4 casos de AVC por 100 000 habitantes.

A nível nacional, nos últimos anos (entre 2008 e 2010), diminuíram os casos notificados de algumas Doenças de Declaração Obrigatória (DDO)[65] (3 500 casos em 2008 e 3 132 casos em 2010). A maioria destes casos referia-se a tuberculose respiratória (55.4%). A febre escaronodular representava

[65] As DDO são doenças infeciosas ou transmissíveis, que pelas suas características podem representar um perigo real ou potencial para a Saúde Pública (SIM - INE).

4.5% dos casos notificados, a parotidite epidémica correspondia a 4.5%, as doenças classificadas como outras salmoneloses representavam 6.6% e a hepatite B correspondia a 1.5% do total de casos notificados. Tal como referido anteriormente, a tuberculose foi a doença de declaração obrigatória mais presente, sendo considerada um problema de saúde de intervenção prioritária na região Norte desde 2005. Em 2010, esta doença atingiu 24.8 habitantes em cada 100 mil e registando-se 2 626 novos casos ou retratamentos.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge (INSA) (2013), no distrito de Braga, estavam detetados, em 2012, 1 302 casos de infeção com Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), sendo o 4º distrito do país com maior número de casos detetados (representando 3.1% do total de casos detetados no país). Apesar disso, constatou-se uma tendência para a diminuição do número de casos detetados anualmente (61 casos detetados em 2010, 65 casos detetados em 2011 e 39 casos detetados em 2012). No que concerne os casos de SIDA, estavam notificados a 31 de dezembro de 2012, 443 casos de SIDA, representando 2.5% do total de casos de SIDA detetados no país. Nesse mesmo ano, notificaram-se 15 novos casos (17 casos detetados em 2010 e 28 casos detetados em 2011) e registaram-se 194 óbitos em casos de SIDA.

8.4.2. Consumo de drogas, álcool e tabaco

Segundo os dados estatísticos disponibilizados pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) (2013), entre 2007 e 2012, no território nacional e na população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, verificou-se uma descida generalizada das

prevalências de consumo ao longo da vida[66] (12% em 2007 e 9.5% em 2012) e de consumo recente[67] (3.7% em 2007 e 2.7% em 2012), com exceção do ecstasy e do LSD, cujas prevalências de consumo ao longo da vida se mantiveram iguais e a do consumo de LSD nos últimos 12 meses que subiu ligeiramente. Do mesmo modo, constatou-se também uma descida generalizada das prevalências de consumo ao longo da vida (17.4% em 2007 e 14.5% em 2012) e nos últimos 12 meses (7% em 2007 e 5.1% em 2012), na população jovem adulta (15-34 anos). À exceção do LSD cuja prevalência de consumo ao longo da vida se manteve igual e a do consumo recente aumentou ligeiramente.

De acordo com a mesma fonte, a região Norte foi, em 2012, a região do país (à exceção da Madeira) com menor taxa de prevalência de consumo de qualquer droga ao longo da vida (7.6%) e nos últimos meses (1.9%). Na população jovem adulta, a prevalência de consumo na região Norte foi superior à da Madeira e do Algarve, ou seja, 11.5% para o consumo de qualquer droga ao longo da vida e de 2.9% para o consumo de qualquer droga nos últimos 12 meses.

Atendendo à população a frequentar o 3º ciclo de Ensino Básico e o Ensino Secundário, a região Norte registou as taxas de prevalência mais baixas do país (à exceção da Madeira). Assim, "a prevalência de consumo ao longo da vida no 3º ciclo do ensino básico foi de 9% e no ensino secundário de 26.8% e a prevalência de consumo nos últimos 12 meses no 3º ciclo do ensino básico foi de 7.6% e no ensino secundário de 22.4%" (SICAD, 2013, p. 21).

[66] O consumo ao longo da vida refere-se a pelo menos uma experiência de consumo na vida.

[67] O consumo recente refere-se a algum tipo de consumo nos últimos 12 meses à data da inquirição.

Atendendo aos tratamentos de toxicodependência realizados na rede pública, em 2012, no distrito de Braga registaram-se 1 770 utentes em tratamento, o que corresponde a 6% do total de utentes em tratamento no território nacional. Os distritos com maior incidência de utentes em tratamento foram o Porto (23%), Lisboa (19%), Setúbal (10%) e Faro (9%). De referir que se verificaram "proporções relevantes na maioria dos distritos do Norte litoral" (SICAD, 2013, p.43).

O abuso de drogas afetou cerca de 0.35% dos indivíduos residentes nas regiões afetas aos ACES enunciados na tabela 53. O que revela uma percentagem ligeiramente inferior à da região Norte. O concelho de Braga e os concelhos referentes ao ACES Alto Ave revelaram-se os concelhos com maior incidência de abuso de drogas. E, os concelhos referentes ao ACES Gerês/Cabreira e Baixo Tâmega registaram uma menor incidência de consumo de drogas.

Tabela 53 - Proporção de inscritos (%) por diagnóstico ativo, dezembro 2013

Territórios	Abuso de drogas %	Abuso crónico do álcool %	Abuso do tabaco %	Excesso de peso %
Continente	0.3	1.0	6.8	3.9
Norte	0.4	1.3	9.2	4.7
ACES Gerês/Cabreira[68]	0.2	1.4	6.8	3.8
ACES Baixo Tâmega	0.2	1.5	3.9	3.3
ACES Barcelos/Esposende	0.3	1.0	6.0	2.6
ACES Braga	0.5	1.0	10.4	5.1
ACES Famalicão	0.4	2.0	7.8	3.9
ACES Alto Ave[69]	0.5	1.5	10.2	4.2

Fonte: ARS NORTE (2014)

No que concerne ao abuso de álcool, registou-se uma proporção de inscritos com diagnóstico ativo largamente superior no concelho de Famalicão

[68] Engloba os concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Amares e Vila Verde.

[69] Engloba os concelhos de Guimarães, Vizela, Fafe, Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto.

(2.0%) em comparação às restantes zonas geográficas analisadas, assim como no território nacional e na região Norte. Os concelhos de Braga, Barcelos e Esposende registaram a menor prevalência de abuso crónico de álcool, percentagem igual à do território nacional (1.0%) e inferior à da região Norte (1.3%).

O abuso do tabaco revelou-se mais preocupante nas zonas referentes ao distrito de Braga do que na região Norte, assim como, no território nacional. Ou seja, cerca de 7.5% dos indivíduos residentes nas zonas geográficas em análise abusam do consumo de tabaco. Os dados estatísticos eram mais preocupantes no concelho de Braga e naqueles representados pelo ACES Alto Ave, visto que 10.4 indivíduos e 10.2 indivíduos em cada 100 abusavam do consumo do tabaco, respetivamente. A menor taxa de abuso no consumo de tabaco foi registada nos concelhos referentes ao ACES Baixo Tâmega (3.9%).

Segundo a OMS, 61.8% dos homens portugueses têm excesso de peso enquanto a percentagem de mulheres nestas condições era ligeiramente inferior (56.6%), o que, em termos gerais, se traduz, em 59.1% da população adulta (com mais de 20 anos) com excesso de peso. No que diz respeito à população obesa, 24.0% da população portuguesas era obesa: 21.6% dos homens e 26.3% das mulheres, ou seja, cerca de ¼ do total de residentes no território nacional tinha problemas de obesidade.

A tabela 53 também mostrou os dados relativos aos inscritos por diagnóstico ativo devido ao excesso de peso, sendo o concelho de Braga aquele com a maior proporção de inscritos com este problema. Ou seja, 5.1 indivíduos, residentes no concelho de Braga, por cada 100 indivíduos, tinha problemas de excesso de peso. De referir que esta proporção foi superior à nacional, à da região Norte e às das restantes zonas geográficas em análise. Assim, à exceção da zona do ACES Alto Tâmega (4.2%) e do ACES Braga (5.1%), as restantes regiões registaram uma proporção de indivíduos com excesso de peso

inferior à proporção registada a nível nacional (3.9%) e na região Norte (4.7%).

8.4.3. Acidentes de viação e atropelamentos

No distrito de Braga, em 2013, registaram-se 3.4 acidentes de viação com vítimas por cada mil habitantes (3.2 acidentes por cada mil habitantes, em 2012), valores superiores aos da região Norte (2.9‰ em 2013 e 2.8‰ em 2012).

Tabela 54 – Número de acidentes de viação com vítimas e feridos e óbitos em acidentes de viação

Territórios	Acidentes de viação com vítimas		Feridos em acidentes de viação		Óbitos em acidentes de viação	
Anos	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Norte	10 353	10 642	13 447	13 862	191	149
Amares	65	59	96	71	0	1
Barcelos	320	339	451	450	3	3
Braga	514	555	656	711	4	4
Esposende	131	141	176	190	0	3
Terras de Bouro	15	22	23	25	0	0
Vila Verde	161	139	201	185	4	2
Fafe	157	149	201	205	1	2
Guimarães	491	490	643	619	8	6
Póvoa de Lanhoso	105	93	159	121	3	2
Vieira do Minho	52	37	64	48	5	1
Vila Nova de Famalicão	500	496	701	670	9	9
Vizela	61	90	80	106	3	1
Cabeceiras de Basto	49	39	68	52	3	0
Celorico de Basto	48	57	75	74	1	1
Total do Distrito	2 669	2 706	3 594	3 527	44	35

Fonte: PORDATA com base na Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)/Ministério da Administração Interna (MAI)

O concelho da Póvoa de Lanhoso registou 4.3 acidentes de viação com vítimas por cada mil habitantes, seguindo-se o concelho de Esposende (4.1‰)

e Vizela (3.8‰). Note-se ainda que, em 2013, observou-se 1.4 óbitos em cada 100 acidentes de viação com vítimas (2.4% em 2012), tendo o concelho Vieira do Minho o maior número de óbitos em cada 100 acidentes de viação (2.7%) (Tabela 54).

Em 2012, na Europa (UE28) registaram-se 28 136 acidentes de viação com vítimas mortais, dos quais 720 ocorreram em Portugal. Estes dados colocam Portugal na 11ª posição dos países da UE28 com maior número de acidentes de viação. Note-se que a França e a Itália ocupavam as primeiras posições (3 653 acidentes de viação com vítimas mortais, cada país).

No distrito de Braga, os atropelamentos fizeram 10 óbitos, o que representa 25% do total de óbitos em atropelamentos na região Norte. O concelho de Guimarães foi aquele onde se registou o maior número de atropelamentos com óbitos do distrito (4 peões).

8.5. Despesas públicas com a saúde

A despesa corrente em cuidados de saúde *per capita* foi, em 2010, de 1 660.1€, registando-se uma tendência de diminuição, em 2012, cujo valor previsto se encontrava nos 1 486.3€. No mesmo ano, registou-se 9.8% do PIB em despesa corrente em cuidados de saúde, do mesmo modo, com tendência a diminuir no ano de 2012, assumindo-se como valor previsto 9.2% do PIB.

Segundo os dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral do Orçamento (DGO) do Ministério das Finanças (MF), as despesas em cuidados de saúde em execução orçamental diminuíram, entre 2012 e 2013, passando de 10 403.5 milhões de euros para 8 588.8 milhões de euros. E, consequentemente, as mesmas despesas *per capita* foram, em 2012, de 989.4€

e, em 2013, 821.3€ e 5.2% do PIB em 2011 (5.0% do PIB em 2013, valor previsto).

Segundo a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), a despesa total do Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi, em 2012, de 8 947.7 milhões de euros, dos quais 3 345.8 milhões de euros correspondiam a despesas com o pessoal ao serviço dos cuidados de saúde. Estes valores são inferiores aos registados desde 2005. Isto indica que, as despesas totais do SNS *per capita* foram, em 2012, de 894.4€ (valor inferior aos apresentados desde 2005).

Segundo a Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos Farmacêuticos (INFARMED), os encargos do SNS com medicamentos diminuiu desde 2010 até 2012, passando de 1 640.7 milhões de euros para 1 173.2 milhões de euros. Por sua vez, os utentes gastaram, em 2012, 649.5 milhões de euros em medicamentos (774.5 milhões de euros, em 2011). Apesar disso, aumentou o número de receitas médicas prescritas, ao longo dos últimos anos (2008: 58 134 receitas médicas; 2009: 62 271 receitas médicas; 2010: 67 045 receitas médicas; 2011: 68 300 receitas médicas e 2012: 70 190 receitas médicas). E, também, aumentou o número de embalagens de medicamentos vendidas (2008: 131 716 embalagens de medicamentos; 2009: 137 471 embalagens de medicamentos; 2010: 140 060 embalagens de medicamentos; 2011: 139 874 embalagens de medicamentos e 2012: 140 023 embalagens de medicamentos), representando cerca de duas embalagens de medicamentos por receitas médicas.

8.6. A destacar a nível distrital

- Registou-se um maior número de centros de saúde e extensões de saúde nas zonas urbanas.
- Aumentou o número de médicos, médicos dentistas e enfermeiros e diminuiu o número de farmacêuticos.
- O número de habitantes por médico no distrito (795 habitantes por médico) foi superior ao da região Norte (254.6 habitantes por médico) e do território nacional (239.7 habitantes por médico), nos hospitais.
- Nos centros de saúde existiam, em 2012, 1 548.4 habitantes por médico e 1 164.8 habitantes por enfermeiro.
- Diminuiu o número de consultas médicas nos centros de saúde e aumentaram as consultas externas nos hospitais nas áreas da ginecologia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, pediatria médica e psiquiatria.
- Diminuiu o número de registo de urgências nos hospitais.
- O distrito de Braga foi o 3º distrito do país com maior número de casos de AVC.
- Diminuíram os casos de DDO, sendo a sua maioria referente a casos de tuberculose respiratória (55.4%).
- As taxas de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos (2.8‰ e 2.1‰, respetivamente) foram inferiores às registadas a nível nacional (3.1‰ e 2.4‰, respetivamente).
- O distrito de Braga foi o 4º distrito do país com maior número de casos de infeção VIH detetados.
- 3.1% do total de casos de infeção VIH e 2.5% do total de casos de SIDA detetados no país eram referentes ao distrito de Braga.
- Diminuiu a taxa de prevalência do consumo de qualquer droga ao longo da vida e nos últimos meses na região Norte, em 2012.
- 6% do total de utentes em tratamento de toxicodependência do território nacional encontrava-se na região do distrito de Braga.

- O abuso de tabaco e o excesso de peso foram marcantes na população residente no concelho de Braga.
- Aumentou o número de acidentes de viação com vítimas e de feridos em acidentes de viação e diminuiu o número de óbitos em acidentes de viação.

9. Habitação

9.1. Tipologia dos Edifícios

Os dados estatísticos disponibilizados pelo INE mostraram, entre 2011 e 2012, uma diminuição no número de edifícios concluídos no distrito de Braga (de 2 624 edifícios para 2 558 edifícios), sendo que 85.3% corresponde a construções novas. Para além disso, foram licenciados 1 597 edifícios (1 262 edifícios correspondentes a construções novas: 961 edifícios para habitação e 335 edifícios que sofreram ampliações, alterações e reconstruções: 255 edifícios para habitação). Do total de edifícios concluídos, 2 143 correspondem a edifícios para habitação (2 200 edifícios para habitação em 2011), dos quais 1 844 edifícios eram referentes a construções novas e 299 edifícios a ampliações, alterações e reconstruções.

Segundo o V Recenseamento Geral da Habitação do INE, no distrito de Braga, em 2011, existiam 268 462 edifícios. A maioria destes edifícios (57.4%) referia-se a edifícios com dois pisos (154 001 edifícios), seguindo-se os edifícios com um piso (28.1%, 75 403 edifícios), os edifícios com três pisos (10.7%, 28 854 edifícios) e, por último, os edifícios com quatro ou mais pisos (3.8%, 10 204 edifícios).

O valor médio dos prédios hipotecados, no distrito de Braga, em 2013, correspondia a 93 152.9€. Os prédios urbanos hipotecados tinham um valor médio de 95 499.3€ e os prédios rústicos encontravam-se hipotecados por um valor médio de 101 771.9€. Para este último valor contribui o concelho de Vizela, cujo valor médio dos prédios rústicos hipotecados correspondia a 625 000€ (concelho com o maior valor médio do distrito). Para além do concelho de Vizela, o concelho de Braga (117 694€), Esposende (85 000€),

Guimarães (95 444€) e Vila Nova de Famalicão (143 311€) apresentaram valores médios superiores aos da região Norte (62 576€) e do território nacional (79 751€). Por sua vez, o concelho de Fafe foi o concelho do distrito que apresentou o maior valor médio para os prédios urbanos hipotecados (199 331€), superior ao nacional (127 843€) e ao da região Norte (106 987€) (INE, 2012).

Nos últimos anos, no distrito de Braga, diminuíram os valores médios dos prédios transacionados (47 838.5€ em 2011, 43 558.4€ em 2012 e 42 816.8€ em 2013). Nomeadamente, nos valores médios dos prédios urbanos transacionados de 63 163€ em 2011 para 56 856.1€ em 2013 e nos valores médios dos prédios rústicos transacionados de 21 890.4€ em 2011 para 17 855.9€ em 2013.

Em termos gerais, segundo o Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação do INE, no distrito de Braga, os alojamentos estavam avaliados, em média, em 825€ por m^2. À exceção do concelho de Esposende (cujo valor médio foi, em 2012, de 1 045€ por m^2), os valores médios de avaliação bancária dos alojamentos por m^2 foram inferiores ao nacional (1 036€ por m^2) e da região Norte (909€ por m^2)[70]. No mesmo sentido, analisou-se os valores médios de avaliação bancária dos apartamentos, que, no distrito de Braga, se fixaram nos 809€ por m^2, em 2012 (independentemente da tipologia do apartamento)[71]. Relativamente aos valores médios da avaliação bancária das moradias, estes fixaram-se nos 851.5€ por m^2, independentemente da sua tipologia[42]. Note-se que os valores médios de avaliação bancária dos apartamentos e das moradias

[70] Os dados estatísticos relativos à avaliação bancária dos alojamentos do concelho de Terras de Bouro são confidenciais.

[71] Não contribui para esta média distrital os valores médios relativos aos concelhos de Amares, Terras de Bouro, Vila verde, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto pelo facto dos dados estatísticos não se encontrarem disponíveis.

no distrito de Braga são inferiores aos valores médios nacionais e da região Norte.

Sabe-se que em 2012, no distrito de Braga, encontravam-se hipotecados 1 968 prédios no total de 185 461 milhares de euros, dos quais 1 818 correspondiam a prédios urbanos (172 282 milhares de euros), 110 referiam-se a prédios rústicos (7 276 milhares de euros) e 40 referentes a prédios mistos (5 905 milhares de euros). O concelho de Braga foi o que apresentou o maior número de prédios hipotecados (506 prédios, 51 364 milhares de euros), seguindo-se o concelho de Vila Nova de Famalicão (344 prédios, 31 024 milhares de euros).

9.2. Alojamentos Coletivos

Segundo o INE, em 2011, existiam 164.65 alojamentos por km^2, sendo este valor superior à média nacional (63.7 alojamentos por km^2) e à região Norte (87.1 alojamentos por km^2). Note-se que os concelhos de Braga, Vizela, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Esposende (463 alojamentos por km^2, 368.1 alojamentos por km^2, 278.0 alojamentos por km^2, 275.2 alojamentos por km^2, 220.3 alojamentos por km^2, respetivamente) eram os concelhos com maior número de alojamentos por km^2. E, por sua vez, Terras de Bouro (17.5 alojamentos por km^2), Vieira do Minho (36.8 alojamentos por km^2), Cabeceiras de Basto (38.7 alojamentos por km^2) e Celorico de Basto (58.9 alojamentos por km^2) aqueles com menos alojamentos por km^2 e cujos valores eram inferiores aos do território nacional e da região Norte.

Entre os dois últimos momentos censitários, aumentaram os alojamentos coletivos[72], de 331 alojamentos para 612 alojamentos. Destes fazem parte os hotéis, cujo aumento foi bastante significativo (87 hotéis em 2001 e 301 hotéis em 2011) e os alojamentos de convivência[73], que também aumentaram de 244 alojamentos para 311 alojamentos (Tabela 55). O concelho do distrito de Braga que registou um maior número de hotéis foi Terras de Bouro (51 hotéis), seguindo-se de Braga (43 hotéis) e Guimarães (33 hotéis).

Tabela 55 - Alojamentos coletivos por tipo segundo os Censos

Territórios	Alojamentos coletivos		
	Total	Hotéis	Convivências
Portugal	12 604	6 811	5 793
Norte	3 106	1 629	1 477
Amares	21	16	5
Barcelos	57	24	33
Braga	161	43	118
Esposende	24	16	8
Terras de Bouro	58	51	7
Vila Verde	41	23	18
Fafe	29	13	16
Guimarães	74	33	41
Póvoa de Lanhoso	31	17	14
Vieira do Minho	36	27	9
Vila Nova de Famalicão	46	15	31
Vizela	6	2	4
Cabeceiras de Basto	28	21	7
Celorico de Basto	14	7	7
Total do Distrito	612	301	311

Fonte: INE - XV Recenseamento Geral da População

[72] Alojamento que se destina a albergar um grupo numeroso de pessoas ou mais do que uma família, e que no momento de referência está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas independentemente de serem residentes ou apenas presentes. Por alojamento coletivo entende-se os estabelecimentos hoteleiros e similares e os alojamentos de convivência (SIM – INE).

[73] Alojamento coletivo que ocupa a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes ou de circunstância e que se destina a ser habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade ou a um regime comum e ligadas por um objetivo ou interesses pessoais comuns (SIM – INE).

9.3. Características dos alojamentos familiares

Em 2011, existiam, no distrito de Braga, 386 241 alojamentos familiares (386 029 alojamentos familiares clássicos[74] e 212 alojamentos familiares não clássicos[75]), o que representa um aumento de cerca de 15% dos alojamentos familiares clássicos e uma diminuição de 81.3% dos alojamentos familiares não clássicos face a 2001. Do total de alojamentos familiares clássicos, cerca de 90% encontravam-se ocupados e os restantes eram alojamentos vagos[76] (7.9% alojamentos vagos – outros casos e 1.9% alojamentos vagos para aluguer). Para além do exposto anteriormente, entre 2001 e 2011, por um lado, aumentaram os alojamentos ocupados (296 408 alojamentos em 2001 e 348 537 alojamentos em 2011) e diminuíram os alojamentos vagos para aluguer (7 813 alojamentos em 2001 e 7 189 alojamentos em 2011) e os alojamentos vagos – outros casos (23 958 alojamentos em 2001 e 30 303 alojamentos em 2011). Face aos alojamentos familiares não clássicos, diminuiu o número de barracas[77] (252 barracas em 2001 e 74 barracas em 2011) e o número de outro tipo de alojamentos familiares não clássicos (884 alojamentos em 2001 e 138 alojamentos em 2011). Note-se que os concelhos com maior número de alojamentos familiares não clássicos, em 2011, foram Barcelos (55

[74] Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de caráter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros) (SIM – INE).

[75] Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência. Incluem-se a barraca, o alojamento móvel, a casa rudimentar de madeira e o alojamento improvisado, entre outros não destinados à habitação (SIM – INE).

[76] Alojamento familiar desocupado e que está disponível para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência (SIM – INE).

[77] Alojamento familiar não clássico em construção independente feita em geral com vários materiais velhos, usados e/ou grosseiros (SIM – INE).

alojamentos), Vila Verde (44 alojamentos) e Vila Nova de Famalicão (33 alojamentos) (Tabela 56).

Tabela 56 – Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação e alojamentos familiares não clássicos por tipo, segundo os Censos

Territórios	Total	Alojamentos familiares clássicos				Alojamentos familiares não clássicos		
		Total	Ocupados	Vagos para aluguer	Vagos outros casos	Total	Barracas	Outro tipo de alojamento
Portugal	5 866 152	5 859 540	5 124 412	110 221	624 907	6 612	2 052	4 560
Norte	1 847 784	1 846 589	1 644 158	32 093	170 338	1 195	345	850
Amares	9 586	9 584	9 146	105	333	2	0	2
Barcelos	47 394	47 339	42 896	474	3 969	55	21	34
Braga	84 525	84 497	73 863	2 403	8 231	28	9	19
Esposende	20 929	20 911	19 621	283	1 007	18	2	16
Terras de Bouro	4 819	4 819	4 363	53	403	0	0	0
Vila Verde	22 998	22 954	21 133	205	1 616	44	36	8
Fafe	25 232	25 228	22 508	534	2 186	4	1	3
Guimarães	66 716	66 706	60 564	1 457	4 685	10	2	8
Póvoa de Lanhoso	11 739	11 739	10 852	329	558	0	0	0
Vieira do Minho	8 029	8 025	7 347	68	610	4	0	4
Vila Nova de Famalicão	55 285	55 252	50 152	929	4 171	33	3	30
Vizela	9 042	9 032	8 311	160	561	10	0	10
Cabeceiras de Basto	9 328	9 326	8 582	97	647	2	0	2
Celorico de Basto	10 619	10 617	9 199	92	1 326	2	0	2
Total do Distrito	386 241	386 029	348 537	7 189	30 303	212	74	138

Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População

Os alojamentos familiares clássicos eram, maioritariamente, ocupados pelos seus proprietários (180 485 alojamentos) e 26.8% (76 231 alojamentos) eram ocupados por inquilinos e outros. O concelho de Guimarães foi aquele que apresentou um maior equilíbrio entre os alojamentos ocupados pelos proprietários (32 784 alojamentos) e os alojamentos ocupados por inquilinos ou outros (20 885 alojamentos). Nos restantes concelhos, a maioria dos

alojamentos eram, essencialmente, ocupados pelos seus proprietários. Consequentemente registou-se um aumento dos alojamentos cujos proprietários possuíam encargos de compra (26.8% em 2001 e 42.1% em 2011).

No que concerne aos alojamentos familiares clássicos ocupados por inquilinos, a maioria encontrava-se arrendada por menos de 300€ (84.2%, 44 788 alojamentos). A nível nacional e na região Norte verificaram-se valores mais elevados nas rendas pagas pelos inquilinos. A nível nacional, apenas 65.2% dos alojamentos estavam arrendados por menos de 300€ mensais e na região Norte essa percentagem era de 75.6% (Tabela 57).

Tabela 57 - Alojamentos familiares clássicos arrendados por escalões de renda segundo os Censos

Territórios	Escalões de renda						
	Total	Menos de 100€	100€ - 199,99€	200€ - 299,99€	300€ - 399,99€	400€ - 499,99€	500€ ou mais
Portugal	794 465	257 299	123 900	136 883	152 797	58 345	65 241
Norte	269 178	91 727	55 867	57 313	44 530	10 915	8 826
Amares	591	103	212	233	36	6	1
Barcelos	3 400	706	688	1 255	642	71	38
Braga	14 770	3 396	2 462	5 355	2 865	445	247
Esposende	842	83	142	304	221	54	38
Terras de Bouro	66	28	16	18	4	0	0
Vila Verde	1 192	206	304	542	123	10	7
Fafe	4 014	960	1 389	1 417	225	18	5
Guimarães	16 347	5 922	4 858	3 769	1 310	268	220
Póvoa de Lanhoso	918	167	337	356	49	6	3
Vieira do Minho	229	94	59	64	9	2	1
Vila Nova de Famalicão	7 521	2 066	2 124	2 025	1 044	173	89
Vizela	2 111	612	883	506	90	14	6
Cabeceiras de Basto	543	114	269	131	26	0	3
Celorico de Basto	641	221	302	100	17	0	1
Total do Distrito	53 185	14 678	14 045	16 075	6 661	1 067	659

Fonte: INE - X Recenseamento Geral da População

Da tabela 58 inferiu-se que, entre 2001 e 2011, diminuíram os alojamentos familiares clássicos ocupados, como residência habitual, sem água canalizada, duche/banho, instalações sanitárias, eletricidade, cozinha e/ou esgotos. Apesar disso, ainda existiam, em 2011, 289 alojamentos sem nenhuma destas instalações, o que representa 13.6% do total de alojamentos familiares ocupados na região Norte sem qualquer tipo de instalações.

Tabela 58 - Alojamentos familiares ocupados, como residencial habitual, segundo a inexistência de instalações

Territórios	Sem retrete/esgotos	Sem água canalizada	Sem instalação de banho/duche	Sem ar condicionado	Sem aquecimento	Sem instalações
Portugal	26 609	22 294	79 269	3 590 453	560 046	7 032
Norte	8 678	8 890	33 487	1 229 209	154 204	2 126
Amares	35	33	157	5 567	338	5
Barcelos	133	210	755	34 542	6 503	65
Braga	85	116	645	55 416	6 584	34
Esposende	29	28	140	10 724	1 566	6
Terras de Bouro	32	34	104	2 359	41	3
Vila Verde	189	183	521	14 214	1 171	40
Fafe	132	146	491	16 133	1 138	15
Guimarães	132	164	795	46 274	7 569	35
Póvoa de Lanhoso	64	94	238	6 861	321	10
Vieira do Minho	53	49	165	4 364	82	6
Vila Nova de Famalicão	118	195	768	39 096	5 657	46
Vizela	28	25	154	6 769	1 452	9
Cabeceiras de Basto	94	61	252	5 470	82	3
Celorico de Basto	101	120	360	6 573	218	12
Total do Distrito	1 225	1 458	5 545	254 362	32 722	289

Fonte: INE - X Recenseamento Geral da População

Mais especificamente, em 2011, registaram-se 1 225 alojamentos sem retrete/esgotos, 1 458 alojamentos em água canalizada, 5 545 alojamentos sem instalação de banho/duche, 254 362 alojamentos sem ar condicionado e 32 722 alojamentos sem aquecimento.

Os concelhos de Barcelos e de Vila Nova de Famalicão foram aqueles onde se registou o maior número de alojamentos familiares ocupados sem nenhuma destas instalações (65 alojamentos e 46 alojamentos, respetivamente).

Segundo o estudo do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) (2011), a quase totalidade dos espaços habitados pelos imigrantes inquiridos dos concelhos de Guimarães e Braga dispõe de casa de banho (98.3%), de abastecimento por água da rede pública (92.5%) e de água quente (95%). Note-se que a existência de aquecimento central ou de aquecedores móveis nos seus alojamentos foi referido por 70.8% dos inquiridos neste estudo. Um outro estudo realizado pelo INE - Inquérito às Despesas das Famílias (2010/2011) referia que, em 2010, 10.4% dos agregados privados possuíam ar condicionado, 99.7% possuíam fogão, 82.9% tinham micro-ondas, 99.5% tinham frigorífico/combinado, 54.2% arca congeladora, 80.9% tinham aspirador, 95.5% tinham máquina de lavar roupa e/ou secar roupa, 41.4% máquina de lavar loiça, 67.7% tinham telefone, 99.3% tinham televisão por cabo ou satélite, 43.3% tinham leitor de CD, 64.3% tinham rádio, 55.5% tinham leitor de DVD, 16.9% tinham câmara de vídeo, 49.1% tinham material fotográfico e 57.2% tinham computador.

9.4. Lotação dos alojamentos familiares

A grande parte dos alojamentos familiares clássicos (70.8%) do distrito tinha 5 ou mais divisões (38.7% de alojamentos com 5 divisões e 32.1% de

alojamentos com 6 ou mais divisões), à semelhança do registado ao nível da região Norte.

Entre 2001 e 2011, diminuiu o número médio de residentes por alojamento (3.3 indivíduos por alojamento em 2001 e 3.0 indivíduos por alojamento em 2011). Mesmo assim, estas médias eram superiores às do território nacional (2.9 indivíduos em 2001 e 2.6 indivíduos em 2011) e da região Norte (3.1 indivíduos em 2001 e 2.8 indivíduos em 2011). A nível interconcelhio, o concelho de Barcelos identificou o maior número de residentes por alojamento (3.2 indivíduos), em 2011.

Atendendo ao tipo de alojamentos existentes na região referente ao distrito de Braga, em 2011, 228 indivíduos viviam em barracas, 339 indivíduos em outros alojamentos familiares não clássicos, 363 indivíduos em hotéis e 7 024 indivíduos em alojamentos de convivência. Observando-se que, a grande maioria dos residentes no distrito de Braga viviam em alojamentos familiares clássicos de residência habitual (Tabela 59).

Tabela 59 – Residentes nos alojamentos por tipo segundo os Censos

Territórios	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual	Alojamentos familiares não clássicos - Barracas	Alojamentos familiares não clássicos - Outros	Alojamentos coletivos - Hotéis	Alojamentos coletivos - Convivências
Portugal	10 413 100	6 690	10 758	8 033	122 179
Norte	3 651 862	1 105	2 130	2 534	31 833
Amares	18 826	0	2	0	61
Barcelos	119 209	65	85	9	1 022
Braga	178 881	28	53	66	2 453
Esposende	34 042	3	45	5	159
Terras de Bouro	7 079	0	0	72	102
Vila Verde	47 365	123	17	4	379
Fafe	50 176	3	4	12	438
Guimarães	156 986	2	19	69	1 048
Póvoa de Lanhoso	21 675	0	0	2	209
Vieira do Minho	12 798	0	6	9	184
Vila Nova de Famalicão	133 121	4	74	107	523
Vizela	23 603	0	28	4	101
S Cabeceiras de Basto	16 575	0	3	4	128
Celorico de Basto	19 878	0	3	0	217
Total do Distrito	840 214	228	339	363	7 024

Fonte: INE – X Recenseamento Geral da População

Através da análise da tabela seguinte (Tabela 60), foi possível analisar a lotação dos alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, concluindo-se que do total de alojamentos familiares ocupados como residência habitual (284 065 alojamentos), 184 583 alojamentos (65.0%) encontravam-se sob lotados, 67 606 alojamentos (23.8%) tinham uma ocupação normal e 31 876 alojamentos (11.2%) estavam sobrelotados.

Tabela 60 – Lotação dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual

Territórios	Índice de lotação							
	Total	Alojamentos sublotados			Normal	Alojamentos sobrelotados		
		Nº de divisões excedentes				Nº de divisões em falta		
		3 divisões ou +	2 divisões	1 divisão		1 divisão	2 divisões	3 divisões ou +
Portugal	3 991 112	628 951	774 244	1 187 468	949 720	349 713	78 568	22 448
Norte	1 319 665	224 189	251 437	369 943	319 819	122 048	26 144	6 085
Amares	6 141	1 386	1 326	1 630	1 222	434	117	26
Barcelos	37 677	7 111	7 133	9 889	8 741	3 716	875	212
Braga	63 202	10 277	13 029	18 729	14 819	5 141	998	209
Esposende	10 961	2 823	2 319	2 669	2 110	791	189	60
Terras de Bouro	2 469	584	534	601	479	205	49	17
Vila Verde	15 428	3 327	3 208	4 061	3 178	1 228	326	100
Fafe	17 650	2 495	3 787	5 414	4 195	1 423	261	75
Guimarães	53 669	7 000	9 572	15 921	14 415	5 530	1 054	177
Póvoa de Lanhoso	7 325	1 417	1 710	1 931	1 565	563	114	25
Vieira do Minho	4 450	947	974	1 173	860	360	107	29
Vila Nova de Famalicão	44 881	7 092	8 724	12 869	11 216	4 040	766	174
Vizela	7 820	891	1 250	2 239	2 285	934	183	38
Cabeceiras de Basto	5 617	1 203	1 122	1 442	1 172	513	122	43
Celorico de Basto	6 775	1 578	1 518	1 678	1 349	491	122	39
Total do Distrito	284 065	48 131	56 206	80 246	67 606	25 369	5 283	1 224

Fonte: INE – XV Recenseamento Geral da População

Atendendo aos alojamentos sublotados, 43.5% tinham uma divisão excedente, 30.5% tinham duas divisões excedentes e 26% tinham 3 ou mais divisões excedentes. Quanto aos alojamentos sobrelotados, a grande maioria (79.6%) tinham em falta um divisão, 16.6% tinham em falta duas divisões e 3.8% tinham em falta três ou mais divisões. A este respeito, importa referir que os concelhos de Barcelos, Braga e Vila Nova de Famalicão apresentaram o maior número de alojamentos com 3 ou mais divisões em falta (212 alojamentos, 209 alojamentos e 177 alojamentos, respetivamente).

De acordo com o estudo do ACIDI (2011), uma percentagem significativa dos imigrantes inquiridos nos concelhos de Guimarães e Braga (36.6%) coabita com pessoas não pertencentes ao seu agregado familiar e 80.6% destas tinham a residir consigo entre uma a três pessoas.

9.5. Habitação social

De acordo com o Inquérito à Caracterização da Habitação Social do INE (2013b), em 2012, existiam, no distrito de Braga, 633 edifícios de habitação social, dos quais 52 edifícios foram objeto de obras de conservação no último ano. Note-se que nos concelhos de Amares e Celorico de Basto não existiam edifícios de habitação social e nos concelhos de Braga e Vila Nova de Famalicão os dados estatísticos apontavam estes concelhos como aqueles com maior número de edifícios de habitação social (221 edifícios e 151 edifícios, respetivamente). Mais especificamente, os edifícios de habitação social do distrito de Braga correspondem a 3 185 fogos habitacionais, dos quais 3 036 fogos se encontravam arrendados. O concelho de Guimarães foi aquele que registou o maior número de fogos habitacionais (1 544 fogos, 48.5%).

Em 2012, foram efetuados 72 novos contratos de arrendamento, maioritariamente no concelho de Guimarães (36 novos contratos) e no concelho de Braga (23 novos contratos), sendo o valor médio das rendas dos contratos de arrendamento de 42€ mensais. Este valor de arrendamento foi inferior ao distrital, nacional e da região Norte (60€ mensais).

A Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães (CASFIG – Entidade Empresarial Municipal) (2012) geriu, em 2012, no concelho de Guimarães, um parque habitacional composto por 501 prédios (habitações e outros espaços), dos quais 324 prédios correspondiam a empreendimentos de habitação social, 90 prédios referentes a bairros antigos e 80 habitações dispersas. Esta entidade registou, ao longo de 2012, um elevado número de pedidos de habitação social (tal como no ano transato), ou seja, 384 novos pedidos de apoio na área de habitação. Este valor somado aos pedidos já existentes perfaz um total de 3 310 pedidos existentes (236

pedidos em 2010, 307 pedidos em 2011 e 384 pedidos em 2012). Apesar disso, registaram-se 19 casos de rescisão dos contratos de arrendamento por emigração (5 casos, 26%), por integração em lar de idosos (3 casos, 16%), por abandono sem justificação (1 caso, 5%) e por arrendamento no mercado particular (10 casos, 53%).

Em 2012, foram realojadas 28 famílias nas 21 habitações que ficaram vagas nesse ano. Assim, 17 famílias foram realojadas em alojamentos convencionais e 11 famílias unipessoais foram realojadas nas 4 residências partilhadas, perfazendo um total de 69 pessoas realojadas. Para além disso, 254 famílias vimaranenses usufruíram do Subsídio Municipal de Arrendamento (SMA), em 2012, o que corresponde a menos 52 famílias do que em 2013. No entanto, os valores dos SMA sofreram uma diminuição substancial, entre 2011 e 2012, ou seja, se, em 2010, o SMA era de 249.28€ e em 2011 passou a ser de 280.67€, já, em 2012 o valor do SMA era de 139.29€. Por último, através da medida do mercado social de arrendamento, apesar de terem sido realizadas 9 candidaturas e da disponibilidade habitacional ser de 8 fogos habitacionais, apenas foram aprovadas duas candidaturas. De referir que o maior constrangimento desta medida se refere à obrigatoriedade de apresentação de fiador.

Segundo a Bragahabit[78] (2013), em 2013, entraram 470 pedidos de atribuição de apoio habitacional, atribuindo-se a 295 destes pedidos apoio habitacional com indicação da respetiva modalidade, 17 destes pedidos foram indeferidos por se verificar o incumprimento das condições regulamentares para acesso a apoio, a desistências de pedido, 52 destes pedidos ficaram em análise por mudança de residência, por rejeição do enquadramento proposto, por necessidade de aprofundar o conhecimento da situação ou por não comparência

[78] Empresa que gere a habitação social no concelho de Braga

às convocatórias), 5 destes pedidos foram orientados para outras respostas (Porta 65 ou Associação Humanitária Habit), 3 destes pedidos foram indeferidos por baixo valor de renda e 62 destes pedidos encontravam-se em lista de espera e respetiva modalidade.

A Bragahabit, através da medida "Regime de Apoio Direto ao Arrendamento", analisou 219 pedidos de renovação ou de prorrogação de apoio, tendo renovado o apoio a 159 destes pedidos. Para além disso, integraram 21 novas famílias em fogos vagos e 2 novos utentes em residências partilhadas.

9.6. A destacar a nível distrital

- Diminuiu o número de edifícios concluídos e, por sua vez, licenciados, sendo a sua maioria relativa a edifícios para habitação.
- Diminuíram os valores médios dos prédios transacionados.
- O número alojamentos por km^2 no distrito de Braga era superior ao nacional e da região Norte.
- Aumentou o número de alojamentos coletivos, especialmente hotéis.
- Os valores médios de avaliação bancária dos alojamentos por m^2 eram inferiores aos valores nacionais e da região Norte.
- Em 2012, hipotecaram-se 1 968 prédios no distrito de Braga, sendo a sua maioria relativa a prédios urbanos (1 818 prédios).
- Aumentou cerca de 15% os alojamentos familiares clássicos, entre 2001 e 2011.
- Aumentou o número de alojamentos familiares clássicos ocupados, sendo maioritariamente ocupados pelos seus proprietários.
- Aumentou o número de alojamentos cujos proprietários possuíam encargos de compra.
- A maioria dos alojamentos encontravam-se arrendados por menos de 300€ mensais (84.2%), o que reflete um valor médio de arrendamento inferior ao nacional e da região Norte.

- Diminuiu o número médio de residentes por alojamento, embora este número seja superior ao nacional e da região Norte.
- Existência de alojamentos desprovidos das principais condições de habitabilidade, por exemplo, ausência de eletricidade, água canalizada ou saneamentos.
- 13.6% do total de alojamentos familiares ocupados na região Norte sem instalações pertenciam ao distrito de Braga.
- 65% dos alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual encontram-se sublotados, 23.8% tinham uma ocupação normal e 11.2% encontravam-se sobrelotados.
- A maior parte dos alojamentos sublotados excedia uma divisão (43.5%), na maioria dos alojamentos sobrelotados falta uma divisão (79.6%).
- 95.3% dos fogos habitacionais da habitação social disponível no distrito encontravam-se arrendados.
- O valor médio do arrendamento das habitações sociais nos concelhos de Braga e Guimarães era inferior ao valor a nível distrital, na região Norte e a nível nacional.

10. Condições de segurança e ambientais

10.1. Criminalidade

O número de crimes registados pelas polícias, no distrito de Braga, diminuiu entre 2011 e 2012 (25 375 crimes e 23 806 crimes, respetivamente). À exceção dos crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos (1 412 crimes em 2011 e 1 433 crimes em 2012), diminuiu o número de crimes das restantes categorias: 1 918 crimes de furto em veículo motorizado (2 432 crimes, em 2011), 1 848 crimes de furto em residência (2 368 crimes, em 2011) e 1 067 crimes de furto em edifício comercial ou industrial (1 304 crimes, em 2011), em 2012. Estes dados indicam a existência de 31.2 crimes por mil habitantes (32.3%, em 2011), no distrito de Braga. O concelho de Vieira do Minho foi o concelho com o maior número de crimes por mil habitantes (43.2‰), seguindo-se o concelho de Esposende (42.8‰). Por seu turno, no concelho de Celorico de Basto registou-se o menor número de crimes da região (10.6 crimes por mil habitantes), seguindo-se o concelho de Barcelos (20.6‰). Mais especificamente, os crimes, no distrito de Braga, foram na sua maioria contra o património (53.9%, 12 824 crimes), seguindo-se os crimes contra pessoas (24.1%, 5 732 crimes), os crimes contra a vida em sociedade (13.4%, 3 190 crimes), os crimes de legislação avulsa (7.2%, 1 725 crimes) e, por último, os crimes contra a Estado (1.4%, 335 crimes).

Os crimes registados na Guarda Nacional Republicana (GNR) diminuíram entre 2011 e 2012, de 16 580 crimes para 15 720 crimes (3 804 crimes contra as pessoas, 7 818 crimes contra o património, 2 413 crimes contra a vida em sociedade, 263 crimes contra o estado, 1 422 crimes de legislação avulsa). Do mesmo modo, diminuíram os crimes registados na Polícia Judiciária

(PJ) passando de 1 065 crimes para 879 crimes e aqueles registados pela Polícia de Segurança Pública (PSP) de 7 721 crimes para 7 201 crimes.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna do Sistema de Segurança Interna (SSI) (2013), em 2013, "no conjunto, os distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Aveiro apresentaram cerca de 69% da criminalidade participada" (p. 35). No distrito de Braga, em 2013, participaram-se 23 743 crimes, representando uma diminuição de 1.4% face ao ano de 2012 (menos 330 crimes em 2013 do que em 2012), essencialmente, devido ao decréscimo dos roubos em residências. Apesar disso, as participações de crimes de violência doméstica têm aumentado, registando-se, em 2013, 1 877 participações por este tipo de crimes, mais 9.5% do que em 2012. Note-se que o distrito de Braga é o 4º distrito do país com maior número de participações por crimes de violência doméstica.

A taxa de incidência por 1 000 habitantes no distrito de Braga (2.63) foi superior à mesma taxa a nível nacional (2.59), ou seja, registaram-se cerca de 3 participações por cada mil habitantes.

Face ao exposto anteriormente, a taxa de criminalidade no distrito de Braga foi, em 2012, inferior à nacional (28.1% e 38.6%, respetivamente). No entanto, importa analisar as diferentes sub-regiões do distrito relativamente à prática de determinados crimes, nomeadamente, os crimes contra a integridade física e a taxa de condução com alcoolemia superior a 1.2g/L (Tabela 62).

A taxa de criminalidade em todas as zonas geográficas em análise foi inferior à do território Norte do país. No entanto, os concelhos pertencentes ao ACES Gerês/Cabreira e o concelho de Braga apresentaram uma taxa de criminalidade (36.9‰ e 33.9‰, respetivamente) superior à do território nacional (32.4‰).

Tabela 61 – Taxa de criminalidade, taxa de crimes contra a integridade física e taxa de condução com alcoolemia superior a 1.2 g/L

Territórios	Taxa de Criminalidade ‰	Taxa de crimes contra a integridade física ‰	Taxa de condução com alcoolemia superior a 1.2 g/L ‰
Continente	32.4	5.2	2.1
Norte	37.3	5.2	1.9
ACES Gerês/Cabreira	36.9	5.6	2.6
ACES Baixo Tâmega	25.8	4.9	1.3
ACES Barcelos/Esposende	25.6	3.7	1.2
ACES Braga	33.9	4.7	0.8
ACES Famalicão	24.8	4.2	1.1
ACES Alto Ave	24.3	4.0	1.4

Fonte: ARS NORTE (2014)

Os crimes contra as pessoas foram os crimes mais comuns no distrito de Braga, tal como analisado anteriormente. Para tal contribui a taxa de crimes contra a integridade física da região do ACES Gerês/Cabreira, pois nesta zona, a taxa deste tipo de crimes ser superior à taxa nacional, da região Norte e dos restantes ACES em análise. Para além disso, esta região (ACES Gerês/Cabreira) também apresenta a maior taxa de condução com alcoolemia superior a 1.2g/L em comparação às restantes regiões em análise.

Note-se que a taxa de crimes contra a integridade física e de condução com alcoolemia superior a 1.2g/L das restantes regiões em análise (à exceção dos concelhos relativos ao ACES Gerês/Cabreira) inferiores às do continente e da região Norte.

Importa aqui referir que os crimes registados pela ASAE têm vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, tendo-se identificado, em 2012, 1 951 crimes desta natureza.

Segundo a Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), em 2012, na GNR, deram entrada 43 424 processos, concluíram-se 44 068 processos e ficaram pendentes 2 161 processos, o que representa valores inferiores aos do ano anterior[79]. No que concerne aos processos na PJ, deram entrada 1 407 processos, tendo sido concluídos 1 617 processos e ficaram pendentes 733 processos, indicando a entrada de um maior número de processos, a conclusão de um menor número de processos e um aumento do número de processos pendentes. Assim, no que concerne aos processos da GNR, em 2012, o saldo processual era negativo (-644 processos), o que indica que entraram mais processos do que aqueles que foram findos. Neste sentido, verificou-se uma descida acentuada do saldo processual em comparação a 2011, tendo sido o saldo processual da GNR de -24 897 processos, em 2011. Note-se que, em 2012, o concelho de Guimarães possuía um saldo processual positivo de 235 processos.

A taxa de congestão, em 2012, na GNR, no distrito de Braga, foi superior à do território nacional (2.9) e da região Norte (2.5). Assim, no distrito de Braga existiam 4.5 processos pendentes por cada processo findo. Apesar disso, a taxa de congestão na PJ era mais preocupante, porque, a nível distrital, por cada processo findo, 59.8 processos encontravam-se pendentes, em 2012. Para além disso, a taxa de congestão distrital da PJ aumentou no último ano (50.3 processos em 2011). Por sua vez, a nível nacional e na região Norte, a taxa de congestão da PJ diminuiu ligeiramente, o que reflete a existência de 60.3 processos pendentes por cada processo findo a nível nacional (64.5 processos em 2011) e 64.8 processos pendentes por cada processo findo na região Norte

[79] Os dados estatísticos sobre os processos na GNR apenas estão disponíveis nos concelhos de Barcelos, Braga, Guimarães e Póvoa de Lanhoso.

(65.9 processos em 2011). O concelho da Póvoa de Lanhoso registou a taxa de congestão na PJ mais elevada do distrito (90.3 processos pendentes por cada processo findo) e o concelho de Amares, a taxa de congestão mais baixa (31.4 processos pendentes por cada processo findo).

A taxa de resolução processual dá conta da relação entre os processos entrados e os processos findos no mesmo ano. Assim, num sistema processual sem congestão os valores apresentados deveriam rondar os 100%. Os dados estatísticos dos processos da GNR indicaram que, em 2012, a taxa de resolução foi, a nível distrital de 101.4%, a nível nacional de 99.6% e na região Norte de 100.4%, o que traduz uma diminuição da taxa de resolução em comparação a 2011 (no distrito de Braga: 150.6%, no território nacional: 113.9%, na região Norte: 124.5%). Por sua vez, aumentou a taxa de resolução dos processos da PJ, em 2012 face a 2011. Por isso, a taxa de resolução foi, a nível distrital de 114.8%, a nível nacional de 101.8% e na região Norte de 114.8%. O concelho de Cabeceiras de Basto foi aquele que apresentou, em 2012, a taxa de resolução mais elevada do distrito (153.8%) e o concelho de Terras de Bouro apresentou a taxa mais baixa (81.3%).

No que concerne à taxa de eficácia da GNR, em 2012, essa taxa desceu ligeiramente em comparação a 2011, quer a nível distrital e nacional como na região Norte. Assim, a capacidade total da GNR processar toda a procura, a nível distrital foi de 95.2%, a nível nacional de 96.8% e na região Norte de 97.9%. A mesma taxa na PJ registou valores inferiores, refletindo uma menor capacidade de resposta aos processos entrados e pendentes. Por isso, esta taxa foi, a nível distrital de 68.3%, a nível nacional foi de 63.1% e na região Norte de 65.9%. De referir um aumento da capacidade de resposta em relação a 2011, ou seja, a taxa de eficácia da PJ aumentou em 2012 em comparação a 2011. Tal como para a taxa de congestão, o concelho da Póvoa de Lanhoso

foi o concelho do distrito de Braga que registou a taxa de eficácia mais baixa (55.4%).

Entre 2011 e 2012 diminuíram os arguidos em processo-crime de 120 605 para 119 970 arguidos e aumentou o número de condenados em processo-crime de 77 485 para 78 214 condenados. De referir que os arguidos eram maioritariamente do sexo masculino (100 651 indivíduos).

Entre 2011 e 2012, aumentou a percentagem de condenados face ao número de arguidos, ou seja, em 2011, foram condenados 64.2% dos arguidos, em 2012, foram condenados 65.2% dos arguidos.

Em 2012, grande parte dos condenados tinham idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos (38 094 condenados), seguindo-se os condenados com idades inferiores a 30 anos (26 699 condenados) e, por último, aqueles com 50 ou mais anos (13 373 condenados). Note-se que não se encontram disponíveis as idades de 48 condenados. Tal como os arguidos, a maioria dos condenados pertencia ao sexo masculino (68 957 condenados).

Segundo as informações estatísticas disponibilizadas pela INSA, I. P. (2013), em 2012, foram instaurados 8 573 processos de contraordenações por consumo de drogas, representando o valor mais elevado desde 2001 e um aumento de 24% em relação a 2011. Os distritos do Porto e de Lisboa, seguidos de Setúbal, Braga, Faro e Aveiro, registaram o maior número de processos. Note-se que, no distrito de Braga, 78% dos processos de contraordenação referiam-se a apenas cannabis, 11% a apenas heroína, 5% a apenas cocaína e 6% a polidrogas. De referir que cerca de 8% dos casos de reincidência encontravam-se referenciados no distrito de Braga.

O número de presumíveis infratores foi, em 2012, no distrito de Braga, de 239 indivíduos, dos quais 61% apenas com cannabis, 12% apenas com heroína, 2% apenas com cocaína e 25% com polidrogas. O distrito de Braga

foi dos distritos que registaram as percentagens mais elevadas de condenações (5%), ou seja, 98 indivíduos condenados.

10.3. Água, saneamento e resíduos urbanos

No distrito de Braga, 49.3% da população era servida por Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), em 2013 (65% da população da região Norte e 73% da população do Continente). Note-se que a população dos concelhos de Braga e Guimarães foi aquela com maior número de habitantes servidos por uma ETAR (88% e 78%, respetivamente) e os concelhos de Vila Verde e Celorico de Basto aqueles com menor percentagem de população servida por estações deste tipo (22% e 16%, respetivamente) (Tabela 63).

No que concerne aos sistemas de abastecimento de água, em 2013, 85.5% da população do distrito era servida por sistemas públicos de abastecimento de água (Continente: 95% e Norte: 92%). A população dos concelhos de Braga, Vila Verde e Vieira do Minho encontra-se totalmente servida por sistemas públicos de abastecimento de água e o concelho de Vizela foi aquele que apresentou a menor percentagem de população servida por estes sistemas (59%). A qualidade da água, do distrito de Braga, para consumo humano encontrava-se, em 2013, próxima dos 100% (água segura: 98.4%), assim como, as análises dos cumprimentos de qualidade (Tabela 63).

Tabela 62 – Percentagem de população servida por sistemas públicos de abastecimento de água, sistemas de drenagem de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais (ETAR)

Territórios	Sistemas públicos de abastecimento de água	Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais
Continente	95	83	73
Norte	92	75	65
Amares	80	43	38
Barcelos	75	47	42
Braga	100	99	88
Esposende	99	71	48
Terras de Bouro	95	66	61
Vila Verde	100	42	22
Fafe	90	53	71
Guimarães	95	86	78
Póvoa de Lanhoso	71	36	40
Vieira do Minho	100	47	30
Vila Nova de Famalicão	83	56	59
Vizela	59	54	63
Cabeceiras de Basto	75	34	34
Celorico de Basto	75	21	16
Total do Distrito	85.5	53.9	49.3

Fonte: ARS NORTE (2014)

Relativamente aos sistemas de drenagem de águas residuais, 53.9% da população do distrito era servida por estes sistemas, valor inferior ao do Continente (83%) e da região Norte (75%). Em termos concelhios, o concelho de Braga registou que quase a totalidade da sua população residente era servida por sistemas de drenagem de águas residuais (99%), seguindo-se o concelho de Guimarães (86%). Em contrário, os concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto foram aqueles com percentagem de população servida por este tipo de sistemas (34% e 21%, respetivamente).

Segundo as Estatísticas dos Resíduos Municipais do INE, em 2012, no distrito de Braga foram produzidas 320 982 toneladas de resíduos urbanos[80], o

[80] Resíduo proveniente das habitações privadas bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes das habitações (SIM – INE).

que corresponde a cerca de 21% do total de resíduos urbanos produzidos na região Norte. A maioria dos resíduos urbanos produzidos foi recolhida de forma indiferenciada (283 204 toneladas, 88.2%), enquanto os restantes resíduos urbanos foram recolhidos seletivamente[81] (37 779 toneladas). Para além disso, a maioria dos resíduos urbanos recolhidos destinou-se a aterros (230 514 toneladas, 71.8%), seguindo-se os resíduos destinados à valorização energética (56 031 toneladas, 17.5%) e os resíduos urbanos destinados à reciclagem (34 432 toneladas, 10.7%).

Os concelhos de Esposende, Guimarães e Vila Nova de Famalicão foram os únicos do distrito cuja parte dos resíduos urbanos foi destinada à valorização energética.

Relativamente à recolha dos resíduos urbanos, a nível distrital, em 2012, por cada habitante eram recolhidos 361.2kg de resíduos urbanos, valor superior ao de 2011 (337.8kg por habitante). O total de resíduos urbanos sólidos recolhidos por habitante no distrito de Braga foi inferior ao total de resíduos sólidos recolhidos por habitante no território nacional (453.3kg por habitante) e na região Norte (413.7kg por habitante). O concelho de Esposende foi aquele que registou a maior quantidade de resíduos urbanos recolhidos por habitante, em 2012 (584.9kg por habitante). Por sua vez, o concelho de Celorico de Basto foi aquele onde foi recolhida menor quantidade de resíduos urbanos (235kg por habitante).

No que concerne aos resíduos urbanos recolhidos seletivamente, em 2012, foi recolhida seletivamente uma menor quantidade de resíduos urbanos em comparação ao ano transato (41.7kg por habitante, em 2011 e 39.2kg por habitante, em 2012). Os valores registados no distrito de Braga foram inferiores

[81] Recolha especial de resíduos que são objeto de deposição separada por parte do detentor, com a finalidade de serem reciclados (Ex.: os vidrões e os denominados "ecopontos") (SIM – INE).

ao nacional e da região Norte (63.3kg por habitante e 56.1kg por habitante, respetivamente, em 2012).

Os concelhos de Esposende e Braga apresentaram uma maior quantidade de recolha seletiva de resíduos urbanos (62.5kg por habitante e 61.3kg por habitante, respetivamente) em comparação aos restantes concelhos. O concelho de Vieira do Minho foi o concelho onde se recolheu seletivamente menos resíduos urbanos por habitante (22.2kg por habitante).

10.4. Despesas públicas em ambiente

Segundo os dados estatísticos dos inquéritos aos municípios sobre proteção ambiente, as despesas ambientais do distrito de Braga, em 2013 foram de 21 310 milhares de euros, o que corresponde a 12.3% do total das despesas dos municípios na região Norte.

Entre 2012 e 2013, o valor das despesas aumentou, tanto a nível distrital e nacional como na região Norte. O concelho de Vila Nova de Famalicão foi aquele que registou o maior volume de despesa em ambiente, gastando 4 055 milhares de euros, maioritariamente em gestão de resíduos. O concelho de Braga não apresentou despesas em gestão de resíduos, assim as despesas ambientais do município de Braga deve-se, essencialmente, a despesas de proteção da biodiversidade e paisagem (1 953 milhares de euros).

Note-se que, no distrito de Braga, os municípios não registaram despesas em gestão de águas residuais, em proteção da qualidade do ar e clima, em proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais, em proteção contra o ruído e vibrações.

As despesas dos municípios em ambiente, em 2013, situaram-se nos 30.2€ *per capita*, valor superior ao de 2012 (28.7€ *per capita*). Estas despesas são referentes à gestão de resíduos (25.9€ *per capita*) e à proteção

da biodiversidade e paisagem (cerca de 4€ *per capita*). O concelho de Esposende apresentou o maior valor em despesas ambientais *per capita* (54.3€ *per capita*) e o de Braga aquele que menos gastou *per capita*, em 2013 (10.7€ *per capita*).

A nível nacional e na região Norte, as despesas dos municípios em ambiente *per capita* foram superiores, registando-se, a nível nacional, uma despesa de 56.6€ *per capita* (44.1€ *per capita* em gestão de resíduos e 11.2€ *per capita* em proteção da biodiversidade e paisagem) e, na região Norte, uma despesa de 47.3€ *per capita* (37.6€ *per capita* em gestão de resíduos e 8.8€ *per capita* em proteção da biodiversidade e paisagem).

10.5. A destacar a nível distrital

- 8% dos casos de reincidência em processos de contraordenação por consumo de drogas encontravam-se referenciados no distrito de Braga.
- Observou-se que o distrito de Braga foi aquele com as percentagens mais elevadas de condenações (5%).
- Entre 2011 e 2012 diminuiu o número total de crimes registados pelas polícias.
- Aumentaram os crimes de violência doméstica contra cônjuge ou análogos (+9.5% do que em 2011), sendo o distrito de Braga o 4º distrito do país com maior número de participações por crimes de violência doméstica.
- A maioria dos crimes registados pela GNR e pela PJ eram crimes contra o património, o que indica que Braga era o 4º distrito do país com maior número de participações por este tipo de crimes.
- A taxa de criminalidade distrital foi inferior à nacional e na região Norte.
- A região do ACES Gerês/Cabreira apresenta taxa de crimes contra a integridade física e de condução com alcoolemia superior a 1.2g/L superior à das restantes regiões analisadas (concelhos do distrito de Braga, região Norte e território nacional).

- 49.3% da população encontrava-se servida por estações de tratamento de águas residuais (Continente: 73% e Norte: 65%), em 2013.
- 85.5% da população disponha de sistemas públicos de abastecimento de água (Continente: 95% e Norte: 92%), em 2013.
- 53.9% da população estava servida por sistemas de águas residuais (Continente: 83% e Norte: 75%).
- 21% do total de resíduos urbanos recolhidos na região Norte eram provenientes do distrito de Braga, dos quais 88.2% desses resíduos recolhidos indiferenciadamente e 71.8% com destino a aterros.
- Aumentou o total de resíduos recolhidos por habitante (337.8kg por habitante em 2011 e 361.2kg por habitante em 2012) e diminuiu o total de resíduos por habitante recolhidos seletivamente (35.2kg por habitante em 2011 e 41.7kg por habitante em 2012).

11. Poder de compra e consumos das famílias

11.1. Poder de Compra das Famílias

Em 2011, o distrito de Braga apresentou um poder de compra *per capita* (IpC)[82] simultaneamente, aquém da média nacional e da média regional (norte). Embora, nesse mesmo ano, "22 municípios concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional", dos quais o município de Braga (capital de distrito) (INE, 2013, p. 5), que apresentou um IpC acima do poder de compra *per capita* médio nacional e regional.

À exceção do concelho de Braga (referido anteriormente), em todos os concelhos do distrito, o poder de compra *per capita* manifestado era inferior à média nacional e regional. A informação estatística acerca da percentagem do poder de compra[83] confirmou a leitura de que o poder de compra se encontrava associado à dimensão urbana dos municípios e, portanto, territorialmente muito concentrado. Revelando, desta forma, uma maior percentagem de poder de compra nos concelhos de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão (Tabela 63).

[82] O Indicador *per Capita* é um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes concelhos e regiões, com esse valor de referência nacional (SIM – INE).

[83] A Percentagem do Poder de Compra reflete o peso do poder de compra de cada concelho e região (que transparece do Indicador per Capita) no total do país, que assume o valor 100% (SIM – INE).

Tabela 63 – Poder de compra per capita e percentagem do poder de compra em 2011

Territórios	Poder de compra	Percentagem do poder de compra
Portugal	100.00	100.000
Norte	89.22	31.206
Amares	68.12	0.122
Barcelos	72.59	0.830
Braga	104.17	1.800
Esposende	81.51	0.266
Terras de Bouro	56.97	0.039
Vila Verde	64.25	0.293
Fafe	69.71	0.334
Guimarães	85.78	1.286
Póvoa de Lanhoso	68.37	0.142
Vieira do Minho	66.05	0.081
Vila Nova de Famalicão	83.92	1.068
Vizela	72.06	0.163
Cabeceiras de Basto	57.46	0.091
Celorico de Basto	49.83	0.095
Total do Distrito	83.42	7.476

Fonte: INE

Os concelhos mais rurais do distrito (Terras de Bouro, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto) apresentaram índices de poder de compra mais baixos.

11.2. Consumos domésticos

11.2.1. Consumo de Energia

Segundo os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) ao INE, os consumidores de energia foram, em 2012, no distrito de Braga, 425 000 indivíduos. Dos quais 355 617 correspondem a consumidores domésticos, 52 696 consumidores não domésticos, 8 710 consumidores referentes a indústrias e 7 977 consumidores do ramo da

agricultura. Apesar do total de consumidores de energia elétrica não ter sofrido grandes alterações, diminuíram os consumidores domésticos, de consumidores industriais e de consumidores agrícolas e aumentou o número de consumidores não domésticos (mais 4 258 consumidores não domésticos), em comparação a 2011. De referir que a nível nacional e na região Norte verificou-se o mesmo tipo de variação que aquelas registadas a nível do distrito de Braga.

Complementando os dados apresentados anteriormente, em 2012, o consumo de energia elétrica por consumidor foi, em média, 2308.5 quilowatt por hora (kWh), valor inferior ao de 2011 (2 447.7kWh). Note-se que o consumo médio de energia elétrica por consumidor doméstico, no distrito de Braga, foi inferior ao nacional (2 394.7kWh por consumidor doméstico) e na região Norte (2 647.6kWh por consumidor doméstico). Atendendo ao número de habitantes do distrito de Braga, o consumo de energia elétrica por habitante foi, em 2012, inferior ao de 2011 (3 089kWh por habitante em 2012 e 3 177kWh por habitante em 2011).

Dos países que compõem a União Europeia (UE28), Portugal foi, em 2013, o 4º país com os preços de eletricidade ao utilizador doméstico mais elevado (0.2530 PPS[84]), precedido pelo Chipre (0.3136 PPS), pela Alemanha (0.2785 PPS) e pela Roménia (0.2551 PPS). Por sua vez, os países com os preços mais baixos são o Luxemburgo (0.1357 PPS), a França (0.1395 PPS) e a Finlândia (.1274 PPS).

Note-se que, em Portugal, em 2013, o preço da eletricidade para utilizadores domésticos era 0.2081€ por kWh e para os utilizadores industriais era de 0.1416€ por kWh. A nível europeu, para os utilizadores domésticos era

[84] Purchasing Power Standard: Unidade 'monetária' artificial que elimina as diferenças ao nível do poder de compra, isto é, diferentes níveis de preços entre países. Assim, o mesmo agregado nominal em dois países com diferentes níveis de preços pode resultar em diferentes valores de poder de compra (SIM – Eurostat).

0.2002€ por kWh e para os utilizadores industriais era de 0.1488€ por kWh. Note-se que o preço da eletricidade tem aumentado substancialmente nos últimos anos, em todo o território nacional, sendo, em 2010, 0.1584€ por kWh e 0.0982€ por kWh para os utilizadores domésticos e para os utilizadores industriais, respetivamente.

11.2.2. Consumo de água

No distrito de Braga, em 2009, foi distribuída/consumida 45.6m^3 de água por habitante (38.1m^3 de água por habitante em 2008)[85] e a taxa de cobertura populacional de abastecimento era de 99%, segundo o Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR).

Segundo os dados disponibilizados pela Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga (2013), o ano de 2013 não contrariou a tendência de crescimento dos clientes da Empresa (aferido pelo número de contratos ativos). Nesse sentido, aumentaram os contratos ativos – mais 298 – o que representa um aumento na ordem dos 0.3%, pelo que, no final do ano de 2013, a Agere tinha cerca de 84 482 contratos ativos. Estes contratos ativos não correspondem necessariamente ao mesmo número de clientes, uma vez que cada cliente pode ter mais do que um contrato, ou seja, ter mais do que um local de consumo, por isso, estima-se um total de 179 mil consumidores.

Cada cliente, independentemente de ser ou não doméstico, gastou, em média, por mês, durante o ano de 2013, cerca de 8.91 m3/mês de água. Caso a análise fosse feita apenas para consumidores domésticos, o consumo

[85] Estes dados estatísticos excluem os concelhos de Barcelos, Guimarães e Vizela, para os quais não está disponível informação estatística.

médio reduziria, pois excluir-se-ia o consumo dos consumidores não domésticos e da autarquia, que indiretamente é consumido pela população.

O relatório de atividades da Agere (2013) mostrou-se que durante o ano de 2013, foram colocados em cada dia útil de funcionamento, uma média de 27 contadores de água, retirados por baixa 16 contadores, retirados por falta de pagamento 9 contadores, restabelecidos 4 contadores e substituídos 17 contadores num total de 73 ações diárias.

Importa referir que a evolução dos consumos dos últimos 3 anos denota que a procura de água tem vindo a diminuir, reflexo da recessão económica que Portugal atravessa, estando agora em cerca de 9 milhões m^3 por ano, representando uma diminuição de 0.3% face ao ano anterior.

11.2.3. Consumo de gás natural

O consumo de gás natural não foi registado nos concelhos de Amares, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. Assim, no distrito de Braga (nos concelhos servidos por gás natural) foram consumidos, em 2012, 289 660 metro cúbico normal (Nm^3) de gás natural. Estes dados indicam que, no distrito, cada habitante consumiu cerca de 313Nm^3 de gás natural.

No que concerne aos preços do gás natural para utilizadores domésticos, Portugal encontrava-se, em 2013, em 2º lugar a nível europeu (28.24 PPS por gigajoules (gj) no território nacional). Portugal era apenas precedido pela Bulgária cujo preço do gás natural era de 31.26 gj. O país no qual o preço do gás natural, a nível europeu, era mais barato era no Luxemburgo (14.14 PPS por gj).

Em Portugal, em 2013, o preço do gás natural para utilizadores domésticos era 23.23€ por gj (UE28: 18.28€ por gj) e para utilizadores industriais era

14.32€ por gj (UE28: 13.72€ por gj). Sendo assim, os preços do gás natural eram mais elevados em Portugal do que comparados com a média dos preços praticados na Europa.

11.3. Consumo de Combustíveis

Segundo os dados estatísticos do INE, entre 2011 e 2012, a nível distrital, diminuiu a venda de combustíveis para consumo, passando de 518 583 toneladas para 451 168 toneladas. Assim como, diminuiu a nível nacional (7 670 909 toneladas em 2011 e 6 851 019 toneladas em 2012) e na região Norte (2 263 041 toneladas em 2011 e 1 055 913 toneladas em 2012). Mais especificamente, a nível distrital, diminuiu o consumo de gás butano (12 393 toneladas em 2011 e 11 536 toneladas em 2012), de gás propano (27 985 toneladas em 2011 e 25 621 toneladas em 2012), de gasolina sem chumbo 95 (73 344 toneladas em 2011 e 69 065 toneladas em 2012), de gasolina sem chumbo 98 (8 185 toneladas em 2011 e 6 975 toneladas em 2012), de gasóleo rodoviário (294 335 toneladas em 2011 e 278 960 toneladas em 2012), de gasóleo para aquecimento (17 105 toneladas em 2011 e 12 801 toneladas em 2012), de fuel (70 962 toneladas em 2011 e 31 965 toneladas em 2012) e de outros produtos de gasóleo (46 toneladas em 2011 e 37 toneladas em 2012). Por isso, apenas aumentaram as vendas de biodiesel (720 toneladas em 2011 e 989 toneladas em 2012), de gasóleo colorido (11 467 toneladas em 2011 e 11 915 toneladas em 2012) e de gás auto (GPL) (2 041 toneladas em 2011 e 2 304 toneladas em 2012). Apesar destes aumentos, os combustíveis mais vendidos no distrito de Braga eram o gasóleo rodoviário (61.7%) e a gasolina sem chumbo 95 (15.3%).

Os preços dos combustíveis, em Portugal, têm aumentado ao longo dos anos, apesar de se ter registado uma ligeira queda dos preços em 2009,

atingiu em 2012 os valores mais elevados (à exceção do gás butano e do gás propano, cujo valor mais alto foi em 2013). Isto quer dizer que entre 2012 e 2013 identificou-se uma ligeira diminuição dos preços médios de venda ao público dos combustíveis líquidos e gasosos.

11.4. Compra automóvel

Segundo a Associação Automóvel Europeia (ACEA), as vendas de veículos automóveis de passageiros na UE subiram 1.2% em novembro de 2013 quando comparado com o mesmo mês no ano anterior. No acumulado dos onze primeiros meses do ano, as vendas dos países da UE recuaram 2.7% em termos homólogos. Relativamente a Portugal, o mercado automóvel recuperou em novembro, em termos homólogos, com as vendas a crescerem 23.1% (a terceira maior subida entre todos os países da UE e da zona Euro). No acumulado dos onze meses, as vendas em Portugal subiram 9.3%, em termos homólogos, o terceiro melhor desempenho da UE e o segundo melhor desempenho na zona Euro.

Segundo o INE (2013a), em 2012, por mil habitantes foram vendidos e registados 5.49 veículos automóveis novos, no distrito de Braga. Os dados estatísticos, a nível nacional, indicaram a venda e o registo de 10.39 veículos automóveis novos por mil habitantes e a na região Norte 8.02 veículos automóveis novos por mil habitantes. Os concelhos de Braga e Guimarães foram aqueles onde foram vendidos e registados o maior número de veículos automóveis novos (8.76‰ e 7.91‰, respetivamente). Por sua vez, os concelhos de Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto foram os concelhos onde esse número foi mais baixo (3.11 e 3.39 veículos automóveis novos por mil habitantes).

Face ao exposto, acresce-se que, em 2012, foram registados 5 597 veículos automóveis no distrito de Braga, maioritariamente veículos ligeiros de

passageiros (4 285 veículos), seguindo-se os ligeiros de mercadorias (992 veículos), os tratores de espécie diversa (90 veículos), os pesados de mercadorias (60 veículos) e os pesados de passageiros (34 veículos).

11.5. Consumo de eventos culturais

11.5.1. Consumo de cinema

Entre 2012 e 2013 diminuiu o número de espetadores nos cinemas, passando de 784 395 espectadores para 752 613 espectadores. Apesar desta diminuição, no concelho de Braga aumentou o número de espetadores de 498 780 espectadores para 518 374 espectadores, situação que não ocorreu nos restantes concelhos onde existem salas de cinema.

Isto reflete uma diminuição no número de espectadores por mil habitantes, ou seja, se, em 2012, se registaram 826.1 espectadores por mil habitantes, já em 2013, o número de espectadores por mil habitantes foi de 771.8 espectadores. Por conseguinte diminuiu o número de sessões, passando de 34 605 sessões para 33 239 sessões. Face a isso, conclui-se que o número médio de espectadores por sessão também diminuiu passando de 22.1 espectadores por sessão para 18.7 espectadores por sessão.

A diminuição do número de espectadores ocorreu em todas as regiões, no entanto, no distrito de Braga essa diminuição foi menos acentuada (-5% de espectadores do que em 2012) do que na região Norte (-9% de espectadores do que em 2012) e no território nacional (-10% de espectadores do que em 2012). Apesar disso, o número de espectadores por mil habitantes continuou a ser superior, em 2013, no território nacional (1 199.8‰) e na região Norte (1 059.1‰) em comparação ao distrito de Braga.

11.5.2. Consumo de espetáculos ao vivo

Dos dados disponíveis ao nível dos concelhos do distrito de Braga, apenas se registaram espetáculos ao vivo nos concelhos de Braga, Fafe, Guimarães, Vieira do Minho e Vila Nova de Famalicão. O que corresponde à ocorrência de 74 931 bilhetes vendidos para espetáculos ao vivo no distrito de Braga no ano 2013. No concelho de Braga e de Guimarães registou-se uma queda no número de bilhetes vendidos, ou seja, foram vendidos menos 2 261 bilhetes e menos 9 001 bilhetes do que em 2012, respetivamente. No entanto, a nível nacional e na região Norte do país aumentaram os bilhetes vendidos para este tipo de espetáculos. Assim, na região Norte, em 2013, venderam-se mais 267 831 bilhetes do que em 2012 e a nível nacional mais 334 726 bilhetes vendidos do que em 2012.

O número de espectadores de espetáculos ao vivo corresponde a 391.2 espectadores por mil habitantes, registo bastante inferior ao nacional (849.3‰) e da região Norte (796.3‰). O concelho de Vila Nova de Famalicão registou 1 126.3 espectadores por mil habitantes, registando o valor mais elevado do distrito de Braga. Seguindo-se o concelho de Esposende (468‰), Guimarães (449.7‰), Fafe (316.8‰), Braga (314.4‰), Amares (171.7‰) e, por último, Vieira do Minho (63.2‰).

Para além disso, os dados estatísticos acerca dos espetáculos ao vivo indicaram que por cada sessão assistiram, em média, 451.5 espectadores. O concelho de Vila Nova de Famalicão foi aquele que registou o maior número de espectadores por sessão (1 620.9 espectadores), número largamente superior ao nacional (302.2 espectadores) e na região Norte (416.8 espectadores). Apesar disso, ao nível do concelho de Vila Nova de Famalicão

diminuiu o número de espectadores por sessão, cerca de menos 51.1% em comparação a 2012, segundo o INE.

11.6. Movimentações ATM

Segundo os dados disponibilizados pela Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (SIBS, S.A.), em 2013, existiam, no distrito de Braga, 818 caixas automáticas multibanco (ATM)[86], o que corresponde a 1 221 habitantes por cada ATM disponível. De referir que os concelhos de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão foram os concelhos com maior número de ATM (222 ATM, 165 ATM e 128 ATM, respetivamente) e o concelho de Celorico de Basto o que apresentou o menor número de ATM do distrito (2 474.4 habitantes por ATM).

Como se depreende da tabela 64, no distrito de Braga, foram realizadas 36 726 milhares de compras através de terminais de pagamento automático[87], o que corresponde a 1 563 958 milhares de euros em compras. Estes dados indicam que, no distrito de Braga, cada habitante efetuou cerca de 31 compras através desta modalidade de pagamento, o que corresponde a cerca de 42.5€ gastos por cada compra efetuada. A nível nacional, cada habitante efetuou cerca de 68 compras através das terminais de pagamento automático, gastando, em média, cerca de 40.6€ por cada compra.

O concelho que registou o maior número de compras por habitante foi o concelho de Braga (76.4 compras por habitante) e o concelho de Vieira do

[86] Designação genérica de um sistema interbancário que disponibiliza diversos serviços, tais como o levantamento de dinheiro e a realização de vários movimentos de conta, mediante a introdução de um cartão magnético em máquinas que dá aceso à conta do titular com código (SIM – INE).

[87] Terminal existente num estabelecimento comercial (ponto de venda) que permite a utilização de cartões bancários para efetuar pagamentos (SIM – INE).

Minho o que apresentou o maior valor médio por compras efetuadas (Tabela 64).

Tabela 64 – Compras, levantamentos e pagamentos por habitante e por valor processado, em 2013

Territórios	Compras efetuadas por habitante*	Valor médio das compras efetuadas*	Levantamentos por habitante	Valor médio dos levantamentos	Pagamentos por habitante	Valor médio dos pagamentos
Portugal	68.0	40.6	39.4	61.4	11.6	55.8
Norte	51.8	42.1	34.6	65.7	10.3	54.0
Amares	26.4	39.5	26.0	66.1	7.3	41.5
Barcelos	29.2	43.5	27.4	72.3	8.1	53.7
Braga	76.4	44.5	43.6	60.2	11.6	53.3
Esposende	42.9	38.2	30.9	71.2	9.3	51.0
Terras de Bouro	20.4	48.1	28.3	65.1	8.2	37.2
Vila Verde	21.5	41.4	25.5	65.5	7.5	42.0
Fafe	25.9	40.5	25.8	72.8	8.0	48.4
Guimarães	48.6	42.6	37.1	71.0	10.2	51.9
Póvoa de Lanhoso	34.7	41.9	27.3	76.3	8.1	45.7
Vieira do Minho	34.3	50.8	26.8	71.6	8.8	38.0
Vila Nova de Famalicão	39.1	38.8	34.6	70.0	10.0	49.1
Vizela	17.6	38.6	30.6	74.3	7.3	47.6
Cabeceiras de Basto	15.6	48.8	24.7	73.4	8.1	40.9
Celorico de Basto	9.3	37.2	13.6	78.9	5.0	46.7
Total do Distrito	441.9	42.5	402.2	70.6	117.5	46.2

* As compras efetuadas referem-se às compras realizadas através das terminais de pagamento automático. Os levantamentos e os pagamentos são referentes a operações realizadas nas ATM.
Fonte: PORDATA com base na SIBS, S.A.

No que concerne aos levantamentos efetuados em ATM, entre 2012 e 2013, aumentou o número de levantamentos, de 27 569 milhares de levantamentos para 28 264 milhares de levantamentos, correspondendo a um aumento de 31 919 milhares de euros (1 889 907 milhares de euros em 2012 e 1 921 817 milhares de euros em 2013). No mesmo sentido, aumentou o número de levantamentos por habitante em ATM (28.7 levantamentos por

habitante em 2013) e cada levantamento era, em média, de 70.6€. Estes dados, em comparação com os dados do território nacional e da região Norte, mostraram que, no distrito de Braga, se realizaram menos levantamentos do que no território nacional (39.4 levantamentos por habitante) e na região Norte (34.6 levantamentos por habitante), embora o valor médio dos levantamentos realizados tenha sido superior (61.4€ por levantamento a nível nacional e 65.7€ por levantamento na região Norte).

Em termos concelhios, no concelho de Braga realizou-se o maior número de levantamentos por habitante (43.6 levantamentos por habitante) e o concelho de Celorico de Basto aquele que apresentou o maior valor médio em levantamentos (78.9€ por levantamento).

Relativamente aos pagamentos efetuados nas ATM, registou-se uma diminuição no número de pagamentos efetuados entre 2012 e 2013, de 8 057 milhares para 7 981 milhares em pagamentos e um aumento dos valores processados em pagamentos de 382 435 milhares de euros para 402 291 milhares de euros, em pagamentos. Ou seja, apesar da diminuição no número de pagamentos, aumentaram os valores processados com esses pagamentos. Mais especificamente, cada habitante do distrito de Braga, realizou, em média, 8.4 pagamentos nas ATM, cujo valor médio corresponde a 43€ em 2012 e 46.2€ em 2013. A mesma tendência foi constatada a nível nacional e na região Norte do país, ou seja, uma diminuição no número de pagamentos nas ATM e no número de pagamentos por habitante e um aumento dos valores processados em pagamentos e dos valores médios desses pagamentos.

Os residentes no concelho de Braga foram aqueles que realizaram o maior número de pagamentos ATM (11.6 pagamentos por habitante) e os residentes no concelho de Barcelos aqueles com o valor médio por pagamento mais elevado.

11.7. Créditos concedidos e depósitos realizados

Segundo as estatísticas do INE, disponibilizadas pelo Banco de Portugal (BP), os créditos concedidos pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo a clientes e a não clientes diminuíram, no distrito de Braga, assim como, no território nacional e na região Norte. Note-se que não existe nenhum concelho do distrito de Braga em que não tenham diminuído os créditos concedidos. Desta forma, os créditos concedidos registaram um valor total de 9 934 585 milhares de euros, dos quais 9 757 382 milhares de euros correspondem a créditos concedidos a clientes e 177 202 milhares de euros concedidos a não clientes, em 2013.

A maioria dos créditos concedidos a clientes referem-se a créditos habitação (5 284 791 milhares de euros) e os restantes foram direcionados para outros fins (4 472 593 milhares de euros). Importa referir que a taxa de crédito habitação no distrito foi, em 2012, superior à nacional (36.4% e 53.0%, respetivamente).

Os depósitos dos clientes nos bancos, nas caixas económicas e caixa de crédito agrícola mútuo, no distrito de Braga, aumentaram significativamente entre 2012 e 2013 (10 125 105 milhares de euros para 10 334 633 milhares de euros). Do total do valor destes depósitos, 496 407 milhares de euros correspondem a depósitos realizados por emigrantes, assim a taxa de depósitos de emigrantes no distrito de Braga foi superior à mesma taxa a nível nacional (4.8% e 3.2%, respetivamente), em 2012.

11.8. Endividamento das Famílias e Insolvências de Pessoas Singulares

Vários relatórios internacionais, nomeadamente da UE e da OCDE, referem que Portugal apresenta um dos rácios de endividamento dos agregados familiares

mais elevados entre os países da UE, para além disso, referem que a taxa de poupança das famílias portuguesas se situa abaixo da média europeia.

Segundo os dados do Gabinete de Apoio ao Sobreendividado (GAS) da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), entre 2000 e 2013 aumentaram os processos de sobreendividamento a nível nacional, passando de 152 processos para 4 034 processos. De referir que este aumento foi contínuo entre 2000 e 2012, apesar da quebra identificada entre 2012 e 2013, de 5 407 para 4 034 processos. Estes processos referem-se à impossibilidade dos consumidores fazerem face ao conjunto das suas dívidas não profissionais, ou seja, dívidas referentes a "compromissos assumidos pelo consumidor, junto de instituições de crédito (Bancos, SFAC, Leasing) ou de outro credor (Empresas de fornecimento de eletricidade, gás, água...), para satisfazer as suas necessidades e as do seu agregado familiar, [ficando] excluídas as dívidas de natureza fiscal, bem como as dívidas que tenham originado processos judiciais" (GAS, 2014, p. 3).

As principais causas dos processos de sobreendividamento foram, em 2013, a situação de desemprego (35%, 40% em 2012), a deterioração das condições laborais (34%, 30% em 2012), o divórcio/separação (10%, 9% em 2012), a alteração do agregado familiar (8%, 7% em 2012), a penhora (6%, 5% em 2012), a situação de doença (5%, 7% em 2012) e, por último, o fiador (2%, em ambos os anos). Em cada um destes processos existiam, em média, 5 créditos, aparecendo em maior número os créditos pessoais (1.7 créditos, em média), seguindo-se a utilização dos cartões de crédito (1.4 créditos, em média), os créditos habitação (0.8 créditos, em média), os créditos automóveis (0.3 créditos, em média) e, por último, outros créditos (0.2 créditos, em média).

Face aos dados expostos anteriormente, as solicitações realizadas pelas famílias junto deste gabinete prendem-se, essencialmente, com a solicitação de

intervenção nos créditos pessoais (35%) e nos cartões de crédito (31%). E, por isso, a maioria das ajudas prestadas por este gabinete referiram-se a reestruturações de contratos (73%), em 2013.

Note-se que apesar da diminuição no número de pedidos entre 2012 e 2013, em 2013, a situação dos créditos aquando do pedido da intervenção encontravam-se, na sua maioria, em situação de incumprimento em, pelo menos, um dos créditos (66%, 34% em 2012). Para além disso, em 26% dos casos encontrava-se com atraso de uma prestação e em 23% dos casos com um atraso de mais de 6 prestações.

De referir que, entre 2010 e 2013 aumentaram substancialmente os pedidos de informação das famílias junto do GAS (11 960 pedidos em 2010 e 29 214 pedidos em 2013). No entanto, nem todos os contactos realizados pelas famílias correspondem a abertura de um processo de intervenção, principalmente "pelo facto dos contactos serem efetuados numa fase tardia, muitas vezes já confrontadas com a penhora dos seus bens ou sem qualquer capacidade financeira para reequilibrar o seu orçamento familiar" (GAS, 2014, p. 13).

A maioria dos consumidores que solicitaram apoio ao GAS, em 2013, pertencem ao distrito do Porto (27.8%) e de Lisboa (24.4%), e o distrito de Braga foi o nono distrito com maior número de solicitações de apoio (2.9%).

Segundo os dados fornecidos pelo GAS ao Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa (OLCPL), entre Janeiro de 2013 e Outubro de 2014, foram identificados 184 casos de sobreendividamento (117 casos em 2013 e 67 casos em 2014 (até ao mês de Outubro)), no distrito de Braga[88]. Do total de casos, 38.6% (71 indivíduos) referiam-se a indivíduos com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos, 22.3% (41 indivíduos) era referente

[88] Os dados estatísticos relativos ao sobreendividamento das famílias excluem o concelho da Póvoa de Lanhoso, para qual não foi fornecida informação.

a indivíduos com idades entre os 45 e os 54 anos, 21.7% (40 indivíduos) correspondia a indivíduos com menos de 35 anos e 17.4% (32 indivíduos) relativo a indivíduos com 55 ou mais anos (9 indivíduos com 65 ou mais anos – 4.9%).

A maioria dos indivíduos em situação de sobreendividamento possuía uma escolaridade até ao nível do ensino secundário (77.7%, 143 indivíduos). Ou seja, 28.3% (52 indivíduos) tinha o ensino secundário, 22.8% (42 indivíduos) tinha o 3º ciclo do ensino básico, 11.4% (21 indivíduos) possuíam um curso técnico-profissional, 7.6% (14 indivíduos) tinha o 1º ciclo do ensino básico. Enquanto, 13% (24 indivíduos) possuíam habilitações escolares de nível superior (11.4% - 21 indivíduos – com licenciatura; 1.1% - 2 indivíduos - com mestrado e 0.5% - 1 indivíduo – com doutoramento)[89].

Os indivíduos sobreendividados eram, maioritariamente, casados (52.2%, 96 indivíduos), seguindo-se os divorciados (18.5%, 34 indivíduos) e os solteiros (17.9%, 33 indivíduos). Os restantes viviam em união de facto (4.9%, 9 indivíduos), encontravam-se separados de facto (3.3%,6 indivíduos) e eram viúvos (2.7%, 5 indivíduos)[90].

Relativamente à situação profissional dos indivíduos referenciados pelos GAS, 34.2% (63 indivíduos) encontrava-se em situação de desemprego, 30.4% (56 indivíduos) era trabalhador por conta de outrem no setor privado, 12.5% (23 indivíduos) era trabalhador por conta de outrem no setor público, 7.6% (14 indivíduos) era trabalhador por conta própria e 7.6% (14 indivíduos) encontrava-se reformado[91]

[89] Note-se que não existem informações a este nível para 17 indivíduos (9.2%).

[90] Não se possui informações acerca das habilitações literárias de um indivíduo (0.5%).

[91] Não se possui informações acerca da situação na profissão de 14 indivíduos (7.6%).

Os dados fornecidos mostraram que a maioria (55.4%, 102 indivíduos) não tinha filhos a cargo, 26.6% (49 indivíduos) tinha um filho a cargo e 17.9% tinha dois ou três filhos (16.3% (30 indivíduos) tinha dois filhos a cargo; 1.6% (3 indivíduos) tinha três filhos a cargo).

No que concerne aos rendimentos, cerca de ¼ dos indivíduos sobreendividados tinham um rendimento mensal até 749€ (23 indivíduos – 12.5% – tinham menos de 500€ e 22 indivíduos – 12% – tinham rendimentos entre os 500€ e os 749€). Os indivíduos com rendimentos mensais entre 750€ e 999€ correspondem a 10.9% (20 indivíduos) dos sobreendividados e 10.3% (19 indivíduos) correspondem a indivíduos com rendimentos entre os 1 000€ e os 1 249€. Para além disso, cerca de 1/5 dos indivíduos sobreenvidados (21.2%) tinha rendimentos mensais superiores a 1 250€ (10 indivíduos – 5.4% com rendimentos entre os 1 250€ e os 1 499€; 9 indivíduos – 4.9% – com rendimentos entre os 1 500€ e os 1 750€ e 20 indivíduos – 10.7% – com rendimentos iguais ou superiores a 1 750€)[92] (Tabela 65).

Tabela 65 – Percentagem dos indivíduos sobreendividados em função dos seus rendimentos e despesas, a nível distrital

Escalões	Rendimentos %	Despesas %
Menos de 500€	12.5	19.6
500€ a 749€	12.0	15.2
750€ a 999€	10.9	14.1
1 000€ a 1 249€	10.3	5.4
1 250€ a 1 449€	5.4	4.9
1 500€ a 1 750€	4.9	1.6
1 750€ ou mais	10.9	3.3
Sem Informação	33.2	35.9
Total	100.0	100.0

Fonte: OLCPL com base em GAS – DECO

[92] Não se possui informação acerca dos rendimentos de 61 indivíduos (33.2%).

Relativamente às despesas dos indivíduos referenciados, 48.9% (90 indivíduos) apresentou despesas mensais até aos 999€ (36 indivíduos – 19.6% - com despesas até aos 500€, 28 indivíduos – 15.2% - com despesas entre os 500€ e os 749€ e 26 indivíduos – 14.1% - com despesas entre os 750€ e os 999€). Os indivíduos que apresentaram despesas superiores a 1 000€ (28 indivíduos, 15.2%) encontravam-se divididos da seguinte forma: 10 indivíduos – 5.4% - com despesas entre os 1 000€ e os 1 249€; 9 indivíduos – 4.9% - com despesas entre os1 250€ e s 1 499€; 3 indivíduos – 1.6% - com despesas entre os 1 500€ e os 1 749€ e 6 indivíduos – 3.3% - com despesas iguais ou superiores a 1 750€).

Face aos dados estatísticos expostos anteriormente, a taxa de esforço[93] não ultrapassa os 75% em 51 casos (31%): 15 casos (8.2%) com uma taxa de esforço até 35%; 17 casos (9.2%) com uma taxa entre os 36% e os 50% e 25 casos (13.6%) com uma taxa entre os 51% e os 75%. Os restantes indivíduos (49 casos, 26.6%) apresentaram taxas de esforço superior a 76%: 19 casos (10.3%) com uma taxa de esforço entre os 76% e os 100%; 12 casos (6.5%) referiam-se a uma taxa entre os 101% e os 150%; 6 casos (3.3%) relativos a uma taxa de esforço entre os 151% e os 200% e 12 casos (6.5%) com uma taxa igual ou superior a 200%[94].

No que concerne às causas de endividamento, 31.7% (61 casos) referia-se ao desemprego ou incapacidade de trabalho, 23.4% (45 casos) referente à redução dos rendimentos do trabalho, 11.5% (22 casos) correspondia a uma má gestão, 6.3% (12 casos) referente ao aumento do agregado familiar, 5.2% (10 casos) devido a situação de divórcio ou separação, 3.1% (6 casos)

[93] A taxa de esforço traduz o peso dos empréstimos nos rendimentos do agregado, ou seja, é a relação entre o montante das prestações de crédito e o rendimento disponível do agregado familiar.

[94] Não se possui informações acerca da taxa de esforço para 78 casos (42%).

relativo a ações de execução ou penhoras e 18.8% (36 casos) referente a outras causas.

Atendendo à estrutura das despesas dos indivíduos em situação de sobreendividamento, 45.8% das despesas correspondiam a despesas com a habitação, seguindo-se as despesas com os transportes (14.7%) e as despesas com comunicações (14.3%). As despesas de saúde (8.1%), as despesas com educação (7.7%) e as despesas com a alimentação (5.9%) representavam cerca de ¼ (21.7%) do total das despesas dos indivíduos sobreendividados. Para além disso, estes indivíduos apresentavam gastos com despesas pontuais (2.2%) e outras despesas várias (impostos, pensão de alimentos, ...) (1.5%)[95].

No distrito de Braga, o número de processos de falências e de insolvências decretadas das pessoas singulares aumentou consideravelmente ao longo dos últimos anos, passando de 78 processos em 2007 para 700 processos, em 2013. Note-se uma ligeira diminuição entre 2012 e 2013, de 705 processos para 700 processos, mesmo considerando a ausência de dados em 2013 para o concelho de Vieira do Minho e em 2012 para o concelho de Cabeceiras de Basto. Os concelhos mais urbanos foram aqueles com o maior número de processos findos: Braga (198 processos), Vila Nova de Famalicão (166 processos) e Guimarães (151 processos) (Tabela 66).

[95] Os dados estatísticos referentes à estrutura das despesas dos indivíduos sobreendividados não incluem os dados dos concelhos de Amares, Celorico de Basto, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Verde e Póvoa de Lanhoso.

Tabela 66 – Número de processos especiais de falência e de insolvência decretadas de pessoas singulares, findos nos tribunais de 1ª instância[96]

Comarcas / Ano	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Amares	10	16	3	7	..	..	..
Barcelos	64	83	63	32	29	11	12
Braga	198	183	113	63	43	29	13
Cabeceiras de Basto	8	..	5	..	..	..	..
Celorico de Basto	12	9	3	3	..	..	..
Esposende	19	24	20	10	9	6	..
Fafe	34	32	24	7	13	3	5
Guimarães	151	159	122	72	55	34	19
Póvoa de Lanhoso	14	22	17	7	10	4	..
Vieira do Minho	..	5	6	4	..	..	..
Vila Nova Famalicão	166	133	108	54	33	22	18
Vila Verde	22	37	18	11	12	5	4
Total	**700**	**705**	**502**	**271**	**207**	**118**	**78**

Legenda: ... – Resultado nulo/protegido pelo segredo estatístico

Fonte: DGPJ/MJ. Dados atualizados em: 31-10-2014.

11.9. Ajuda alimentar

Os dados disponibilizados pelas várias entidades de apoio social mostram, claramente, um aumento do número de famílias que recorrem a ajudas, devido, essencialmente, à situação de desemprego na qual se encontram.

Segundo os dados disponibilizados pelo Banco Alimentar de Braga (BAB), que abrange todos os concelhos do distrito de Braga, nos últimos anos, aumentaram as toneladas de produtos recebidos. Assim, se em 2008 o BAB tinha recebido 159 toneladas de produtos alimentares, em 2013 recebeu 779 toneladas (664 toneladas em 2012), o que por sua vez reflete um aumento do número de instituições apoiadas (100 instituições em 2012 e 152 instituições em 2013) e do número de pessoas assistidas (10 208 pessoas em 2012 e 13 784 pessoas em 2013).

[96] Não são contabilizados processos transitados, apensados, incorporados ou integrados, remetidos a outra entidade e os processos com termo "N.E." (DGPJ/MJ).

Os dados disponibilizados pela Cáritas Arquidiocesana de Braga (2013) revelaram um aumento dos pedidos de ajuda. Esta instituição, em 2013, realizou 2 348 atendimentos, dos quais 578 correspondem a contactos efetuados pela primeira vez. Estes dados correspondem a 6 156 pessoas abrangidas pelo serviço de atendimento social, das quais 1 554 pessoas foram pela primeira vez atendidas na instituição. De referir que comparativamente a 2012 "houve uma diminuição de 33.93% no que respeita aos apoios atribuídos em medicação e um acréscimo de 62.6% em termos de outros apoios prestados, como por exemplo, pagamento de contas de eletricidade, água e gás e/ou pagamento de rendas e outras despesas de extrema importância e necessidade para aqueles que nos procuram" (p. 10).

Relativamente aos outros apoios prestados por esta instituição destacou-se o serviço de refeitório social/cantina social, o serviço de roupeiro social, o serviço de balneário social e o serviço de equipamento médico-hospitalar. Assim, através do serviço de refeitório social/cantina social, em 2013, foram servidas 19 284 refeições permitindo a muitos agregados familiares usufruírem de alimentação diária. Note-se que as cantinas sociais constituem um programa de emergência alimentar, tendo como objetivo o fornecimento de refeições gratuitas ou a um custo muito reduzido, a indivíduos e famílias carenciadas que não têm capacidade económica para satisfazer as suas necessidades alimentares. Em dezembro de 2012, cada unidade ou polo de instituição poderia fornecer 100 refeições comparticipadas pelo governo (65 refeições no início do programa).

O serviço de roupeiro social contabilizou o apoio direto a 190 agregados familiares e no balneário social registaram-se 807 banhos, permitindo a 48 utentes da instituição usufruírem de cuidados de higiene que de outro modo não seriam possíveis. Por último, em 2013, encontravam-se em regime de empréstimo 36 camas articuladas, 43 cadeiras de rodas e 6 pares de canadianas.

11.10. A destacar a nível distrital

- O poder de compra *per capita* no distrito de Braga foi inferior ao nacional e da região Norte.
- Diminuiu o consumo de energia elétrica por consumidor.
- Aumentou o número de contratos de água ativos, na ordem dos 0.3%, no concelho de Braga. Embora, a Agere retire, em média, 9 contadores por dia devido à falta de pagamento.
- Diminuiu a venda de combustíveis automóvel para consumo, em geral.
- 61.7% dos combustíveis vendidos referia-se a gasóleo rodoviário e 15.3% a gasolina sem chumbo 95.
- Por cada 1 000 habitantes foram vendidos e registados 5.49 veículos automóveis novos, em 2012 (11.91 veículos automóveis novos em 2011), sendo a maioria referentes a ligeiros de passageiros.
- Diminuiu o número de espectadores nos cinemas e, consequentemente, diminuiu o número de sessões e o número de espectadores por sessão.
- A diminuição do número de espectadores nos cinemas foi menos acentuada no distrito de Braga do que na região Norte e no território nacional.
- Diminuiu o número de bilhetes vendidos para espetáculos ao vivo.
- O número de espectadores de espetáculos ao vivo por mil habitantes no distrito de Braga foi inferior ao nacional e da região Norte.
- Em 2013, cada habitante do distrito efetuou, em média, 31.6 compras através de terminais de pagamento automático e gastou cerca de 42.5€ em cada uma dessas compras; efetuaram-se 28.7 levantamento por habitante e o valor médio de cada levantamento de 70.6€ e cada habitante realizou, em média, 8.4 pagamentos nas ATM com o valor médio de 46.2€.
- Diminuiu o número de créditos concedidos a clientes e a não clientes e a maioria dos créditos concedidos a clientes referiam-se a créditos habitação.

- Aumentaram os depósitos dos clientes nos bancos, nas caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.
- Registaram-se 184 casos de sobreendividamento entre janeiro de 2013 e outubro de 2014.
- A maior parte dos sobreendividados (38.6%) tinha idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos, era casado (52.2%), tinha o ensino secundário (28.3%) e encontrava-se em situação de desemprego (34.2%).
- Cerca de ¼ dos indivíduos em situação de sobreendividamento tinham um rendimento mensal até 749€ e 48.9% apresentavam despesas mensais até aos 999€.
- Cerca de ¼ dos indivíduos sobreendividados apresentavam uma taxa de esforço superior a 75%.
- As principais causas de endividamento referiam-se ao desemprego ou incapacidade de trabalho (31.7%) e à redução dos rendimentos do trabalho (23.4%).
- A maioria das despesas dos indivíduos em situação de sobreendividamento referia-se a despesas com a habitação (45.8%).
- Aumentou exponencialmente o número de processos de falências e insolvências decretadas de pessoas singulares, de 78 processos findos (2007) para 700 processos findos (2013).
- Aumentou o número de toneladas de produtos recebidos pelo BAB e, consequente, o número de famílias e instituições apoiadas.
- Aumentou o número de atendimentos e pessoas assistidas pela primeira vez pela Cáritas Arquidiocesana de Braga.
- Registou-se um acréscimo de 62.6% em termos de apoios no pagamento de contas de eletricidade, água e gás e/ou pagamento de rendas e outras despesas de extrema importância.

PARTE II - CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS E DOS INDIVÍDUOS: INDICADORES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

1. Portugal no contexto da União Europeia

1.1. Indicador de pobreza de acordo com Europa 2020: Risco de Pobreza ou Exclusão

A Estratégia Europa 2020, estabelecida pelo Conselho Europeu no ano de 2010, definiu como uma das suas principais metas promover a inclusão social através da redução da pobreza, diminuindo em 20 milhões o número de pessoas em risco de pobreza e/ou de exclusão, até 2020. A meta nacional fixou-se em reduzir em pelo menos 200 mil o número de pobres. O alcance deste objetivo é medido através do indicador compósito *risco de pobreza e exclusão social*, que tem por referência três indicadores: a taxa de risco de pobreza[97], a intensidade laboral *per capita* muito reduzida[98] e a taxa de privação material severa[99].

[97] Proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha ou limiar de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente (INE, 2015).

[98] Consideram-se em intensidade laboral *per capita* muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho disponível (INE, 2015).

[99] Corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das nove dificuldades descritas em *Taxa de Privação Material* (INE, 2015).

Tabela 67 – População em risco de pobreza e exclusão social em função do grupo etário[100]

Anos	Grupo etário							
	Total		0 - 17		18 - 64		65+	
	UE28	PT	UE28	PT	UE28	PT	UE28	PT
2010	23.7	25.3	27.4	28.7	23.6	24.1	19.9	26.1
2011	24.3	24.4	27.3	28.6	24.5	23.2	20.4	24.5
2012	24.8	25.3	28.1	27.8	25.4	25.6	19.3	22.2
2013	s 24.5	27.4	s 27.6	31.6	s 25.3	28.5	s 18.3	20.3

Legenda: s – Valor estimado

Fonte: Eurostat - Indicadores Europa 2020

Em 2013, 27.4% da população residente em Portugal vivia em risco de pobreza e/ou exclusão social[101] (UE28: 24.5%), proporção que tem aumentado ao longo dos últimos anos (Tabela 67).

Atendendo à distribuição por faixa etária, a nível nacional, a taxa de risco de pobreza e exclusão social subiu em dois grupos etários: nas crianças/jovens (0-17 anos) e nos adultos (18-64 anos), registando-se uma ligeira descida no grupo etário com 65 ou mais anos.

Note-se que, a nível nacional, a proporção de homens e mulheres em risco de pobreza era, igual (27.9%), apesar de a nível europeu (UE28) existirem mais mulheres em risco de pobreza (25.4%) do que homens (23.6%) (EAPN, 2014). Se tivermos em conta uma análise contínua no tempo, percebe-se que tendencialmente as mulheres são mais afetadas pelos fenómenos da pobreza e da exclusão social. Contribuem para tal, entre outros, o facto de,

[100] [100] Note-se que os dados estatísticos apresentados referem-se ao ano anterior à sua publicação, assim quando a referência a 2013 indica que os dados foram recolhidos e correspondem ao ano de 2012.

[101] Indivíduos cujo rendimento monetário equivalente se situa abaixo do limiar de risco de pobreza, e/ou que vivem em situação de privação material severa e/ou em agregados familiares com intensidade laboral muito reduzida. Estes indivíduos apenas são contados uma vez, mesmo que estejam presentes em diversos subindicadores (RAMON – Eurostat).

por norma, usufruírem de salários mais baixos e de serem mais afetadas pelo desemprego, nomeadamente de longa duração.

1.1.1. Risco de pobreza e intensidade de pobreza

O limiar de risco de pobreza[102] diminuiu entre 2009 e 2013, passando de 5 207€ para 4 397€ (ié de 433€ mensais para 411€ mensais). A comparação entre a população em risco de pobreza na UE28 e em Portugal permitiu concluir que o nosso país registou uma maior proporção de população em risco de pobreza em todos os grupos etários.

Considerando apenas as transferências relativas a pensões, a taxa de risco de pobreza[103] em Portugal situou-se nos 25.5%, em 2013, representando um ligeiro aumento face ao ano transato. Pois, se não se considerar qualquer transferência social, ou seja, considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, a taxa de risco de pobreza seria de 46.9% na população residente em Portugal. Após as transferências sociais, a taxa de risco de pobreza situa-se nos 18.7%, o que revela o seu forte impacto no combate a situações de pobreza (Tabela 68).

[102] Limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país (SIM – INE).

[103] Proporção de indivíduos com um rendimento equivalente abaixo do limiar de risco de pobreza, o qual corresponde a 60 % do rendimento nacional mediano por adulto equivalente (RAMON – Eurostat). A taxa de risco de pobreza pode ser calculada: 1. Antes de qualquer transferência social: inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, excluindo as pensões de velhice e de sobrevivência; 2. Após transferências relativas a pensões: inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência; 3. Após transferências sociais: inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais (apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social) (SIM – INE).

Tabela 68 – Taxa de risco de pobreza antes e após transferências sociais[104]

Anos	Taxa de risco de pobreza					
	Antes de qualquer transferência social		Após transferências relativas a pensões		Após transferências sociais	
	UE28	PT	UE28	PT	UE28	PT
2011	44.1	42.5	26.3	25.4	16.9	18.0
2012	44.0	45.4	25.8	25.3	16.9	17.9
2013	s 44.3	46.9	s 25.8	25.5	s 16.7	18.7

Fonte: Eurostat – Indicadores Europa 2020

Segundo a informação estatística do INE (2014c), o risco de pobreza para a população que se encontrava em situação de desemprego foi de 40.3%, em 2012 (36.0% em 2010). O risco para a população empregada e para a população reformada é menor (10.4% e 12.7%, respetivamente, em 2012). A mesma fonte estatística revela que a taxa de risco de pobreza após transferências sociais de um agregado doméstico de um adulto com idade superior a 65 anos, foi, em 2013 de 21.6% (UE28: 21.3%) e com dois adultos pelo menos um com 65 ou mais anos foi de 13.4% (UE28: 10.4%).

A taxa de risco de pobreza após transferências sociais de indivíduos com 65 ou mais anos, em 2013, foi de 14.6% (UE28: 13.8%). E a taxa de risco de pobreza após transferências sociais de indivíduos com menos de 16 anos, em 2013, 23.7% (UE28: 19.9%). Apesar de, em 2004, ser de 24.2%, entre 2010 e 2013, aumentou de 20.9% para 24.2% (21.5% em 2011 e 21.1% em 2012). Por isso, importa analisar a taxa de risco de pobreza dos agregados domésticos com crianças dependentes (Tabela 69).

Os agregados familiares sem crianças dependentes encontram-se menos expostos a situações de risco de pobreza do que aqueles com crianças dependentes a cargo. Entre 2011 e 2012, diminuiu a taxa de risco de pobreza

[104] Note-se que os dados estatísticos apresentados referem-se ao ano anterior à sua publicação, assim quando a referencia a 2013 indica que os dados foram recolhidos e correspondem ao ano de 2012.

para as famílias sem crianças (de 15.2% para 15.0%) e aumentou essa mesma taxa nas famílias com crianças dependentes (de 20.5% para 22.2%).

Mais especificamente e observando a tabela 69, a taxa de risco de pobreza, em 2013 foi de 22.2% (UE28: 18.7%) para o total de agregados com crianças dependentes; de 33.1% (UE28: 31.8%) para um adulto com pelo menos uma criança dependente; de 19.8% (UE28: 14.2%) para dois adultos com duas crianças dependentes e de 40.4% (UE28: 26.8%) para dois adultos com três ou mais crianças dependentes. A taxa de risco de pobreza que mais aumentou, comparativamente a 2012, foi para um adulto com pelo menos uma criança dependente.

Tabela 69 – Taxa de risco de pobreza após transferências sociais dos agregados domésticos com crianças dependentes[105]

Anos	Tipo de agregado doméstico com crianças dependentes											
	Total		Um adulto com pelo menos uma criança		Dois adultos com uma criança		Dois adultos com duas crianças		Dois adultos com três ou mais crianças		Outros	
	UE28	PT	UE28	PT	UE28	PT	UE28	PT	UE28	PT	UE28	PT
2010	18.4	19.1	36.7	37.0	11.8	12.6	14.8	17.1	26.3	33.2	18.3	20.7
2011	18.7	20.1	34.6	27.9	12.6	15.6	15.7	19.8	25.4	34.5	19.5	19.5
2012	19.0	20.5	33.4	30.7	13.2	16.2	15.3	17.0	25.5	41.2	20.9	22.5
2013	s18.7	22.2	s31.8	33.1	s12.8	16.0	s14.2	19.8	s26.8	40.4	s21.5	23.8

Fonte: Eurostat - Indicadores Europa 2020

A taxa de risco de pobreza em função da escolaridade concluiu que quanto maior o nível de escolaridade menor era a taxa de risco de pobreza. Por isso, a taxa de risco de pobreza para a população com escolaridade até ao ensino básico era de 23.9% (UE28: 27.9%), com o ensino secundário até ao ensino pós-secundário era de 11% (UE28: 15.1%) e com ensino superior era de 4% (UE28: 7.7%), em 2013. A taxa de risco de pobreza nos homens foi de

[105] Note-se que os dados estatísticos apresentados referem-se ao ano anterior à sua publicação, assim quando a referencia a 2013 indica que os dados foram recolhidos e correspondem ao ano de 2012.

18.8% (UE28: 16.1%) e nas mulheres de 18.6% (UE28: 17.2%) (EAPN, 2014).

A taxa de intensidade da pobreza a nível nacional (27.3%), em 2013, era superior à europeia (23.8%), o que não se tinha registado em 2010 e em 2011. A taxa de intensidade da pobreza é superior na população com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos (33.1%) quando comparada aos restantes grupos etários (18-64 anos: 31.2% e 65+: 13.4%), a nível nacional. Para além disso, importa registar que, ao longo dos últimos anos (2010 a 2013), a taxa de intensidade da pobreza da população portuguesa com 65 ou mais anos foi estatisticamente inferior à europeia (Tabela 70).

Tabela 70 – Taxa de intensidade da pobreza em função do grupo etário

Anos	Grupo etário							
	Total		0 - 17		18 - 64		65+	
	UE28	PT	UE28	PT	UE28	PT	UE28	PT
2010	23.4	22.7	24.0	24.8	25.7	25.7	16.5	15.9
2011	23.4	23.2	24.5	25.1	25.9	25.9	16.9	11.0
2012	23.5	24.1	23.8	26.9	25.9	26.9	15.9	11.4
2013	23.8	27.3	25.2	33.1	25.8	31.2	15.9	13.4

Fonte: Eurostat - Indicadores Europa 2020

A taxa de intensidade da pobreza nos homens (PT: 28.4%; UE28: 24.5%), em 2013, era superior à das mulheres (PT:27%; UE28: 23.1%). A nível europeu, Portugal encontra-se em 6º lugar, com a taxa de intensidade da pobreza mais elevada da Europa (UE28), precedido da Roménia (32.6%), da Bulgária (30.9%), da Espanha (30.9%), da Itália (28%) e da Letónia (27.5%).

1.1.2 Taxa de Privação material

Os indicadores da pobreza monetária mostram uma abordagem incompleta do fenómeno, negligenciando os fatores multidimensionais da pobreza, enquanto os indicadores de privação, apesar das dificuldades acrescidas da sua estimação, fornecem uma visão mais completa desse fenómeno.

Os dados estatísticos relativos à pobreza e exclusão social em Portugal mostram que, em 2013, 25.5% da população se encontrava em situação de privação material[106] (21.8% em 2012) e que 10.9% da população se encontra em situação de privação material severa[107] (8.6% em 2012) (Gráfico 1).

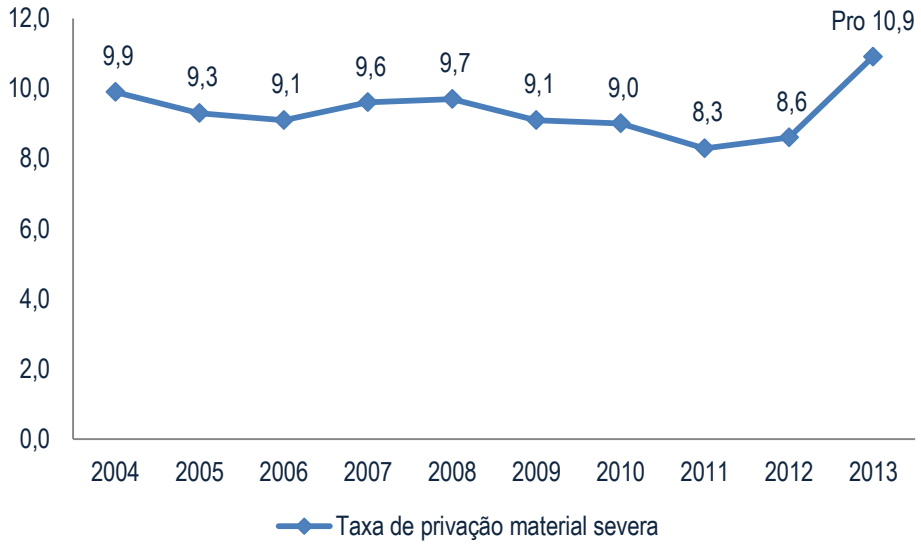

Gráfico 2 – Taxa de Privação Material Severa
Fonte: PORDATA com base no INE - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

[106] Refere-se à proporção de população em que se verificam pelo menos três dos nove indicadores de privação considerados.

[107] Percentagem da população com uma forte carência de pelo menos quatro dos nove itens de privação material na dimensão da «pressão económica e bens duradouros». Os nove itens a considerar são: 1) atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos; 2) capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa; 3) capacidade para pagar uma refeição que inclua carne, frango, peixe (ou equivalente vegetariano) de dois em dois dias; 4) capacidade para enfrentar despesas financeiras inesperadas [quantia fixa correspondente ao limiar nacional mensal de risco de pobreza do ano prévio]; 5) o agregado não pode pagar um telefone (incluindo telemóvel); 6) o agregado não pode pagar uma televisão a cores; 7) o agregado não pode pagar uma máquina de lavar; 8) o agregado não pode pagar um carro e 9) capacidade do agregado para manter a casa adequadamente aquecida (RAMON – Eurostat).

A análise da taxa de privação material severa em função do grupo etário concluiu que, em 2013, 13.9% da população com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos vivia em situação de privação material severa, seguindo-se a população dos 18 aos 64 anos (10.7%) e a população com 65 ou mais anos (9%). Os valores a nível nacional eram superiores, independentemente do grupo etário, aos valores da UE28 (0-17 anos: 9.6%; 18-64 anos: 11%; 65 ou + anos: 7%). No que concerne a distribuição por sexo, existia uma maior proporção de mulheres em situação de privação material severa (11% a nível nacional e 9.8% na UE28) do que de homens na mesma situação (10.9% a nível nacional e 9.4% na UE28).

No que concerne à capacidade de assegurar o pagamento de despesas inesperadas Portugal encontrava-se ligeiramente pior do que a média dos países europeus (UE28). No território nacional, 43.2% da população assegura não ter capacidade para o pagamento de despesas inesperadas enquanto a proporção a nível europeu foi de 39.6%, em 2013. Apesar disso, quando se verifica essa capacidade de fazer face a despesas inesperadas em função do rendimento, Portugal passa a encontrar-se numa posição ligeiramente melhor. Em Portugal, 70.9% da população que vive abaixo do limiar de pobreza não tinha essa capacidade, a nível europeu essa proporção era de 71.6%. Por sua vez, 36.8% da população portuguesa que vive acima do limiar da pobreza não tem essa mesma capacidade, a proporção a nível europeu foi de 33.3%.

Relativamente à incapacidade de assegurar uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano de 2 em 2 dias, a população portuguesa encontrava-se, em 2013, numa melhor situação que a média dos países da zona Euro. Isto porque 3.3% refere não ter essa capacidade a nível europeu e 10.6% da população encontrava-se em situação de privação material de refeição. Em Portugal, quando se analisou o grupo de população que vive abaixo do limiar

de risco de pobreza, 9.3% (25.1%, na UE28) não ter essa capacidade, enquanto 1.9% da população que vive acima do limiar do risco de pobreza refere essa incapacidade (7.7%, na UE28). Mais especificamente, 59.8% dos residentes nacionais vivem sem capacidade de pagar uma semana de férias por ano fora de casa, 43.2% dos indivíduos a residir em Portugal não possuíam capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza e 28.0% da população nacional não tinham capacidade para manter a casa adequadamente aquecida.

Segundo o Eurostat, as despesas das famílias com bens e serviços diminuiu entre 2011 e 2012, de 114 640.2 milhões de euros para 110 681.1 milhões de euros. Esta diminuição foi mais notória nas despesas das famílias com os transportes (-16.9%), seguindo-se as despesas com bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos (-10.1%) e as despesas com hotéis e restaurantes (-4.1%). No entanto, aumentaram as despesas das famílias em produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (+3.7%), as despesas com vestuário e calçado (+3.0%) e as despesas em comunicações (+0.3%) (Tabela 71).

Tabela 71 – Despesas das famílias por tipo

Tipos de despesas	Montante das despesas (milhões de euros)	
	2011	2012
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	19 379.0	20 099.5
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	3 894.9	3 499.9
Vestuário e Calçado	6 416.8	6 607.3
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	18 525.1	18 244.5
Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente na habitação	6 366.8	6 145.3
Saúde	6 523.0	6 411.4
Transportes	15 306.1	12 719.6
Comunicações	3 398.9	3 410.7
Lazer, recreação e cultura	7 967.8	7 829.8
Restaurante e Hotéis	12 866.5	12 344.1
Bens e serviços diversos	12 505.0	11 906.7

Fonte: PORDATA com base no Eurostat / Estatísticas Europeias sobre Rendimentos e Condições de Vida (EU-SILC)

Segundo os dados estatísticos disponibilizados pelo Eurostat, as despesas das famílias com a educação diminuíram entre 2011 e 2012, de 1 590.5 milhões de euros para 1 462.2 milhões de euros. As despesas das famílias com a educação correspondem a 1.3% do total das despesas das famílias, em 2012 (1.0% em 2011). A nível europeu, Portugal é o 10º país da UE28 com maior número de despesas das famílias em educação. Assim, como diminuíram as despesas anuais dos agregados familiares em "Saúde", passando de 6 523.0 milhões de euros para 6 411.4 milhões de euros, entre 2011 e 2012.

1.1.3. Intensidade laboral muito reduzida

O terceiro indicador chave da estratégia 2020 é a intensidade laboral *per capita* muito reduzida dos agregados familiares[108]. O nível de intensidade laboral

[108] Para cada agregado doméstico, a intensidade laboral é calculada dividindo o total de todos os meses de trabalho efetivo dos membros do agregado em idade ativa pelo total dos meses de trabalho no domicílio – i.e., o número de meses gasto em qualquer atividade profissional pelos membros do agregado em idade ativa. Um indivíduo em idade ativa tem entre 18 e 59 anos, não é dependente (filhos dependentes

é o fator determinante para um indivíduo acumular uma situação de pobreza monetária com privação material. Os dados estatísticos disponíveis a este respeito indicam que a população com menos de 60 anos a residir em agregados domésticos com intensidade laboral muito reduzida (em média, 20% do tempo de trabalho possível) foi, em 2013, 12.2%, valor superior ao de 2010 (8.6%) e da UE28 (UE28: 10.7%). Para além disso, Portugal ocupa a 7º posição no total dos países da Europa (UE28) com maior população a residir em agregados domésticos com intensidade laboral muito reduzida.

1.3. Distribuição do rendimento (S80/S20 e S90/S10) e o índice de Gini

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, a desigualdade na distribuição do rendimento (S80/S20)[109], a nível nacional, tem aumentado nos últimos anos (5.6 em 2010 e 6.0 em 2013), sendo superior aos valores a nível europeu (5.0) que se têm mantido iguais nos últimos anos. Isto significa que, a nível nacional, o rendimento total auferido por 20% da população com rendimentos mais elevados é 6 vezes superior ao rendimento auferido pelos 20% da população com rendimentos mais baixos. Para além disso, a desigualdade é maior na distribuição de rendimentos S90/S10, verificando-se que 10% da população mais rica aufere 10.7 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre e à semelhança do S80/S20 também tem aumentado ao longo dos últimos anos (10.0 em 2011 e 9.4 em 2010).

são indivíduos entre os 0 a 15 anos ou 16 a 24 anos caso sejam inativos e a residir com pelo menos um dos pais). Uma intensidade laboral igual ou inferior a 0.20 é considerada muito baixa (RAMON – Eurostat).

[109] Rácio entre o rendimento total auferido por 20 % da população com o rendimento mais elevado (quinta parte superior) e o rendimento auferido por 20 % da população com o rendimento mais baixo (quinta parte inferior) (RAMON – Eurostat).

No mesmo sentido, analisou-se o índice de Gini[110], que atende a toda a distribuição dos rendimentos e não apenas os de menores e maiores recursos. Este indicador tem vindo a diminuir, ainda que com algumas oscilações (38.1 em 2005, 33.7 em 2010 e 34.2 em 2013). A nível europeu, este índice manteve-se idêntico (30.5 em 2010 e em 2013). Portugal ocupa por ordem decrescente o 4º lugar a nível europeu, precedido apenas pela Lituânia, Letónia e Bulgária.

[110] Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo) (RAMON – Eurostat).

2. Incidência da pobreza e exclusão no distrito de Braga

Grande parte dos relatórios, estudos e bases de dados nacionais não apresentam indicadores a nível distrital e/ou concelhio, por isso, a sua representatividade é a nível nacional, ou eventualmente, a nível da NUT II ou NUT III. Advém deste constrangimento a ausência de dados estatísticos distritais pertinentes para este relatório, como por exemplo, as despesas dos agregados familiares, o número de despedimentos coletivos, o número de utentes do SNS inscritos nos cuidados de saúde primários com insuficiência económica ou o número de imigrantes ilegais e de sem-abrigo. Apesar disso, ao longo da primeira parte recolheram-se e analisaram-se indicadores suscetíveis de caraterizarem as condições de vida da população residente no distrito de Braga. Neste ponto, teve-se por referência o Referencial Estratégico do OLCPL – Observatório de Luta Contra a Pobreza da Cidade de Lisboa, com o objetivo de selecionar indicadores que tenham pertinência e relação na análise dos fenómenos da pobreza e da exclusão social. Para além disso, considerou-se outros indicadores para o objetivo ao qual este relatório se propôs.

Importa reforçar a ideia de que a pobreza e exclusão social se encontram ligadas a aspetos monetários e não monetários, de modo que há fatores que se não são a sua causa estão fortemente correlacionados, para além de que a privação num dos domínios das necessidades básicas pode traduzir uma outra privação. Por outras palavras e de acordo com Bruto da Costa (1998),

> "é possível verificar que umas [carências] suscitam outras, como acontece, por exemplo, com as más condições de salubridade na habitação e o seu reflexo sobre a saúde, ou com o baixo nível de instrução e a sua relação com o acesso à cultura. Noutros casos, é mais difícil identificar a relação

causa, mas é empiricamente verificável que uma carência raramente ocorre isoladamente".

Os indicadores referenciados inserem-se nas áreas dos **rendimentos e meios de vida** (acesso a rendimentos, com origem no trabalho ou no sistema de segurança social, que permitam a aquisição de bens e serviços), do **mercado de trabalho** (participação dos indivíduos no mercado de trabalho), da **educação** (acesso e importância da mesma no desenvolvimento da sociedade), da **saúde** (acesso a condições e serviços de saúde e sua relação no acesso ao mercado de trabalho ou à educação, para além dos seus custos para os indivíduos e para o Estado), da **habitação** (acesso a uma habitação com as mínimas condições de habitabilidade), da **justiça e da segurança** (relação entre a pobreza/ exclusão, a justiça, a segurança, a criminalidade) e da **demografia** (índices de dependência de idosos e de jovens, índices de envelhecimento, de longevidade e de renovação, número de população residente e número de famílias unipessoais com 65 ou mais anos, etc.).

Na ***Tabela 72*** apresentam-se os indicadores relativos aos **rendimentos e meios de vida**, pois apesar da importância económica que o exercício de uma atividade profissional acarreta, nem sempre ter um emprego é condição suficiente para escapar a situações de pobreza. Na verdade, o número de trabalhadores pobres ("*working poors*[111]") é considerável, o que reflete os baixos salários da população empregada por conta de outrem.

Os trabalhadores por conta de outrem residentes no distrito de Braga, auferiam, em 2012, em média, salários mais baixos do que a média de salários auferidos pelos trabalhadores da região norte e do que a média dos salários

[111] Os trabalhadores pobres são pessoas que trabalham, mas cujo rendimento proveniente deste não é suficiente para fazer face às despesas necessárias para o sustento do agregado familiar. Estamos a falar portanto de um rendimento abaixo do limiar da pobreza.

nacionais, independentemente da área de atividade. Em termos concelhios, a ***Tabela 34*** mostrou uma diferença salarial de cerca de 200€/mensais entre os trabalhadores por conta de outrem a residir no concelho de Braga (831.90€/mensais) e aqueles que residem no concelho de Vizela (622.40€/mensais) (690.60€/mensais a nível distrital). Os baixos salários encontram-se, por norma, ligados a atividades profissionais pouco ou nada qualificadas, que não permitem, muitas vezes, obter o rendimento suficiente para fazer face ao custo de vida atual. Verificando-se, neste sentido, uma variação significativamente negativa quando os trabalhadores por conta de outrem exercem funções enquanto profissionais semiqualificados, profissionais não qualificados e praticantes ou aprendizes em comparação com aqueles que possuem empregos mais qualificados. Do mesmo modo, foi possível observar uma acentuada segmentação tendo em conta os níveis de escolaridade, pois os trabalhadores do setor terciário, nos quais se integram trabalhadores mais escolarizados e qualificados, usufruíam melhores salários do que os trabalhadores do setor primário, cuja qualificação, regra geral, é mais baixa. Por isso, o valor médio mensal auferido pelos trabalhadores por conta de outrem com níveis de escolaridade mais baixa era bastante inferior ao ganho médio mensal dos restantes trabalhadores por conta de outrem. Para além disso, os baixos salários podem estar ligados ao exercício de uma atividade profissional a tempo parcial. A nível nacional, a taxa de pobreza dos que trabalham a tempo parcial era mais elevada do que nos trabalhadores a tempo inteiro (Eurostat).

Relativamente à informação estatística relativa ao poder de compra concelhio (IpC) destacou-se que o distrito de Braga, a região do Cávado e a região do Ave se posicionaram abaixo da média nacional e regional (Norte). Da mesma forma que a percentagem de poder de compra confirma a leitura de que o poder de compra se encontra associado à dimensão urbana dos municípios e, portanto, territorialmente muito concentrado. Neste sentido, a percentagem do

poder de compra na região do Cávado revelou-se simultaneamente acima da média distrital e da média da região do Ave.

As **prestações sociais** servem para atenuar as situações de carência e dificuldade económica. Pois tal como verificado na Parte II – ponto 1, sem as transferências sociais a taxa de pobreza seria bastante superior. Dada a conjuntura económico-financeira atual existe cada vez mais cidadãos a recorrem aos apoios sociais. Apesar disso, os dados estatísticos mostraram uma redução na atribuição de apoios ao nível do subsídio de desemprego, do subsídio social de desemprego, do RSI, do CSI, dos abonos de família e de outros apoios sociais. Por exemplo, o aumento do número de desempregados implicaria, à partida, o aumento do número de beneficiários das prestações de desemprego. No entanto, este pressuposto não se verificou visto que, entre 2012 e 2013, diminuiu o número de beneficiários do subsídio de desemprego (***Tabela 35***) e o número de beneficiários do subsídio social de desemprego (***Tabela 36***), percebendo-se que apenas 49.6% da média anual de desempregados inscritos nos CTEF e nos CTE eram beneficiários de uma prestação de desemprego da Segurança Social (***Tabela 73***). Note-se que o valor médio de subsídios de desemprego, em 2012, a nível distrital e na região do Ave ficavam aquém dos valores médios da região do Cávado, da região norte e do território nacional.

Contextualizando os dados estatísticos acerca das prestações de desemprego, em 2012, as alterações introduzidas para o acesso ao subsídio de desemprego exigem descontos necessários de 12 meses, passando o valor máximo do subsídio de desemprego de 1 258.00€ para 1 048.05€, atribuído numa duração de 5 a 26 meses (9 a 38 meses anteriormente).

O RSI é a prestação social com maior impacto na redução da pobreza extrema, contribuindo para diminuir a intensidade da pobreza. Em 2012, foram alteradas as condições de elegibilidade, de capitação dos rendimentos do agregado familiar e o montante a receber. Uma das principais alterações

prendeu-se com a elegibilidade, tendo sido fixado um limite máximo do valor do património imobiliário a partir do qual já não se pode aceder a esta prestação social. No que respeita à capacitação dos rendimentos do agregado familiar, alterou-se valor a receber de RSI. Assim, na escala de ponderação atribuída a cada elemento do agregado familiar, o titular recebe 100% do valor do RSI, cada indivíduo maior 50% (70% em 2010) e cada criança ou jovem menor de 18 anos de idade 30% (50% em 2010). O valor de referência do RSI fixou-se nos 178.15€ em 2013 (em 2012 era de 189.52€, ou seja baixou 11,37€). Acrescenta a estas alterações, a renovação anual da prestação social, que ao deixar de ser automática, implica que os titulares da mesma realizem um novo requerimento e façam prova de rendimentos dois meses antes da mesma terminar.

Apesar da conjuntura económico-financeira atual e devido às alterações introduzidas, diminuiu o número de beneficiários desta prestação social (***Tabela 37***), indicando que, em 2013, 2.4% do total da população residente no distrito usufruía desta prestação (percentagem inferior à nacional). O que se considera preocupante é que a maioria dos beneficiários do RSI referiam-se a crianças e jovens, ou seja, o grupo etário com idades inferiores aos 25 anos representava 43.2% do total de beneficiários do RSI, em 2013 (44.3% em 2012) (***Tabela 38***). A análise da população beneficiária do RSI face à população residente refletiu uma maior proporção de indivíduos beneficiários desta prestação social na região norte face ao restante território nacional. Os valores a nível regional revelaram um menor número de beneficiários face à população residente na região do Cávado e a nível distrital.

O valor médio da prestação por indivíduo, em Dezembro de 2012, correspondia a 84.32€ (89.44€ em 2011) e o valor médio processado por família era de 214.68€ (242.01€ em 2011). Esta informação confirma a tendência de descida nos valores da despesa com o RSI, pela diminuição do

número de beneficiários e montantes pagos aos mesmos. Na prática, as famílias beneficiárias do RSI viram descer a sua prestação social mensal de forma significativa.

Tabela 72 – Indicadores acerca dos rendimentos e meios de vida

INDICADORES	Ano	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
RENDIMENTOS E MEIOS DE VIDA							
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€)	2012	817.05	891.37	797.18	958.11	1 095.59[112]	Estatísticas territoriais do INE
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem das atividades pouco ou nada qualificadas[113] (€)	2012	622.51	643.23	620.95	646.63	672.83	PORDATA com base no GEE/ME – Quadros de Pessoal
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem com baixos níveis de escolaridade[114] (€)	2012	680.43	707.27	674.03	708.90	746.10	PORDATA com base no GEE/ME – Quadros de Pessoal
IpC – Indicador do poder de compra concelhio (%)	2011	71.49	85.88	70.07	89.22	100.00	Destaque. Estudo pode de compra concelhio 2011, 8 nov. 2013
Percentagem de poder de compra	2011	0.472	3.348	0.401	31.206	100.000	
Subsídios de desemprego – beneficiários	2012	58 046	25 205	32 260	240 918	638 317	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Subsídio de desemprego – Valor processado (€)	2012	214 419	91 836	120 560	886 720	2 382 495	Anuário Estatístico da região Norte 2012,

[112] Este valor exclui as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

[113] Inclui-se neste indicador os profissionais semiqualificados, os profissionais não qualificados e os praticantes e aprendizes.

[114] Inclui-se neste indicador os profissionais com escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico, com o 1º ciclo do ensino básico e com o 2º ciclo do ensino básico.

INDICADORES	Ano	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
RENDIMENTOS E MEIOS DE VIDA							
							INE (2013)
Valor médio de subsídios de desemprego (€)	2012	3 499	3 644	3 505	3 681	3 732	Anuário Estatístico da Região Norte 2012, INE (2013)
Subsídio Social de desemprego – beneficiários	2013	4 260	1 854	2 361	26 513	67 836	PORDATA com base no ISS/MSESS
Rendimento Social de Inserção – beneficiários	2012	20 736	9 014	10 953	168 824	421 201	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Crianças e jovens beneficiários do RSI em % dos beneficiários do RSI	2012	44.3	44.9	44.5	44.8	47.4	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013
População beneficiária do RSI face à população residente	2012	2.7	2.2	3.5	4.6	4.0	PORDATA com base em II/MSESS e Estatísticas territoriais
Abono de Família – Beneficiários	2012	85 600	40 066	54 766	342 599	858 080	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Abono de Família – Valor processado (€)	2012	60 664	29 330	37 658	241 682	633 029	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Complemento Solidário para Idosos	2013	19 229	–	–	78 714	237 844	Estatísticas da Segurança Social

INDICADORES	Ano	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
RENDIMENTOS E MEIOS DE VIDA							
Pensões da Segurança Social e CGA em % por população residente	2013	29.8	27.1	30.9	30.8	34.6	PORDATA com base no ISS/MSESS
Pensões de invalidez – beneficiários	2012	26 498	12 697	14 052	103 910	278 592	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Valor médio anual das pensões de invalidez (€)	2012	4 221	4 312	4 262	4 311	4 502	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Pensões de velhice – beneficiários	2012	140 937	61 522	79 928	661 141	2 010 948	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Valor médio anual das pensões de velhice (€)	2012	4 451	4 651	4 512	5 094	5 392	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Pensões de sobrevivência – beneficiários	2012	50 416	22 531	28 454	243 502	734 769	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Valor médio anual das pensões de sobrevivência (€)	2012	2 393	2 402	2 379	2 633	2 773	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Venda de automóveis ligeiros	2012	5 207	2 562	2 667	27 598	102 807	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Famílias sobreendividadas (DECO)	2013	117	49	67	1 339*	4 034*	OLCPL

INDICADORES	Ano	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
RENDIMENTOS E MEIOS DE VIDA							
							*GAS (2014)
Falências e insolvências de pessoas singulares	2013	700	–	–	–	–	DGPJ
Proporção de créditos habitação concedidos a clientes em % do total de créditos concedidos a clientes	2013	66.2	50.7	66.8	54.4	36.6	PORDATA com base no BP
Número de pessoas assistidas pelo BAB	2013	13 784	–	–	–	–	Estatísticas do Banco Alimentar de Braga

* Indicadores que não se encontram no Referencial Estratégico do OLCPL.

Sabe-se que a ausência de rendimentos ou as situações de desemprego levam muitos indivíduos a procurarem melhores condições de vida fora do país, refletindo-se no aumento da **emigração** e, consequentemente no saldo negativo dos fluxos migratórios (***Tabela 18***).

No que concerne ao abono de família, o acesso ao mesmo continuou a depender do rendimento do agregado familiar. Devido à eliminação do 4º e 5º escalão dessa prestação social e à contínua redução da natalidade, entre 2012 e 2013, diminuiu o número de beneficiários desta prestação social (***Tabela 41***), e consequentemente, dos valores processados com a mesma.

O número de beneficiários do CSI tem aumentado nos últimos anos devido ao caráter progressivo da abrangência da medida. Ou seja, em 2006 esta medida era dirigida a idosos com mais de 80 anos, em 2008 alargou-se para os idosos a partir de 70 anos e, em 2008 passou a incluir-se os idosos com 65 ou mais anos. Para além disso, em 2012, fixou-se o limite do rendimento anual do idoso a viver só nos 4 909€ anuais e em 8 590.75€ para quem vive em casal (5 022€ para quem vive só e 8 788.50€ para quem vive em casal, em 2011). Ou seja, o CSI baixou em 2.25% o limite do rendimento de

referência que permite aceder a este complemento, passando a ser elegíveis apenas os pensionistas com pensões inferiores a 600€/mensais. De acordo com os dados da PORDATA, o valor médio do complemento pago, em Fevereiro de 2012, foi de 109.4€, sendo que as mulheres, por norma, auferiram um complemento mais elevado por terem pensões mais baixas. Note-se que 8.1% do total de beneficiários do CSI residiam no distrito de Braga.

A nível nacional existia uma maior proporção de pensionistas da Segurança Social e da CGA face à população residente (34.6%) do que no distrito de Braga (29.8%) e nas restantes regiões em análise (Cávado: 27.1%, Ave: 30.9% e Norte: 30.8%) (***Tabela 39***). Atendendo à distribuição por tipo de pensão da Segurança Social, em 2012, a maioria dos pensionistas recebia pensão de velhice e o seu valor médio era superior ao valor médio das pensões de invalidez ou de sobrevivência. A comparação entre as diferentes regiões conclui que o valor médio das pensões de velhice e de invalidez era mais baixo do que nas restantes regiões analisadas e que o valor médio das pensões de sobrevivência era mais baixo na região do Ave e no distrito de Braga em comparação à região do Cávado, norte e nacional.

Outro dos indicadores analisados foi a venda de automóveis ligeiros, verificando-se que 5.1% do total de automóveis ligeiros de passageiros e de mercadorias foram registados no distrito de Braga, em 2012.

Atendendo ao número de famílias sobreendividadas, em 2013, 117 famílias que recorreram ao GAS da DECO residiam no distrito de Braga. No mesmo sentido, a nível distrital, analisou-se o número de pessoas a recorrer a ajuda alimentar e o número de pessoas singulares com processos de falência ou insolvência, concluindo-se que em ambos os casos o aumento tem sido exponencial ao longo dos últimos anos.

Sabendo que uma das maiores despesas das famílias se referia a despesas com a habitação, no distrito de Braga, 66.2% dos créditos concedidos a clientes

referia-se a créditos habitação, valor substancialmente superior ao da região norte e do território nacional.

A ***Tabela 73*** relativa aos indicadores do mercado de trabalho constitui uma das dimensões fundamentais na análise de situações de pobreza e exclusão social, pelo facto da inserção no mercado de trabalho ser para a maioria dos indivíduos a única forma de obtenção de rendimento.

Tabela 73 – Indicadores acerca do mercado de trabalho

INDICADORES	Ano	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
MERCADO DE TRABALHO							
Taxa de atividade	2013 2011 *	55.2%*	59.4%*	53.2%*	51.0%	50.6%	Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal 2013 (2014) *XV – Recenseamento Geral da População
Taxa de emprego	2013 2011 *	46.7%*	51.8%*	45.4%*	49.4%	49.7%	Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal 2013 (2014) *XV – Recenseamento Geral da População
Estabelecimentos	2011	82 024	42 725	38 563	376 312	1 166 013	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Pessoal ao serviço dos estabelecimentos	2012	296 227	144 097	150 520	1 265 418	3 714 847	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)

Taxa de desemprego	2013 2011 *	14.3%*	12.8%*	14.7%*	16.2%	17.1%	Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal 2013 (2014)
Desempregados inscritos	Dez. 2013	60 660	25 332	32 260	291 621	654 569[115]	IEFP – Estatísticas mensais por concelho
Proporção de desempregados com habilitações superiores	Dez. 2013	12.3	13.2	11.5	12.9	13.9	IEFP – Estatísticas mensais por concelho
Desempregados de longa duração (%)	Dez 2013	48.5	43.9	51.3	52.0	46.8	IEFP – Estatísticas mensais por concelho
Desempregados com menos de 25 anos (%)	Dez. 2013	15.4	16.0	15.4	13.6	12.8	IEFP – Estatísticas mensais por concelho
Despedimentos coletivos – trabalhadores a despedir (resultado)	2012	-	-	-	3 812	9 825	GEP (2013)

* Indicadores que não se encontram no Referencial Estratégico do OLCPL.

A taxa de atividade na região do Cávado era, em 2011, inferior à taxa de atividade distrital e da região do Ave. No distrito de Braga, a taxa de emprego era de 47.6%. O que representa cerca de 361 116 indivíduos empregados, principalmente afetos ao terceiro setor de atividade e com idades compreendidas, maioritariamente entre os 35 e os 44 anos. Tal como se depreende da observação da ***Tabela 26***, a maioria da população empregada no distrito de Braga, em 2011, era trabalhador por conta de outrem (296 324 indivíduos).

Um outro indicador da precariedade laboral dos trabalhadores por conta de outrem refere-se aos vínculos contratuais. Entre 2009 e 2011, aumentou o

[115] Este valor exclui as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

número de contratos de trabalho a termo para cedência temporária (793 contratos em 2009 e 1 546 contratos em 2011).

Em 2011, registaram-se 82 024 estabelecimentos no distrito de Braga, o que corresponde a 21.8% do total de estabelecimentos da região norte e 7.0% do total de estabelecimentos do território nacional. Para além disso, em 2012, encontravam-se ao serviço 296 227 indivíduos nesses estabelecimentos do distrito de Braga.

O **desemprego** implica a imediata diminuição dos rendimentos dos indivíduos e, consequentemente do seu agregado familiar e, por isso, uma maior dificuldade em fazer face às suas necessidades, o que potencia ou agrava a vulnerabilidade à pobreza/ exclusão social

Em 2011, a taxa de desemprego do distrito de Braga era de 14.3%, superior à do território português à mesma data (13.2%), observando-se um aumento exponencial entre os dois últimos momentos censitários. Em 2013, a taxa de desemprego a nível nacional encontrava-se nos 17.1%, sendo inferior na região norte do país (16.2%). No mesmo sentido, a média anual de desempregados inscritos nos CTEF e nos CTE aumentou na ordem dos 26.5%, entre 2009 e 2013 (Parte I – ponto 4.4), a nível distrital. A observação da ***Tabela 29*** permitiu constatar uma maior incidência da taxa de desemprego nos concelhos de cariz mais rural do distrito, nomeadamente nos concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho e Celorico de Basto.

Os elevados níveis de escolaridade são considerados importantes para a inserção profissional e a obtenção de melhores salários, tal como analisado anteriormente. No entanto, nos últimos anos (2009-2013), aumentaram os desempregados com habilitações superiores e diminuíram os desempregados com o 1º e o 2º ciclo do ensino básico (***Tabela 31***). Através da observação da tabela anterior conclui-se que, em Dezembro de 2013, entre 11% a 14% dos desempregados tinham habilitações superiores no distrito de Braga.

A situação de desemprego torna-se ainda mais problemática quando os indivíduos se encontram desempregados há mais de um ano, denominados desempregados de longa duração. Estes perdem o direito ao subsídio de desemprego por atingirem o período máximo de atribuição sem que entretanto tenham conseguido encontrar novo emprego. Apesar dos desempregados de longa duração não constituírem, a nível distrital, a maioria dos desempregados, sabe-se que existe um elevado número de desempregados inscritos há pelo menos um ano nos CTEF e nos CTE sem nunca terem conseguido inserção no mercado de trabalho (***Tabela 32***).

A análise do desemprego evidenciou o aumento do número de jovens desempregados, entre 2009 e 2013. Em Dezembro de 2013, cerca de ¼ dos desempregados tinham idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Para além disso, embora, entre 2009 e 2013 se tenha registado uma diminuição no número de desempregados com idades iguais ou superiores a 45 anos, a taxa de desemprego destes atingiu os 32.1%, em 2011 (***Tabela 30***). Note-se que os desempregados jovens acabam, muitas vezes, por ficar sem qualquer tipo de apoio por não trabalharem tempo suficiente para garantir qualquer prestação social de desemprego.

A **educação** tem um papel fundamental na medida em que influencia positivamente a inserção social e profissional dos indivíduos, contribuindo, à partida, para que obtenham melhores empregos e rendimentos mais altos (***Tabela 74***). Os níveis de escolaridade da população residente no distrito (***Tabela 45***) têm aumentado ao longo dos últimos anos, apesar dos níveis de escolaridade mais elevados (Ensino Secundário, Ensino Médio e Ensino Superior) apresentarem valores inferiores à média nacional. Do mesmo modo, a taxa de analfabetismo, embora seja superior à nacional, registou uma diminuição ao longo dos últimos anos (***Tabela 43***). Estas informações estatísticas traduzem-

se no aumento das taxas de escolarização embora estas ainda registem, a nível distrital, valores mais baixos do que as mesmas taxas a nível nacional.

Tabela 74 – Indicadores acerca da educação

INDICADORES	Ano	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
EDUCAÇÃO							
Escolaridade da população residente (%):	2011						XV Recenseamentos Gerais da População
– Sem escolaridade		9.7	9.1	13.2	10.3	10.4	
– Com o 1º ciclo do EB		28.8	26.5	31.8	29.7	27.2	
– Com o 2º ciclo do EB		16.6	16.2	16.9	14.8	12.8	
– Com o 3º ciclo do EB		19.5	19.8	18.0	18.5	19.1	
– Com o Ensino Secundário		13.8	14.8	12.0	14.0	15.7	
– Com o Ensino Médio		0.8	0.8	0.7	0.8	1.0	
– Com o Ensino Superior		10.8	12.9	7.4	12.0	13.8	
Taxa de analfabetismo (%)	2011	6.5	4.5	7.1	5.0	5.2	XV Recenseamentos Gerais da População
Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	2011/2012	113.1	113.0	116.3	117.2	117.9	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	2011/2012	103.0	125.4	99.6	122.4	124.9	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Taxa de abandono escolar (%)	2011	1.36	1.34	1.36	1.45	1.58	XV Recenseamentos Gerais da População
Taxa de retenção e desistência ensino básico (%)	2011/2012	9.8	6.2	8.8	8.4	9.9	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Taxa de retenção e desistência ensino secundário (%)	2011/2012	17.2	16.6	18.5	17.0	19.7	DGEEC, Regiões em números 2011/2012, volume I – Norte (2013) Lisboa.

As situações de carência económica podem traduzir-se a este nível no abandono escolar e nas taxas de retenção/desistência. No que concerne às taxas de abandono escolar, saída antecipada e saída precoce registou-se uma

diminuição das mesmas, entre os dois últimos momentos censitários (***Tabela 46***). Embora, a taxa de abandono escolar e a taxa de saída precoce do distrito tenham registado valores superiores aos do território nacional e da região norte. Relativamente à taxa de retenção e desistência (***Tabela 47***) a nível distrital, registaram-se para todos os níveis de ensino valores inferiores do que na região norte e em Portugal. Note-se que nem sempre os elevados níveis de escolaridade implicam a obtenção de emprego, refletido através das taxas de desemprego dos indivíduos com habilitações superiores (analisadas anteriormente). A importância da educação para a redução da pobreza não deve ser entendida apenas como um meio de favorecer a inserção no mercado de trabalho e obter melhores rendimentos, mas também porque por exemplo maiores níveis de escolaridade levam a que os indivíduos cuidem melhor da sua saúde e da saúde do seu agregado familiar.

Embora os dados estatísticos desagregados a nível concelhio sejam escassos, considerou-se a taxa quinquenal de mortalidade infantil e a taxa quinquenal de mortalidade neonatal (na Parte I – ponto 3.2.4 foram analisadas outras taxas de mortalidade infantil a nível regional, tais como a taxa de mortalidade perinatal e fetal) como indicadores das **condições de saúde** da população (***Tabela 75***).

Tabela 75 – Indicadores acerca da saúde

INDICADORES	Datas	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
SAÚDE							
Taxa quinquenal de mortalidade infantil (INE) (‰)	2009-2013	1.9	2.7	1.9	2.8	3.1	Óbitos por Causas de Morte do INE
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (INE) (‰)	2008-2012	1.1	1.4	1.0	1.8	2.1	Óbitos por Causas de Morte do INE
Proporção de nascimentos prematuros (%)	2010-2012	-	-	-	7.5	7.7	ARS NORTE (2014)
Proporção de crianças com baixo peso à nascença (%)	2010-2012	-	-	-	8.4	8.4	ARS NORTE (2014)
Interrupções voluntárias da gravidez	2012	590[116]	-	-	4 231	15 751	Estatísticas territoriais do INE
Nº de utentes do SNS inscritos nos cuidados de saúde primários com insuficiência económica	2012	-	-	-	-	2 934 884	Relatório Anual sobre o acesso a cuidados de saúde no SNS, 2012. Ministério da Saúde, 2013
Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade (%)	2011	16.6	15.0	16.7	16.4	17.0	XV Recenseamentos Gerais da População
Proporção da população residente com 16 e mais anos de idade que referiu ter alguma doença crónica ou problema de saúde prolongado (%)	2014	-	-	-	-	40.3	ICOR do INE
Proporção de abuso de drogas (%)	2013	-	-	-	0.4	0.3	ARS NORTE (2014)
Proporção de abuso crónico de álcool (%)	2013	-	-	-	1.3	1.0	ARS NORTE (2014)

* ■ Indicadores que não se encontram no Referencial Estratégico do OLCPL.

A informação estatística relativa à taxa de mortalidade infantil, em 2013, revelou uma taxa distrital inferior à nacional e da região norte. Embora, os concelhos de Barcelos, Esposende, Guimarães e Póvoa de Lanhoso apresentassem valores significativamente superiores aos restantes (***Tabela 12***).

[116] Este valor não contempla os dados dos concelhos de Barcelos, Esposende, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão para os quais não existem dados estatísticos.

Por sua vez, entre 2007-2009 e 2010-2012, aumentaram as taxas de mortalidade neonatal, neonatal precoce, pós-natal, fetal tardia e perinatal nos territórios afetos ao distrito de Braga (***Tabela 13***).

No seguimento do exposto anteriormente, existiu uma diminuição na proporção de nascimentos prematuros entre 2007-2009 e 2010-2012, embora nos ACES que compõem a região distrital a proporção de nascimentos prematuros fossem ligeiramente superior ao nacional. Por sua vez, a proporção de crianças com baixo peso à nascença registou um aumento nos dois últimos triénios em todas as regiões analisadas (***Tabela 10***). Assim, cerca de 8 em cada 100 nascimentos referem-se a crianças com baixo peso à nascença. Note-se que os concelhos que compõem a ACES do Alto Ave foram aqueles com maior proporção de nascimentos prematuros e de crianças nascidas com baixo peso.

No ano de 2012 registaram-se 590 interrupções voluntárias da gravidez no distrito de Braga, o que representa 13.9% do total de interrupções realizadas na região norte e 3.7% do total de interrupções realizadas a nível nacional.

Os dados estatísticos relativos ao último momento censitário relevaram que cerca de 17% da população residente no território nacional declarou ter pelo menos uma dificuldade (ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho e compreender os outros ou fazer-se compreender). Para além disso, cerca de 40% da população residente com 16 ou mais anos, em 2014, referiu ter alguma doença crónica ou um problema de saúde prolongado. Note-se que a proporção de população residente nesta situação tem vindo a aumentar nos últimos anos (39.7% em 2013, 37.0% em 2012 e 34.7% em 2011).

Em dezembro de 2013, no território continental encontravam-se inscritos por diagnóstico ativo de abuso de drogas 0.3% da população residente e 1% da população residente por abuso crónico do álcool. Note-se que a população residente na região afeta ao ACES de Famalicão (referente ao concelho de

Vila Nova de Famalicão) era proporcionalmente aquele com mais casos de abuso crónico de álcool (***Tabela 53***).

No que concerne aos indicadores da habitação procurou-se possibilitar o conhecimento sobre as condições habitacionais e o tipo de ocupação dos alojamentos existentes, ainda que os dados apresentados sejam, maioritariamente, provenientes dos Censos 2011 (***Tabela 76***).

Tabela 76 – Indicadores acerca da habitação

INDICADORES	Datas	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
HABITAÇÃO							
Número de alojamentos familiares não clássicos	2011	212	147	64	1 195	6 612	XV Recenseamentos Gerais da População
Proporção (%) de alojamentos familiares ocupados	2011						XV Recenseamentos Gerais da População
– Sem água canalizada		0.7	0.4	0.5	0.7	0.6	
– Sem banho ou duche		2.7	1.7	2.1	2.5	2.0	
– Sem ar condicionado		92.7	90.3	88.5	93.1	89.8	
– Sem aquecimento		16.3	11.9	11.3	11.7	14.0	
– Sem retrete		0.4	0.4	0.5	0.7	0.7	
Proporção de alojamentos sobrelotados (%)	2011	11.2	10.8	11.7	11.7	11.3	XV Recenseamentos Gerais da População
Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos (%)	2011						XV Recenseamento Geral da População
– <100€		27.4	21.7	27.2	34.1	32.4	
– 100€ – 199.99€		32.2	18.3	34.7	20.8	15.6	
– 200€ – 299.99€		33.9	36.9	30.2	21.3	17.2	
– 300€ – 399.99€		11.0	18.7	6.4	16.5	19.2	
– 400€ – 499.99€		1.6	2.8	0.9	4.1	7.3	
– > 500€		1.0	1.6	0.5	3.3	8.2	
Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€)	2011	182.42	217.47	170.56	196.77	234.99	XV Recenseamentos Gerais da População
Pedidos de habitação municipal [117]	2011	822	385	477	9 960	42 248	Estatísticas Territoriais do INE
Consumo de gás butano (t)	2012	12 393	5 071	6 957	65 483	259 528	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Consumo energia elétrica consumidor doméstico (kWh)	2011	2 447.7	2 746.1	2 413.1	2 797.7	2 530.7	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Despesa anual média por agregado (% habitação)	2010/2011	–	–	–	26.5	29.2	Inquérito às despesas das famílias do INE

[117] Os concelhos de Amares, Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto não apresentaram qualquer pedido de habitação.

INDICADORES	Datas	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
HABITAÇÃO							
Número de alojamentos familiares não clássicos	2011	212	147	64	1 195	6 612	XV Recenseamentos Gerais da População
Proporção (%) de alojamentos familiares ocupados	2011						XV Recenseamentos Gerais da População
- Sem água canalizada		0.7	0.4	0.5	0.7	0.6	
- Sem banho ou duche		2.7	1.7	2.1	2.5	2.0	
- Sem ar condicionado		92.7	90.3	88.5	93.1	89.8	
- Sem aquecimento		16.3	11.9	11.3	11.7	14.0	
- Sem retrete		0.4	0.4	0.5	0.7	0.7	
Proporção de alojamentos sobrelotados (%)	2011	11.2	10.8	11.7	11.7	11.3	XV Recenseamentos Gerais da População
Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos (%)	2011						XV Recenseamento Geral da População
- <100€		27.4	21.7	27.2	34.1	32.4	
- 100€ - 199.99€		32.2	18.3	34.7	20.8	15.6	
- 200€ - 299.99€		33.9	36.9	30.2	21.3	17.2	
- 300€ - 399.99€		11.0	18.7	6.4	16.5	19.2	
- 400€ - 499.99€		1.6	2.8	0.9	4.1	7.3	
- > 500€		1.0	1.6	0.5	3.3	8.2	
Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€)	2011	182.42	217.47	170.56	196.77	234.99	XV Recenseamentos Gerais da População
Valor médio mensal das rendas dos alojamentos sociais (€)[118]	2011	40.43	43.67	43.25	-	-	Estatísticas Territoriais do INE
Proporção (%) da população residente servida por:	2009						ARS NORTE (2014)
- Sistemas públicos de abastecimento de água		86	92	79	92	95[119]	
- Sistemas de drenagem de águas residuais		54	61	52	75	83[110]	
		49	50	53	65	73[110]	

[118] Ausência de informação ou não aplicável nos concelhos de Amares e Celorico de Basto.

[119] Estes valores referem-se ao território continental.

INDICADORES	Datas	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
HABITAÇÃO							
Número de alojamentos familiares não clássicos	2011	212	147	64	1 195	6 612	XV Recenseamentos Gerais da População
Proporção (%) de alojamentos familiares ocupados	2011						XV Recenseamentos Gerais da População
- Sem água canalizada		0.7	0.4	0.5	0.7	0.6	
- Sem banho ou duche		2.7	1.7	2.1	2.5	2.0	
- Sem ar condicionado		92.7	90.3	88.5	93.1	89.8	
- Sem aquecimento		16.3	11.9	11.3	11.7	14.0	
- Sem retrete		0.4	0.4	0.5	0.7	0.7	
Proporção de alojamentos sobrelotados (%)	2011	11.2	10.8	11.7	11.7	11.3	XV Recenseamentos Gerais da População
Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos (%)	2011						XV Recenseamento Geral da População
- <100€		27.4	21.7	27.2	34.1	32.4	
- 100€ - 199.99€		32.2	18.3	34.7	20.8	15.6	
- 200€ - 299.99€		33.9	36.9	30.2	21.3	17.2	
- 300€ - 399.99€		11.0	18.7	6.4	16.5	19.2	
- 400€ - 499.99€		1.6	2.8	0.9	4.1	7.3	
- > 500€		1.0	1.6	0.5	3.3	8.2	
Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€)	2011	182.42	217.47	170.56	196.77	234.99	XV Recenseamentos Gerais da População
- Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)							

* Indicadores que não se encontram no Referencial Estratégico do OLCPL.

Um dos primeiros aspetos a considerar trata-se da diminuição do número de alojamentos familiares não clássicos, entre 2001 e 2011. Embora, tal como mostra a ***Tabela 56***, no distrito de Braga, existiam 212 alojamentos familiares não clássicos, dos quais 74 eram barracas, onde residiam 228 indivíduos (***Tabela 59***). Consequentemente verificou-se uma redução do número de

alojamentos sem instalações de água canalizada e sanitária, sem duche/banho, sem eletricidade, sem cozinha e sem esgotos. Ainda assim, em 2011, existiam 289 alojamentos sem nenhuma destas instalações (***Tabela 58***). À exceção dos alojamentos familiares sem retrete, os alojamentos familiares ocupados sem outro tipo de instalações eram superiores no distrito de Braga em comparação com os restantes territórios em análise.

Um outro ponto que importa destacar refere-se ao valor das rendas dos alojamentos, sendo que 26.8% dos alojamentos eram ocupados por inquilinos e outros. A nível distrital, a maioria dos alojamentos encontravam-se arrendados por menos de 300€, indicando que os valores médios mensais dos arrendamentos eram inferiores aos praticados a nível nacional e na região norte (***Tabela 57***). Daí cerca de 30% das despesas anuais dos agregados familiares corresponderem a despesas com a habitação.

No que concerne ao tipo de ocupação dos alojamentos, identificou-se uma redução do número médio de residentes por alojamentos, entre 2001 e 2011, apesar de 11.2% do total de alojamentos do distrito de Braga estarem sobrelotados, valor semelhante ao nacional (***Tabela 60***).

Os problemas habitacionais no distrito não eram apenas de natureza quantitativa porque a sua taxa de sobrelotação habitacional era idêntica à nacional, mas por problemas relacionados com a má qualidade das habitações da região em análise, registando-se carências ao nível das infraestruturas básicas.

A habitação social veio resolver um dos problemas que afetava a população mais desfavorecida ao nível habitacional: as suas condições. No entanto, estas melhores condições habitacionais não são por si só uma forma eficaz de combater as situações de pobreza e exclusão social, por transportarem consigo uma série de encargos fixos (renda, água, luz...), que nem sempre são fáceis de cumprir. Assim, em 2012, foram efetuados, 72 novos contratos de

arrendamento, maioritariamente no concelho de Guimarães e Braga, cujos valores dos contratos de arrendamento eram inferiores aos registados a nível distrital, nacional e na região norte. No ano de 2011 registaram-se 822 pedidos de habitação municipal a nível distrital, cujos valores médios mensais de arrendamentos dos alojamentos sociais rondava os 40€/mensais.

Relativamente aos consumos domésticos, 18.9% do total de gás butano consumido na região norte referia-se ao distrito de Braga e o consumo médio de energia elétrica por consumidor doméstico eram menor a nível distrital do que no território nacional.

Associado aos indicadores habitacionais, destacam-se as **condições ambientais**, nomeadamente o acesso ao abastecimento de água, ao tratamento de águas residuais e à recolha de lixo (***Tabela 62***). A este respeito os dados estatísticos mostraram que 86% da população residente no distrito encontrava-se servida por estes sistemas de abastecimentos de água e que 54% da população era servida por sistemas de drenagem de águas residuais, percentagens que ficaram aquém das nacionais. Para além disso, existiam concelhos do distrito de Braga cuja percentagem de população servida por ETAR era bastante reduzida no ano de 2013, especialmente nas zonas de cariz mais rural, onde cerca de 49% do total de população residente no distrito de Braga era servida por estas estações.

Relativamente à dimensão de **justiça e segurança** (***Tabela 77***) considerou-se importante destacar a taxa de criminalidade, nomeadamente o número de crimes de violência doméstica, de violência doméstica contra cônjuges ou análogos e de violência contra idosos. Assim como se percebeu o fenómeno da delinquência juvenil.

Entre 2011 e 2013, apesar da diminuição do número de crimes registados pelas polícias, aumentaram os crimes de violência doméstica contra cônjuges ou

análogos, no distrito de Braga. Ainda assim, a taxa de criminalidade do distrito de Braga foi, em 2012, inferior à nacional (***Tabela 61***).

Entre 2012 e 2013 aumentou, em todas as regiões em análise, o número de crimes de violência contra cônjuges ou análogos. Note-se que a região norte registou uma maior percentagem de crimes de violência contra cônjuges ou análogos em comparação às restantes regiões.

De acordo com o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) (2014a), a nível nacional, em 2013, 84.2% dos crimes registados correspondem a crimes de violência doméstica, realçando a "percentagem significativa que assumem os maus tratos psíquicos (36.8%) e os maus tratos físicos (26.9%), cuja soma perfaz 63.7% dos crimes de violência doméstica em sentido estrito" (p. 12). A nível nacional, registaram-se 7 265 pessoas vítimas de violência doméstica, em 2013, das quais 6 204 vítimas pertenciam ao sexo feminino. Note-se que as relações de conjugalidade entre o autor do crime e a vítima são as mais preponderantes, perfazendo 35.8% (2 656 pessoas) do universo de vítimas de violência doméstica. Embora seja de destacar que 14.4% (1 069 pessoas) dos casos, o autor do crime era companheiro/a da vítima (2014b). Para além disso, identificou-se um total de 7 419 autores de crime para 77 265 vítimas de violência doméstica. O distrito de Braga é o 4º distrito do país com maior número de participações por crimes de violência doméstica.

O Gabinete de Apoio à Vítima de Braga registou, em 2013, 393 processos (3.3% do total de processos nacionais), num total de 992 atendimentos. Note-se que em 81.9% dos processos de apoio de 2013 verificou-se efetivamente problemática de crime. Do total de processos de apoio 322 vítimas diretas relataram terem sido vítimas de 1 023 crimes. Do total de crimes praticados, 87.8% (897 crimes) referem-se a crimes de violência doméstica (GAV Braga,

2013). Para além disso, do total das vítimas identificadas pela APAV, 315 vítimas (3.6%) residiam no distrito de Braga.

Tabela 77 – Indicadores acerca da justiça e segurança

INDICADORES	Data	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
JUSTIÇA E SEGURANÇA							
Violência doméstica contra cônjuge ou análogo (%)	2013	6.1	6.3	6.5	6.9	6.1	PORDATA com base na DGPJ
Vítimas de violência doméstica	2013	322	–	–	–	7 265	APAV
Violência contra idosos	2013	32	–	–	–	774	APAV
Delinquência juvenil: – Crimes praticados por indivíduos menores	2014	–	–	–	–	2 393	Ministério da Administração Interna
– Jovens internados em centros educativos	2013	–	–	–	–	251	Direção Geral de Reinserção Social

* Indicadores que não se encontram no Referencial Estratégico do OLCPL.

Relativamente à violência contra idosos, o relatório anual da APAV (2013) referiu o registo de 774 vítimas com 65 ou mais anos, no território nacional, das quais 32 vítimas (9.9% do total de vítimas a nível nacional) pertenciam ao distrito de Braga (GAV Braga, 2013). Neste sentido e segundo as estatísticas da APAV acerca das pessoas idosas vítimas de crime e violência (2012), as vítimas eram maioritariamente do sexo feminino (82.2%) e 54% tinham idades compreendidas entre os 65 e os 75 anos. Por sua vez, os autores dos crimes eram maioritariamente do sexo masculino (68%) e 21.6% tinham mais de 65 anos. Note-se que em 25.7% dos casos de violência contra idosos, a vítima e o autor tinham uma relação de conjugalidade.

No ano de 2014 foram registadas 2 393 participações de crimes praticados por indivíduos menores, o que corresponde a um aumento de 23.4% face ao ano transato. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (2013),

"a delinquência juvenil visa representar a prática, por indivíduo comprovadamente menor e com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de um facto qualificado pela lei como crime" (SSI, 2013, p. 141). No entanto, os dados estatísticos relativos ao ano de 2013 mostraram que o número de crimes juvenis efetivos ao longo dos últimos anos diminuiu (3 880 crimes em 2010; 1 978 crimes em 2011; 2 035 crimes em 2012 e 1 940 crimes em 2013), no território nacional.

A nível nacional, o número de jovens internados em centros educativos diminuiu entre 2012 e 2013, existindo neste último ano, 251 jovens internados em centros educativos (261 jovens em 2012). Do total de jovens internados nesses centros, a maioria corresponde a jovens do sexo masculino (229 jovens do sexo masculino e 22 jovens do sexo feminino) e encontravam-se em medida de internamento (235 jovens em medida de internamento e 14 jovens em medida cautelar).

Por último, considerou-se ainda alguns **indicadores de demografia**, como as estruturas familiares, que se constituem de grande importância na determinação da pobreza. Neste sentido, Barros e Camargo (1994) referem que os rendimentos *per capita* de uma família podem ser baixos por serem divididos por uma grande quantidade de membros dependentes (***Tabela 21*** e ***Tabela 22***). Nesta situação, a pobreza está relacionada com a composição da família ou, por exemplo, com a existência de crianças e idosos no agregado familiar, implicando um volume adicional de recursos. Por isso, os índices de dependência dos idosos e dos jovens também contribuem para a vulnerabilidade das famílias. A este propósito importa destacar a monoparentalidade[120], assim como as famílias unipessoais com 65 ou mais anos (***Tabela 23***), que na maioria dos casos auferem baixas reformas.

[120] Para a qual não existem dados desagregados a nível concelhio.

O índice de dependência de idosos e o índice de envelhecimento apresentaram valores no distrito de Braga inferiores ao nacional e da região norte. Em termos de NUTS III, a região do Cávado era substancialmente menos envelhecida do que a região do Ave. Por sua vez, a região do Cávado apresentou um índice de dependência de jovens e um índice de renovação superior ao das restantes regiões em análise (***Tabela 78***).

No distrito de Braga foram identificados, em 2011, 18 135 famílias unipessoais com 65 ou mais anos, o que corresponde a 16.5% das famílias unipessoais da região norte e 4.5% do total de famílias unipessoais com 65 ou mais anos do território nacional.

Tabela 78 – Indicadores acerca da demografia

INDICADORES	Data	Âmbitos					Fontes
		Distrito	NUT III Cávado	NUT III Ave	NUT II Norte	Nacional	
DEMOGRAFIA							
População residente	2012	846 458	410 090	423 817	3 666 234	10 487 289	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Proporção da população em idade ativa	2011	45.8	49.6	50.3	47.6	47.6	XV Recenseamento Geral da População
Índice de dependência de idosos	2012	24.6	20.7	24.9	25.5	29.4	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Índice de envelhecimento	2012	112.1	90.9	114.9	118.9	133.1	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Índice de dependência de jovens	2011	22.8	23.2	22.5	21.9	22.6	Estatísticas Territoriais do INE

Índice de longevidade	2012	49.8	47.7	49.3	48.0	48.9	Anuário Estatístico da região Norte 2012, INE (2013)
Índice de renovação	2013	102.5	105.5	99.5	88.9	86.2	Indicadores Demográficos do INE
Famílias unipessoais com 65 ou mais anos	2011	18 135	8 365	9 388	109 942	406 942	XV Recenseamento Geral da População

A estes fenómenos acresce o facto de nas regiões de cariz mais rural se concentrarem população com baixos rendimentos, com fracos níveis de instrução escolar, excluídas do mercado de trabalho ou marginalizadas para um mercado de trabalho secundário.

Verificou-se que a baixa escolaridade era mais preocupante nos concelhos mais interiores do distrito, onde existem maiores dificuldades de acesso às escolas, devido ao reduzido número de estabelecimentos de ensino nessas regiões (***Tabela 49***), onde as taxas de escolarização eram inferiores às dos concelhos mais urbanos e as taxas de retenção/desistência superiores. Para além disso, verificam-se dificuldades no acesso a serviços de saúde devido ao menor número de médicos e enfermeiros por habitante em comparação com as áreas mais urbanas (***Tabela 52***) ou ao menor número de estabelecimentos de saúde. A população residente nos concelhos mais rurais do distrito regista maiores dificuldades no acesso a serviços sociais básicos como no caso do acesso a estações de tratamento e drenagem de águas residuais e de serviço de abastecimento de água.

Considerações Finais

O objetivo principal deste relatório foi agrupar alguns indicadores que permitissem caracterizar o território do ponto de vista demográfico, económico e social, nomeadamente no que concerne as diferentes dimensões da pobreza e da exclusão social, com o intuito de obter uma leitura sobre a expressão destes fenómenos no distrito de Braga. Por isso, a utilização das informações daqui decorrentes deverão ser enriquecidas com outros indicadores a nível concelhio que aprofundem a compreensão das situações de pobreza e exclusão, recorrendo a técnicas de recolha de informação até agora inexistentes ou utilizadas de forma não regular. Os indicadores apresentados têm subjacente uma abordagem multidimensional dos fenómenos da pobreza e da exclusão, considerando sobretudo as condições de vidas dos indivíduos e dos agregados familiares.

As tendências demográficas que caracterizaram o distrito de Braga foram o acentuado declínio populacional e o progressivo envelhecimento da população, nomeadamente nos concelhos situados mais no interior do distrito. Apesar do decréscimo populacional, o distrito de Braga possuía uma densidade populacional superior à verificada a nível nacional, sendo o número de mulheres residentes no distrito superior ao número de homens. Esta tendência também se relaciona com o facto da taxa de mortalidade e da taxa de mortalidade infantil do distrito registaram valores inferiores às médias nacionais. O envelhecimento da população residente no distrito de Braga, embora inferior à taxa de envelhecimento nacional, traduziu-se num aumento da longevidade e da esperança média de vida da população residente, por um lado, e, por outro lado, na diminuição da taxa de natalidade e no declínio da fecundidade. Embora a taxa de natalidade fosse inferior à do território nacional, a população residente no distrito era relativamente mais jovem que a proporção de crianças e jovens registadas a nível nacional.

Para além disso, diminuiu o número de nascimentos, tendo as mulheres cada vez menos filhos e cada vez mais tarde, assim como, um aumento do número de nascimentos ocorridos fora do casamento, em que na maioria das vezes os pais se encontram em situação de coabitação. De acordo com o Inquérito à Fecundidade do INE (2014a), o motivo apresentado para as pessoas não terem ou terem mais filhos encontra-se associado aos custos financeiros que a maternidade e a paternidade acarretam. Assim, a quase totalidade dos inquiridos (mulheres: 93% e homens: 92%) realçaram a importância do incentivo à maternidade, apontando para o aumento do rendimento das famílias com filhos. A nível demográfico registou-se também uma quebra no número de casamentos, o aumento da idade média ao casamento e a diminuição do número de divórcios.

As dinâmicas migratórias do distrito de Braga indicaram um aumento da emigração e uma diminuição da imigração, refletindo-se num saldo migratório negativo. Isto quer dizer, embora os fluxos migratórios se encontrem de certa forma estagnados, denotou-se uma tendência maior para os indivíduos saírem do distrito.

Ao nível das estruturas familiares, importa destacar a diminuição do número de famílias mais numerosas, assim como, a diminuição da dimensão média das famílias, embora ainda superior à dimensão média das famílias nacionais. Esta diminuição muito se deve à diminuição do índice sintético de fecundidade (1.04 no distrito de Braga em 2013) e, consequentemente, à reduzida taxa de natalidade (7.01 no distrito de Braga em 2013). A este respeito, salienta-se ainda o aumento do número de pessoas que vivem sozinhas, com especial atenção para as famílias unipessoais com mais de 65 anos que têm aumentado nos últimos anos (18 135 famílias unipessoais com mais de 65 anos no distrito de Braga em 2011).

No que diz respeito ao mercado de trabalho e ao emprego, o distrito possuía uma taxa de atividade inferior à nacional e, consequentemente, uma taxa de inatividade superior à taxa de inatividade no território nacional. A população do distrito encontrava-se, principalmente, afeta ao Terceiro Sector de atividade e na sua maioria eram trabalhadores por conta de outrem. A nível distrital e atendendo aos trabalhadores por conta de outrem, diminuíram os contratos a termo e os contratos sem termo e aumentaram os contratos de trabalho temporários. Para além disso, os salários auferidos por estes trabalhadores eram inferiores à média dos salários auferidos a nível nacional (no distrito: 690.60€ em 2012; no território nacional: 914.10€ em 2012).

A população desempregada do distrito tem vindo a aumentar, atingindo valores superiores à média nacional (no distrito de Braga: 14.3% em 2011 e no território nacional: 13.2% em 2011). De destacar, a taxa de desemprego da população do sexo feminino e da população mais jovem, pois, por um lado, a maioria dos desempregados eram mulheres e, por outro lado, ¼ dos desempregados, do distrito de Braga, tem idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos. Os desempregados de longa duração têm aumentado, nomeadamente aqueles com poucas habilitações académicas ou cujas idades são consideradas elevadas para adquirir um novo emprego.

Apesar do aumento do número de desempregados no distrito de Braga, apenas 49.6% dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional eram beneficiários de uma prestação de desemprego.

No que concerne às prestações sociais, destaca-se a diminuição do número de beneficiários do RSI (46% destes beneficiários tinham idades inferiores a 25 anos) e a diminuição do número de crianças e jovens beneficiários de abono de família (menos cerca de 5 000 crianças e jovens deixaram de receber esta prestação social). Atendendo à população com idades mais elevadas, destaca-se o facto de 11.5% das pessoas com mais de 65 anos receberem o

complemento social para idosos e o aumento no número de pensionistas de velhice, de invalidez e de sobrevivência, a nível distrital. Embora cerca de 33.6% destes pensionistas não receba mais do que 250€/mensais.

Apesar das melhorias registadas no aumento dos níveis de escolaridade da população residente no distrito de Braga, registaram-se ainda baixos níveis de qualificação dos indivíduos empregados, défices no acesso e na frequência do ensino secundário e elevadas taxas de abandono e insucesso escolar. Ou seja, os níveis de escolaridade mais elevados (ensino secundário, ensino médio e ensino superior) apresentaram valores inferiores à média nacional, apesar do aumento do nível de escolaridade da população residente no distrito.

A taxa de analfabetismo, embora tenha diminuído, continua a ser superior à nacional e da região norte e as taxas de escolarização nos ensinos básico, secundário e superior eram inferiores às do território nacional e da região norte. O que reflete uma diminuição do número de alunos matriculados no ensino superior e não superior seja no ensino público ou no ensino privado. As taxas de abandono escolar, de saída antecipada e de retenção/desistência eram inferiores às do território nacional e da região norte.

O distrito de Braga é uma referência no que toca ao Ensino Superior. Representa, em termos económicos, a entrada de estudantes estrangeiros no distrito, tendo efeitos no setor imobiliário, mais concretamente ao nível dos arrendamentos, e de um modo geral no setor dos serviços (SEF, 2012).

As condições de saúde não se encontram exclusivamente ligadas às carências económicas das famílias, mas a distribuição desigual dos estabelecimentos de saúde e dos seus recursos humanos afetam o acesso das famílias aos serviços de saúde. Ou seja, compreendeu-se, através das análises realizadas, que as populações residentes nos concelhos geograficamente mais afastados dos centros urbanos se encontravam penalizadas no acesso a melhores condições de saúde, pois os estabelecimentos de saúde e os recursos humanos

encontram-se nessas zonas em menor número. Por exemplo e tal como analisado no ponto 8.2 – Parte I, no concelho de Braga registaram-se, em média, 179.5 habitantes por médico, enquanto que nos concelhos de Terras de Bouro e Celorico de Basto se registaram, em média, 2 356.8 habitantes e 1 334.6 habitantes por médico, respetivamente.

A análise dos indicadores de saúde permitiram verificar a diminuição do número de consultas nos centros de saúde, do número de registos de urgências nos hospitais, do número de casos notificados por tuberculose e do número de casos de infeção VIH. Enquanto, aumentaram os casos de AVC (33.4 AVC por 100 000 habitantes) e o número de acidentes de viação.

No distrito de Braga, observou-se uma proporção de inscritos por abuso de drogas ligeiramente inferior à região norte. Note-se que o concelho de Famalicão apresentou a situação mais preocupante do distrito, no que concerne ao abuso de drogas e o concelho de Braga relativamente ao abuso de tabaco e o excesso de peso.

No distrito de Braga, o valor médio dos prédios hipotecados apresentavam valores médios superiores aos da região norte e do território nacional. Para além disso, diminuiu o número de prédios rústicos e urbanos transacionados, assim como os valores médios dos mesmos. O número de alojamentos coletivos aumentou, sendo o número de alojamentos coletivos por km^2 largamente superior ao número de alojamentos coletivos por km^2 na região norte e no território nacional.

Relativamente aos alojamentos familiares não clássicos, embora se tenha registado uma diminuição a este nível, existiam, em 2011, 74 barracas e 138 alojamentos familiares não clássicos de outro tipo, vivendo nas primeiras 228 indivíduos e nos segundos 339 indivíduos, ou seja, estes vivem sem as condições mínimas. Por sua vez, aumentou o número de alojamentos familiares clássicos, na maioria ocupados pelos seus proprietários, indicando um aumento

dos encargos de compra dos proprietários. No que concerne aos alojamentos arrendados, a maioria dos inquilinos pagava uma renda inferior a 300€/mensais, o que refletia uma política de preços inferior à praticada na região norte e no restante território nacional.

A melhoria das condições de habitabilidade para população do distrito de Braga não foi suficiente para colmatar as necessidades sentidas neste âmbito por todos os indivíduos residentes no distrito. Desta forma, continuou-se a verificar a existência de alojamentos desprovidos das principais condições de habitabilidade.

Entre 2001 e 2011, diminuiu o número de residentes por alojamento, embora este número continue a ser superior no distrito de Braga em comparação à região norte e ao território nacional. Do total de alojamentos familiares clássicos, 11.2% encontravam-se sobrelotados, dos quais 79.6% tinha em falta uma divisão (79.6%).

À exceção dos crimes de violência doméstica contra cônjuges ou análogos, o número de crimes diminuiu no distrito de Braga, registando-se 31.2 crimes por mil habitantes. Assim, a taxa de criminalidade no distrito de Braga foi inferior à nacional, assim como, a taxa de crimes contra a integridade física e a taxa de condução com alcoolemia superior a 1.2g/L.

No distrito de Braga, a percentagem de população servida por ETAR, por sistemas públicos de abastecimento de água e por sistemas de drenagem de águas era inferior à percentagem de população servida na região norte e a nível nacional. Note-se que 21% do total de resíduos urbanos produzidos na região norte eram produzidos no distrito de Braga e a maioria recolhida de forma indiferenciada. Embora, o total de resíduos sólidos produzidos por habitante no distrito de Braga fosse inferior ao total de resíduos recolhidos por habitante no território nacional e na região norte.

A população residente no distrito de Braga apresentou um poder de compra *per capita* inferior ao do território nacional e da região norte. À exceção dos consumidores não domésticos, diminuiu o número de consumidores de energia elétrica, assim como, a venda de combustíveis para consumo, entre 2011 e 2012.

Relativamente ao consumo de eventos culturais, diminuíram os espetadores nos cinemas, embora uma diminuição menos acentuada do que aquela da região norte e do território nacional. Da mesma forma, o número de espetadores de espetáculos ao vivo por mil habitantes no distrito de Braga foi inferior ao número de espectadores de espetáculos ao vivo na região norte e no território nacional.

A nível distrital, diminuiu o número de créditos concedidos, embora o número de créditos concedidos no distrito continuasse a ser superior ao nacional. Por sua vez, aumentou o número de depósitos, pois a taxa de depósitos dos emigrantes do distrito era superior à nível nacional.

Por último, aumentou consideravelmente o número de famílias sobreendividadas e o número de processos de falências e insolvências decretadas por pessoas singulares, nos últimos anos. O que possivelmente se reflete no aumento de pedidos de ajuda junto de instituições particulares de solidariedade social.

Atendendo aos dados estatísticos analisados ao longo do presente relatório importa destacar alguns dos grupos sociais, como as crianças e jovens, as pessoas idosas e os imigrantes.

A pobreza nas camadas mais jovens da população residente em Portugal aumentou substancialmente, pois tal como é defendido por estudos internacionais, tradicionalmente, os países que atravessam problemas económicos tendem a deixar para segundo plano o bem-estar das crianças e jovens (Grilo, 2013). O relatório do Comité de Proteção Social sobre Pobreza Infantil coloca Portugal bastante abaixo da média europeia em vários indicadores de bem-estar infantil,

referindo que 19% das crianças da Europa se encontram em risco de pobreza enquanto em Portugal essa taxa é de 21%. Esta taxa de risco de pobreza pode ser traduzida na impossibilidade em satisfazer algumas necessidades básicas, educativas e de lazer das crianças (de 1 a 15 anos) devido a dificuldades económicas. Por isso, a privação material a este nível indica que, em Portugal:

> "2.2% das crianças pertenciam a famílias que não conseguiam assegurar pelo menos uma refeição diária de carne ou peixe (ou equivalente vegetariano) para as crianças; 1.4% não comiam fruta e legumes pelo menos uma vez por dia; 42% não tinham pelo menos uma semana de férias por ano fora de casa, 14.3% não podiam ter a roupa usada substituída por alguma roupa nova e 2.4% não tinham dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas)" (EAPN, 2014, p. 21).

A população com idades mais elevadas foi durante anos aquela cuja situação era considerada a mais vulnerável, tornando-se um problema estrutural em muitos países. No entanto, dado o aumento dos índices de envelhecimento e de dependência desta população e sendo superiores, em vários concelhos do distrito à média nacional, este é um grupo social que não pode ser negligenciado quando se abordam este tipo de questões. Um dos indicadores que permitiu compreender o grau de vulnerabilidade social desta população foi a elevada percentagem de famílias unipessoais com 65 ou mais anos, evidenciando situações de isolamento social.

Apesar da perda de população imigrante no distrito de Braga, principalmente dos imigrantes de nacionalidade europeia, explicada pelos problemas económicos pelos quais o nosso país atravessa e, consequentemente, pela dificuldade da

população imigrante em aceder ao mercado de trabalho e a serviços de apoio. A maioria (60.2%) dos imigrantes residentes nos concelhos de Braga e Guimarães referiu que já mudou de emprego desde a sua chegada a Portugal, dos quais 16.7% já o fez por cinco ou mais vezes (ACIDI, 2011). Segundo o estudo do ACIDI (2011), verificou-se uma

> "tendência para a existência de um processo de desqualificação profissional no decurso do movimento migratório, embora esta seja de certa forma temporária, visto que numa primeira fase, os imigrantes contam com a ajuda de familiares e amigos para a obtenção do primeiro emprego e, mais tarde para a obtenção de outro ou outros empregos verifica-se uma redução da relevância das redes sociais étnicas para a obtenção do emprego atual" (p. 33).

Dos imigrantes inquiridos neste estudo e que se encontravam em situação de desemprego, a maioria destes encontrava-se em situação de desemprego há menos de um ano (62.5%) e 37.5% em situação de desemprego prolongado.

A discriminação por motivos étnicos e raciais continua a ser a maior dificuldade dos imigrantes, de acordo com o estudo realizado pelo ACIDI (2011). Esta discriminação ocorre em praticamente todos os grupos de imigrantes (à exceção dos imigrantes ucranianos) e, principalmente, em contextos laborais (no trabalho ou na entrevista para o emprego), no momento do arrendamento de uma habitação, na escola ou aquando da realização de compras.

Uma das formas dos imigrantes se inserirem no mercado de trabalho português foi criando o seu próprio emprego. Por isso, em 2011, se registavam 23 697 empregadores estrangeiros a residir em Portugal, sobretudo da população chinesa. No entanto, "se algumas nacionalidades mostram forte propensão para a iniciativa empresarial – e.g. chineses, ingleses, alemães e brasileiros – outras

tendem a inserirem-se mais no mercado de trabalho português como trabalhadores assalariados – e.g. ucranianos, são-tomenses, cabo-verdianos e guineenses" (Oliveira, 2014, p. 13). Apesar disso, nos últimos anos e também devido à diminuição da taxa de imigração em Portugal, registou-se "uma diminuição do número de empregadores estrangeiros em inúmeros municípios do norte do país (-32% em Aveiro, -25% em Santa Maria da Feira, -24% em Vila Nova de Gaia, -20% em Braga, -9% em Maia, -4% no Porto) (Oliveira, 2014, p. 15).

Em suma, considera-se essencial refletir sobre o fenómeno do envelhecimento que atravessa todos os concelhos do distrito de Braga, com especial destaque para aqueles que se localizam mais no interior do mesmo. E, a partir daí, projetar a sociedade no sentido de dar respostas ao isolamento e à vulnerabilidade das pessoas idosas que vivem sozinhas, criando oportunidades de partilha, aprendizagem e solidariedade intergeracional. Para além disso, importa destacar a problemática do desemprego, transversal às diversas faixas etárias, mas com destaque nos jovens, que ao atingir cada vez mais residentes do distrito implica, grande parte das vezes, o aumento do risco de pobreza e exclusão social e o recurso a apoios de caráter assistencialista. Note-se o aumento da vulnerabilidade, pobreza e exclusão nas famílias com crianças dependentes, principalmente monoparentais e numerosas (embora estas tenham diminuído significativamente nas últimas décadas). Dever-se-á ainda ter em atenção que os fenómenos de pobreza e exclusão social revertem-se de especificidades, quer em meio urbano, quer em meio rural, apresentando este último, de um modo geral, condições desfavoráveis no que concerne o acesso a serviços e equipamentos.

Referências bibliográficas

APAV (2014a). Estatísticas APAV. Relatório anual 2013.

APAV (2014b). Estatísticas APAV. Violência doméstica 2013.

APAV (2013). Estatísticas APAV. GAV Braga 2013.

APAV (2012). Estatísticas APAV. Pessoas idosas vítimas de crime e de violência [2000-2012].

ACEA. Disponível em: http://www.acea.be/statistics/. Acedido entre junho e dezembro de 2014.

ACIDI (2011). Diagnóstico da população imigrante nos concelhos de Braga e Guimarães: desafios e potencialidades para o desenvolvimento local. Lisboa. ACIDI. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col%20Portugal%20Imigrante/04.BragaGuimaraes.VF.pdf

ADSE (2013). Relatório de Atividades de 2013. Lisboa. ADSE. - https://www.adse.pt/document/Relatorio_Atividades_2013.pdf

AGERE (2013). Relatório de Contas 2013. Braga. Agere. - http://www.agere.pt/web1/uploads/paginas/publicados/upload-1016-0.pdf

ARS Norte. (2014). Perfis Locais de Saúde. Disponível em: http://portal.arsNorte.min-saude.pt/portal/page/portal/ARSNorte/Sa%C3%BAde%20P%C3%BAblica/Planeamento%20em%20Sa%C3%BAde/Perfis%20de%20Sa%C3%BAde

BAB. (s/d). Relatório de atividades 2012. Disponível em: http://www.braga.bancoalimentar.pt/. Acedido entre outubro de 2014.

Barros, R. P., & Camargo, J. M. (1994). As causas da pobreza no Brasil. In Velloso, J. P. R., & Albuquerque, R. C. (orgs.). Modernidade e pobreza. São Paulo. Nobel. p. 81-112.

Barros, R., Carvalho, M., & Fraco, S. (2003). O índice de desenvolvimento das famílias (IDF). Texto para discussão, nº 0986. Brasília. IPA.

Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga (2013). Relatório de Gestão e contas do período de 2013. Braga: Bragahabit. Disponível em: http://www.bragahabit.pt/site/images/stories/instituicao/relat.pdf

Bruto da Costa, A. (1998). *Exclusões sociais*. Lisboa. Gradiva.

Cáritas Braga – Cáritas Arquidiocesana de Braga. Caracterização da Instituição. Dados de 2013. Braga. Disponível em: http://www.caritas.pt/braga/

CASFIG (2012). Relatório de Gestão e Contas. Guimarães: CASFIG. Disponível em: http://www.casfig.pt/uploads/documentos/relatorioecontas/2012/relatorio_gestao_contas_2012.pdf

DGEEC (2014). Regiões em números 2012/2013 – Norte. Volume I. Lisboa: DGEEC. Disponível em: http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/

DGEEC. Indicadores Gerais da Educação. Disponível em: http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/. Acedido entre junho e dezembro de 2014.

DGPJ. Disponível em: http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_635576213637031250. Acedido a novembro e dezembro de 2014.

DGS (2013). Portugal – Saúde Mental em números – 2013. Lisboa. DGS. Disponível em: http://www.dgs.pt/estatisticas-de-saude/estatisticas-de-saude/publicacoes/portugal-saude-mental-em-numeros-2013.aspx

EAPN. (2014). Indicadores sobre a pobreza. Dados Europeus e nacionais. Porto. EAPN Portugal. Disponível em: http://www.eapn.pt/documentos_visualizar.php?ID=322

European Commission. (2006). Portfolio of Overarching Indicators and Streamlined Social Inclusion, Pensions and Health Portfolios. Employment, Social Affairs and Equal Opportunities DG. Brussels. European Commission.

Eurostat. (2010). Income poverty and material deprivation on European Countries. European Union.

Eurostat. (2010). Working poor in Europe. Ed. Eurofound. Dublin. Irland.

Eurostat. Database. Disponível em http://ec.europa.eu/eurostat/data/database. Acedido entre junho e dezembro de 2014.

FCT. Disponível em: http://www.fct.pt/estatisticas/bolsas/#bd. Acedido em novembro de 2014.

GAS – DECO. (2014). Boletim Estatístico Anual 2013. Disponível em: http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2014/01/Boletim-ANUAL-2013_Final.pdf

GeoSaúde. Disponível em: http://www.geosaude.dgs.pt/websig/v5/portal2/public/index.php?par=geosaude&lang=pt. Acedido entre Setembro e Dezembro de 2014.

GEP. Carta Social. Disponível em: http://www.cartasocial.pt/index1.php. Acedido em janeiro de 2015.

GEP. (2013). Boletim estatístico – dezembro 2012. Lisboa. Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

Grilo, M. M. (coord.) (2013). As crianças e a crise em Portugal. Vozes de crianças, políticas públicas e indicadores sociais, 2013. Lisboa. UNICEF.

IEFP (2009). Concelhos. Estatísticas mensais. Lisboa. IEFP.

IEFP (2013). Concelhos. Estatísticas mensais. Lisboa. IEFP.

IEFP (2014a). Relatório mensal. Execução física e financeira. Valores acumulados a 31 de agosto de 2014. Lisboa. IEFP.

IEFP (2014b). Informação mensal sobre o estado civil do desempregado e a condição laboral do cônjuge. Lisboa. IEFP.

INE. (2002). "Censos 2001: Resultados Definitivos: XIV Recenseamento Geral da População; IV Recenseamento Geral da Habitação". Lisboa. INE.

INE. (2010). Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal. Lisboa.

INE. (2011). Recenseamento agrícola - análise dos principais resultados: 2009. Lisboa. INE.

INE. (2012a) "Censos 2011: Resultados Definitivos: XV Recenseamento Geral da População; V Recenseamento Geral da Habitação". Lisboa. INE.

INE. (2012b), "Anuários Estatísticos da Região Norte 2011". Lisboa. INE.

INE. (2013a), "Anuários Estatísticos da Região Norte 2012". Lisboa. INE.

INE. (2013b). Destaque. Caracterização da habitação social em Portugal em 2012. Lisboa. INE.

INE. (2014a). Destaque - Inquérito à Fecundidade 2013. Disponível em: http://www.ffms.pt/upload/docs/resultados-finais-do-inquerito-a-fecundidade_desta_K62GnxBhMkux05pmmO9uCA.pdf

INE. (2014b). Destaque. Rendimento e condições de vida 2013. Dados provisórios. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=156015568&DESTAQUESmodo=2

INE. (2014c). Destaque. Dia Internacional da Juventude. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=219390724&DESTAQUESmodo=2

INE. (2014d). Destaque. Índice de Bem-estar 2004-2013. Disponível em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=222558711&att_display=n&att_download=y

INE. Disponível em: www.ine.pt. Acedido entre junho e dezembro de 2014.

INSA, I. P. (2013). Infeção VIH/SIDA: a situação em Portugal a 31 de dezembro de 2012. Lisboa. INSA. Disponível em: http://repositorio.insa.pt/handle/10400.18/1622

ISS, I. P. (2012). CASA 2012. Caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens. Lisboa. ISS, I. P. – www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/CASA2012

Ministério da Justiça. (2014). Relatório da Administração Interna.

Município de Braga. (2008). Relatório da avaliação da execução do PDMB. Disponível em: http://www.cm-braga.pt/docs/GURB/Relatorio_PDM_Junho08.pdf

OLCPL. Disponível em: http://observatorio-lisboa.eapn.pt/. Acedido em Novembro de 2014

Oliveira, C. (2014). "Empregadores estrangeiros em Portugal: o que os Censos nos ajudam a compreender". Revista de estudos Demográficos, nº 53, p. 7 – 33.

OMS. Disponível em: http://apps.who.int/gho/data/node.country.country-PRT?lang=en. Acedido em novembro de 2014.

PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo. Disponível em: www.pordata.pt/. Acedido entre junho e dezembro de 2014.

RAMON – Metadata. Concepts and definitions. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/nomenclatures/index.cfm?TargetUrl=LST_NOM&StrGroupCode=CONCEPTS&StrLanguageCode=EN. Acedido entre junho e dezembro de 2014.

SEF (2013). Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo. Oeiras. SEF. Disponível em: http://rem.sef.pt/PagesPT/RelatoriosEstatisticos.aspx

SEF. (2012). A imigração de estudantes internacionais para a União Europeia: o caso português. Oeiras. SEF. Disponível em: http://rem.sef.pt/PagesPT/EstudosNacionais.aspx

SICAD. (2013). Relatório Anual 2012 – A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências. Lisboa: SICAD. Disponível em: http://www.sicad.pt/pt/publicacoes/paginas/detalhe.aspx?itemId=59&lista=sicad_publicacoes&bkUrl=/bk/publicacoes

SIM. Disponível em http://smi.ine.pt/. Acedido entre junho e dezembro de 2014.

SSI, I. P. (2013). Relatório Anual de Segurança Interna. Lisboa. SSI. Disponível em: www.portugal.gov.pt/pt/documentos-oficiais/20140401-rasi-2013.aspx